



Editora
UFPel

Textos Seleccionados sobre Categorías

Pedro Merluzzi
Rhamon de Oliveira Nunes
(Organizadores)

DISSERTATIO
FILOSOFIA

TEXTOS SELECCIONADOS SOBRE CATEGORIAS

SÉRIE INVESTIGAÇÃO FILOSÓFICA

TEXTOS SELECIONADOS SOBRE CATEGORIAS

Pedro Merlussi
Rhamon de Oliveira Nunes
(Organizadores)



Pelotas, 2024.



Editora UFPel

Chefia:

Ana da Rosa Bandeira | EDITORA-CHEFE

Seção de Pré-produção:

Isabel Cochrane | ADMINISTRATIVO

Suelen Aires Böettge | ADMINISTRATIVO

Seção de Produção:

Eliana Peter Braz | PREPARAÇÃO DE ORIGINALS

Marisa Helena Gonsalves de Moura | CATALOGAÇÃO

Anelise Heidrich | REVISÃO

Suelen Aires Böettge | ADMINISTRATIVO

Fernanda Figueredo Alves | PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Carolina Abukawa (Bolsista) | PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Angélica Knuth (Bolsista) | PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Seção de Pós-produção:

Madelon Schimmelpfennig Lopes | ADMINISTRATIVO

Eliana Peter Braz | ADMINISTRATIVO



CONSELHO EDITORIAL DO NEPFIL online

Prof. Dr. João Hobuss
Prof. Dr. Juliano Santos do Carmo (Editor-Chefe)
Prof. Dr. Alexandre Meyer Luz (UFSC)
Prof. Dr. Rogério Saucedo (UFSM)
Prof. Dr. Renato Duarte Fonseca (UFSM)
Prof. Dr. Arturo Fatturi (UFFS)
Prof. Dr. Jonadas Techio (UFRGS)
Profa. Dra. Sofia Alborno Stein (UNISINOS)
Prof. Dr. Alfredo Santiago Culleton (UNISINOS)
Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich (PUCRS)
Prof. Dr. Manoel Vasconcellos (UFPEL)
Prof. Dr. Marco Antônio Caron Ruffino (UNICAMP)
Prof. Dr. Evandro Barbosa (UFPEL)
Prof. Dr. Ramón del Castillo (UNED/Espanha)
Prof. Dr. Ricardo Navia (UDELAR/Uruguai)
Profa. Dra. Mônica Herrera Noguera (UDELAR/Uruguai)
Profa. Dra. Mirian Donat (UEL)
Prof. Dr. Giuseppe Lorini (UNICA/Itália)
Prof. Dr. Massimo Dell'Utri (UNISA/Itália)

COMISSÃO TÉCNICA (EDITORIAÇÃO)

Prof. Dr. Juliano Santos do Carmo (Editor-Chefe)

DIREÇÃO DO IFISP

Profa. Dra. Elaine Leite

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

Prof. Dr. Sérgio Strefling

© **Série Investigação Filosófica, 2024.**

Universidade Federal de Pelotas
Departamento de Filosofia
Núcleo de Ensino e Pesquisa em Filosofia
Editora da Universidade Federal de Pelotas

NEPfil online

Rua Alberto Rosa, 154 – CEP 96010-770 – Pelotas/RS

Os direitos autorais estão de acordo com a Política Editorial do NEPfil online. As revisões ortográficas e gramaticais foram realizadas pelos organizadores. Os direitos autorais dos autores aqui traduzidos são de responsabilidade única e exclusiva dos organizadores do volume.

Primeira publicação em 2024 por NEPfil online e Editora da UFPel.

Dados Internacionais de Catalogação

N123 Textos selecionados sobre categorias.
[recurso eletrônico] Organizadores: Pedro Merluzzi, Rhamon de Oliveira Nunes –
Pelotas: NEPFIL Online, 2024.

226p. - (Série Investigação Filosófica).

Modo de acesso: Internet
<wp.ufpel.edu.br/nepfil>
ISBN: 978-65-998643-2-2

1. Filosofia. 2. Categorias I. Merluzzi, Pedro. II. Nunes, Rhamon de Oliveira.

COD 100



Série Investigação Filosófica

A Série Investigação Filosófica, uma iniciativa do **Núcleo de Ensino e Pesquisa em Filosofia** do Departamento de Filosofia da UFPel e do **Grupo de Pesquisa Investigação Filosófica** do Departamento de Filosofia da UNIFAP, sob o selo editorial do NEPFil online e da Editora da Universidade Federal de Pelotas, tem por objetivo precípuo a publicação da tradução para a língua portuguesa de textos selecionados a partir de diversas plataformas internacionalmente reconhecidas, tal como a *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (<https://plato.stanford.edu/>), por exemplo. O objetivo geral da série é disponibilizar materiais bibliográficos relevantes tanto para a utilização enquanto material didático quanto para a própria investigação filosófica.

EDITORES DA SÉRIE

Rodrigo Reis Lastra Cid (IF/UNIFAP) / Juliano Santos do Carmo (NEPFIL/UFPEL)

COMISSÃO TÉCNICA

Juliano Santos do Carmo (Diagramador/Capista)

Danilo Jose Ribeiro de Oliveira (Diagramador)

Bruno Borges Moura (Diagramador)

ORGANIZADORES DO VOLUME

Pedro Merlussi (PUC-RIO)

Rhamon de Oliveira Nunes (UFRJ)

TRADUTORES E REVISORES

Pedro Merlussi (PUC-RIO)

Rhamon de Oliveira Nunes (UFRJ)

CRÉDITOS DA IMAGEM DE CAPA. Disponível em:

https://commons.wikimedia.org/wiki/The_Garden_of_Earthly_Delights



GRUPO DE PESQUISA INVESTIGAÇÃO FILOSÓFICA (UNIFAP/CNPq)

O Grupo de Pesquisa Investigação Filosófica (DPG/CNPq) foi constituído por pesquisadores que se interessam pela investigação filosófica nas mais diversas áreas de interesse filosófico. O grupo foi fundado em 2010, como grupo independente, e se oficializou como grupo de pesquisa da Universidade Federal do Amapá em 2019.

MEMBROS PERMANENTES DO GRUPO

Aluízio de Araújo Couto Júnior
Bruno Aislã Gonçalves dos Santos
Cesar Augusto Mathias de Alencar
Daniel Schiochett
Daniela Moura Soares
Everton Miguel Puhl Maciel
Guilherme da Costa Assunção Cecílio
Kherian Galvão Cesar Gracher
Luiz Helvécio Marques Segundo
Luisa Luze Brum Genuncio
Paulo Roberto Moraes de Mendonça
Pedro Merlussi
Rafael César Pitt
Rafael Martins
Renata Ramos da Silva
Rodrigo Alexandre de Figueiredo
Rodrigo Reis Lastra Cid
Rosi Leny Morokawa
Sagid Salles
Tiago Luís Teixeira de Oliveira

Sumário

Sobre a série Investigação Filosófica	12
Introdução	13
(I) Categorias	14
1. Sistemas de Categorias	15
1.1 Realismo Aristotélico	15
1.2 Conceitualismo Kantiano	18
1.3 Descritivismo Husserliano	21
1.4 Sistemas de Categorias Contemporâneos	24
1.5 Ceticismo acerca de sistemas de categoriais	29
1.6 Categorias em Outras Disciplinas	34
2. Diferenças categoriais	36
2.1 Os usos de distinções categoriais	37
2.2 O método Ryle/Husserl de distinguir categoriais	39
2.3 O método fregeano de distinguir categoriais	41
Referências	44
(II) Objeto	49
1. Contraste	50
1.1. Sem contraste: a concepção genérica	50
1.2 Contraste: Objetos Vs Propriedades	54
1.2.1 Objetos são sujeitos; propriedades são predicados	56
1.2.2 Objetos estão no espaço e tempo; propriedades não	57
1.2.3 Objetos são singularmente localizados; propriedades multiplamente localizadas	58
1.2.4 Objetos são concretos; propriedades são abstratas	58
1.2.5 Objetos não obedecem à identidade dos indiscerníveis; propriedades obedecem	59
1.2.6 Objetos são sensíveis aos sentidos; propriedades não	60
1.2.7 Objetos são não-instanciados; propriedades são instanciadas	60
1.3 Contraste: objetos vs. sujeitos	61
2. Extensão	62
2.1 A questão ontológica	63
2.1.1 Niilismo sobre a existência	64

2.1.2 Monismo sobre a existência	66
2.1.3 Pluralismo sobre a existência	67
2.2 A questão sobre a extensão	69
2.2.1 Objetos comuns	69
2.2.2 A questão especial sobre a composição	70
3. Natureza	71
3.1 O que os objetos fazem?	71
3.2 O que são os objetos?	74
3.2.1 Ontologias de constituição	75
3.2.2 Ontologias relacionais	79
Referências	81

(III) Tropos 96

1. Contexto Histórico	98
2. A Natureza dos Tropos	100
2.1 Propriedade ou Objeto	101
2.2 Complexo ou Simples	105
2.3 Individuação dos Tropos	111
3. Tropos enquanto Blocos Construtores	118
3.1 Tropos e Universais	118
3.2 Tropos e Particulares Concretos	125
4. Aplicações dos Tropos	132
4.1 Tropos na Questão da Causalidade e da Persistência	133
4.2 Tropos e Questões na Filosofia da Mente	135
4.3 Os Tropos e a Percepção	137
4.4 Os Tropos e a Semântica	139
4.5 Tropos na Ciência	140
4.6 Os Tropos e os Problemas em Filosofia Moral	142
Referências	143

(IV) Propriedades 153

1. Distinções e terminologia	154
1.1. Propriedades: Ideias Básicas	154
1.2. Falando sobre propriedades	162
2. Exemplificação	163
2.1 É possível analisar a exemplificação?	164
2.2 Dois problemas cruciais: o regresso de Bradley e a autoexemplificação	168

3. Explicações Tradicionais	172
3.1 Semelhança e recorrência	173
3.2 Reconhecimento de novas instâncias	174
3.3 O significado das termos gerais	174
4. Explicações Recentes	175
4.1 Matemática	175
4.2 Semântica e forma lógica	178
4.3 Ontologia Naturalista	182
4.4 Lições sobre propriedades	186
5. Condições de existência	187
5.1 Minimalismo	188
5.2 Maximalismo	191
5.3 Centrismo	192
5.4 Dualismo	192
6. Condições De Identidade	193
7. Tipos de propriedades	196
7.1 Propriedades de primeira ordem vs. propriedades de ordem superior	196
7.2 Propriedades Tipificadas	197
7.3 Propriedades não tipificadas	197
7.4 Relações	198
7.5 Proposições	201
7.6 Propriedades estruturadas vs. propriedades não estruturadas	201
7.7 Propriedades temporais	202
7.8 Propriedade sortal vs. não-sortal	202
7.9 Gênero e espécie	203
7.10 Determináveis e determinadas	204
7.11 Categorias Naturais	204
7.12 Propriedades Puramente Qualitativas	205
7.13 Propriedades essenciais e relações internas	205
7.14 Propriedades intrínsecas vs. extrínsecas	206
7.15 Propriedades primárias vs. secundárias	206
7.16 Propriedades sobrevenientes e emergentes	207
7.17 Tipos Linguísticos	207
7.18 Propriedades categóricas vs. poderes causais	207
8. Teorias formais de propriedades	208
Referências	213
Sobre Tradutores e Revisores	224

SOBRE A SÉRIE INVESTIGAÇÃO FILOSÓFICA

A *Série Investigação Filosófica* é uma série de livros de traduções de verbetes da Enciclopédia de Filosofia da Stanford (*Stanford Encyclopedia of Philosophy*) e de outras plataformas reconhecidas, que intenciona servir tanto como material didático para os professores das diferentes sub-áreas e níveis da Filosofia quanto como material de estudo para a pesquisa e para concursos da área. Nós, professores, sabemos o quão difícil é encontrar bom material em português para indicarmos. E há certa deficiência na graduação brasileira de filosofia, principalmente em localizações menos favorecidas, com relação ao conhecimento de outras línguas, como o inglês e o francês. Tentamos, então, suprir essa deficiência, ao introduzirmos essas traduções ao público de língua portuguesa, sem nenhuma finalidade comercial e meramente pela glória da filosofia.

Essas traduções foram todas realizadas por filósofos ou por estudantes de filosofia supervisionados e revisadas por especialistas na área. Todas as traduções de verbetes da Stanford foram autorizadas pelo querido Prof. Dr. Edward Zalta, editor da Enciclopédia de Filosofia de Stanford; por isso o agradecemos imensamente. Sua disposição para ajudar brinda os países de língua portuguesa com um material filosófico de excelência, que será para sempre disponibilizado gratuitamente no site da Editora da Universidade Federal de Pelotas (Uditora UFPel) e do NEPFIL/UFPel, dado o nosso maior princípio se fundar na ideia de conhecimento livre e a nossa maior intenção ser o desenvolvimento da filosofia em língua portuguesa e do seu ensino. Aproveitamos o ensejo para agradecer também ao editor do NEPFIL, na figura do Prof. Dr. Juliano do Carmo, que apoiou nosso projeto desde o início. Agradecemos também a todos os organizadores, tradutores e revisores, que participam de nosso projeto. Sem sua dedicação voluntária, nosso trabalho não teria sido possível. Esperamos, com esta coleção, abrir as portas para o crescimento desse projeto de tradução e trabalharmos em conjunto pelo crescimento da filosofia em português.

Deixamos vocês com a excelente introdução do Dr. Pedro Merluzzi sobre a nossa intenção neste livro.

Prof. Dr. Juliano Santos do Carmo
Prof. Dr. Rodrigo Reis Lastra Cid
Editores da Série Investigação Filosófica

Introdução

A Metafísica, enquanto disciplina filosófica, há muito tempo se dedica à exploração dos aspectos mais abrangentes e fundamentais da realidade. No contexto brasileiro, especialmente quando enraizada nos padrões de regimentação e argumentação típicos da filosofia analítica, ela é frequentemente referida como Metafísica Analítica. Nos últimos anos, observamos um notável aumento de interesse por parte dos estudantes brasileiros nessa disciplina, indicando uma crescente demanda por material introdutório e traduções de textos que abordem a complexidade desses temas.

É nesse cenário de expansão e vitalidade intelectual que apresentamos este volume, uma contribuição significativa à série de traduções de verbetes da Enciclopédia Stanford de Filosofia pelo NEPFIL online. Composto por quatro verbetes cuidadosamente selecionados - Categorias, Objeto, Tropos e Propriedades - este livro não apenas visa preencher lacunas na produção metafísica nacional, mas também proporcionar uma base sólida para estudantes e interessados em explorar as profundezas da ontologia contemporânea.

Cada verbete foi meticulosamente traduzido por professores e doutores de vários departamentos de filosofia, sendo submetidos a rigorosas revisões por pares com credenciais acadêmicas equivalentes. Acreditamos que este volume não apenas enriquecerá a reflexão filosófica no Brasil, mas também se tornará uma ferramenta valiosa no estudo das questões ontológicas que moldam nosso entendimento do ser e da existência. Que este trabalho possa estimular novas perspectivas e fomentar o diálogo em meio ao crescente interesse pela Metafísica em solo brasileiro.

Prof. Dr. Pedro Merlussi
Organizador

Categorias¹

Autora: Amie Thomasson

Tradução: Thiago Xavier de Melo (Syracuse University)

Revisão: Pedro Merluzzi (PUC-Rio)

Um sistema de categorias é uma lista completa dos tipos ou gêneros superiores. Tradicionalmente, seguindo-se Aristóteles, esses têm sido pensados como gêneros de entidades (no sentido mais lato do termo), tal que o sistema de categorias obtido neste espírito realista idealmente resultaria em um inventário de tudo o que há, respondendo assim à mais básica das questões metafísicas: “O que há?” Certo ceticismo acerca da nossa capacidade de discernir um sistema único de categorias básicas da “própria” realidade levou alguns filósofos a abordar sistemas de categorias não com o objetivo de catalogar os tipos superiores do mundo, mas com o objetivo de elucidar as categorias dos nossos sistemas conceituais ou da nossa linguagem. Assim, Kant adota uma abordagem conceitualista a qual discerne categorias a priori que são necessárias para qualquer possibilidade de cognição dos objetos. Dada a garantia de que tais categorias se aplicam a qualquer objeto de cognição possível, as categorias retêm certo tipo de importe ontológico, ainda que tal aplicação esteja limitada ao

¹ Tradução do verbete “Categories” de Amie Thomasson publicado pela Stanford Encyclopedia of Philosophy (Edição do Verão de 2019), edição de Edward N. Zalta, URL = <https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/categories/>. Publicado com a autorização do editor Prof. Dr. Edward Zalta.

The following is the translation of the entry on Categories by Amie Thomasson, in the Stanford Encyclopedia of Philosophy. The translation follows the version of the entry in the SEP’s archives at <https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/categories/>. This translated version may differ from the current version of the entry, which may have been updated since the time of this translation. The current version is located at <https://plato.stanford.edu/entries/categories/>. We’d like to thank the Editors of the Stanford Encyclopedia of Philosophy, mainly Prof. Dr. Edward Zalta, for granting permission to translate and to publish this entry.

fenômeno, e não à coisa em si. Depois de Kant, tem sido comum encarar o projeto de categorias de modo neutro, denominado por Brian Carr (1987, 7) de “descritivismo categorial”, o qual descreve a estrutura categorial que o mundo teria de acordo com o nosso pensamento, experiência, ou linguagem, ao mesmo tempo afastando-se de teses sobre tais categorias serem ou não ocupadas, ou serem ou não onticamente fundamentais. Edmund Husserl aborda categorias de modo semelhante, uma vez que ele inicialmente estabelece categorias de significado, as quais podem então ser usadas para extrair categorias ontológicas (categorias de objetos de significação possíveis) como correlatos de categorias de significado, sem quaisquer considerações empíricas sobre a existência ou não de objetos membros das categorias ontológicas assim discernidas.

Um sistema de categorias ontológicas formulado em algum desses modos pode ter grande utilidade filosófica, mas aqueles que se dedicam a desenvolver tais sistemas de categorias também enfrentam muitas dificuldades, pois precisam responder a questões sobre quais métodos são adequados para distinguir categorias, sobre quantas categorias há, e quais são elas, sobre haver ou não um *summum genus* que subsume todas as outras categorias, e sobre se devemos distinguir um único sistema de categorias ou múltiplos—questões sobre as quais há pouco consenso.

Nos últimos cem anos, certo ceticismo sobre a possibilidade de oferecer um sistema de categorias ontológicas unicamente verdadeiro levou a discussão sobre categorias a se deslocar de tentativas de oferecer sistemas completos de categorias para tentativas de se fazer meras distinções particulares, especialmente entre nossas categorias conceituais ou linguísticas. Os estudos sobre as diferenças categoriais, que é diferente dos estudos sobre os sistemas de categorias, não pretendem responder a questões metafísicas profundas acerca de quais coisas ou tipos de coisas existem; diferenças categoriais são tipicamente articuladas como modos de diagnosticar e evitar vários problemas e confusões filosóficas. No entanto, mesmo aqueles que argumentam a favor de meras diferenças categoriais devem uma explicação sobre em quais condições dois conceitos, termos, ou objetos, pertencem a categorias diferentes.

1. Sistemas de Categorias

1.1 Realismo Aristotélico

O interesse filosófico por categorias tem origem em Aristóteles, que, em seu tratado "Categorias", tenta enumerar os tipos mais gerais nos quais as entidades

do mundo se dividem. Em vez de começar com um único tipo superior, ele lista dez categorias superiores de coisas, as quais são "ditas sem combinação" (Categorias 1b25):

- Substância (e.g. homem, cavalo)
- Quantidade (e.g. quatro, cinco pernas)
- Qualidade (e.g. branco, gramatical)
- Relação (e.g. dobro, metade)
- Lugar (e.g. no Liceu, no mercado)
- Tempo (e.g. ontem, ano passado)
- Estado (e.g. mente, sentado)
- Ação (e.g. cortando, queimando)
- Paixão (e.g. ser cortado, ser queimado)

Há dois tipos de substâncias: uma *substância primeira* é, por exemplo, um homem ou um cavalo *individual*; e as espécies e gêneros destes indivíduos são *substâncias segundas*. Embora as dez categorias sejam todas igualmente superiores, substâncias primeiras têm um certo tipo de prioridade, dado que “todas as outras coisas são ditas das substâncias primeiras como de sujeitos ou existem nelas como em sujeitos. Por conseguinte, se as substâncias primeiras não existissem, nenhuma outra coisa poderia existir.” (*Categorias* 2b4 [Santos 1995]).

Em outra obra, a *Metafísica* (998b22), Aristóteles argumenta que não pode haver um único gênero supremo (por exemplo, *ser*, ou *unidade*) compartilhado por entidades de categorias diferentes (cf. Ackrill 1963, 81). Isso ocorre porque uma espécie é sempre definida em termos do gênero que a engloba e de uma diferença (por exemplo, o homem pode ser definido como um animal que é racional), e embora o gênero (animal) possa ser atribuído a uma espécie (homem), ele não pode ser atribuído à diferença (racional). Portanto, se *ser* (ou *unidade*) fosse um gênero, não se poderia atribuir *ser* (ou *unidade*) às diferenças; porém, “as diferenças de cada gênero precisam ter *ser* e *ser um*” (*Metafísica* 998b22–3).

No grego antigo, "*kategoria*" descreve aquilo que poderia ser dito em um tribunal de justiça, e, de fato, Aristóteles utiliza aquilo que pode ser dito *de*, ou *em*, um sujeito como meio para distinguir categorias. Mas há controvérsia na literatura sobre como exatamente ele chegou às categorias que chegou. (Studtmann 2007) Uma interpretação proeminente, apresentada por J. L. Ackrill, defende que Aristóteles chegou à sua lista de categorias ao distinguir “diferentes questões que se podem perguntar sobre algo” e ao observar “que somente uma gama limitada de respostas é apropriada para cada questão particular” (Ackrill 1963, 78–9); por exemplo, a questão "o que é isso?" só pode ser feita em relação a uma substância, e somente respostas que descrevem substâncias são adequadas. Por outro lado, a questão "quanto?" requer uma resposta relacionada à quantidade, e assim por diante.

No entanto, embora nesta interpretação Aristóteles pareça ter chegado às suas categorias ao considerar diferentes tipos de questões e respostas, as categorias que oferecera supunham-se categorias de entidades, e não categorias linguísticas; a linguagem seria apenas um guia para verdades acerca do *mundo*. Como J. L. Ackrill diz, a obra *Categorias* “não é fundamental ou explicitamente acerca de nomes, mas sim acerca das coisas que os nomes significam ... Aristóteles se baseia principalmente em fatos e testes linguísticos, mas seu objetivo é descobrir verdades acerca de itens não-linguísticos” (1963, 71).

Interpretações alternativas têm sido sugeridas sobre como Aristóteles derivou suas categorias. Alguns sustentam que Aristóteles chegou à sua lista através de reflexões acerca de categorias gramaticais, e ao assumir um paralelismo entre estruturas da linguagem e estruturas do mundo (Baumer 1993). Outros, porém, desenvolveram interpretações que não pressupõem que Aristóteles derivou suas categorias através de considerações linguísticas tais quais sobre estruturas gramaticais ou sobre quais tipos de questões podemos perguntar. Em vez disso, esses intérpretes consideram que as categorias resultam de considerações mais mundanas, como os tipos de entidades com os quais todo particular sensível deve estar relacionado (Moravcsik 1967). Para um panorama das interpretações disponíveis, ver Studtmann (2007).

De qualquer modo, independentemente de como tais categorias foram derivadas, a abordagem Aristotélica acerca das categorias é de modo geral compreendida no espírito do que Brian Carr chama “realismo categorial”—uma abordagem em que um sistema de categorias é uma lista dos gêneros superiores do ser (e não meramente da linguagem ou do pensamento, mesmo

que estes possam ser usados na dedução daquelas categorias metafísicas). Como Studtmann (2007) propõe, Aristóteles “assume, em vez de defender, uma postura realista acerca das estruturas metafísicas do mundo”. Dada esta abordagem, um sistema completo de categorias ofereceria um inventário sistemático daquilo que há, considerado no mais abstrato nível (muito embora não seja claro que Aristóteles tenha pretendido que suas categorias fossem exaustivas). Assim, em uma abordagem categorial realista, a defesa de um sistema de categorias pode ser vista como uma, ou mesmo a, tarefa central da metafísica (cf. Grossman 1983, 3). Tal sistema de categorias pode ser central também para responder a questões individuais acerca da natureza, fornecendo o tipo de resposta mais geral a perguntas da forma “O que é isso?”, e fornecendo a base para definições de tipos de coisas mais restritas, ao especificar a categoria (gênero) mais geral sob o qual coisas daquele tipo caem, e a diferenças que as distinguem das outras coisas daquela mesma categoria. Isso tem se mantido como a abordagem paradigmática acerca de categorias, e muitos autores recentes têm oferecido novas teorias de categorias que preservam esse espírito do realismo Aristotélico (ver §1.4 abaixo).

1.2 Conceitualismo Kantiano

No entanto, outros filósofos têm evitado essa abordagem fortemente realista em relação às categorias, principalmente devido ao ceticismo em relação à nossa capacidade de discernir divisões intrínsecas na “própria realidade”. Em vez disso, eles consideram o projeto das categorias como uma questão de estabelecer as categorias mais gerais que governam nosso esquema conceitual. Essa mudança para uma abordagem chamada de “conceitualismo categorial”, conforme descrito por Carr (1987, 6), foi defendida por Immanuel Kant. Embora Kant tenha negado notoriamente que tenhamos acesso às divisões intrínsecas das coisas em si mesmas, além das aparências ou fenômenos (se é que tais divisões existem), ele argumentou que podemos descobrir as categorias essenciais que governam o entendimento humano, as quais são a base para qualquer possibilidade de conhecimento dos fenômenos. Conforme proposto por H. J. Paton, para Kant, “Podemos ter conhecimento a priori por meio das categorias somente se essas categorias forem baseadas na natureza da mente e impostas pela mente nos objetos que ela conhece” (1936, 258).

Na sua *Crítica da Razão Pura*, Kant deduz sua lista de categorias, primeiro, por enumeração das possíveis formas de *juízo* (A70/B95-A93/B109). Nessa concepção, juízos empíricos objetivos (i.e. juízos empíricos que se pretendem referir a objetos em vez de meras aparências subjetivas ou conexões de impressões sensíveis, e que se pretendem universalmente válidas a todos os sujeitos julgadores) são dotados de objetividade e generalidade em virtude dos conceitos a priori que estão incorporados às formas relevantes de juízo. Se podemos identificar todas as formas possíveis de juízo empírico objetivo, então podemos esperar que elas sirvam como base para descobrir todos os conceitos e categorias mais gerais empregados quando julgamos, e portanto que são empregados em qualquer conhecimento dos objetos (Körner 1955, 48–49).

Assim, para distinguir tais categorias, Kant parte da lógica Aristotélica, delineando quatro aspectos em que se pode classificar quaisquer juízos: de acordo com sua quantidade, qualidade, relação ou modalidade. Em cada um destes aspectos ou modos de juízo, há três classificações alternativas; por exemplo, no aspecto da quantidade, um juízo pode ser universal, particular ou singular; no aspecto da relação, um juízo pode ser categórico, hipotético ou disjuntivo, e assim por diante. Esse modo Aristotélico de classificar juízos é o guia para distinguir doze conceitos, correspondentes, do entendimento. Assim, por exemplo, ao notar que juízos são ou universal (e.g. todos os cisnes são brancos), ou particular (e.g. alguns cisnes são brancos), ou singular (e.g. Cygmund é branco), podemos deduzir três categorias correspondentes de quantidade: unidade, pluralidade e totalidade. Desse modo, Kant distingue doze conceitos puros do entendimento (A80/B106) os quais são divididos em quatro classes de três:

- Quantidade
 - Unidade
 - Pluralidade
 - Totalidade
- Qualidade
 - Realidade
 - Negação
 - Limitação
- Relação
 - Inerência e Subsistência (substância e acidente)
 - Causalidade e Dependência (causa e efeito)

- Comunidade (reciprocidade)
- Modalidade
 - Possibilidade
 - Existência
 - Necessidade

As categorias são apresentadas como se formassem uma lista exaustiva única, com quatro classes de categorias as quais impõem quatro formas diferentes de unidade sobre o objeto conhecido (Paton 1936, 295–9). Assim, pode-se perguntar separadamente acerca da quantidade, qualidade, relação e modalidade de um objeto; a cada pergunta pode-se dar uma das três sub-respostas; e, a cada resposta, move-se em direção a uma caracterização mais completa do objeto.

Embora essas sejam categorias do entendimento, elas possuem um certo grau de importância ontológica, pois é a priori que elas se aplicam, universalmente, a todos os objetos que podem ser conhecidos (A79/B105). Dessa forma, ao delinear os conceitos necessários a priori para o conhecimento dos objetos, podemos adquirir conhecimento das categorias que governam qualquer objeto possível de cognição. Assim, podemos obter um conjunto descritivo de categorias ontológicas, embora seja importante entendê-las explicitamente como categorias dos objetos do conhecimento possível e não das coisas em si mesmas. Portanto, Kant pode tratar seu sistema de categorias como um sistema de categorias em um sentido semelhante ao aristotélico, "já que nosso propósito principal é o mesmo que o dele [Aristóteles], embora nosso método de abordagem seja muito diferente" (A80/B105). No entanto, é claro que, para Kant, as categorias têm origem nos princípios do entendimento humano e não nas divisões intrínsecas da realidade independente da mente. Elas podem ser descobertas por meio da investigação das formas de julgamento humano possíveis, e não pela investigação do mundo em si mesmo ou pelos modos contingentes de falar.

Uma abordagem similar à de Kant foi defendida mais recentemente por P. F. Strawson e outros que o seguiram e que se dedicam ao projeto de uma "metafísica descritiva", a qual se ocupa em descrever "as características mais gerais da nossa estrutura conceitual" (1959 [1963], xiii), e assim provê resultados mais gerais e duráveis do que poderíamos esperar a partir de análises da linguagem.

1.3 Descritivismo Husserliano

Edmund Husserl trouxe duas novidades ao estudo das categorias. Primeiro, enquanto Aristóteles usou a linguagem como um guia para categorias ontológicas e Kant considerou conceitos como uma via para as categorias de objetos de conhecimento possíveis, Husserl distinguiu explicitamente categorias de *significado* e categorias de *objetos*, e tentou estabelecer correlações legiformes entre categorias de cada espécie (Smith 2007, 139ff.). Segundo, enquanto Aristóteles e Kant propõem cada um um único sistema de categorias, Husserl distingue duas maneiras pelas quais se podem deduzir classificações ontológicas de nível superior: através de *formalização* e através de *generalização*, produzindo assim dois sistemas de categorias separados e ortogonais, em duas dimensões diferentes (cf. Smith 2004, cap. 8).

Husserl faz uma distinção cuidadosa entre as categorias de significado (por meio das quais podemos pensar sobre tipos superiores ou "essências" de objetos) e as categorias significadas, que são categorias de objetos ou categorias ontológicas consideradas como essências superiores que as entidades podem ter. Ele afirma: "Por 'categorias' podemos entender, por um lado, conceitos no sentido de significados, mas também, por outro lado, e de forma mais precisa, as próprias essências formais que são expressas nesses significados" (1913 [1962], 61-2). Embora devamos distinguir entre esses dois tipos de categorias, Husserl argumenta que essas espécies de categorias estão essencialmente correlacionadas, de modo que podemos aprender sobre as categorias de um tipo por meio do outro.

Independentemente de estudarmos categorias de significado ou de objetos, para Husserl, é claro que o estudo de categorias é algo inteiramente *a priori*; ambas as categorias de significado e de objeto "surgem ... somente em relação com as diversas "funções do pensar", i.e., só podem ter a sua base concreta nos atos possíveis do pensar como tais, ou nos correlatos neles apreensíveis" (1913 [2000], 237; [Ferrer 2014, 182]). Como ele diz mais tarde, em *Ideias*, o estudo das categorias é um estudo das essências, baseado na "visão de essência" sobre os tipos de significado e tipos de coisas correlacionados. Tal estudo das essências pode ser conduzido por meio da livre reconfiguração de casos imaginados, independentemente de quaisquer questões de fato, incluindo sobre se há ou não algo *do* tipo ontológico imaginado (1913 [1962], 51). Assim, as categorias ontológicas de Husserl são, neste sentido, categorias *descritivas* das essências mais elevadas das coisas possíveis (as

quais podem cair sob tais essências), e não se supõe que elas possam fornecer um inventário do que *de fato* existe (como questão factual empírica).

Husserl conduz uma discussão extensa acerca das categorias de significado nas *Investigações Lógicas*, onde argumenta que distinções entre categorias de significado (as quais parecem ser mais categorias sintáticas que semânticas) podem ser feitas observando-se se a substituição de um termo por outro resulta em ausência de sentido. Por exemplo, na frase “Esta árvore é verde” podemos substituir “árvore” por “cadeira” — mas não por “descuidado” — sem que falte o resultado seja ausente de sentido, o que assinala a diferença entre as categorias de significado *material nominativo* e *material adjetivo* (1913 [2000], 511–512). O entendimento de Husserl acerca de “ausência de sentido” é bastante estrito: somente aquelas sequências de palavras que são *sintaticamente* incorretas (tal que elas formam um mero ‘amontoado de palavras’ e não podem compor qualquer unidade de significado (Husserl 1913 [2000], 522)) são tidas como ausentes de sentido, e portanto como indicativos de diferenças nas categorias de significado. (Husserl distingue repetidamente a ausência de sentido de formações verbais tais quais “um ou redondo” (das quais não emerge qualquer unidade de significado) de meros *absurdos* tais quais “um quadrado redondo”, em que a expressão tem uma unidade de significado embora *a priori* nenhum objeto possa corresponder à expressão (1913 [2000], 516–17)).

Correlacionadas às categorias de significado estão as categorias *ontológicas*. Por exemplo, objeto, estado de coisas, unidade, pluralidade, número e relação são categorias (formais) que categorizam objetos em vez de categorizar significados (Husserl 1913 [2000], 237). De acordo com Husserl, as categorias de ambos os tipos estão conectadas por “leis ideais”. Por exemplo, objetos são considerados correspondentes ontológicos da categoria de significado das expressões nominativas, propriedades são correspondentes ontológicos de expressões adjetivas, e estados de coisas são correspondentes ontológicos de proposições. Embora Husserl não tenha estabelecido explicitamente um método para distinguir categorias ontológicas (pelo menos até onde eu sei), é possível derivá-las se começarmos com o teste mencionado acima, de ausência de sentido para categorias de significado, e depois nos concentrarmos nas categorias ontológicas correspondentes. Conforme afirmado por Husserl, “verdades puras sobre o significado podem ser transformadas em verdades puras sobre o objeto” (1913 [1962], 61).

Para além de distinguir explicitamente entre categorias do significado e categorias de objetos correspondentes que podem ser "significados", Husserl introduziu uma segunda inovação ao estudo das categorias ao distinguir essências *formais* superiores (as quais Husserl chama "categorias") de essências *materiais* superiores (as quais ele chama "regiões") (1913 [1962], §10; cf. Smith 1995, 329–330 e Smith 2007, 142–148). Até aqui tenho descrito categorias ontológicas *formais*, as quais correspondem a diferentes categorias do significado que são discerníveis através do teste da ausência de sentido. De fato, Husserl reservou o termo "categoria" para os gêneros formais superiores, os quais são discernidos através de um processo de *formalização*—uma remoção de conteúdo. Essas "essências categoriais" partem de um "objeto em geral" no topo da árvore, e o nível seguinte é então dividido em categorias as quais incluem, por exemplo, objeto, estados de coisas, propriedade, relação, número, etc. (Ver listas 1913 [2000], 237 e 1913 [1962], 61). Tal qual Aristóteles distinguiu substâncias primeiras (que são independentes) de outros tipos de coisa (dependentes), em suas categorias formais Husserl distinguiu entre categorias de substrato de indivíduos (ou, mais exatamente, o mero *isto-aqui*) e as "objetividades sintáticas" dependentes—os correlatos de termos nominativos que são derivados dos modos com que falamos sobre substâncias primeiras (1913 [1962], 62–3 e 67) (por exemplo, o termo nominativo "essa relação de brilho" pode ser derivado de afirmações "A tem mais brilho que B" (1913 [2000], 797–8).

As categorias materiais de Husserl, por outro lado, classificam entidades de acordo com sua natureza ou essência, e os gêneros materiais últimos são alcançados por meio de um processo de generalização em direção aos tipos mais gerais de conteúdo envolvido, em vez de um processo de formalização que esvaziaria todo o conteúdo (1913 [1962], 65). As três categorias materiais superiores são natureza (que inclui objetos e eventos físicos), cultura (que inclui artefatos, entidades sociais e valores) e consciência (cf. Smith 2004). Embora os sistemas de categorias formais e materiais formem cada um uma hierarquia (1913 [1962], 64), quando considerados em conjunto, suas categorias não são mutuamente exclusivas, pois uma mesma entidade pode ser categorizada em termos de sua natureza material e de sua forma. Para uma discussão mais aprofundada sobre as categorias de Husserl, consulte Smith (2007, 135–161).

Husserl não diz explicitamente qual método é adequado para distinguir categorias ontológicas materiais. No entanto, ele distingue o absurdo material do absurdo formal, e da ausência de sentido formal que assinala a diferença entre

categorias do significado (1913 [2000], 523). Expressões são *formalmente* absurdas se nenhum objeto pode corresponder a elas *a priori*, isto é, puramente em virtude de leis formais e lógicas, independentemente do conceito material particular empregado; por exemplo, “uma coisa redonda não-redonda” é formalmente absurdo; sua absurdidade seria mantida ainda que substituíssemos ‘redondo’ por outro adjetivo ou ‘coisa’ por outro nome. Por outro lado, expressões são materialmente absurdas se a impossibilidade de haver um objeto correspondente é baseada nos conceitos materiais particulares empregados; por exemplo, "um quadrado redondo" é uma expressão materialmente absurda porque baseada nos significados particulares de "redondo" e "quadrado". Assim, presumivelmente, poder-se-ia tentar distinguir categorias ontológicas materiais através da absurdidade material que resulta da substituição de expressões que significam objetos de tipos *materiais* diferentes; "uma mesa redonda", por exemplo, tem sentido, mas se substituirmos "mesa" por uma figura geométrica como "quadrado" ou por um dia da semana como ‘quinta-feira’, obtemos uma afirmação materialmente absurda (a qual, *a priori*, nada corresponde). Como veremos abaixo na §2.2, Gilbert Ryle desenvolveu de modo semelhante o teste de ausência de sentido de Husserl acerca de diferenças categoriais.

Roman Ingarden (1960 [1964], 22ff) levou a ontologia multidimensional de Husserl adiante. Assim como Husserl, ele distinguiu categorias formais de categorias materiais, mas ele também distinguiu categorias de uma terceira dimensão: categorias existenciais (aquelas que descrevem o modo de ser de uma entidade). As categorias existenciais mais superiores na lista de Ingarden são o real (ser espaço-temporal), o ideal (abstrato), o absoluto (completamente independente, atemporal), e o puramente intencional (dependente de consciência). Embora qualquer entidade concebível deva ser unicamente localizável em uma única categoria de cada dimensão, os três tipos de ontologia são mutuamente ortogonais, e assim, oferecem modos abstratos diferentes de considerar quaisquer entidades. Assim, por exemplo, uma escultura pode ser categorizada formalmente como um objeto, materialmente como uma obra de arte, e existencialmente como puramente intencional.

1.4 Sistemas de Categorias Contemporâneos

No século XX, os sistemas de categorias ontológicas saíram de moda (por razões que discutiremos abaixo, na §1.5), e a discussão sobre categorias se

deslocou para uma mera articulação de *diferenças* categoriais, em vez de buscar um sistema de categorias abrangente.

Uma exceção importante aparece no trabalho de Samuel Alexander, o qual em sua obra de 1920 *Space, Time and Deity* desenvolve uma teoria de categorias cujo espírito é realista. Alexander defende uma ontologia monista na qual ele postula Espaço-Tempo como “a entidade monística única que abrange toda entidade e toda característica da realidade.” (Fischer 2015, 246) Ele enxerga as categorias como baseadas na natureza intrínseca do Espaço-Tempo, e postula como características categoriais somente aquelas que são ‘pervasivas’, isto é, instanciadas por todas as entidades. As categorias que ele identifica são organizadas em três “degraus” (ou posições de complexidade crescente, onde os últimos degraus pressupõem os primeiros), resultando no seguinte sistema:

- Degrau 1
 - Existência
 - Universalidade
 - Relação
 - Ordem
- Degrau 2
 - Substância
 - Causalidade
 - Quantidade
 - Número
- Degrau 3
 - Movimento

Nos últimos anos tem havido várias tentativas de oferecer um novo sistema de categorias, tanto no espírito realista quanto no descritivista. Porém, há pouca concordância sobre quais categorias devem ser incluídas e sobre como deve ser feita a seleção entre os sistemas concorrentes.

Ingvar Johansson (1989) e Roderick Chisholm (1996) adotaram uma abordagem realista neo-Aristotélica, a qual tenta delinear um sistema de categorias completo, entendido como uma lista de categorias de entidades reais no mundo. Ingvar Johansson insiste de modo explícito que seu interesse é no mundo: “Este livro é um livro sobre o mundo. Eu me dedico à ontologia, e não somente à linguagem” (1989, 1), e tenta oferecer “uma teoria realista de

categorias tomadas como aspectos reais do ser” (1989, 2). Sua lista (1989, 20) inclui nove categorias principais (algumas das quais se subdividem):

- Espaço-Tempo
- Estado de coisas
- Qualidade
 - Substância
 - Propriedade
- Relação Externa
- Relação fundamentada
- Inércia
- Espontaneidade
- Tendência
- Intencionalidade
 - Realidade
 - Apresentacional
 - Representacional
 - Ficcional

Diferente de Aristóteles, Johansson não faz qualquer uso explícito da linguagem ao discriminar categorias ontológicas, apelando ao método de abstração sucessiva (Johansson 1989, 1–2). Assim, por exemplo, derivamos a categoria ‘qualidade’ ao subir em abstração, a partir de um tom particular de vermelho escuro, para vermelho, cor, e finalmente, qualidade. Do mesmo modo (para usar um exemplo de Sellars) pode-se tentar derivar a categoria “substância” a partir de uma entidade individual, por exemplo, Fido, e então, subindo em abstração a partir de “Fido é um dachshund”, passando por “Fido é um cachorro” e “Fido é um animal”, finalmente alcançando “Fido é uma substância” (1970 [1974], 321). Assim como as categorias de Aristóteles, as de Johansson atingem o topo sem atingir uma categoria única superior que subsuma todas as outras.

Assim como Aristóteles e Johansson, Roderick Chisholm introduz seu trabalho sobre categorias como sendo “sobre as categorias últimas da realidade” (1996, 3). Diferente destes, no entanto, Chisholm (1996, 3) dispõe categorias como formando uma árvore de Porfírio, a qual parte de uma categoria única geral que compreende tudo, mas que se divide em gêneros sucessivamente mais restritos nos níveis mais baixos da ramificação. (Para uma discussão interessante sobre se tais termos gerais como ‘entidade’ ou ‘coisa’ podem ser

vistos como nomeando uma categoria suprema, ver Thompson 1957, cf. §2.3 abaixo). Eis o sistema de categorias de Chisholm:

- Entidade
 - Contingente
 - Estados
 - Eventos
 - Indivíduos
 - Limites
 - Substâncias
 - Necessário
 - Estados
 - Não-estados
 - Atributos
 - Substâncias

Outros autores contemporâneos abordam a questão das categorias em um espírito meramente descritivo. Reinhardt Grossman, por exemplo, distingue oito categorias superiores (1983, xvi):

- Indivíduos
- Propriedades
- Relações
- Classes
- Estruturas
- Quantificadores
- Fatos
- Negação

Mas, embora Grossman caracterize seu livro como uma tentativa de “tornar as *Categorias* de Aristóteles atual” (1983, xv), ele nega explicitamente que esteja fazendo quaisquer afirmações sobre haver ou não coisas que pertencem às oito categorias que ele distingue, considerando isto como além do âmbito da ontologia (1983, 10–12).

Joshua Hoffman e Gary Rosenkrantz (1994) apresentam um sistema de categorias em árvore, em que *entidade*, o *summum genus*, é subdividido em

abstrato e *concreto* (em vez de *contingente* e *necessário* como Chisholm), e estes são subdivididos novamente.

- Entidade
 - Abstrato
 - Propriedade
 - Relação
 - Proposição
- Concreto
 - Evento
 - Tempo
 - Lugar
 - Substância
 - Objeto Material
 - Espírito
 - Limite
 - Coleção
 - Privação
 - Tropo

Também eles oferecem seu sistema de categorias como uma descrição categorial, como uma análise das várias categorias de ser possíveis, em vez de fazerem qualquer afirmação acerca de tais categorias serem não-vazias (1994, 7–8).

E.J. Lowe considera as categorias como categorias de “quais tipos de coisas podem existir e coexistir” (2006, 5). Tais categorias, ele defende, devem ser individuadas de acordo com as condições de existência e/ou identidade de seus membros; categorias fundamentais são aquelas acerca das quais as condições de existência e identidade de seus membros não podem ser especificadas exaustivamente em termos de relações de dependência que têm com entidades de outras categorias (2006, 8). Assim, Lowe argumenta que há quatro categorias ontológicas fundamentais: objetos (substâncias individuais tais quais *Fido*), modos (instâncias de propriedades ou relações tais quais a *quadrupedidade de Fido*), tipos (universais substantivos tais quais o tipo *cachorro*), e atributos (propriedades e relações, tais quais *ser quadrúpede*). Porém, embora Lowe argumente que há exatamente quatro categorias *fundamentais*, ele as organiza hierarquicamente. As quatro categorias

fundamentais se apresentam em um terceiro nível de seu esquema hierárquico; as categorias que aparecem nos níveis mais altos (particulares e universais no segundo nível; e entidade no topo) são “meras abstrações e não desempenham qualquer papel ontológico sério por si sós.” (2006, 39) Seu esquema completo de categorias é o seguinte:

- Entidades
 - Particulares
 - Objetos
 - Substâncias
 - Não-substâncias
 - Modos (monádicos e relacionais)
 - Universais
 - Tipos
 - Atributos (propriedades e relações)

Outros, encarando o projeto de desenvolver categorias em um espírito explicitamente realista e motivados pelo objetivo de oferecer uma ontologia parcimoniosa, têm almejado oferecer um sistema mais minimalista de categorias ontológicas fundamentais. Por exemplo, Laurie Paul (2016) recentemente defendeu uma ontologia "unicategorial" a qual aceita (no nível fundamental) somente a existência de características e qualidades intrínsecas. Contra aqueles que aceitam mais categorias, ela argumenta que não temos qualquer necessidade (por exemplo) de admitir uma divisão fundamental entre indivíduos e suas propriedades, e que uma ontologia "unicategorial" é mais parcimoniosa e fatia melhor o mundo, nas suas "articulações ontológicas".

1.5 Ceticismo acerca de sistemas de categoriais

Tanto os sistemas categoriais realistas quanto os descritivistas, ao menos tais quais tradicionalmente apresentados, parecem pressupor que há uma resposta verdadeira única à questão sobre quais categorias de entidades existem — com efeito, a descoberta de uma resposta a esta pergunta é o objetivo da maioria das investigações acerca de categorias. Grossman, por exemplo, argumenta que uma lista de categorias tem que ser completa, conter tudo, e ter tudo em seu lugar *próprio* (1983, 4). Assim, Johansson considera que seu projeto é

“desenvolver um sistema coerente de todas as categorias mais abstratas que são necessárias para uma descrição verdadeira do mundo.” (1989, 1) Argumentos acerca de qual dos muitos sistemas de categorias oferecidos é o correto, do mesmo modo, parece pressupor que há uma lista de categorias correta única.

No entanto, os sistemas de categorias atualmente disponíveis variam tanto que até mesmo um breve levantamento dos sistemas de categorias mencionados anteriormente pode minar a confiança na possibilidade de encontrar um único sistema verdadeiro e abrangente de categorias. Dado que existe uma diversidade tão ampla de respostas à questão de quais categorias ontológicas existem, surge a questão de quais critérios poderiam ser utilizados para escolher uma delas como a correta.

Alguns padrões mínimos de adequação se impõem (Butchvarov 1995, 75). Quer se adote uma abordagem realista ou descritivista, se aquele sistema se propõe abrangente, deve pelo menos ser exaustivo—contendo uma categoria para cada coisa que há (na abordagem realista) ou pode haver (na abordagem descritivista). No entanto, pode-se, como o faz Hoffman e Rosenkrantz (1994, 140), apresentar um sistema com *algumas* categorias fundamentais sem que se lhes considerem exaustivas.

Outro critério mínimo de adequação é que as categorias superiores (ou, para sistemas em árvores, as categorias em cada nível da ramificação) devem ser mutuamente exclusivas, garantindo que tudo que há (ou possa haver) tenha seu lugar em exatamente uma categoria superior, ou uma categoria a cada nível (Chisholm 1989, 162). (Isso permite ainda um sub-agrupamento de categorias, tal que algo pode pertencer a uma categoria específica, como substância, e a uma mais geral, como indivíduo.)

Mas estes critérios não são suficientes para garantir aquilo que precisamos. Primeiro, não é claro que muitos sistemas de categorias satisfaçam mesmo estas condições mínimas. Como mencionado acima, Aristóteles distinguiu suas categorias sobretudo através de considerações acerca dos tipos de perguntas que poderia fazer (e os tipos de respostas a elas apropriadas). É difícil saber, no entanto, como que se pode garantir que todos os tipos de questões foram considerados, e assim é difícil saber se uma lista exaustiva de categorias foi oferecida—um ponto que Aristóteles não tenta demonstrar (Ackrill 1963, 80–81). De fato, o fato de que Aristóteles oferece diferentes listas de categorias em diferentes lugares sugere que ele não considerou sua lista como sendo final e exaustiva. Do mesmo modo, o sistema de categorias de Kant pode

ser encarado como exaustivo somente na medida em que a lista de formas de juízos a partir dos quais ele as derivou exaure as formas possíveis de juízo—mas nós temos motivos para pensar que este não é o caso (Körner 1955, 50). Johansson, como vimos, por outro lado usa um método de abstrações sucessivas. Mas não é claro como tal método poderia assegurar que as categorias assim discernidas são exaustivas (como sabemos se levamos em consideração algo de cada um dos tipos superiores se não sabemos ainda quais são estes tipos superiores?), ou mesmo assegurar que as categorias são mutuamente exclusivas.

Segundo, mesmo que possamos verificar que os critérios de exclusividade mútua e exaustividade são satisfeitos, tais condições por elas mesmas são muito fracas para determinar um sistema de categorias único. Se aceitarmos a lei do terceiro excluído, um estoque infinito de classificações exclusivas e exaustivas pode ser produzido: podemos dividir as coisas entre as localizadas no espaço-tempo e as não-localizadas-no-espaço-tempo, o intencional e o não-intencional, extensões e o não-extensões, para mencionar somente algumas das maneiras mais relevantes em que as coisas poderiam ser divididas. De fato, uma das fontes de perplexidade acerca de categorias advém do fato de que filósofos elegeram tantas divisões de tipos tão diferentes como a diferença categorial fundamental—para Descartes, o estendido e o cognitivo (não-extensional), para Chisholm, o contingente e o necessário, para Hoffman e Rosenkrantz o concreto e o abstrato, e assim por diante. Assim, um outro motivo para o ceticismo acerca da existência de um conjunto *único* de categorias advém do fato de que as categorias deveriam ser os gêneros sob os quais as coisas caem (ou podem cair). Mas a partir de uma entidade qualquer, pode-se fazer abstração de modos diversos—ainda que nos limitássemos àqueles modos que garantem exclusividade e exaustão.

Dúvidas acerca da possibilidade de se descobrir um sistema de categorias unicamente verdadeiro fez com que muitos evitassem falar de sistemas de categorias, e fez com que outros adotassem um certo tipo de relativismo acerca de sistemas de categorias, o qual evita considerar seriamente sistemas categoriais como candidatos a conjunto único de gêneros superiores sob os quais qualquer coisa cai (ou pode cair). Jan Westerhoff (2005), por exemplo, argumenta que não há um conjunto único, absoluto de categorias ontológicas. Na sua visão, categorias em metafísica são análogas a axiomas em teorias matemáticas; em ambos os casos, pode haver mais de uma maneira de sistematizar nosso conhecimento a partir de uma base relativamente simples. O

resultado é um tipo de relatividade acerca de sistemas de categorias: “qual conjunto de categorias escolhemos é uma questão de conveniência, do mesmo modo em que algumas axiomatizações da lógica proposicional ou da mecânica Newtoniana são mais convenientes de usar que outras.” (2005, 218). Consequentemente, Westerhoff argumenta, devemos reavaliar a importância das categorias ontológicas em metafísica—estas não deveriam ser consideradas “as partes mais fundamentais do mundo, mas ... as partes mais fundamentais da nossa sistematização do mundo.” (2005, 135)

Outros consideraram a variedade de sistemas de categorias oferecidos ou pressupostos pelos filósofos como evidência das pressuposições específicas de seus pensamentos ou dos preconceitos de suas épocas - e não como uma indicação de qualquer divisão existente no mundo. Por exemplo, Stephan Körner busca explicitar em sua discussão sobre estruturas categoriais como a estrutura cognitiva de um pensador categoriza objetos, utilizando certos princípios de individuação, e esclarecendo suas razões para manter essa estrutura (1970, 10). De maneira similar, R. G. Collingwood considera que a tarefa da metafísica é simplesmente revelar as “pressuposições subjacentes à ciência comum” (1940 [1998]).

As preocupações específicas sobre (1) garantir exclusividade mútua e exaustividade conjunta das categorias, e sobre (2) os sistemas de categorias serem considerados como unicamente corretos, podem, porém, ter resposta em certos modos de se formular teorias de categorias ontológicas. Preocupações do primeiro tipo podem ser atendidas assegurando-se que categorias (do mesmo nível) sejam definidas de modo tal a garantir exclusividade e exaustividade. Assim, por exemplo, Thomasson (1999, capítulo 8) distingue categorias baseando-se nos tipos de relações de dependência que uma certa entidade tem *ou não tem* em relação a estados mentais (e uma segunda dimensão é distinguida baseando-se nas relações de dependência que uma entidade tem ou não em relação a objetos espaço-temporalmente localizados), tal que a lei do terceiro excluído por si só garanta exclusividade mútua e exaustividade conjunta das categorias distinguidas. (O método de Dummett para distinção entre categorias provê uma outra via que também garante exclusividade mútua—ver §2.3.)

Sistema multidimensionais (Husserl 1913 [1962], §10; Ingarden 1960 [1964], Capítulo 2; Thomasson 1999, Capítulo 8; Smith no prelo, Capítulo 8) atendem, em alguma medida, à segunda preocupação ao reconhecer que diferentes dimensões de categorização são possíveis, e que nenhuma lista

unidimensional pode ser considerada completa. Em princípio, multi-dimensionalistas poderiam até aceitar que não há número fixo ou limite acerca de quantas listas unidimensionais de categorias poderia haver, muito embora qualquer lista deste tipo possa ser considerada como oferecendo uma categorização única, correta, e exaustiva, de entidades consideradas sob o aspecto escolhido.

De qualquer modo, dada a grande utilidade de um sistema de categorias (muitos dos quais não dependem da afirmação de que tal sistema de categorias é exclusivamente “correto”), não devemos abandonar prematuramente as tentativas de desenvolver e avaliar sistemas de categorização. Mesmo se não tomarmos um sistema de categorias como oferecendo um inventário realista de tudo o que existe ou uma descrição das divisões intrínsecas fundamentais da realidade, um sistema de categorias esboçado em espírito descritivista oferece um arcabouço no qual questões ontológicas podem ser respondidas de modo sistemático e no atacado, ao enumerar categorias de tal modo que possamos investigar em seguida se realmente há ou não algo de cada um dos tipos. Investigar tais questões de dentro de um arcabouço categorial pode ajudar a assegurar que qualquer ontologia resultante é fundamentada em princípios e unificada, evitando assim decisões *ad hoc* e fragmentadas. As categorias descritivistas também provêm uma ferramenta que pode ser usada em outras áreas da ontologia, como por exemplo, para assegurar que comparações acerca de parcimônia sejam feitas legitimamente (examinando quais categorias de entidades são aceitas e quais são negadas por várias teorias), e para averiguar que potenciais soluções para problemas metafísicos não sejam negligenciadas pelo uso tácito de um sistema de categorias que não é exaustivo (Thomasson 1999, Capítulos 8 e 9). Um outro uso importante para sistemas de categorias é que, uma vez que se propõe um conjunto de categorias, nós podemos então, como Daniel Nolan (2011) sugere, investigar questões sobre relações entre entidades alocadas em diferentes categorias: por exemplo, questões sobre eventos serem ou não dependentes de, ou fundados em, coisas, ou (como Nolan sugere) se coisas e eventos podem ser identificados em última análise como pertencendo a uma mesma categoria. Pressuposições acerca de categorias desempenham um papel tão relevante em filosofia (por exemplo, em discussões sobre a teoria cartesiana da mente, teorias platonistas da matemática, etc.) que o estudo das categorias necessárias para tornar tais pressuposições explícitas, e disponíveis para avaliação, é útil

independentemente das dúvidas sobre os prospectos para a descoberta de um sistema de categorias unicamente correto.

1.6 Categorias em Outras Disciplinas

Para aqueles que abordam categorias com um espírito descritivista, como um problema de determinar as categorias da linguagem e do pensamento, é natural buscar auxílio na linguística ou na ciência cognitiva.

Uma abordagem notável para se determinar as categorias ontológicas implícitas no uso de linguagens naturais é via Ontologia da Linguagem Natural, a qual oferece um modo de implementar a abordagem descritivista. Como Friederike Moltmann (2017) esclarece, no entanto, a metodologia para uma ontologia da linguagem natural não se confunde com as tentativas de estabelecer uma ontologia do senso comum, a qual simplesmente pergunta quais afirmações ontológicas ou quais categorias as pessoas aceitam explicitamente, ou aceitariam após consideração. Assim, por exemplo, a Ontologia da Linguagem Natural não determina as categorias ontológicas da linguagem natural através da observação de asserções explícitas feitas por falantes acerca de categorias (ou às quais falantes assentiriam), como de que “objetos não são eventos”. Em vez disso, distinções categoriais baseadas na linguagem natural são reveladas ao se explicitar *pressuposições* das frases usadas por falantes comuns. Por exemplo, o fato de que são aceitáveis: “Esse prédio existia ano passado” mas não “Esse prédio ocorreu ano passado,” e “A chegada de João ocorreu semana passada” mas não “A chegada de João existiu ano passado”, argumenta-se, pressupõe uma diferença categorial entre objetos materiais e eventos, uma vez que as condições de aplicabilidade destes predicados aparentemente pressupõem que eles se aplicam a entidades de diferentes categorias (Moltmann 2017, Seção 3.1). Temos motivos para nos engajar na ontologia de linguagens naturais, argumenta Moltmann, uma vez que ela pode nos dar “a melhor indicação acerca de como concebemos as coisas” (2017, Seção 7). Uma questão que persiste é se haverá uma ontologia uniforme a todas as linguagens naturais, talvez uma ontologia determinada pela nossa estrutura cognitiva.

Pode-se, é claro, voltar-se à ciência cognitiva para tentar responder se há ou não um sistema fixo de categorias determinado por nossa estrutura cognitiva. E, de fato, as discussões acerca de categorias também desempenham

um papel importante na ciência cognitiva, onde o propósito não é descobrir as categorias fundamentais do ser, mas sim descobrir os meios pelos quais aqueles que experimentam o mundo o categorizam. Neste caso, os debates têm se focado em como humanos, de fato, agrupam as coisas em categorias—se isso envolve listas de características definicionais (observáveis ou não), semelhanças a protótipos, características salientes probabilisticamente pesadas, etc. Os debates também dizem respeito à relação entre categorias linguísticas e conceituais, quais níveis categoriais são mais básicos, se há um conjunto mais básico de categorias, se, e em que medida, categorizações são consistentes entre grupos culturais, e se algumas categorias fundamentais são inatas. A psicóloga Susan Carey (2011) tem conduzido vários estudos em crianças e primatas que, segundo ela, sugerem que há vários conceitos que são inatos à "cognição central", os quais são projetados para representar certas classes de entidades no mundo, e que são compartilhados entre crianças humanas pré-linguagem, adultos, e outros primatas. Estes incluem o conceito de objeto (tomado como um conceito sortal cujo critério de individuação se refere à limitação, e à continuidade espaço-temporal), quantidade, agência, e causação. Para mais discussões acerca de categorização em ciência cognitiva, ver Lakoff (1987) e Rakison e Oakes (2003).

Recentemente, as investigações sobre categorias ontológicas têm despertado interesse não apenas de filósofas e filósofos, mas também nas áreas de ciências da informação e ciências biomédicas, onde as ontologias são usadas para organizar o conhecimento representado em sistemas de informação (Smith 2003). Em alguns casos, as ontologias desenvolvidas são específicas a certo domínio (por exemplo, à informação médica, geográfica, etc.). No entanto, tem havido grande interesse também em desenvolver ontologias de nível superior, que sejam mais abrangentes possível e aplicáveis a todos os domínios específicos, permitindo assim compartilhamento de informação entre sistemas. São essas ontologias de nível superior que se baseiam mais diretamente em estudos filosóficos acerca de categorias, embora as distinções categoriais também desempenhem um papel crucial em ontologias que são específicas a certos domínios. Ambos os tipos de estudos filosóficos acerca de categorizações prometem várias aplicações práticas para o gerenciamento de informação, os quais quais investigações estão apenas no começo (ver Sowa 1995, Munn e Smith (ed.) 2008).

2. Diferenças categoriais

Muito do trabalho recente sobre categorias tem sido influenciado pelo ceticismo em relação à possibilidade de se estabelecer um sistema de categorias ontológicas. Dificuldades como as mencionadas anteriormente têm minado a ideia de encontrar um único e abrangente sistema de categorias ontológicas que seja verdadeiro. O ceticismo em relação à proliferação de sistemas de categorias é agravado pelo ceticismo geral em relação à metafísica. Em alguns casos, isso decorre das críticas feitas pelos positivistas lógicos, que consideram todo discurso metafísico como destituído de sentido. Mais recentemente, esse ceticismo surgiu de dúvidas gerais sobre a epistemologia da metafísica (Bennett 2009, Kriegel 2013, Thomasson 2015), bem como de dúvidas mais específicas sobre a possibilidade de se compreender uma "estrutura ontológica" especial ou de se descobrir qual seria essa estrutura.

Como resultado, embora categorias tenham desempenhado papel central na filosofia analítica do século anterior, e embora alguns tenham mantido tais investigações dentro de um espírito realista, outros deslocaram o foco para a identificação de *diferenças* entre categorias *semânticas* em vez de delinear *sistemas* de categorias *ontológicas*. Assim, quando Gilbert Ryle (1949, 1938 [1971]) fala sobre categorias, ele não fala diretamente sobre categorias de objetos, mas sim de diferentes tipos lógicos de conceitos, onde tais diferenças de tipos são detectáveis a partir de absurdidades que resultam da substituição de termos de um tipo por termos de outro tipo em certa classe de frases (ver §2.2 abaixo). Wilfrid Sellars, ao desenvolver uma estratégia de Ockham, argumenta explicitamente que nós podemos construir afirmações acerca de categorias como afirmações metalinguísticas disfarçadas que, na verdade, são sobre o papel de certas expressões (e sobre suas contrapartes funcionais em outras linguagens). De acordo com Sellars, “Sócrates é uma substância”, por exemplo, tem o sentido de “O ·Sócrates· é um termo singular mental básico”, e “Amarelo é uma qualidade” tem o sentido de “O ·amarelo· é um predicado (monádico) (em mentais)” (1970 [1974], 328) (onde a notação “·____·” abrevia um modo de falar sobre funções linguísticas independentemente de linguagens naturais particulares). Como resultado, nós podemos replicar as investigações tradicionais acerca de distinções categoriais, por exemplo, entre substância e qualidade, sem nos comprometer ontologicamente com a existência de qualidades ou de outros objetos abstratos (1970 [1974], 329).

2.1 Os usos de distinções categoriais

Aqueles que focam na articulação de distinções categoriais, e não no mapeamento de sistemas de categorias completos, recorrem a categorias não com esperança de prover respostas a tais perguntas metafísicas básicas como "o que existe", mas sim como uma maneira de expor, evitar, ou dissolver, o que se presumem erros, confusões, e paradoxos, filosóficos.

Assim, por exemplo, Russell e Whitehead introduziram a teoria dos tipos (a qual pode em algum sentido ser considerada uma teoria de categorias) para evitar um certo tipo de paradoxo encontrado na teoria dos conjuntos fregeana (onde temos que considerar um suposto conjunto de todos os conjuntos não-auto-pertencidos, o qual é um membro de si mesmo se, e só se, não é membro de si mesmo), e evitar paradoxos do mentiroso ("Esta frase é falsa", a qual é verdadeira se, e só se, é falsa), etc. Na análise deles, paradoxos como esses surgem de uma tentativa de formar uma totalidade ilegítima que tenta colecionar numa totalidade singular uma coleção que tem membros que pressupõem a existência daquela totalidade. Para evitar tais paradoxos, temos que aceitar que "aquilo que envolve *todos* de uma coleção não pode ser um da coleção" (1913 [1962], 37), e portanto que tais totalidades (que envolvem a totalidade de uma coleção) têm que ser de um tipo superior, por exemplo, formando classes de conjuntos de um tipo superior àqueles conjuntos de indivíduos, e assim por diante, em direção a uma hierarquia infinita de tipos. As misturas de tipos que geram asserções paradoxais são rejeitadas como mal-formadas e sem significado (1913 [1962]).

Ryle (1949) introduziu a ideia de erros categoriais como uma maneira de extinguir as confusões que ele pensou permear a teoria cartesiana da mente, e portanto de dissolver vários supostos problemas na filosofia da mente. De acordo com Ryle, alguém comete um erro categorial quando confunde o tipo ou categoria lógica de uma certa expressão (1949, 16-17). Assim, por exemplo, um estrangeiro cometeria um erro categorial se ele observasse as várias faculdades, bibliotecas, e prédios administrativos de Oxford, e então pedisse para que lhe mostrassem a universidade. O estrangeiro confunde a universidade com outra instituição similar àquelas que ele viu, quando na verdade ela é de uma categoria completamente diferente: "A universidade é só o modo em que tudo aquilo que ele já viu está organizado" (1949, 16). O erro categorial atrás da teoria cartesiana da mente, na visão de Ryle, consiste em apresentar conceitos mentais tais quais acreditar, conhecer, aspirar, ou detestar, como atos ou processos (e concluir que

eles devem ser atos ou processos ocultos, inobserváveis), quando, na verdade, os conceitos de acreditar, conhecer, e assim por diante, são disposicionais. (1949, 33). Perceber adequadamente distinções categoriais pode ajudar a mitigar uma variedade de problemas e perplexidades filosóficas, e a ideia de erro categorial foi amplamente usada (por Ryle e outros) com este propósito. Ofra Magidor sugere que “não é claro o que Ryle considerou ser o erro central na posição dualista” (2013, 10). Jonah Goldwater (no prelo), no entanto, argumenta que, em *The Concept of Mind*, os erros categoriais identificados por Ryle têm como padrão a junção errônea de entidades que pertencem a duas categorias diferentes — que implicitamente atribui a tais pares uma categoria comum. Mas na visão de Ryle (Goldwater argumenta) frequentemente não há uma única categoria superior (“existente”) sob a qual podemos subsumir as entidades assim juntadas, e portanto não podemos juntá-las, contá-las, ou quantificá-las simultaneamente. Isso, argumenta Goldwater, não só esclarece a base da crítica de Ryle às teorias da mente cartesianas e fisicalistas, mas também tem o potencial de dissolver vários debates metafísicos correntes, tais quais os argumentos contra co-locação que são baseados na negação (por exemplo) de que há uma estátua e um pedaço de massa, *ambos* num pedestal.

Na mesma linha, Thomasson (2007) argumenta que vários erros e perplexidades em ontologia têm origem no uso errôneo de asserções existenciais e quantificacionais que são categorialmente neutras. Um grande número de argumentos em ontologia se baseia em asserções sobre se, em várias situações, há algum *objeto* presente (ou sobre quantos objetos há), em que o termo “objeto” tem que ser usado de modo neutro, do ponto de vista das categorias, para que o argumento se siga (Thomasson 2007, 112-118). Mas, se asserções existenciais e quantificacionais devem tacitamente pressupor alguma categoria, ou categorias, de entidades sobre as quais quantificamos, então tais argumentos não se seguem. Thomasson (2007) dá razões independentes para acreditar que toda quantificação tem que pelo menos tacitamente pressupor uma categoria, ou categorias, de entidades sobre as quais quantificamos, e argumenta que adotar essa visão provê uma base uniforme para dissolver vários problemas que supostamente surgem quando se admite uma ontologia de objetos ordinários.

Os trabalhos sobre as distinções categoriais são relevantes também em debates na linguística e na filosofia da linguagem acerca do que, exatamente, é um erro categorial, e por que erros categoriais são infelizes. Ofra Magidor (2013) investiga respostas antigas à questão sobre o que faz um erro categorial infeliz,

como por exemplo: de que eles são sintaticamente mal-formados, de que são não-significativos, de que são significativos mas sem valor de verdade, e de que são (apesar de bem-formados, significativos e terem valor de verdade) pragmaticamente inapropriados. Magidor argumenta contra as três primeiras opções e defende uma explicação pressuposicional da infelicidade de frases que parecem conter erros categoriais. Grosso modo, na visão dela, uma frase como “O número dois é verde” aciona a pressuposição de que dois é colorido — uma pressuposição que é difícil de acomodar (2013, 132). Portanto, em sua análise, a frase é infeliz, mas tem ainda assim um valor de verdade (é falsa).

2.2 O método Ryle/Husserl de distinguir categorias

As pessoas que se baseiam apenas na ideia de diferenças categoriais, em vez de buscar oferecer um sistema de categorias, não precisam se preocupar em fornecer uma lista exaustiva das mesmas. No entanto, devem fornecer uma explicação sobre as condições nas quais podemos legitimamente afirmar que duas entidades, conceitos ou termos pertencem a categorias diferentes, para que saibamos quando ocorre (e quando não ocorre) um erro categorial. Caso contrário, seriam acusadas de arbitrariedade e de *ad hoc* em suas visões sobre quais categorias existem ou sobre onde estão as diferenças categoriais. No entanto, não há um consenso maior sobre os critérios adequados para distinguir categorias do que há sobre quais categorias de fato existem.

Ryle considerou absurdidades como um meio de detectar diferenças categoriais. Mas embora Ryle tenha tornado o método famoso, ele aparentemente derivou a ideia do método de Husserl de distinguir categorias de significado (cf. Ryle 1970, 8; Simmons 1995, 120; Thomasson 2002, 124-8, e §1.3 acima). No entanto, enquanto Husserl usou absurdos *sintáticos* como uma maneira de detectar diferenças em categorias de *significado* (produzindo categorias gramaticais diferentes), Ryle expandiu a ideia, tomando *absurdidades* concebidas de modo mais amplo como sintomas de diferenças em categorias *lógicas* ou *conceituais* (1938 [1971], 180). Assim, por exemplo, a frase “Ela chegou em casa ou em prantos ou em uma liteira” (Ryle 1949, 22) é perfeitamente bem-formada do ponto de vista sintático, mas ainda assim Ryle a classifica como uma frase que é absurda, onde o absurdo é um sintoma do fato de que a frase concatena termos de diferentes categorias.

Em seu artigo anterior “Categories”, Ryle descreve o teste para diferenças categoriais assim: “Dois elementos proposicionais são de tipos ou categorias diferentes se há um esquema frasal tal que quando expressões para aqueles elementos são importados, como complementos alternativos, para a mesma lacuna no esquema, as frases resultantes têm significado em um caso mas é absurda no outro.” (1938 [1971], 181)—em outras palavras, duas expressões (ou o que elas significam) são de categorias diferentes se há contextos em que substituindo uma expressão pela outra resulta em absurdo. Este teste, claro, não provê qualquer maneira de estabelecer que duas expressões são de uma mesma categoria (mas somente que elas não são), uma vez que há um número infinito de esquemas frasais, e que se pode sempre encontrar dentre estes um esquema que não permite substituição sem resultar em absurdo. O teste também deixa aberta, e meramente intuitiva, a própria noção de “absurdidade”; de fato, Ryle conclui seu artigo “Categories” com a questão “Mas o que são os testes de absurdidade?” (1938 [1971], 184) A abordagem de Rule foi levada à frente, de modo mais formal, por Fred Sommers (1959, 1971).

J. J. C. Smart (1953) criticou o critério de Ryle de distinguir categorias argumentando que o método poderia aparentemente ser usado para estabelecer uma diferença categorial entre quaisquer duas expressões. “Assim, ‘o assento da ... é duro’ funciona se ‘cadeira’ ou ‘banco’ preencher o espaço em branco, mas não se ‘mesa’ ou ‘cama’ o preenche. E se nomes para móveis não formam uma categoria, podemos nos perguntar então o que forma.” (1953, 227). Se não tivermos um teste de absurdidade que vá além da inaceitabilidade intuitiva por parte de falantes nativos, não teremos método para declarar que “Sábado está na cama” é uma violação categorial mas que “O assento da cama é duro” não é. Bernard Harrison tenta resolver este problema distinguindo aqueles tipos de inadequação que resultam de violações de fatos sobre categorias (tais quais o primeiro) daqueles tipos que resultam de mera violações de fatos sobre costume (como o segundo). (1965, 315-16). O uso do termo “cama” poderia ser conceivelmente estendido de modo que faria “ O assento da cama é duro” aceitável (por exemplo, se camas viessem a ser feitas com assentos) enquanto “Sábado não poderia ser conceivelmente estendido de modo que faria “Sábado está na cama” aceitável — qualquer tentativa de estender o termo assim envolveria somente o uso de ‘Sábado’ como homônimo (por exemplo, como o nome de um dia da semana e de uma pessoa) (1965, 316-18). Para mais discussão sobre métodos de inter-substitutibilidade para estabelecer distinções

categoriais, ver Westerhoff (2005, 40–59 e 2002, 338–339). Westerhoff (2004) desenvolve um método de distinguir categorias que é baseado na substitutibilidade em estados-de-coisas no mundo em vez de na linguagem.

2.3 O método fregeano de distinguir categoriais

Frege toma distinções categoriais como sendo correlacionadas às distinções entre tipos de expressões linguísticas. A categoria dos *objetos*, por exemplo, é discriminada com base na categoria linguística dos *nome próprios* (Dummett 1973 [1981], 55–56; cf. Wright 1983, 13 e Hale 1987, 3–4)—i.e. um objeto é somente o correlato de um nome próprio, onde nomes próprios incluem todos os termos singulares (incluindo orações singulares precedidas por um artigo definido). Mais recentemente, as abordagens fregeanas foram desenvolvidas e defendidas mais recentemente por Michael Dummett (1973 [1981]) e Bob Hale (2010).

Hale desenvolve e defende a ideia fregeana de que “a divisão de entidades não-linguísticas em diferentes tipos ou categorias depende de uma categorização anterior dos tipos de expressões com as quais nos referimos a elas” (2010, 403). De acordo com essa concepção, ser um objeto é “ser o referente de um termo singular *possível*, ser uma propriedade é ser o referente de um predicado de primeira-ordem *possível*, e assim por diante” (2010, 411). Ele também argumenta que isso motiva uma abordagem deflacionária à questões existenciais, de acordo com a qual podemos argumentar a favor da existência de entidades de um certo tipo argumentando simplesmente “que há afirmações verdadeiras que envolvem expressões daquele tipo” (2010, 406).

Dummett (1973 [1981]) também quer desenvolver e precisar uma abordagem fregeana acerca de distinções categoriais. Frege deixa como meramente intuitivas as distinções entre assim chamados ‘nomes próprios’ e outras partes do discurso, mas Dummett argumenta que poderíamos começar a discernir nomes próprios através de um critério de substitutibilidade de termos com preservação de boa-formação de uma frase (o que, como vimos na §1.3, também desempenha um papel na distinção de categorias semânticas proposta por Husserl), e com preservação de validade de várias formas de inferência (onde o último é necessário para distinguir nomes próprios de outros termos substantivos e de expressões tais quais ‘alguém’ e ‘ninguém’) (1973 [1981], 58

ff.). (Mais explicações sobre tais critérios encontram-se em Dummett (1973 [1981], 61–73) e Hale (1987, Capítulo 2).)

Na mesma direção que os critérios de Frege (1884 [1968], §62) de que nomes têm que ser associados a um critério de identidade, Dummett argumenta que um teste adicional (para além desses testes formais) é necessário para distinguir nomes próprios genuínos (aos quais objetos correspondem) de outros tipos de expressão. “Mesmo se um expressão passar nos testes mais formais que nós propomos, ela não deve ser classificada como um nome próprio, ou considerada como correspondendo a um objeto, a menos que possamos falar de um critério de identidade, determinado pelo sentido de tais expressões, que se aplique ao objeto ao qual corresponde” (1973 [1981], 79).

Uma vez que categorias gramaticais sejam discernidas, permitindo-nos assim distinguir a categoria lógica dos *objetos* em termos da categoria linguística dos *nomes próprios*, podemos continuar a distinguir mais categorias entre objetos. Para evitar confusão, Dummett chama o primeiro âmbito de distinções (entre as categorias lógicas dos objetos, propriedades, relações etc.) distinções entre ‘tipos’ e o segundo âmbito de distinções (interior ao tipo *objeto*) distinções entre ‘categorias’ (1973 [1981], 76).

Visto que, como Dummett argumenta (e Lowe 1989 e Wiggins 2001 corroboram), nomes próprios e termos sortais têm que ser associados com um critério de identidade que determina as condições sob as quais o termo pode ser reaplicado corretamente a uma mesma coisa (1973 [1981], 73–75), podemos usar critérios de identidade associados para distinguir as categorias dos objetos referidos. Todos aqueles nomes e termos sortais gerais (usados para formar nomes complexos) que compartilham um critério de identidade são termos da mesma *categoria*, mesmo que o critério de aplicação do termo sortail associado varie (1973 [1981], 546). Assim, por exemplo, os termos sortais ‘cavalo’ e ‘vaca’ (assim como nomes de cavalos e vacas) são termos de uma mesma categoria, pois compartilham critérios de identidade característicos de animais.

Como Lowe (1989, 108-118) observa, essa abordagem com relação a categorias bloqueia certas posições metafísicas. Pois, por exemplo, se termos sortais tais quais ‘pessoa’ e ‘organismo’ são associados a diferentes condições de identidade, então aqueles que pretendem identificar, de modo reduutivo, pessoas a organismos biológicos estão cometendo um erro categorial.

A ideia de que distinções categoriais entre objetos podem ser traçadas em termos de condições de identidade e/ou existência associadas aos termos de cada categoria tem ganhado popularidade recentemente. Apesar de divergir nos

detalhes, versões desta abordagem têm sido usadas não só por Frege, Dummett e Hale, mas também por Lowe (2006, 6) e Thomasson (2007).

Esse modo de traçar distinções categoriais entre objetos pode evitar vários problemas possíveis e várias fontes de ceticismo. Ele não está sujeito a problemas tais quais os levantados por Smart contra o critério de Ryle, pois dias da semana e pessoas têm claramente condições de identidade distintas, enquanto camas e cadeiras parecem compartilhar das mesmas condições de identidade (aquelas apropriadas a artefatos). Esse método de distinguir categorias também não está sujeito a outros tipos de ceticismo alegados acima acerca de sistemas de categorias. Não há aqui qualquer pretensão de prover uma lista exhaustiva de categorias, e com razão: diferentes categorias podem vir à tona se termos ou conceitos nominais associados a condições de identidade diferentes puderem ser inventados.

Seguir este método também garante que categorias distintas são mutuamente exclusivas, pois é um corolário desta posição que entidades podem ser identificadas somente se governadas pelas mesmas condições de identidade (e as satisfizer), de modo tal que está excluído *a priori* que uma única entidade possa pertencer a duas ou mais categorias distintas, violando a regra de exclusividade mútua.

Este método de distinguir categorias também provê um modo não arbitrário de responder algumas das questões centrais a quaisquer teorias de categorias, incluindo se há ou não um único *summum genus*, e qual é a relação entre categorias linguísticas/conceituais e categorias ontológicas. Termos altamente gerais tais como “coisa”, “entidade”, e “objeto”, para Dummett, não são termos sortais genuínos, pois eles não provêm qualquer critério de identidade. Deste modo, é claro que nessa visão (tal qual na de Aristóteles) não há um *summum genus* das quais categorias tais quais *artefato*, *animal*, etc., pudesse ser espécie, pois (faltando-lhes critério de identidade) tais candidatos a termos genéricos como “objeto”, “ser”, “entidade” não são sequer termos sortais e portanto não podem ser termos categoriais.

Concepções que, tais quais as ryleana e Fregeana, distinguem categorias via linguagem são às vezes criticadas como sendo capazes de notar somente diferenças acerca das categorias de expressões linguísticas. Pode-se perguntar por que tais diferenças diriam algo sobre as *coisas reais*?

Hale argumenta que não há uma alternativa séria exceto utilizar tipos de expressões que almejam referir-se a entidades de tipos diferentes se esperamos caracterizar tipos ou categorias lógicas básicas tais quais as de objeto e

propriedade (2010, 408). Pois, evidentemente não se pode comunicar o que é ser um objeto ou uma propriedade por mera ostensão ou por critérios mais substanciais sem que se exclua já de saída diversas posições sobre quais objetos e propriedades há. Além disso, ele argumenta que podemos evitar ser excessivamente dependentes da linguagem que por acidente temos se tratarmos objetos e propriedades como correlacionados a *possíveis* expressões do tipo relevante, e não somente a expressões que contingentemente temos (2010, 411).

O modo com que Dummett entende categorias de objetos também possibilita uma resposta àquela objeção. Pois Dummett argumenta que, sem um conceito categorial associado, nós não podemos nos referir a objetos (nem mesmo usando nomes ou demonstrativos) (1973 [1981], 571). Conceitos categoriais são necessários se quisermos nos referir a quaisquer ‘coisas’, e não podem ser derivados a partir de ‘coisas’ que sejam pré-identificadas sem o intermédio de categorias. (Segue-se disto que a tese, de Johansson, de que poderíamos descobrir categorias por abstração a partir de *coisas* individuais estaria errada.) Segundo essa posição, portanto, categorias não só *podem* mas *têm* que ser distinguidas sobretudo através de distinções entre condições de identidade as quais são criteriosamente associadas ao uso adequado de diferentes nomes e termos sortais. Se não podemos nos referir a, descobrir, ou identificar objetos de modo algum exceto através de uma concepção categorial (a qual fornece condições de aplicação e identidade), então as diferenças categoriais dos nossos nomes e termos sortais (as quais são marcadas por suas diferenças em condições de identidade) são *ipso facto*, e automaticamente, diferenças categoriais nas coisas que são referidas através destes termos---a possibilidade de um ‘erro’ simplesmente não existe, e a conexão entre a categoria de uma expressão usada para se referir a uma dada entidade e a categoria daquela entidade referida é assegurada.

Referências

- Ackrill, J. L., 1963, *Aristotle's Categories and De Interpretatione* (translation with notes), Oxford: Clarendon Press.
- Alexander, Samuel, 1920, *Space, Time and Deity*, London: Macmillan.
- Aristotle, 1953, *Metaphysics*, revised text translated with commentary and introduction by W. D. Ross, Oxford: Clarendon Press.

- Aristotle, 1963, *Categories*, translated with notes by J. L. Ackrill, Oxford: Clarendon Press.
- Aristóteles, 1995, *Categorias*, tradução Ricardo Santos, Porto: Porto Editora.
- Baumer, Michael, 1993, "Chasing Aristotle's Categories down the Tree of Grammar", *Journal of Philosophical Research*, 18: 341–449.
- Bennett, Karen, 2009, "Composition, Colocation and Metaontology", in David Chalmers, Ryan Wasserman, and David Manley (eds.), *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*, Oxford: Oxford University Press: 38-76.
- Butchvarov, Panayot, 1995, "Categories", in *A Companion to Metaphysics*, Jaegwon Kim and Ernest Sosa (eds.), Oxford: Blackwell.
- Carey, Susan, 2009, *The Origin of Concepts*, Oxford: Oxford University Press.
- Carr, Brian, 1987, *Metaphysics: An Introduction*, Atlantic Highlands, New Jersey: Humanities Press International.
- Carstairs, A. D., 1971, "Ryle, Hillman and Harrison on Categories", *Mind*, 80(319): 403–408.
- Chisholm, Roderick, 1989, *On Metaphysics*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- , 1996, *A Realistic Theory of Categories*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Collingwood, R. G., 1940 [1998], *An Essay on Metaphysics*, Oxford: Clarendon.
- Cumpa, Javier and Erwin Tegtmeier (eds.), 2011, *Ontological Categories*. Frankfurt: Ontos.
- Dummett, Michael, 1973 [1981], *Frege: Philosophy of Language*, second edition, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Fisher, A. R. J., 2015, "Samuel Alexander's Theory of Categories", *The Monist*, 98(3): 246–67.
- Frege, Gottlob, 1884 [1968], *Die Grundlagen der Arithmetik/The Foundations of Arithmetic*, J. L. Austin (trans.), Evanston, Illinois: Northwestern University Press.
- Goldwater, Jonah, forthcoming, "Ryle, the Double-Counting Problem, and the Logical Form of Category Mistakes", *The Journal of the History of Philosophy*.
- Grossmann, Reinhardt, 1983, *The Categorical Structure of the World*, Bloomington, Indiana: Indiana University Press.
- Hale, Bob, 1987, *Abstract Objects*, Oxford: Blackwell.
- , 2010, "The Bearable Lightness of Being". *Axiomathes*, 20: 399–422.

- Harrison, Bernard, 1965, "Category Mistakes and Rules of Language". *Mind*, 74(295): 309–325.
- Hoffman, Joshua and Gary S. Rosenkrantz, 1994, *Substance among other Categories*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Husserl, Edmund, 1913 [1962], *Ideas: General Introduction to Pure Phenomenology*, W. R. Boyce Gibson (trans.), New York: Collier Books.
- , 1913 [2000]. *Logical Investigations* (2nd edition; 2 volumes), J. N. Findlay (trans.), London: Routledge.
- , 2014, *Investigações lógicas: prolegômenos à lógica pura*, tradução Diogo Ferrer, Rio de Janeiro: Forense.
- Ingarden, Roman, 1960 [1964], *Time and Modes of Being*, Helen R. Michejda (trans.), Springfield, Illinois: Charles C. Thomas.
- Johansson, Ingvar, 1989, *Ontological Investigations*, New York: Routledge.
- Kant, Immanuel, 1781 [1958], *Critique of Pure Reason*, Norman Kemp Smith (trans.), London: Macmillan.
- Körner, Stephan, 1955, *Kant*, Harmondsworth, England: Penguin.
- , 1970, *Categorial Frameworks*, Oxford: Blackwell.
- Kriegel, Uriah, 2013, "The Epistemological Challenge of Revisionary Metaphysics", *Philosopher's Imprint*, 13(12): 1–30.
- Lakoff, George, 1987, *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*, Chicago: University of Chicago Press.
- Lowe, E. J., 1989, *Kinds of Being: A Study of Individuation, Identity and the Logic of Sortal Terms*, Oxford: Blackwell.
- , 2006, *The Four-Category Ontology: A Metaphysical Foundation for Natural Science*, Oxford: Clarendon.
- Magidor, Ofra, 2013, *Category Mistakes*. Oxford: Oxford University Press.
- Moltmann, Friederike, 2017, "Natural Language Ontology", in *The Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*, New York: Oxford University Press.
- Moravcsik, J. M. E., 1967, "Aristotle's Theory of Categories", in *Aristotle: A Collection of Critical Essays*, Garden City: Doubleday and Co.: 125–48.
- Munn, Katherine and Barry Smith (eds.), 2008, *Applied Ontology: An Introduction*, Frankfurt: Ontos Verlag.
- Nolan, Daniel, 2011, "Categories and Ontological Dependence", in *The Monist*, 94(2): 277–300.
- Paton, H. J., 1936, *Kant's Metaphysic of Experience*, London: George Allen and Unwin.

- Paul, L. A., 2016, "A One-Category Ontology", in John A. Keller (ed.), *Freedom, Metaphysics and Method: Themes from van Inwagen*, Oxford: Oxford University Press.
- Rakison, David and Lisa M. Oakes, 2003, *Early Category and Concept Development*, Oxford: Oxford University Press.
- Russell, Bertrand and Alfred North Whitehead, 1913 [1962], *Principia Mathematica to *56*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Ryle, Gilbert, 1938 [1971], "Categories", in *Collected Papers, Volume II: Collected Essays*, New York: Barnes and Noble.
- , 1949, *The Concept of Mind*, Chicago: University of Chicago Press.
- , 1970, "Autobiographical", in Oscar P. Wood and George Pitcher (eds.), *Ryle*, New York: Doubleday and Co.
- Sellars, Wilfrid, 1970 [1974], "Toward a Theory of the Categories", reprinted in *Essays in Philosophy and its History*, Dordrecht, Holland: D. Reidel.
- Simons, Peter, 1992, *Philosophy and Logic in Central Europe from Bolzano to Tarski*, Dordrecht, The Netherlands: Kluwer.
- , 1995, "Meaning and Language", in Barry Smith and David W. Smith (eds.), *The Cambridge Companion to Husserl*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Smart, J. J. C., 1953, "A Note on Categories". *British Journal for the Philosophy of Science*, 4(15): 227–8.
- Smith, Barry, 2003, "Ontology", in *Blackwell Guide to the Philosophy of Computing and Information*, Oxford: Blackwell.
- Smith, David Woodruff, 1995, "Mind and Body", in Barry Smith and David Woodruff Smith (eds.), *The Cambridge Companion to Husserl*, Cambridge: Cambridge University Press.
- , 2004, *Mind World: Essays in Phenomenology and Ontology*, Cambridge: Cambridge University Press.
- , 2007, *Husserl*, London: Routledge.
- Sommers, Fred, 1959, "The Ordinary Language Tree", *Mind*, 68: 160–85.
- , 1971, "Structural Ontology", *Philosophia*, 1: 21–42.
- , 1982, *The Logic of Natural Language*, Oxford: Clarendon Press.
- Sowa, John, 1995, "Top Level Ontological Categories". *International Journal of Human-Computer Studies*, 43(5-6): 669–85.
- Strawson, P. F., 1959 [1963], *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics*, New York: Anchor Books.

- Studtmann, Paul, 2007, "Aristotle's Categories", The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2008 edition). Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/aristotle-categories/>>.
- Thomasson, Amie L., 1999, *Fiction and Metaphysics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- , 2002, "Phenomenology and the Development of Analytic Philosophy", *Southern Journal of Philosophy*, 40 (Supplement): 115–142.
- , 2007, *Ordinary Objects*, New York: Oxford University Press.
- , 2015, *Ontology Made Easy*, New York: Oxford University Press.
- Thompson, Manley, 1957, "On Category Differences", *Philosophical Review*, 66(4): 486–508.
- Westerhoff, Jan, 2002, "Defining 'Ontological Category'", *Proceedings of the Aristotelian Society*, 102(3): 337–343.
- , 2004, "The Construction of Ontological Categories", *Australasian Journal of Philosophy*, 84(4): 599–620.
- , 2005, *Ontological Categories: Their Nature and Significance*, Oxford: Clarendon.
- Wiggins, David, 2001, *Sameness and Substance Renewed*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Wright, Crispin, 1983, *Frege's Conception of Numbers as Objects*, Aberdeen: Aberdeen University Press.

Objeto²

Autores: Bradley Rettler e Andrew M. Bailey
Tradutor: Rodrigo Alexandre de Figueiredo (FDLM)
Revisão: Pedro Merluzzi (PUC-Rio)

Uma tarefa da metafísica é distinguir as categorias que compõem a realidade.³ Algumas coisas poderiam não ter existido; elas se enquadram à categoria de *seres contingentes*. Algumas são eventos; elas se enquadram à categoria dos *eventos*. E assim por diante. Pode-se perguntar – há uma categoria à qual se enquadram todas as coisas? Oferecer uma descrição informativa de tal categoria não é uma tarefa fácil. Pois nada distinguiria as coisas que nela se enquadram, de todas aquelas que não se enquadram – afinal, nenhuma dessas últimas existem. Portanto, é difícil dizer algo sobre uma categoria completamente geral; e pode parecer que não distinguimos, categorizamos, ou dividimos alguma coisa na realidade. Não obstante, há candidatos para essa função tão geral, entre eles estão *coisa*, *ser*, *entidade*, *item*, *existente* e, especialmente, *objeto*.⁴

² Tradução do verbete “[nome]” de [autor] publicado pela Stanford Encyclopedia of Philosophy ([edição]), edição de Edward N. Zalta, URL = [URL]. Publicado com a autorização do editor Prof. Dr. Edward Zalta.

The following is the translation of the entry on [nome] by [autor], in the Stanford Encyclopedia of Philosophy. The translation follows the version of the entry in the SEP’s archives at [URL]. This translated version may differ from the current version of the entry, which may have been updated since the time of this translation. The current version is located at [URL]. We’d like to thank the Editors of the Stanford Encyclopedia of Philosophy, mainly Prof. Dr. Edward Zalta, for granting permission to translate and to publish this entry.

³ Sobre as categorias ontológicas, veja Aristóteles *Categorias*, Thomasson (1997 e 2008), van Inwagen (no prelo) e Westerhoff (2005). Veja também os verbetes sobre *metafísica* e *categorias*.

⁴ Sobre *objetos* e conceitos intimamente relacionados, ver Ayer (1952), Casati (2004), Denkel (1996: cap. 2 e 3), Frege (1892), Goodman (1972), Heller (1990: cap. 2), Hirsch (1993: 88–96), Hoffman & Rosenkrantz (1997: 1–42), Keyt (1963), Laycock (1989, 2005, 2006), Ludwig (1976), Markosian (2000), Miller (1990), Quine (1957), Saunders (2006), Strawson (1954, 1959), e van Inwagen (2007: 199).

Não é óbvio que exista alguma categoria completamente geral (seja *objeto*, ou outra categoria). Por consequência, nem todas as teorias de *objeto* especificam uma categoria completamente geral, permitindo em vez disso que exista não-objetos. Nessa concepção, a categoria dos *objetos* de fato se divide.

As teorias dos *objetos*, portanto, divergem em relação à questão de saber se há não-objetos. E este não é o único ponto sobre o qual divergem. Outros aspectos da diferença entre teorias incluem *quais objetos existem e o que são os objetos*. Por esse motivo, este verbete examinará três questões gerais sobre a categoria dos *objetos*:

- i. Qual é, se houver, o seu contraste ou complemento?
- ii. Qual é a sua extensão?
- iii. Qual é a sua natureza?

Cada uma dessas questões permite várias especificações e respostas que, por sua vez, consideraremos. Nosso foco será amplamente teórico e taxonômico, de modo que apenas ocasionalmente nos referiremos a fontes históricas. Nosso tópico é abstrato e amplo, e toca uma série de questões metafísicas que já foram tratadas nesta Enciclopédia. Nossa discussão sobre esses tópicos será breve; e nesses casos, recomendamos a consulta dos verbetes existentes para uma explicação mais detalhada.

1. Contraste

A *questão sobre o contraste*, como a denominaremos, é esta: qual é, se houver, o contraste ou complemento da categoria *objeto*? Com o que exatamente os objetos devem ser contrastados? Em outras palavras, existem não-objetos? Em caso afirmativo, que tipo de coisas eles são? Algumas questões relacionadas: se houver não-objetos, eles formam uma classe natural ou uma coleção? O que pode ser essa classe ou coleção?

1.1. Sem contraste: a concepção genérica

Em uma leitura natural, a questão sobre o contraste admite uma resposta fácil; fixa-se – talvez por estipulação – o conteúdo de “objeto” e será óbvio se existem não-objetos. Não é de surpreender que alguns filósofos suponham que exista uma categoria totalmente geral e simplesmente *definam* “objeto” como

selecionando essa categoria. Nessa *concepção genérica*, como vamos designá-la, *toda coisa* é um objeto (talvez por definição de “objeto”) e a categoria não tem contraste – ou, se houver contraste ou complemento, o contraste não é preenchido e o complemento não é realizado.

A concepção genérica é *verdadeira*? A disputa aqui pode parecer meramente verbal, apenas preocupada em como usar a palavra “objeto”.⁵ Entretanto, isso não é completamente correto. Assim, vale esclarecer: a concepção genérica envolve uma tese metafísica substantiva e uma tese semântica. A tese metafísica é a de que existe uma categoria ontológica maximamente geral sob a qual todas as coisas se enquadram. A tese semântica é a de que “objeto” – talvez por questão de estipulação – seleciona essa categoria maximamente geral. As disputas sobre a concepção genérica, portanto, são *em parte meramente verbais*. E são meramente verbais na medida em que dizem respeito à tese semântica. Mas as disputas sobre a tese metafísica não precisam ser – e em nossa opinião não são – meramente verbais; elas não dizem respeito à palavra portuguesa “objeto”, mas sim à existência e extensão de uma categoria ontológica totalmente geral.

Observe também que as teses que compõem a concepção genérica são logicamente independentes. Em primeiro lugar, a tese semântica não acarreta a tese metafísica, assim como a tese semântica de que ‘Deus’ – por definição – seleciona um ser maximamente grandioso, não acarreta a tese metafísica de que esse ser realmente existe. Em segundo lugar, a tese metafísica não acarreta a tese semântica; o fato de haver uma categoria maximamente geral não acarreta que ela seja selecionada por alguma palavra, muito menos a palavra da língua portuguesa “objeto”.

Uma consequência da concepção genérica é que itens que parecem ter pouco em comum – universais, particulares, deuses, livros, possibilidades, colégios, composições musicais (se há tais coisas) – estão de fato todos reunidos em uma categoria: *objeto*.

Certamente, nem todos aqueles que endossam a concepção genérica utilizam a palavra portuguesa “objeto” para expor o seu ponto. Há, no entanto, outras candidatas para essa função. Deste modo, Lowe afirma:

“‘Coisa’, em seu sentido mais geral, é intercambiável com ‘entidade’ ou ‘ser’ e é

⁵ Sobre as disputas meramente verbais, veja Balaguer (no prelo), Chalmers (2011), Jenkins (2014), e Thomasson (2017).

aplicável a qualquer item cuja existência é reconhecida por um sistema de ontologia, quer este item seja particular, universal, abstrato ou concreto. Neste sentido, não apenas os corpos materiais, mas também as propriedades, relações, eventos, números, conjuntos e proposições têm de contar como “coisas” – caso sejam reconhecidos como existentes”. (2005, 915)

E Russell:

“Usarei como sinônimo [“termo”] para as palavras unidade, indivíduo e entidade. As duas primeiras enfatizam o fato de que todo termo é um, enquanto a terceira é derivada do fato de que todo termo tem ser, isto é, ele existe de alguma forma. Um homem, um momento, um número, uma classe, uma relação, uma quimera ou qualquer outra coisa que possa ser mencionada, é certamente um termo”. (1903: 43)

E Strawson:

Qualquer coisa pode ser introduzida no discurso por meio de uma expressão singular, substantiva e definitivamente identificadora... Qualquer coisa pode ser referida de forma identificadora; qualquer coisa pode figurar como um sujeito lógico, um indivíduo. (1959: 137, 227)

Finalmente, Tugendhat:

Assim sendo, o que significa a palavra “objeto”? Esta palavra, no sentido compreensivo que é usada em filosofia, é também um termo técnico. Na linguagem comum estamos inclinados a chamar apenas objetos materiais... objetos, e não, por exemplo, eventos e números... O que se entende por “objeto” em filosofia tem a sua base... naquilo que entendemos pela palavra “algo” ... Há

uma classe de expressões linguísticas que são usadas para denotar um objeto; e aqui podemos dizer apenas: para denotar algo. Há expressões que podem funcionar como o sujeito da frase em uma assim chamada ‘afirmação predicativa singular’ e que na lógica tem também sido chamada de ‘termo singular’... (1976 [1982, 21–23])

Apesar de diferirem quanto a qual palavra deve ser usada para assinalar essa categoria (isto é, “coisa”, “termo”, “indivíduo” ou “algo”), Lowe, Russell, Strawson e Tugendhat aceitam uma categoria completamente geral sob a qual todos os itens se enquadram e supõem que alguma palavra seleciona essa categoria. Eles aceitam, portanto, a concepção genérica.

Algumas características da concepção genérica merecem atenção detalhada.

Na concepção genérica, é improvável que *objeto* possa ser analisado em termos ou categorias mais fundamentais, especialmente se a análise de uma condição ou categoria envolve especificar o complemento dessa condição. *Objeto* é, antes de mais nada, um tipo de entidade *primitiva*. Frege afirma algo nesse sentido quando nota sobre “objeto” que “uma definição simples é impossível, uma vez que temos aqui algo igualmente simples para admitir uma análise lógica” (1891 [1960: 32]).

Mas não se segue que a partir da concepção genérica nada possa ser dito sobre a categoria *objeto*. Para os proponentes da concepção genérica, há uma conexão óbvia entre ser um objeto e ser um candidato a *referência* (ver verbete) ou pensamento – algo que pode ser *referido* ou *pensado* (indicado pelo uso feito por Russell de ‘termo’, por exemplo). Discutiremos essa conexão com mais detalhes na seção §3.1 – e o tratamento da natureza dos *objetos* que isso sugere.

Finalmente, vale notar que pode haver razão para se ter cautela em relação a *qualquer* categoria completamente geral (seja ela expressa por “objeto”, “coisa”, “entidade” ou alguma outra expressão). Dito de outra maneira, pode haver razão para se colocar em dúvida os pressupostos metafísicos da concepção genérica. Em primeiro lugar, e talvez seja o ponto mais importante, há paradoxos e quebra-cabeças associados ao modo como falamos e

quantificamos sobre todas as coisas.⁶ Em segundo lugar, qualquer categoria totalmente geral carece de um contraste ou complemento. De tal modo que ela pode parecer inútil relativamente à classificação, separação ou divisão – que podemos pensar serem as tarefas teóricas centrais das categorias – e assim gerar dúvidas com base no fato de que ela não tem uso teórico.

Se há não-objetos, alguns tópicos óbvios a serem abordados incluem o que eles são e como são. Aqui podemos recorrer a várias distinções que os metafísicos têm oferecido em projetos diferentes. Essas distinções podem não mapear *de forma precisa* a divisão entre objeto/não-objeto, e podem não ter sido formuladas explicitamente nesses termos. Mas elas podem ainda oferecer uma compreensão do que pode ser o contraste ou o complemento de *objeto* e, por sua vez, lançar luz sobre o que a categoria *objeto* pode significar.

Avaliaremos agora algumas dessas distinções; em cada caso há uma classificação supostamente exclusiva e exaustiva de itens em duas categorias não vazias, uma que intuitivamente delinea os *objetos* e a outra os *não-objetos*.

1.2 Contraste: Objetos Vs Propriedades

Considere estas banalidades: há coisas, e há modos como essas coisas são (podemos chamar esses últimos de “propriedades”). Parece haver, por exemplo, árvores altas; parece haver também propriedades possuídas por essas árvores, tal como *serem altas*.⁷ Parece haver, novamente, coisas e propriedades. Talvez haja, portanto, uma distinção entre coisas e propriedades. E se há tal distinção, ela parece demarcar uma cisão *metafísica* importante, pois opera no nível mais elevado de abstração e promete dividir a realidade em categorias, exaustiva e exclusivamente – com árvores, pessoas, planetas (por exemplo) enquadrando-se à categoria das *coisas*, e *verde*, *alto*, *coceira* e *gentileza* (por exemplo) enquadrando-se à categoria das *propriedades*. Note que a tese de que há essa divisão é distinta de teses puramente semânticas sobre se o uso de palavras como “objeto” e “propriedade” seleciona cada um dos lados dessa divisão. Nosso

⁶ Sobre esses paradoxos e quebra-cabeças, veja Rayo & Uzquiano (2006), van Inwagen (2001), e Williamson (2003). Veja também o verbete sobre *quantificação*.

⁷ Para considerar duas concepções gerais sobre o que as propriedades podem ser, consulte os artigos de Mellor & Oliver (1997) e Oliver (1996) e o verbete sobre *propriedades*.

foco aqui é com a questão metafísica sobre se há tal contraste em primeiro lugar, e não sobre quais palavras podem expressá-lo.

Aqui temos o modo como Armstrong expressa o contraste intuitivo:

É natural distinguir uma coisa, um indivíduo, um espécime, de qualquer propriedade particular que a coisa venha a ter. A mesa é pesada, marrom, retangular e assim por diante. Mas ela não é idêntica à sua dureza, à sua cor marrom e à sua retangularidade. Essas propriedades são antes naturalmente entendidas como sendo coisas que a mesa meramente *possui*. Com coisas e propriedades distinguidas dessa maneira, mesmo que intimamente conectadas, temos o que pode ser denominado uma concepção substância-atributo. (1989: 60)

Essas banalidades e a estreita conexão que já observamos entre *objeto* e *coisa* sugerem uma hipótese: talvez a distinção objeto/não-objeto seja apenas a distinção coisa/propriedade. Uma consequência intrigante dessa hipótese de identidade é que o conteúdo informativo pode ser dado à divisão objeto/não-objeto – a saber, apelando para teorias informativas sobre a divisão coisa/propriedade.

Com essa hipótese de identidade em mente, vamos agora examinar algumas teorias sobre o que a distinção coisa/propriedade pode significar e como exatamente ela divide a realidade.

Nosso tópico nesta seção é a distinção coisa/propriedade ou objeto/não-objeto (doravante, “objeto/propriedade”) – em oposição à natureza precisa dos objetos (ver §3) ou propriedades. Assim, omitiremos alguns detalhes terminológicos. Em vez de tratar apenas as teorias sobre a distinção objeto/propriedade formuladas precisamente nesses termos, examinaremos várias tentativas de dar sentido também a outras distinções próximas – mais notavelmente a distinção substância/atributo e a distinção universal/particular.

Russell oferece um tratamento clássico à divisão objeto/propriedade (em suas mãos, “particular/universal”) e várias maneiras pelas quais ela pode ser descrita:

Temos, portanto, uma divisão de todas as entidades em duas classes: (1) particulares, que entram em complexos apenas como sujeitos ou predicados ou termos de relações e, se pertencem ao mundo do qual temos experiência, existem no tempo, e não podem ocupar mais de um lugar ao mesmo tempo no espaço a que pertencem; (2) universais, que podem ocorrer como predicados ou relações em complexos, não existem no tempo e não têm qualquer relação com um lugar que não possam ter simultaneamente com outro. (1911: 23–24)

As observações de Russell sugerem pelo menos três interpretações da distinção objeto/propriedade – em termos de estrutura de sujeito/predicado, existência no espaço e tempo e localização múltipla. Consideraremos essas três teorias nessa ordem e, em seguida, algumas outras que foram apresentadas.⁸

1.2.1 Objetos são sujeitos; propriedades são predicados

Uma maneira de traçar a distinção entre objetos e propriedades é examinar as expressões que os referem. Na lógica de primeira ordem, existem (entre outras coisas) sujeitos e predicados. E predicados são predicados de sujeitos. Seguindo as observações de Aristóteles sobre a substância (categorias 1a20-4b19; ver também a seção sobre a teoria das categorias no verbete sobre *Aristóteles* e o verbete sobre a *lógica clássica*), Russell (1911) pensou que essas razões lógico/linguísticas eram as razões mais persuasivas para se estabelecer uma distinção objeto/propriedade. Em suas palavras:

⁸ Sobre a distinção objeto/propriedade em suas várias nuances, veja Armstrong (2005), Ayer (1933), Bealer (1993), Berman (2008), Casullo (1981, 1984), Denkel (1996), Duncan-Jones (1933), Ehrling (2004), Freundlich (1974), Hochberg (1995, 1996, 2004), Hoy (1998), Kates (1979), Klemke (1960), Lehrer & McGee (1992), Lewis (1983), Long (1968), Loux (1970), Lowe (2004), MacBride (1998, 2004, 2005a, 2005b, 2006, 2009), McGilvary (1939a, 1939b), Moravcsik (1981), Myers (1973), Nounou (2012), Oliver (1996), Ramsey (1925), Russell (1911), Simons (1991), Stebbing (1924), van Inwagen (2004), e Wieland (2008).

A predicação é uma relação que envolve uma diferença lógica fundamental entre seus dois termos. Os predicados podem ter predicados, mas os predicados dos predicados serão radicalmente diferentes dos predicados das substâncias.⁹ (1911: 23)

Assim, nessa maneira de demarcar o contraste, os objetos podem ser referidos apenas por sujeitos, e as propriedades podem ser referidas por sujeitos ou predicados.

1.2.2 Objetos estão no espaço e tempo; propriedades não

Talvez haja um tom particular de vermelho que nenhum objeto tenha neste momento, mas alguns objetos tinham e outros terão. Se existe este tom de vermelho – se ele não deixou de existir quando o último objeto que o tinha deixou de tê-lo – a pergunta natural é “onde ele está?”. E uma resposta natural é que não está (e nunca esteve nem nunca estará) em lugar algum. De maneira mais geral, os universais estão em lugar nenhum. Os objetos, ao contrário, estão

⁹ Ramsey (1925) contesta. Ele pensa que a consideração que Russell pensava ser a mais importante não é de todo importante, porque a linguagem poderia ser manipulada de forma a transformar qualquer frase sujeito-predicado em uma frase na qual o que era o predicado torna-se o sujeito, e o que era o sujeito torna-se parte do predicado. Veja um exemplo particular, “Sócrates é sábio”. Isso pode ser reafirmado: “A sabedoria é uma característica de Sócrates”. Assim, o primeiro sujeito, Sócrates, torna-se parte do predicado – “uma característica de Sócrates”. E o predicado anterior, “é sábio”, torna-se o sujeito – a sabedoria.

Portanto, Ramsey conclui que a postulação dessa distinção é mal justificada:

Estamos falando apenas de dois tipos diferentes de objetos, de modo que dois objetos, um de cada tipo, podem ser os únicos constituintes de um fato atômico. Estando os dois tipos simetricamente relacionados em todos os aspectos, não faz sentido denominar um tipo como o tipo indivíduo e o outro como o tipo qualidade, e essas duas palavras são desprovidas de conotação. (1925: 416)

em algum lugar; eles devem ser encontrados no espaço e no tempo e, a esse respeito, estão em nítido e categórico contraste com os universais.¹⁰

1.2.3 Objetos são singularmente localizados; propriedades multiplamente localizadas

Parece que muitas propriedades são compartilhadas entre os objetos. As cópias de *Grande sertão: veredas* têm o mesmo formato, e o tom de amarelo da camisa de Neymar é o mesmo da camisa de Vinícius Júnior. Mas não há apenas uma cópia de *Grande sertão: veredas* que esteja multiplamente localizada; existem muitas cópias que compartilham uma forma. Não há uma camisa da seleção brasileira de futebol; existem milhares. Os livros e as camisas são muitas coisas; cada uma de suas propriedades parece uma.

Assim, pode-se fazer a distinção entre objetos e propriedades. Os objetos são restritos a uma região espaciotemporal, o que não é o caso para as propriedades. A maioria dos objetos ocupará muitas regiões espaciotemporais na medida em que tem partes nessas regiões. Portanto, é melhor dizer que os objetos podem estar totalmente localizados em apenas uma região, enquanto as propriedades podem estar totalmente localizadas em muitas regiões não contíguas.¹¹

1.2.4 Objetos são concretos; propriedades são abstratas

Outra tentativa de analisar a distinção objeto/propriedade é subordiná-la à distinção concreto/abstrato. De acordo com alguns filósofos, algumas coisas são concretas e outras abstratas. Afirma-se que existem objetos concretos e *objetos abstratos* (*consulte o verbete*). Os primeiros são geralmente descritos como materiais e com poderes causais (veja o verbete sobre a *metafísica da causalidade*), enquanto os últimos são geralmente considerados imateriais e carecem de poderes causais. Embora geralmente os últimos sejam classificados como objetos, é razoável pensar que as coisas concretas são objetos, e as abstratas não.

¹⁰ Para mais, veja Effingham (2015) e van Inwagen (2004: 134–135).

¹¹ Para mais sobre propriedades e localização múltipla, veja Ehring (2004) e Gilmore (2003). Vaja também o verbete sobre *localização e mereologia*.

Mas a distinção concreto/abstrato não parece mais inequívoca do que a distinção objeto/propriedade, e ela mesma clama por explicação. Quase todas as pessoas podem concordar em relação às coisas que pertencem a cada categoria, mas em virtude do que precisamente pertencem a essa categoria permanece uma questão para debate. Talvez essa seja uma razão para nos contentar em pensar na distinção objeto/propriedade como a distinção abstrato/concreto. Esta última parece intuitiva e resiste à análise em termos mais fundamentais.¹²

1.2.5 Objetos não obedecem à identidade dos indiscerníveis; propriedades obedecem

Duas leis estão associadas a Leibniz. A primeira é a da Indiscernibilidade dos Idênticos: para dois objetos quaisquer, se eles são idênticos, então toda propriedade que um possui, o outro também possui. A segunda é a *Identidade dos Indiscerníveis* (*ver o verbete*): para dois objetos quaisquer, se for o caso que, toda propriedade que um possui o outro também possui, então os objetos são idênticos.

A indiscernibilidade dos idênticos é praticamente universalmente aceita. A identidade dos indiscerníveis é controversa. A identidade dos indiscerníveis parece implicar, por exemplo, que não pode haver duas esferas que tenham a mesma cor, forma e densidade, e que tenham todas as suas outras propriedades em comum.

Muitas pessoas pensam que pode haver duas esferas exatamente semelhantes. Mas não parece que poderia haver duas propriedades de *esfericidade* exatamente semelhantes que não fossem idênticas. As propriedades, pode-se pensar, são individuadas por suas propriedades, enquanto os objetos são individuados por alguma outra coisa. Se uma propriedade tiver todas as mesmas propriedades que outra, as duas são idênticas.

¹² Sobre a distinção abstrato/concreto e assuntos relacionados, veja Bealer (1982, 1993, 1998), Jacqueline (1999), Kaufman (2002), Lewis (1986: 81–86), Lowe (1995), Moltmann (2013), Oliver (2005), Quine (1948), Thompson (1965), van Inwagen (2004: 108; 2007: 199–203), Wetzell (2009), e Williamson (2002).

Esta é uma maneira de traçar a distinção. A indiscernibilidade dos idênticos é verdadeira em relação às propriedades, mas falsa em relação aos objetos.

1.2.6 Objetos são sensíveis aos sentidos; propriedades não

Strawson assinala a distinção do seguinte modo:

Sugere-se, por exemplo, que as coisas gerais, ao contrário das coisas particulares, não podem ser percebidas por meio dos sentidos... Não é com os olhos que se pode dizer que se vê a esperança. Mas pode-se literalmente sentir o cheiro de sangue ou bacon, assistir a jogos de críquete, ouvir música ou um trovão. (1954: 235)

Portanto, propriedades (como a esperança) são coisas que não podem ser percebidas, e os objetos (como o bacon) são coisas que podem ser percebidas. Presumivelmente, tudo é tal que pode ser percebido ou não pode ser, e nada pode ser percebido e não pode ser percebido, de modo que a divisão é exclusiva e exaustiva.

Mas o bacon também tem uma cor e uma forma, que parecem percebidas quando se percebe o bacon. Quem assinala a distinção desta forma deve dizer que percebemos apenas o bacon, e não a sua cor e forma. Mas por que acreditamos que o bacon é retangular, se não vemos sua retangularidade? Presumivelmente, acreditamos nisso porque percebemos o bacon, e o bacon é retangular.¹³

1.2.7 Objetos são não-instanciados; propriedades são instanciadas

A última teoria do contraste entre objeto e propriedade a considerar é a visão de que as propriedades são instanciadas e os objetos não. Isto é, por assim dizer, um correlato metafísico da concepção linguística discutida em §1.2.1., e desfruta de motivações semelhantes. A *instanciação* é geralmente considerada primitiva,

¹³ Para mais informação sobre o critério sentido-percepção para ser um objeto, veja Addis (1967) e van Inwagen (2004: 135–136).

mas algumas coisas podem ser ditas sobre ela. Em uma perspectiva, ela é uma relação de dois lugares (veja o verbete sobre *relações*), e os relatos são um objeto e uma propriedade, ou uma propriedade e uma propriedade. Em outra perspectiva, ela é uma “ligação não relacional” que “cola” propriedades a objetos e a outras propriedades (ver, por exemplo, Strawson 1959). Os objetos podem ser apenas coisas que instanciam; eles não podem ser instanciados. As propriedades, por outro lado, podem instanciar e serem instanciadas.

1.3 Contraste: objetos vs. sujeitos

Ao examinar os contrastes ou complementos possíveis de *objeto*, até agora enfatizamos o agrupamento intuitivo de itens em categorias como *objeto* (*substância, indivíduo, particular, etc.*) por um lado, e *propriedade* (ou *atributo, universal, característica, etc.*) por outro lado. Essas são categorias metafísicas padrões e sugerem que o contraste ou complemento adequado de *objeto* inclui propriedades ou outros itens semelhantes a propriedades.

Mas há outro uso atraente (dentro e fora da filosofia) da palavra “objeto” e seus cognatos, que sugere um tipo bastante diferente de contraste. Aqui, a divisão é entre *objeto* e *sujeito*. Cada objeto é, grosso modo, um “isso”, e cada sujeito é um “você”. Nesse uso, são itens como *nós* que se contrastam com os objetos. Somos sujeitos; árvores, universais, faculdades, cores e – bem, todas as coisas que não são como nós em aspectos relevantes – são objetos.

Mas quais são os aspectos relevantes que *nos* agrupam com a exclusão de árvores, universais, colégios e cores? Aqui, a resposta deve envolver a *subjetividade* ou a *experiência*. Nesse sentido, ser sujeito é, grosso modo, experimentar ou ser *consciente* (ver *verbete*). Somos sujeitos porque experimentamos ou desfrutamos da consciência. Mas o que é ser um objeto e não um sujeito no sentido em causa? A reflexão sobre essa questão sugere duas respostas e, portanto, revela duas distinções sujeito/objeto bastante diferentes. Eles diferem sobre qual categoria assinalam com *objeto* e, portanto, no que contrastam com *sujeito*.

Na primeira distinção, a categoria de objeto relevante é apenas o complemento de *sujeito*; ser um objeto, então, é não experimentar nem ser consciente. Você é um sujeito e eu também. Mas uma rocha não senciante não o é e, portanto, é um objeto. Uma vez que tudo parece ser ou não um sujeito no sentido relevante, essa distinção parece classificar a realidade, exaustiva e exclusivamente.

Na segunda distinção, a categoria de objeto relevante é o *objeto da experiência*, ou o *que é experimentado* (ver verbete sobre o *conteúdo da percepção*). Você – um sujeito – mergulha a mão em um balde de água gelada. Você sente o quão fria está a água – o objeto de sua experiência. De acordo com Bliss:

O *sujeito* é aquilo para o qual os objetos aparecem, apareceram ou podem aparecer... O objeto, existindo externa e independentemente dos sujeitos, pode aparecer a qualquer sujeito que esteja qualificado e suficientemente relacionado para apreendê-lo. (1917: 406–408, ênfase original)

Esta segunda distinção sujeito/objeto não parece exaustiva nem exclusiva; um sujeito também pode ser o objeto de uma experiência (seja dele próprio ou de outra pessoa), e alguns itens podem muito bem não ser sujeitos nem objetos de experiência (uma estrela não senciante fora do cone de luz de qualquer sujeito, por exemplo).

Notemos, por fim, que essas especificações de uma distinção objeto/não-objeto não estão em concorrência com as demais examinadas acima.

2. Extensão

Uma pergunta a se fazer sobre a categoria dos *objetos* é sobre o que a subsumi – o que está em sua extensão? Esta é a *questão sobre a extensão*. As extensões de algumas categorias são óbvias. A extensão da categoria dos *elétrons* são todos os elétrons e nenhum não-elétron. A extensão da categoria dos *números* são todos e apenas os números. A extensão da categoria das *coisas compostas* são todas e somente as coisas que têm partes próprias.¹⁴ Em relação a algumas categorias, surgem questões difíceis. Algumas dessas questões envolvem a de saber se certas coisas estão na extensão da categoria, por exemplo, o Papa está na extensão da categoria dos solteiros? Um feto está na extensão da categoria das pessoas? Algumas questões dizem respeito à natureza das coisas que são incluídas pela categoria. A extensão da categoria

¹⁴ Obviamente, *elétron*, *número*, *coisa composta*, *solteiro* ou *pessoa*, podem não ser categorias genuínas. Somos permissivos aqui sobre as categorias para fins de ilustração.

livro inclui todos e apenas os livros. Ela inclui livros eletrônicos? Inclui algumas cópias particulares de *Material Beings*, com suas páginas e capas manchadas, ou o tipo abstrato do qual essa cópia particular é um espécime? Responder à pergunta sobre a extensão deixa muitas outras questões sem solução, uma delas é sobre a natureza das coisas que estão na extensão. Mas saber quais coisas estão na extensão é um bom começo para descobrir a natureza dessas coisas.

Portanto, uma questão importante a ser feita em relação à categoria *objeto* é sobre quais as coisas que estão em sua extensão. Esta pergunta admitirá uma variedade de respostas. E dependendo se houver uma classe de contraste, ela terá uma variedade de interpretações. Se *objeto* não tem uma classe de contraste e todas as coisas estão em sua extensão – se as teses metafísicas e semânticas da Concepção Genérica estiverem corretas – então a questão sobre a extensão de *objeto* é equivalente à questão ontológica (veja abaixo). Se *objeto* tem uma classe de contraste – se pelo menos uma das teses da Concepção Genérica for falsa, a metafísica ou a semântica – então a questão sobre a extensão de *objeto* não é equivalente à questão ontológica. Em vez disso, pergunta: “De todas as coisas que existem, quais são objetos?” Se a classe de contraste de *objeto* é a das *propriedades*, então a questão sobre a extensão é: “Quais coisas existem que não são propriedades?” Se a classe de contraste for a classe dos *universais*, a questão é: “Quais coisas existem que não são universais?” Se a classe de contraste não foi especificada, e se se começa com o que as pessoas comuns aceitam, então a questão sobre a extensão é: “Quais objetos comuns existem?”

2.1 A questão ontológica

É amplamente aceito que uma questão central na ontologia – o que muitas vezes é chamada de ‘a questão ontológica’ – é “o que há?” Embora muitos tenham feito esta pergunta, foi Quine (1948) quem chamou a atenção explícita para ela. Ele também disse que poderia ser respondida em uma palavra – “tudo”.¹⁵

Se a resposta à questão ontológica for ‘tudo’, se houver uma categoria que inclua todas as coisas, se essa categoria, *por definição*, é selecionada por “objeto” (de acordo com a concepção genérica), então há uma resposta

¹⁵ Sobre a questão ontológica, veja van Inwagen (1998, 2009) e Wheeler (1979). Veja o verbete sobre *compromisso ontológico*.

compartilhada tanto para a questão sobre a extensão quanto para a questão ontológica. Esta é uma consequência da concepção genérica. Mas pode ser o caso de que todas as coisas sejam um objeto, mesmo que não o sejam por definição. Por exemplo, um fisicalismo, segundo o qual todas as coisas são objetos materiais, parece implicar que tudo é um objeto. Mas esta implicação não precisa se dar por causa da definição de “objeto”; ela pode se dar, em vez disso, a partir de fundamentos teóricos substantivos e gerais que nada têm a ver com definições.

O ponto central é este: pelo menos no que diz respeito à concepção genérica, responder à questão ontológica está intimamente relacionado à resposta à questão sobre a extensão, se não forem idênticas. Assim, faremos um breve exame de várias respostas altamente abstratas à questão ontológica, com o entendimento de que muitos pensarão que, ao dar tal resposta, estarão respondendo à questão sobre a extensão.

2.1.1 Niilismo sobre a existência

Talvez a resposta mais surpreendente à questão ontológica seja “nada”, segundo a qual a extensão de *objeto* é vazia. Não é claro se alguém defende sinceramente a tese de que nada existe. No entanto, isso já foi defendido várias vezes.

Hawthorne e Cortens (1995) dizem para o niilista o seguinte: “o conceito de um objeto não tem lugar em uma caracterização inteligível da realidade” (p. 143). Eles sugerem três teorias para as quais não há objetos. A primeira é a de que existe apenas matéria em todos os lugares, mas não objetos. A segunda é a de que há apenas uma grande massa de matéria.¹⁶ A terceira é a de que simplesmente nenhuma coisa existe. Esta última opção é a que Hawthorne e Cortens defendem. Eles baseiam a sua defesa usando o que eles (segundo Strawson) chamam de “linguagem localizadora de traços”. Eles modelam um programa niilista potencial com base em frases como “chove aqui”, “neva aqui” e “faz frio aqui”. Essas frases não quantificam sobre qualquer coisa e não têm sujeito lógico e, portanto, não se comprometem ontologicamente com qualquer

¹⁶ Para mais informações sobre matéria, veja Cartwright (1972), Chappell (1971), Hacker (2004), Kleinschmidt (2007), Markosian (2004, 2015) e Zimmerman (1995, 1997a). Veja também os verbetes sobre a *quantificação plural* e a *metafísica das expressões de massa*.

coisa. O niilista pode então parafrasear frases que aparentemente requerem objetos (como “há um computador aqui”) com aquelas que não exigem (como “há computação aqui”). Em suma, o niilista transforma todo suposto substantivo em advérbio, fazendo uso judicioso de advérbios de lugar, de tempo e também advérbios de número.

Turner (2011) concorda com Hawthorne e Cortens que a principal tarefa do niilista ontológico é fornecer paráfrases da linguagem comum que não contêm quantificação sobre objetos:

Com isso em mente, exigimos o seguinte de nosso niilista ontológico: forneça-nos uma receita sistemática para transformar qualquer sentença de uma linguagem de primeira ordem (com predicados assumidos como predicados da nossa melhor ciência) e elaborar a afirmação ontologicamente inocente que ela deveria estar explicando desde o início. (2011: 11)

Essas estratégias para eliminar o discurso sobre objetos sugerem um movimento defensivo disponível para os niilistas: parafrasear frases aparentemente verdadeiras que parecem requerer objetos em frases que não requerem. Essa estratégia pode neutralizar as objeções ao niilismo. Mas outra questão permanece: há razões para se afirmar o niilismo?

Uma dessas razões pode derivar da *economia* do niilismo. Dasgupta (2009) pensa que os objetos (ele os chama de “indivíduos”) são fisicamente redundantes e empiricamente indetectáveis. Mais precisamente, ele pensa que toda teoria física considerada nos últimos 400 anos implica que os objetos são fisicamente redundantes e empiricamente indetectáveis. Eles são empiricamente indetectáveis porque duas situações diferindo apenas em seus fatos individuais são indistinguíveis. E eles são fisicamente redundantes porque dois sistemas que diferem apenas em relação a seus fatos individuais continuarão a diferir apenas em relação a esses fatos. E dadas duas teorias – cuja única diferença é que uma postula coisas fisicamente redundantes e empiricamente indetectáveis – deveríamos preferir aquela que não o faz.

Dasgupta diz que, se não houver indivíduos, os fatos fundamentais são todos fatos gerais, como $\exists xFx$, $\exists x\exists yGxy$ e afins (ver também Dasgupta 2016). Mas o que faz as variáveis variarem nessas frases? Indivíduos? Objetos? Para contornar tais questões, devemos construir uma linguagem que não quantifica

sobre objetos. Dasgupta usa uma versão de predicados funtores, que substitui indivíduos por predicados e uma adicidade definida. Portanto, em vez de “x é redondo”, “algo é redondo” ou “algo ama alguém”, temos “Redondo¹ ocorre”, “cRedodondo¹ ocorre” e “ccAmor² ocorre”. Ao fazer isso sistematicamente para todas as frases, podemos eliminar toda referência a objetos, substituindo-os por estados de coisas gerais. E isso é algo bom, dado que os indivíduos são fisicamente redundantes e empiricamente indetectáveis.

Todos os autores mencionados parecem concordar que se a lógica de primeira ordem, que quantifica sobre os objetos, pode ser substituída por uma lógica que não quantifica, ou pode-se traduzir cada frase intuitivamente verdadeira da lógica de primeira ordem em outra linguagem que não quantifica sobre os objetos, então o niilismo ontológico está justificado. Ou seja, se alguém pode dar uma paráfrase “ontologicamente inocente” (isto é, uma que não quantifica sobre algo) de cada frase, ou um esquema para fazê-lo, então o niilismo ontológico está numa boa posição.

2.1.2 Monismo sobre a existência

O Monismo sobre a existência, defendido recentemente por Horgan e Potrč, diz que existe exatamente um objeto.¹⁷ (Ou, pelo menos, exatamente um objeto concreto, ou um objeto físico concreto.) A coisa única (que Horgan e Potrč chamam de “o objeto-bolha”¹⁸) é enorme e muito complexa, embora não tenha qualquer parte. Ela possui propriedades diferentes em regiões diferentes (2000: 249 e 2008: 8).

Na perspectiva de Horgan e Potrč, as afirmações do senso comum são verdadeiras, mas não se tornam verdadeiras por qualquer coisa(s) além da única coisa que existe – o objeto-bolha. Portanto, a verdade não é correspondência direta entre as proposições e as partes do mundo sobre as quais elas versam, mas sim entre as proposições e o mundo inteiro – correspondência indireta (2000: 250-51).

Um argumento convincente a favor do monismo sobre a existência (2000: §2.4, também Schaffer (2007)) é que a história causal completa do mundo pode ser contada em termos do mundo e das leis sem apelo ou referência a

¹⁷ Acerca do monismo sobre a existência, veja Rea (2001)

¹⁸ “Objeto bolha” é uma tradução para a palavra artificial do inglês “blobject”, a grande massa material de todas as coisas. Nota do tradutor.

partes do mundo. Portanto, se existissem partes do mundo, seriam redundantes e/ou epifenomenais (*ver verbete*). Mas não devemos postular coisas explicativamente redundantes ou epifenomenais. De tal modo que não devemos pressupor partes do mundo. Portanto, apenas um objeto – o mundo – existe.

Um argumento convincente contra o monismo sobre a existência assume uma forma Mooreana. Russell (1918 [1985: 36]) diz,

Eu compartilho a crença do senso comum de que existem muitas coisas separadas; não considero a multiplicidade aparente do mundo como consistindo meramente em fases e divisões irrealis de uma Realidade única e indivisível.

Se a multiplicidade das coisas é realmente tão óbvia, o ponto pode ser alargado: a rejeição de uma das premissas de qualquer argumento válido, que tenha como conclusão que há apenas um objeto concreto, será sempre mais plausível do que aceitar a conclusão.¹⁹

2.1.3 Pluralismo sobre a existência

O pluralismo sobre a existência é a perspectiva de que há mais de uma coisa. Certamente, o pluralismo de existência é a perspectiva padrão – mesmo entre os metafísicos. De fato, a maioria das pessoas pensam que existem muitas coisas. A conjunção da concepção genérica e do pluralismo sobre a existência implica que há mais de um objeto. Mas se alguém pensa que há muitas coisas, também pode pensar que nem todas são objetos. E assim, os pluralistas sobre a existência podem querer tentar tratar a questão ontológica como distinta da Questão sobre a Extensão (para eles, veja §2.2).

Nominalismo

Uma exceção é o nominalismo; ou, pelo menos, uma versão do nominalismo é uma exceção. Embora o nominalismo seja amplamente discutido na ontologia,

¹⁹ Para saber mais acerca do monismo sobre a existência, veja Horgan & Potrč (2000, 2008, 2012). Para mais informações sobre monismo de prioridade (que diz haver muitos objetos, mas todos dependem de um objeto fundamental), veja Schaffer (2009, 2010a, 2010b). Veja também a seção sobre *bom senso e certeza no verbete sobre G.E. Moore*.

há divergência sobre o que é precisamente essa posição. Alguns dizem que o nominalismo é a perspectiva de que não existem objetos abstratos ou universais. Outros dizem que o nominalismo é a perspectiva segundo a qual a resposta correta para a questão ontológica é “particulares”, ou “coisas concretas”, ou “objetos”.

Para a proponente da última formulação do nominalismo, a questão sobre a extensão é a questão ontológica; se ela pensa que existem apenas objetos, então ela pensará que tudo o que está na extensão de objeto é tudo o que existe. (Mas não porque ela defenda a concepção genérica). A proponente da formulação anterior pode aprovar entidades não-abstratas ou não-universais que não sejam objetos. E então ela pode investigar a questão ontológica e a questão sobre a extensão separadamente.

Outros

Existem outras concepções sobre o que existe que são menos gerais do que o nominalismo, o monismo, o pluralismo sobre a existência ou o nominalismo. Por exemplo, o possibilismo é a concepção de que existem objetos meramente possíveis (veja a seção sobre *o realismo possibilista no verbete sobre objetos possíveis*). Essa concepção não diz que toda coisa é uma coisa meramente possível; apenas diz que a resposta à questão ontológica tem que incluir coisas meramente possíveis. O universalismo mereológico diz que sempre que você tem duas ou mais coisas, há um objeto composto a partir de todas e apenas essas coisas (veja a seção sobre *o permissivismo no verbete sobre objetos comuns*). Não quer dizer que toda coisa é uma coisa composta; apenas diz que a resposta à questão ontológica precisa incluir tais objetos. O perdurantismo diz que os objetos são compostos de partes temporais – a cada momento em que um objeto existe, há um objeto instantâneo composto de todas as suas partes naquele momento e que é uma parte dele naquele momento, assim esses objetos têm de estar na extensão da resposta à questão ontológica (ver verbete sobre *partes temporais*). O meinongianismo diz que há objetos não-existentes, de modo que eles incluiriam esses objetos na extensão da resposta à questão ontológica (veja o verbete sobre *objetos não-existentes*).

Essas concepções são respostas parciais à questão ontológica. São respostas parciais porque nos dizem o que existe, mas não nos dizem tudo o que existe.

2.2 A questão sobre a extensão

Se não for verdade *por definição* que “objeto” seleciona uma categoria maximamente geral – contra a concepção genérica –, então pode haver coisas que não são objetos. Portanto, a pergunta sobre a extensão pode acabar tendo uma resposta diferente da pergunta ontológica. E mesmo que uma e a mesma classe ou coleção seja identificada como a resposta correta para cada questão, isso não significa que as questões sejam as mesmas; mesmo que tudo seja um objeto, não precisa ser verdade por definição que a extensão de “objeto” seja exatamente o que existe. Portanto, também avaliaremos as respostas para a questão sobre a extensão em que o *objeto* seleciona (pelo menos intensionalmente) um grupo de coisas diferente daquele selecionado por uma resposta à questão ontológica.

2.2.1 Objetos comuns

Para aqueles que não aceitam a concepção genérica, a questão sobre a extensão é diferente da questão ontológica. Qual é, então, a questão sobre a extensão? Presumivelmente, uma pessoa que nega a concepção genérica pensa que existem objetos e não-objetos. Dito de outra forma, sua resposta à questão ontológica inclui objetos e outras coisas. Para ela, a questão sobre a extensão é a seguinte: de todas as coisas que existem, quais são os objetos? Aqueles que negam a concepção genérica têm uma variedade de maneiras de separar os objetos dos não-objetos, que discutimos em §1.2.

Outra forma de distinguir os objetos dos não-objetos não é respondendo primeiro à pergunta ontológica e, em seguida, selecionando os objetos da totalidade das coisas; ou respondendo à questão sobre o contraste e, em seguida, colocando as coisas na classe dos *objetos* ou na sua classe contraste. Em vez disso, pode-se simplesmente começar pela questão sobre a extensão – pode-se começar listando os candidatos óbvios e comuns para a função de objeto (veja o verbete sobre *objetos comuns*).

Uma maneira simples de começar seria listando as coisas que normalmente consideramos objetos em nossa abordagem pré-filosófica do mundo. Lembre-se da citação de Tugendhat acima: “Na linguagem comum estamos inclinados a chamar apenas objetos materiais de ‘objeto’”. A ideia é de que a extensão de *objeto* é tudo e apenas as coisas sobre as quais normalmente pensamos, falamos, referimos e usamos. Essas coisas são nomeáveis,

identificáveis, estáveis e persistem ao longo do tempo. Os exemplos incluem abelhas, borrachas, travesseiros e barcos.

Dois pensamentos surgem. Em primeiro lugar, essa resposta à questão sobre a extensão leva a muitos quebra-cabeças e problemas. Em segundo lugar, simplesmente listar todas as coisas é bastante insatisfatório como uma resposta à questão sobre a extensão. É melhor dar uma resposta geral e ver o que isso acarreta – em particular, quais são as implicações para a questão sobre a extensão. O que se segue é um método para dar uma resposta geral sobre quais objetos existem.²⁰

2.2.2 A questão especial sobre a composição

A maioria daqueles que consideraram a questão sobre a extensão, provavelmente acredita na existência de objetos como fótons, elétrons, quarks e outras coisas com as quais a ciência lida – as partículas físicas fundamentais. E essas coisas parecem compor outras coisas, como átomos, moléculas, elementos, células e assim por diante, na cadeia de tamanhos que vai de bens de tamanho médio a prédios grandes, montanhas e planetas.

Dessa forma, parece que muitas vezes as coisas são compostas de outras coisas. Mas em que condições ocorre a composição? Van Inwagen (1990) cunhou a expressão “A questão especial da composição” (doravante “a QEC”). Mais precisamente, a QEC pede o preenchimento de Φ na seguinte frase: Para qualquer x , existe um y tal que x compõe y sse Φ . Uma resposta deve ser não analítica e deve ter apenas ‘os x s’ livres.²¹

Eis aqui algumas candidatas a respostas à QEC. CONTATO: “os x s estão em contato”. VIDA: “os x s são organizados em forma de uma vida”. NIILISMO MEREOLÓGICO: “existe apenas um dos x s”. UNIVERSALISMO MEREOLÓGICO: “os x s são um ou mais em número”.

Qualquer pessoa que negue a concepção genérica e que tiver uma resposta para a QEC pode considerar isso como uma resposta parcial à questão

²⁰ Sobre os objetos comuns, veja L.R. Baker (2007), Caplan & Bright (2005), Elder (2004, 2011), Korman (2016), Lowe (2000), Markosian (1998), McDaniel (2001), McGrath (1998), Merricks (2001), Sanford (1979, 1993), Saunders (2006), Thomasson (2006, 2007, 2015) e van Inwagen (1990: 17–18).

²¹ Para saber mais sobre o estado da arte relativo à questão sobre a composição especial, incluindo uma variedade de respostas, consulte Korman & Carmichael (2016). Veja também o verbete sobre a *composição material*.

sobre a extensão. Quais objetos existem? O CONTATO diz que existem os xs, e para quaisquer xs que estão em contato, há outro objeto (aquele que é composto por eles). A VIDA diz que existem os xs, e para quaisquer xs que são organizados em forma de uma vida, há outro objeto (aquele que é composto por eles). O NIILISMO MEREOLÓGICO diz que existem apenas os xs, e nenhum outro objeto. O UNIVERSALISMO MEREOLÓGICO diz que existem os xs, para quaisquer xs (não importa como eles estão dispostos), há outro objeto (aquele que é composto por eles). E assim por diante para as outras respostas.

3. Natureza

Até agora colocamos duas questões sobre os *objetos*: (i) qual, se houver, é o seu contraste? (ii) quais coisas, se houver, estão em sua extensão? Essas questões também podem ser formuladas como sendo sobre quais não-objetos existem e quais objetos existem. Voltamo-nos agora para a nossa questão final: (iii) supondo que existam objetos, como são eles? Qual é a sua natureza?

Uma maneira de especificar a natureza de uma categoria é observar o papel teórico que ela desempenha ou o papel desempenhado pelos itens dentro dela. Isso é dizer o que *fazem* os itens dentro da categoria. Outra maneira é dar uma definição real da categoria (ou dos itens dentro dela), sendo que uma definição real tenta identificar a verdadeira essência dos membros da categoria. Isso é dizer o que *são* os itens dentro da categoria (ver verbetes sobre *termos teóricos na ciência*, *Locke sobre essência real* e a *seção sobre definições reais e nominais no verbete sobre definições*).

Nesta seção, consideraremos tentativas de estabelecer a natureza dos objetos. Tal como acontece com o nosso tratamento da questão sobre o contraste, nossa discussão omitirá alguns detalhes terminológicos. Em vez de tratar apenas as teorias sobre a natureza dos objetos formuladas precisamente nesses termos, examinaremos também várias tentativas de se estabelecer a natureza de categorias próximas – mais notavelmente *substância* e *particular* – tratando-as como fornecendo uma teoria sobre a natureza dos *objetos*.

3.1 O que os objetos fazem?

Uma maneira de explicar uma coisa ou categoria é identificar o que ela faz - o seu papel. Visto que *objeto* é, sob qualquer ponto de vista, uma categoria

altamente abstrata e geral, o papel relevante pelo qual *objeto* pode ser definido deve ser ele mesmo altamente abstrato e geral.²² Três exemplos:

Em primeiro lugar, vários itens linguísticos, ao que parece, denotam ou referem. “Armstrong” denota Armstrong, “vermelhidão” denota a vermelhidão, “o sucessor de zero” denota o número 1, e assim por diante. A reflexão sobre essas trivialidades traz à tona um papel que podemos chamar de *ser um objeto de referência* (ou talvez alguma noção modal relacionada, como *ser possivelmente um objeto de referência* ou *ser elegível para a referência*).

Em segundo lugar, domínios (classes ou pluralidades), ao que parece, estão associados a quantificadores (expressões como “alguns” e “todos”). “Toda coisa é tal e tal” quantifica sobre todos os itens dentro de um domínio inclusivo (maximamente inclusivo, pensamos) e diz sobre cada um desses itens que é tal e tal. A reflexão sobre essas trivialidades traz à tona um papel que podemos chamar de *ser quantificado*, ou talvez alguma noção modal relacionada, como *ser possivelmente quantificado* ou *ser um candidato a ser quantificado*.

Em terceiro lugar, alguns pensamentos são, ao que parece, sobre coisas. O pensamento de que Aristóteles foi um filósofo é, pelo menos em parte, sobre uma certa pessoa – Aristóteles. O pensamento de que fazer metafísica é um ótimo passatempo é, pelo menos em parte, sobre uma certa atividade. E o pensamento de que o platonismo é sensato é, pelo menos em parte, sobre uma certa teoria filosófica. A reflexão sobre essas trivialidades traz à tona um papel que podemos chamar de *ser um objeto do pensamento* ou *ser pensado*, ou talvez alguma noção modal relacionada, como *ser possivelmente pensado*.²³

Esses três exemplos distinguem papéis altamente abstratos ou gerais – ser um objeto de referência, ser quantificado ou ser pensado. Esses papéis são especificados, por assim dizer, pela forma e não pelo conteúdo; os papéis, por si só, impõem muito poucas limitações ou requisitos aos tipos de coisas que os preenchem. Plausivelmente, por exemplo, tanto os objetos materiais concretos quanto as proposições abstratas podem satisfazer qualquer um desses papéis.

E cada papel sugere, por sua vez, uma teoria do que os objetos são: (i) ser um objeto é precisamente ser um referente, (ii) ser um objeto é precisamente

²² O tratamento canônico de definir um termo teórico a partir do seu papel é proposto por Lewis (1970).

²³ Para mais informações sobre o papel de *objeto* como *possível objeto de pensamento*, veja Busuioc (2009). Alguns pensaram que o papel de objeto do pensamento para objetos nos dá razão para postular objetos não existentes; para mais informações, veja Parsons (1980, 1987) e Priest (2000). Veja também o verbete sobre *intencionalidade*.

ser quantificado, e (iii) ser um objeto é precisamente ser um objeto do pensamento.²⁴ Van Inwagen oferece uma versão de (i) (observe o uso de “pode”, indicando que os objetos desempenham um papel *modal*, nomeadamente, o de serem referentes possíveis; aqui pressupomos a estreita conexão já mencionada entre “objeto” e “coisa”):

A categoria metafísica mais geral é a categoria “coisa”. Eu uso “coisa” como o substantivo contável mais geral. Tudo é uma coisa. Uma coisa é qualquer coisa que pode ser referida por um pronome da terceira pessoa do singular – como quando eu digo, “O que se segue é verdadeiro para toda coisa, que ela é idêntica a si mesma”. A categoria “coisa” abrange tudo que há, tudo o que existe (pois eu adoto uma linha anti-meinongiana austera sobre os inexistentes: eles simplesmente não existem, o número deles é 0). (2007: 199)

Essas especificações do papel teórico do que é ser um objeto terão consequências em relação à questão sobre a extensão e a questão sobre o contraste. Por exemplo, se literalmente tudo fosse elegível para referência, quantificação ou pensamento, então, literalmente, tudo seria um objeto; uma tese alinhada com a concepção do guarda-chuva. Se, por outro lado, alguns itens não são elegíveis para a referência, quantificação ou pensamento, então tais itens seriam classificados como *não-objeto*, e a categoria *objeto* acabaria por ter um contraste ou complemento. Da mesma forma, se, digamos, os objetos materiais concretos e as proposições abstratas fossem elegíveis para a referência, quantificação ou pensamento, então itens de ambos os tipos enquadrariam sob a extensão de *objeto*.²⁵

²⁴ A esse respeito, ver Peirce (1931: parágrafo 339): “Um signo representa algo em relação à ideia que ele produz, ou modifica. Ou, é um veículo que transmite algo de fora para a mente. Aquilo que representa é chamado de objeto ...”

²⁵ Aqui, tratamos o papel de *objeto* como sendo o referente de um termo referencial singular. Uma visão relacionada tratará o papel dos objetos como sendo os referentes dos termos referenciais plurais; para mais informações, veja Boolos (1984), McKay (2006), Shoemaker (1988) e Varzi (2002).

3.2 O que são os objetos?

Algumas pessoas pensam que ser um objeto é mais do que desempenhar um papel teórico específico. Nesta perspectiva, a questão do que é para uma coisa ser um objeto é uma questão sobre as características intrínsecas ou a natureza dessa coisa. Uma maneira de fornecer a natureza intrínseca de uma coisa é dando uma definição real. Diz Dasgupta (2014), uma definição real é:

uma afirmação do que algo é... Por exemplo, quando alguém diz que {Sócrates} é o conjunto unitário que contém Sócrates, está definindo o que o conjunto é – isto é, dando sua definição real. Ou, equivalentemente, alguém está afirmando a sua essência ou natureza... (2014: 577)

Declarações do que uma coisa é – da essência ou natureza de uma coisa – podem assumir uma variedade de formas. Alguém diz o que é ser essa coisa; a definição real de x pode ser colocada: ser x é ser y . Ou a definição real de uma categoria F : ser um F é ser um G . Quando se diz: “Ser solteiro é ser homem não-casado”, está dando a definição real de solteiro.

Outra forma é dizer o que é essencial para um objeto ou categoria, como sugere Fine (1995): É essencial para x que Φ . Ou, é essencial para os F s que Φ .

De qualquer forma, o objetivo aqui não é escrever uma seção sobre o que é uma definição real, mas sim sobre como a noção se relaciona com a de *objeto*.

Se alguém pensa que as definições reais captam melhor a natureza das coisas, e se está interessado em afirmar a natureza de *objeto* ou dos objetos, há duas opções. Uma é substituir Φ na expressão seguinte: Ser um objeto é ser Φ . A segunda é substituir Φ na expressão seguinte: É essencial para os objetos que eles sejam Φ .

Observe a diferença entre esse método e o método de fornecer condições necessárias e suficientes: x é um objeto sse Φ . Se alguém tem uma classe de contraste em mente, então, presumivelmente, pode-se substituir Φ pela negação dessa classe de contraste, por exemplo, “ x é um objeto sse x não for uma propriedade”. Mas não é isso que é ser um objeto. Uma definição real exige mais.

Pode-se pensar que *objeto* não tem uma definição real. Pode ser que a classe contraste (propriedade, digamos) seja uma classe natural, mas *objeto* não.

As ontologias - grosso modo, catálogos abstratos e sistemáticos dos tipos de coisas que existem - divergem sobre a questão de como os objetos se relacionam com as suas propriedades. Nas ontologias de constituição, as propriedades são partes, constituintes ou componentes dos objetos que as possuem ou que elas caracterizam (ver verbete sobre *mereologia*). Assim, em ontologias de constituição, uma árvore alta tem a *altura*, de algum modo, como uma parte sua, um constituinte ou componente. Nas ontologias relacionais, em nenhum sentido, as propriedades são partes, constituintes ou componentes dos objetos que as possuem ou que elas caracterizam. Portanto, nas ontologias relacionais, embora uma árvore alta tenha uma relação interessante com a altura (talvez tenha a relação de instanciação com essa propriedade), a altura não está entre as várias partes, constituintes ou componentes da árvore.²⁶

Examinaremos três teorias sobre objetos que se baseiam em ontologias de constituição e, em seguida, descreveremos uma alternativa relacional.

3.2.1 Ontologias de constituição

Os ontologistas de constituição concordam que os objetos têm propriedades, ou itens semelhantes às propriedades, como constituintes ou partes. Entretanto, eles discordam sobre se os objetos têm itens adicionais não semelhantes às propriedades como constituintes ou partes, e sobre como os constituintes ou partes dos objetos estão relacionados.

Teoria dos feixes

De acordo com a teoria dos feixes, os objetos são feixes de propriedades. Diferentes teorias sobre as propriedades produzirão versões diferentes da teoria dos feixes. As teorias sobre as propriedades mais comuns que os teóricos dos feixes sustentam são a teoria dos tropos (consulte o verbete sobre tropos) e a dos universais imanentes.

²⁶ Sobre a distinção entre ontologias relacionais e constituintes, veja Loux (2006: 207–212), van Inwagen (2011), e Wolterstorff (1970).

Na versão da teoria dos feixes com universais imanentes, os objetos são feixes de universais, e esses universais estão localizados no espaço e no tempo. Quando alguns universais estão no mesmo lugar e ao mesmo tempo (e talvez quando alguma outra condição é satisfeita), existe um objeto que é o feixe desses universais. (Para alguns teóricos dos feixes, não é qualquer grupo de universais imanentes que formam um feixe). A maneira como muitas vezes é colocado é que os objetos são feixes de universais *co-instanciados*, onde a relação de co-instanciação pode ser uma relação primitiva.²⁷

Na versão da teoria dos feixes com tropos, os objetos são feixes de tropos. Como na versão com universais imanentes, não é qualquer coleção de tropos que forma um feixe que é um objeto; os tropos têm que estar *copresentes*. A relação de copresença é considerada primitiva.²⁸

A teoria dos feixes é uma teoria sobre objetos segundo a qual os objetos são compostos de itens de um tipo ou categoria diferente (a saber, propriedades)²⁹. Portanto, a teoria dos feixes sugere que o *objeto* tem um contraste ou complemento. A teoria dos feixes também sugere esta resposta ampla à questão sobre a extensão: sempre que houver um feixe de universais co-instanciados (ou, alternativamente, tropos copresentes), há um objeto. A extensão de *objeto* inclui todos e apenas os feixes, e quais feixes existem é determinado por quais universais imanentes ou tropos estão na relação de coinstanciação ou copresença.³⁰

Substrato

²⁷ Sobre os universais imanentes, veja Armstrong (1997) e Lewis (1983).

²⁸ Sobre os tropos, veja Ehring (2004, 2011) e Williams (1953).

²⁹ Paul (no prelo) é uma exceção importante; na concepção de feixe mereológico aí proposta, não há divisão fundamental entre objeto e propriedade, pois cada feixe de propriedades é ele mesmo uma propriedade.

³⁰ Sobre a teoria dos feixes, incluindo a sua relação com o problema da individuação, veja Armstrong (1989: 59–74; 1997: cap. 3, 4, 7), Bacon (1995), Benovski (2008), Black (1952), Carmichael (2010, 2015), Casullo (1984, 1988), Curtis (2014), Ehring (2001), Garcia (2015a), Gyekye (1973), O’Leary-Hawthorne (1995), O’Leary-Hawthorne & Cover (1998), Hawthorne & Sider (2002), Kluge (1973), Lafrance (2015), Losonsky (1987), Loux (1998), Lowe (2003), McDaniel (2001), Noone (2003), Oaklander (1977), Paul (2002, 2012, 2017, forthcoming), Schmidt (2005), Shiver (2013), Simons (1994), Van Cleve (1985), Williams (1953), e Zimmerman (1997b).

Como a teoria dos feixes, a teoria do substrato sustenta que os objetos têm suas propriedades como constituintes. Mas acrescenta também que há algo mais. Além de suas propriedades, cada objeto tem como constituinte um substrato (ou particular nu) que instancia essas propriedades. Os substratos são “particulares nus” pelo menos neste sentido: ao contrário dos objetos, eles não têm propriedades como partes.

A teoria do substrato é então a conjunção de duas teses. A primeira é a de que todo objeto tem pelo menos dois tipos de constituintes: suas propriedades e seu substrato. A segunda é a de que todo objeto tem suas propriedades como constituintes e que são instanciadas por outro de seus constituintes: seu substrato.

Os substratos desempenham dois papéis importantes na teoria em questão. Em primeiro lugar, são eles os sujeitos de propriedades ou os itens aos quais as propriedades são anexadas por meio da instanciação ou exemplificação. Assim, Alston diz:

Devemos perguntar a respeito de qualquer situação envolvendo esta relação (p. ex., uma exemplificação de [verde]) quais são os seus relatas. Um deles é um universal. Qual é o outro? Obviamente não adianta responder – um verum (definido como uma instância do [verde]); pois isso equivaleria a dizer que o relatum em questão é aquele que está na relação de instanciação com o [verde]; o que é verdade, mas pouco esclarecedor. Isso ainda deixa em aberto a questão – o que é que está na relação de instanciação com o [verde]? ... a única alternativa que resta parece ser um particular ‘nu’, ou o que prefiro chamar de substrato. Uma vez que vemos a necessidade de fornecer uma entidade com a qual o universal envolvido tenha a relação de ser exemplificado, podemos ver que apenas um particular nu faria o trabalho. (1954: 255)

Em segundo lugar, os substratos individualizam. Considere dois objetos que são exatamente iguais em aspectos relevantes (ambos são azuis, pesam 1kg e assim por diante); o que poderia torná-los dois e não um? O que pode explicar o fato de serem distintos? Uma vez que eles são exatamente iguais em aspectos

relevantes, nenhum apelo às diferenças em seus constituintes semelhantes às propriedades (sendo azul, pesando 1 kg e assim por diante) pareceria resolver o problema. Então, defensores da teoria do substrato sustentam que deve haver constituintes não semelhantes a propriedades em virtude dos quais eles são distintos.³¹

Hilemorfismo

De acordo com o hilemorfismo, os objetos consistem de matéria e forma (veja o verbete sobre *forma vs. matéria*). Os objetos são compostos por várias partes: elétrons e *quarks*, por exemplo. Além dessas partes materiais comuns, os objetos têm componentes ou constituintes bastante especiais – formas – que são itens semelhantes às propriedades que informam à matéria de sua substância portadora. As formas dão estrutura e forma aos objetos e são o que torna cada objeto o tipo de coisa que ele é. As formas são responsáveis pelas características ou natureza dos objetos; nesse aspecto, elas são semelhantes às propriedades. Sócrates, por exemplo, é um animal humano que compreende forma e matéria; e Sócrates é um animal humano porque tem uma certa forma como constituinte.

O hilemorfismo pode ser considerado um caso especial ou uma variação da teoria dos particulares nus. Isso porque no hilemorfismo, um objeto tem tanto um constituinte semelhante a propriedade (neste caso, forma) que tem uma ligação especial com constituintes que não são semelhantes às propriedades (neste caso, matéria).³²

³¹ Sobre os particulares nus, veja Alston (1954), Armstrong (1989: 94; 1997: cap. 3, 4, 7), Bailey (2012), R. Baker (1967), Benovski (2008, 2010), Bergmann (1947), Brower (2014: 35–41), Connolly (2015), Davis (2013a, 2013b), Garcia (2015b), Giberman (2012, 2015), Koons e Pickavance (2015: cap. 5), Korman (2010), Losonsky (1987), Loux (1997), Moreland (1998, 2001, 2013), Moreland e Pickavance (2003), Morganti (2011), Oaklander e Rothstein (2000), Pasnau (2011: cap. 2), Pickavance (2009, 2014), Preston (2005), Sider (2006), e Wildman (2015).

³² Aristóteles é o mais bem conhecido proponente do hilemorfismo (veja *Metafísica VII 8.1034a5–6*, *VII 8.1033b23–25*, *VII 11.1037a29–30*, *VII 15.1939b20–25* e *XI 9.1058b80–12*), mas Platão pode tê-lo vencido no soco (*Timeu 48c–53c*).

Para mais informação sobre a discussão contemporânea, veja Bailey (2015), Bailey & Wilkins (no prelo), Barnes (2003), Britton (2012), Brower (2014), Fine (1992, 1994, 1999, 2008), Harte (2002), Inman (2014), Jaworski (2014, 2016), Johnston (2006),

3.2.2 Ontologias relacionais

Voltemo-nos agora para as ontologias relacionais. Lembre-se que as ontologias constituintes dizem que os objetos têm propriedades como partes ou constituintes. As ontologias relacionais aceitam que as extensões de *objeto* e de *propriedade* não são vazias³³ – mas, para elas, nenhum objeto tem qualquer propriedade como parte ou constituinte. Pode-se dizer como Armstrong que os objetos são bolhas (1989: 76-77). A maioria dos ontologistas relacionais ficará perfeitamente feliz em dizer que os objetos têm partes – só que nenhuma dessas partes são propriedades; eles são outros objetos.

Objetos como bolhas

Em contraste com as ontologias constituintes consideradas acima, as ontologias relacionais não postulam qualquer estrutura interna para os objetos além da estrutura mereológica comum. Os objetos não são bolos de camadas sobrepostas de substratos e propriedades (ou bolos de camadas sobrepostas de matéria e forma); em vez disso, são bolhas. Colocada dessa forma, a teoria dos objetos como bolhas tem apenas conteúdo negativo; ela nos diz o que os objetos não são. Ela oferece um relato parcial da natureza dos objetos e, portanto, é um convite à suplementação.³⁴

Agora consideraremos duas ontologias relacionais e suas implicações para a teoria dos objetos.

Platonismo

Koons (2014), Koslicki (2008), Manning (2013), Marmodoro (2013), Oderberg (2007), Pasnau (2010: 635–646), Rea (1998, 2011), Robinson (2014), Sattig (2015), Sellars (1952), Sidelle (2014), Toner (2010, 2013), Toner & Madden (no prelo), e Ward (2014).

³³ Os nominalistas austeros – aqueles que pensam que a categoria *propriedade* é vazia – contam como teóricos da bolha (veja abaixo), porque negam que os objetos tenham propriedades como partes ou constituintes. Mas eles não contam como ontologistas relacionais; eles não pensam que os objetos têm alguma relação com as propriedades, uma vez que não existem propriedades.

³⁴ Sobre os objetos como bolhas, veja Armstrong (1989) e van Inwagen (2011: 390–391).

A concepção platônica das propriedades é que elas são universais transcendentais. Elas existem de forma independente e estão fora do espaço e do tempo, são imutáveis e causalmente inertes. É óbvio que essas coisas não podem ser partes de objetos materiais comuns que estão no espaço e no tempo, que mudam e participam de cadeias causais. Mas os objetos ainda são vermelhos, grandes, pesados e assim por diante – e isso em virtude de estarem em alguma relação com os universais transcendentais. Essa relação costuma ser chamada de *exemplificação* ou *instanciação* e é considerada primitiva. Mas, o mais importante, ela é *externa* – os objetos estão relacionados a coisas fora deles próprios – ao passo que a relação entre o objeto e a propriedade nas ontologias constituintes é *interna*.

Portanto, embora o platonismo seja principalmente uma teoria sobre a natureza das propriedades, ele tem implicações para a natureza dos objetos. Em particular, isso significa que eles não têm propriedades como partes. Como Armstrong afirma:

É interessante notar que uma teoria dos universais em domínios separados permite uma teoria dos particulares como bolhas, em oposição a uma teoria dos particulares como bolos de camadas sobrepostas. Nesse sentido, segundo essa teoria, o que significa para uma coisa ter uma propriedade? Não é a coisa ter alguma característica interna, mas sim ter uma relação, a relação de instanciação, com certos universais ou formas em outros domínios. A coisa mesma pode ser semelhante a uma bolha. (Armstrong 1989: 76-77)

Acontece que o platonismo não é o único tratamento das propriedades que se adapta bem a uma teoria dos objetos não estruturados ou como bolhas.

Nominalismo das classes

No nominalismo das classes, as propriedades são classes de coisas ou classes de coisas possíveis. A propriedade de *ser verde* é a classe de todas as coisas verdes, a propriedade de *ser sábio* é a classe de todas as coisas sábias, a

relação de *ser irmã de* é a classe de pares ordenados dos quais o primeiro membro é irmã do segundo membro, e assim por diante.³⁵

Nessa teoria, um objeto ter (exemplificar, instanciar ou o que seja) uma propriedade é pertencer a uma classe de coisas. Ser membro de uma classe, assim como ser membro de um conjunto, é uma relação externa; assim, o nominalismo das classes se adapta melhor a uma teoria dos objetos como bolhas. Van Inwagen explica esta conexão da seguinte forma:

De acordo com Lewis [um nominalista das classes], uma propriedade é um conjunto de objetos possíveis. (Algo é uma propriedade se, e somente se, for um conjunto cujos membros são objetos possíveis.) A propriedade de ser um porco ou a porcinidade, Lewis diz, é simplesmente o conjunto de todos os porcos possíveis – um conjunto muito maior do que o conjunto de porcos atuais. Considere um porco atual, Freddy. Freddy, claro, tem porcinidade. E o que é essa relação “ter” que existe entre o porco e a propriedade? Ora, simplesmente a de ser membro de um conjunto. E a relação que um conjunto de *possibilia* mantém com seus membros individuais certamente não é a de constituinte. Freddy é, sem dúvida, em certo sentido, um constituinte do conjunto de todos os porcos possíveis – ‘constituinte’ é uma palavra muito flexível, e provavelmente flexível o suficiente para permitir essa aplicação –, mas não há qualquer sentido concebível no qual o conjunto de todos os porcos possíveis é um constituinte de Freddy. (2011: 392-393)

Referências

Addis, Laird, 1967, “Particulars and acquaintance”, *Philosophy of Science*, 34(3): 251–259.

³⁵ Sobre o nominalismo das classes, veja Lewis (1986: §1.5) e Manley (2002).

- Alston, William P., 1954, "Particulars: bare and qualified", *Philosophy and Phenomenological Research*, 15(2): 253–258.
- Aristóteles, *Categories*, em *Aristotle's 'Categories' and, 'De interpretatione'*, Tradução e notas de J.L. Ackrill, Oxford: Clarendon Press, 1963.
- Aristóteles, *Metaphysics*, em *The Complete Works of Aristotle (Tradução de Oxford revisada)*, J. Barnes (ed.), Princeton: Princeton University Press, 1984.
- Armstrong, D.M., 1989, *Universals: An Opinionated Introduction*, Boulder, CO: Westview.
- , 1997, *A World of States of Affairs*, (Cambridge Studies in Philosophy), Cambridge: Cambridge University Press.
- Armstrong, David M., 2005, "Four disputes about properties", *Synthese*, 144(3): 1–12.
- Ayer, A.J., 1933, "On Particulars and Universals", *Proceedings of the Aristotelian Society*, 34(1): 51–62.
- , 1952, "Individuals", *Mind*, 61(244): 441–457.
- Bacon, John, 1995, *Universals and Property Instances: The Alphabet of Being*, Oxford: Blackwell.
- Bailey, Andrew M., 2012, "No Bare Particulars", *Philosophical Studies*, 158(1): 31–41.
- , 2015, "The Priority Principle", *Journal of the American Philosophical Association*, 1(1): 163–174.
- Bailey, A.M. & S.M. Wilkins, no prelo, *The Resurgence of Hylomorphism in Contemporary Philosophy*, Oxford Bibliographies in Philosophy.
- Baker, Lynne Rudder, 2007, *The Metaphysics of Everyday Life: An Essay in Practical Realism*, (Cambridge Studies in Philosophy), Cambridge: Cambridge University Press.
- Baker, Robert, 1967, "Particulars: Bare, Naked, and Nude", *Noûs*, 1(2): 211–212.
- Balaguer, Mark, no prelo, "Why metaphysical debates are not merely verbal (or how to have a nonverbal metaphysical debate)", *Synthese*, antecipado online em 1 de abril de 2017.
- Barnes, Gordon P., 2003, "The Paradoxes of Hylomorphism", *Review of Metaphysics*, 56(3): 501–523.
- Bealer, George, 1982, *Quality and Concept*, Oxford: Clarendon Press.
- , 1993, "Universals", *Journal of Philosophy*, 60(1): 5–32.
- , 1998, "Universals and properties", em Laurence & MacDonald 1998: 131–147.

- Benovsky, Jiri, 2008, "The Bundle Theory and the Substratum Theory: Deadly Enemies or Twin Brothers?", *Philosophical Studies*, 141(2): 175–190.
- , 2010, "Relational and substantival ontologies, and the nature and the role of primitives in ontological theories", *Erkenntnis*, 73(1): 101–121.
- Bergmann, Gustav, 1947, "Russell on Particulars", *Philosophical Review*, 56(1): 59–72.
- Berman, Scott, 2008, "Universals: Ways or Things?", *Metaphysica*, 9(2): 219–234.
- Black, Max, 1952, "The identity of indiscernibles", *Mind*, 61(242): 153–164.
- Bliss, Henry E., 1917, "The Subject-Object Relation", *Philosophical Review*, 26(4): 395–408.
- Boolos, George, 1984, "To be is to be the value of a variable (or to be some values of some variables)", *Journal of Philosophy*, 81(8): 430–449.
- Britton, Teresa, 2012, "The Limits of Hylomorphism", *Metaphysica*, 13(2): 145–153.
- Brower, Jeffrey E., 2014, *Aquinas's Ontology of the Material World: Change, Hylomorphism, and Material Objects*, New York: Oxford University Press.
- Busuioc, Octavian, 2009, "Thinking Of Particulars", *Florida Philosophical Review*, 9(1): 1–13.
- Caplan, Ben & Bob Bright, 2005, "Fusions and Ordinary Physical Objects", *Philosophical Studies*, 125(1): 61–83.
- Carmichael, Chad, 2010, "Universals", *Philosophical Studies*, 150(3): 373–389.
- , 2015, "Deep Platonism", *Philosophy and Phenomenological Research*, 92(2): 307–328.
- Cartwright, Helen Morris., 1972, "Chappell on Stuff and Things", *Noûs*, 6(4): 369–377.
- Casati, Riccardo, 2004, "Is the Object Concept Formal?", *Dialectica*, 58(3): 383–394.
- Casullo, Albert, 1981, "Russell on the Reduction of Particulars", *Analysis*, 41(4): 199–205.
- , 1984, "The contingent identity of particulars and universals", *Mind*, 93(372): 527–541.
- , 1988, "A Fourth Version of the Bundle Theory", *Philosophical Studies*, 54(1): 125–139.
- Chalmers, David, 2011, "Verbal Disputes", *Philosophical Review*, 120(4): 515–566.

- Chappell, V.C., 1971, "Stuff and Things", *Proceedings of the Aristotelian Society*, 71(1): 61–76.
- Connolly, Niall, 2015, "Yes: Bare Particulars!", *Philosophical Studies*, 172(5): 1355–1370.
- Curtis, Benjamin L., 2014, "The Rumble in the Bundle", *Noûs*, 48(2): 298–313.
- Dasgupta, Shamik, 2009, "Individuals: An essay in revisionary metaphysics", *Philosophical Studies*, 145(1): 35–67.
- , 2014, "The Possibility of Physicalism", *Journal of Philosophy*, 111(9/10): 557–592.
- , 2016, "Can We Do Without Fundamental Individuals? Yes", em *Current Controversies in Metaphysics*, Elizabeth Barnes (ed.), New York: Routledge-Taylor & Francis, pp. 7–23.
- Davis, Richard Brian, 2013a, "Are Bare Particulars Constituents?", *Acta Analytica*, 28(4): 395–410.
- , 2013b, "How to Individuate Universals—Or Not", *Axiomathes*, 23(3): 551–566.
- Denkel, Arda, 1996, *Object and Property*, (Cambridge Studies in Philosophy), Cambridge University Press.
- Duncan-Jones, Austin E., 1933, "Universals and Particulars", *Proceedings of the Aristotelian Society*, 34(1): 63–86.
- Effingham, Nikk, 2015, "The Location of Properties", *Noûs*, 49(4): 846–866.
- Ehring, Douglas, 2001, "Temporal Parts and Bundle Theory", *Philosophical Studies*, 104(2): 163–168.
- , 2004, "Distinguishing Universals from Particulars", *Analysis*, 64(4): 326–332.
- , 2004, "Property Counterparts and Natural Class Trope Nominalism", *Australasian Journal of Philosophy*, 82(3): 443–463.
- , 2011, *Tropes: Properties, Objects, and Mental Causation*, Oxford: Oxford University Press.
- Elder, Crawford L., 2004, *Real Natures and Familiar Objects*, Cambridge, MA: MIT Press.
- , 2011, *Familiar Objects and Their Shadows*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Fine, Kit, 1992, "Aristotle on Matter", *Mind*, 101(401): 35–57.
- , 1994, "A Puzzle Concerning Matter and Form", em *Unity, Identity and Explanation in Aristotle's Metaphysics*, T. Scaltsas, D. Charles e M.L. Gill (eds.), Oxford: Clarendon Press, 13–40.

- , 1995, “Ontological Dependence”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, 95(1): 269–90.
- , 1999, “Things and their parts”, *Midwest Studies in Philosophy*, 23: 61–74.
- , 2008, “Coincidence and Form”, *Aristotelian Society Supplementary Volume*, 82: 101–118.
- Frege, Gottlob, 1892 [1951], “On concept and object”, (P.T. Geach (trad.) e Max Black), *Mind*, 60(238): 168–180.
- , 1891 [1960], “Function and Concept” (Über Funktion und Begriff), Traduzido em *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, P. Geach e Max Black (eds. e trad.), Oxford: Blackwell.
- Freundlich, Yehudah, 1974, “Objects and their attributes: A physicist’s point of view”, *Foundations of Physics*, 4(1): 1–8.
- Garcia, Robert K., 2015a, “Tropes as Character-Grounders”, *Australasian Journal of Philosophy*, 94(3): 499–515.
- , 2015b, “Two Ways to Particularize a Property”, *Journal of the American Philosophical Association*, 1(4): 635–652.
- Giberman, Daniel, 2012, “Against zero-dimensional material objects (and other bare particulars)”, *Philosophical Studies*, 160(2): 305–321.
- , 2015, “A Topological Theory of Fundamental Concrete Particulars”, *Philosophical Studies*, 172(10): 2679–2704.
- Gilmore, Cody, 2003, “In Defence of Spatially Related Universals”, *Australasian Journal of Philosophy*, 81(3): 420–428.
- Goodman, Nelson, 1972, “A World of Individuals”, em seu *Problems and Projects*, Indianapolis and New York: The Bobbs-Merrill Company, Inc., pp. 155–72.
- Gyekye, Kwame, 1973, “An examination of the bundle-theory of substance”, *Philosophy and Phenomenological Research*, 34(1): 51–61.
- Hacker, Peter, 2004, “Substance: Things and Stuffs”, *Aristotelian Society Supplementary Volume*, 78(1): 41– 63.
- Harte, Verity, 2002, *Plato on Parts and Wholes*, Oxford: Clarendon Press.
- Hawthorne, John & Theodore Sider, 2002, “Locations”, *Philosophical Topics*, 30(1): 53–75.
- Heller, Mark, 1990, *The Ontology of Physical Objects: Four-Dimensional Hunks of Matter*, (Cambridge Studies in Philosophy), Cambridge: Cambridge University Press.
- Hirsch, Eli, 1993, *Dividing Reality*, Oxford: Oxford University Press.

- Hochberg, Herbert, 1995, "Particulars As Universals: Russell's Ontological Assay of Particularity and Phenomenological Space-Time", *Journal of Philosophical Research*, 20: 83–111.
- , 1996, "Particulars, Universals and Russell's Late Ontology", *Journal of Philosophical Research*, 21: 129–137.
- , 2004, "Russell and Ramsey on distinguishing between universals and particulars", *Grazer Philosophische Studien*, 67(1): 195–207.
- Hoffman, Joshua & Gary Rosenkrantz, 1997, *Substance: Its Nature and Existence*, New York: Routledge.
- Holdcroft, David, 1971, "Talking about particulars", *Philosophical Books*, 12(2): 18–20.
- Horgan, Terry & Matjaž Potrč, 2000, "Bobjectivism and Indirect Correspondence", *Facta Philosophica*, 2: 249–270.
- , 2008, *Austere Realism: Contextual Semantics Meets Minimal Ontology*, Cambridge, MA: The MIT Press.
- , 2012, "Existence monism trumps priority monism", em Philip Goff (ed.), *Spinoza on Monism*, Hampshire: Palgrave Macmillan, 51–76.
- Hoy, Ronald C., 1998, "Review: Object and Property by Denkel Arda", *Dialogue*, 37(3): 613–614.
- Inman, Ross, 2014, "Neo-Aristotelian Plenitude", *Philosophical Studies*, 168(3): 583–597.
- Jacquette, Dale, 1999, "Abstract entity", em Robert Audi (ed.), *The Cambridge Dictionary of Philosophy*, segunda edição, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 3–4.
- Jaworski, William, 2014, "Hylomorphism and the Metaphysics of Structure", *Res Philosophica*, 91(2): 179–201.
- , 2016, *Structure and the Metaphysics of Mind: How Hylomorphism Solves the Mind-Body Problem*, Oxford: Oxford University Press.
- Jenkins, C.S.I., 2014, "Merely Verbal Disputes", *Erkenntnis*, 79(S1): 11–30.
- Johnston, Mark, 2006, "Hylomorphism", *Journal of Philosophy*, 103(12): 652–698.
- Kates, Carol A., 1979, "The problem of universals: An empiricist account of ideal objects", *Man and World*, 12(4): 465–485.
- Kaufman, Daniel A., 2002, "Composite Objects and the Abstract/Concrete Distinction", *Journal of Philosophical Research*, 27: 215–238.
- Keyt, David, 1963, "Wittgenstein's Notion of an Object", *Philosophical Quarterly*, 13(50): 13–25.

- Kleinschmidt, Shieva, 2007, "Some Things About Stuff", *Philosophical Studies*, 135(3): 407–423.
- Klemke, E.D., 1960, "Universals and particulars in a phenomenalist ontology", *Philosophy of Science*, 27(3): 254–261.
- Kluge, Eike-Henner W., 1973, "Objects as Universals: A Re-appraisal of the *Tractatus*", *Dialogue*, 12(1): 64–77.
- Koons, Robert, 2014, "Staunch vs. Faint-hearted Hylomorphism: Toward an Aristotelian Account of Composition", *Res Philosophica*, 91(2): 151–177.
- Koons, Robert C. & Timothy H. Pickavance, 2015, *Metaphysics: The Fundamentals*, Malden, MA: Wiley Blackwell.
- Korman, Daniel Z., 2010, "Locke on Substratum: A Deflationary Interpretation", *Locke Studies*, 10: 61–84.
- , 2016, *Objects: Nothing Out of the Ordinary*, Oxford: Oxford University Press.
- Korman, Daniel Z. & Chad Carmichael, 2016, "Composition", *Oxford Handbooks Online*.
- Koslicki, Kathrin, 2008, *The Structure of Objects*, Oxford: Oxford University Press.
- Lafrance, J.D., 2015, "A bundle of universals theory of material objects", *Philosophical Quarterly*, 65(259): 202–219.
- Laurence, Stephen & Cynthia MacDonald (eds.), 1998, *Contemporary Readings in the Foundations of Metaphysics*, Cambridge, MA: Blackwell.
- Laycock, Henry, 1989, "Matter and Objecthood Disentangled", *Dialogue*, 28(1): 17–22.
- , 2005, "Mass nouns, Count nouns and Non-count nouns: Philosophical Aspects", *Encyclopedia of Language and Linguistics*, segunda edição, Amsterdam: Elsevier, pp. 534–538
- , 2006, *Words without Objects*, Oxford: Oxford University Press.
- Lehrer, Keith & Vann McGee, 1992, "Particulars, Individual Qualities, and Universals", em Kevin Mulligan (ed.), *Language, Truth and Ontology*, Dordrecht: Kluwer, 37–47.
- Lewis, David, 1970, "How to Define Theoretical Terms", *Journal of Philosophy*, 67(13): 427–446.
- , 1985, "New Work For a Theory of Universals", *Australasian Journal of Philosophy*, 6(4): 343–377.
- , 1986, *On the Plurality of Worlds*, Oxford: Blackwell.
- Long, Douglas C., 1968, "Particulars and their qualities", *Philosophical Quarterly*, 18(72): 193–206.

- Losonsky, Michael, 1987, "Individuation and the Bundle Theory", *Philosophical Studies*, 52(2): 191–198.
- Loux, Michael J. (ed.), 1970, *Universals and Particulars: Readings in Ontology*, Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press.
- , 1998, "Beyond Substrata and Bundles", em Laurence & MacDonald 1998: 233–248.
- , 2006, "Aristotle's Constituent Ontology", em *Oxford Studies in Metaphysics*, vol. 2, Dean Zimmerman (ed.), Oxford: Oxford University Press.
- Lowe, E.J., 1995, "The Metaphysics of Abstract Objects", *Journal of Philosophy*, 92(10): 509–524.
- , 2000, "How are Ordinary Objects Possible?", *The Monist*, 88(4): 510–533.
- , 2003, "Individuation", em Michael J. Loux & Dean W. Zimmerman (eds.), *The Oxford Handbook of Metaphysics*, Oxford: Oxford University Press.
- , 2004, "The particular-universal distinction: A reply to MacBride", *Dialectica*, 58(3): 335–340.
- , 2005, "Things", *The Oxford Companion to Philosophy*, segunda edição, Oxford: Oxford University Press.
- Ludwig, Jan, 1976, "'Substance' and 'simple objects' in Tractatus 2.02ff", *Philosophical Studies*, 29(5): 307–318.
- MacBride, Fraser, 1998, "Where are particulars and universals?", *Dialectica*, 52(3): 203–227.
- , 2004, "Whence the particular-universal distinction?", *Grazer Philosophische Studien*, 67(1): 181–194.
- , 2005a, "Ramsey on universals", em Hallvard Lillehammer & D.H. Mellor (eds.), *Ramsey's Legacy*, Oxford: Oxford University Press
- , 2005b, "The particular-universal distinction: A dogma of metaphysics?", *Mind*, 114(455): 565–614.
- , 2006, "Subject and predicate", em Barry C. Smith (ed.), *The Oxford Handbook of Philosophy of Language*, Oxford: Oxford University Press
- , 2009, "Universals: the contemporary debate", em Robin Le Poidevin, Peter Simons, Andrew McGonigal, Ross P. Cameron (eds.), *The Routledge Companion to Metaphysics*, London: Routledge.
- Manley, David, 2002, "Properties and Resemblance Classes", *Noûs*, 36(1): 75–96.
- Manning, Gideon, 2013, "The History of 'Hylomorphism'", *Journal of the History of Ideas*, 74(2): 173–187.

- Markosian, Ned, 1998, "Brutal Composition", *Philosophical Studies*, 92(3): 211–249.
- , 2000, "What are physical objects?", *Philosophy and Phenomenological Research*, 61(2): 375–395.
- , 2004, "Simples, Stuff, and Simple People", *The Monist*, 87(3): 405–421.
- , 2015, "The Right Stuff", *Australasian Journal of Philosophy*, 93(4): 665–687.
- Marmodoro, Anna, 2013, "Aristotle's hylomorphism without reconditioning", *Philosophical Inquiry*, 37(1–2): 5–22.
- McDaniel, Kris, 2001, "Tropes and Ordinary Physical Objects", *Philosophical Studies*, 104(3): 269–290.
- McGilvary, Evander Bradley, 1939a, "Relations in general and universals in particular. I", *Journal of Philosophy*, 36(1): 5–15.
- , 1939b, "Relations in general and universals in particular. II", *Journal of Philosophy*, 36(2): 29–40.
- McGrath, Matthew, 1998, "No Objects, No Problem?", *Australasian Journal of Philosophy*, 83(4): 457–486.
- McKay, Thomas, 2006, *Plural Predication*, Oxford: Oxford University Press.
- Mellor, D.H. & Alex Oliver (eds.), 1997, *Properties*, Oxford: Oxford University Press.
- Merricks, Trenton, 2001, *Objects and Persons*, Oxford: Oxford University Press.
- Miller, Barry, 1990, "Individuals and Individuality", *Grazer Philosophische Studien*, 37: 75–91.
- Moltmann, Friederike, 2013, *Abstract Objects and the Semantics of Natural Language*, Oxford: Oxford University Press.
- Moravcsik, Julius M.E., 1981, "Universals and particulars", *Philosophia*, 10(3–4): 151–167.
- Moreland, James Porter, 1998, "Theories of Individuation: A Reconsideration of Bare Particulars", *Pacific Philosophical Quarterly*, 79(3): 251–263.
- , 2001, *Universals*, Montreal: McGill-Queen's University Press.
- , 2013, "Exemplification and Constituent Realism: A Clarification and Modest Defense", *Axiomathes*, 23(2): 247–259.
- Moreland, J.P. & Timothy Pickavance, 2003, "Bare Particulars and Individuation: Reply to Mertz", *Australasian Journal of Philosophy*, 81(1): 1–13.
- Morganti, Matteo, 2011, "Substrata and Properties: From Bare Particulars to Supersubstantialism?", *Metaphysica*, 12(2): 183–195.
- Myers, C. Mason, 1973, "Universals and resembling particulars", *Southern Journal of Philosophy*, 11(4): 291–298.

- Noone, Timothy B., 2003, “Universals and Individuation”, em Thomas Williams (ed.), *The Cambridge Companion to Duns Scotus*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 100–128.
- Nounou, Antigone M., 2012, “Kinds of objects and varieties of properties”, em Elaine Landry & Dean Rickles (eds.), *Structural Realism: Structures, Objects and Causality*, (The Western Ontario Series in Philosophy of Science, 77), Dordrecht: Springer Netherlands, pp. 117–133.
- Oaklander, L. Nathan, 1977, “Particulars, positional qualities, and individuation”, *Philosophy of Science*, 44(3): 478–490.
- Oaklander, L. Nathan & Alicia Rothstein, 2000, “Loux on Particulars: Bare and Concrete”, *Modern Schoolman*, 78(1): 97–102.
- Oderberg, David S., 2007, *Real Essentialism*, New York: Routledge.
- O’Leary-Hawthorne, John, 1995, “The Bundle Theory of Substance and the Identity of Indiscernibles”, *Analysis*, 55(3): 191–196.
- O’Leary-Hawthorne, John & Andrew Cortens, 1995, “Towards Ontological Nihilism”, *Philosophical Studies*, 79(2): 143–165.
- O’Leary-Hawthorne, John & J.A. Cover, 1998, “A World of Universals”, *Philosophical Studies*, 91(3): 205–219.
- Oliver, Alex, 1996, “The Metaphysics of Properties”, *Mind*, 105(417): 1–80.
- , 2005, “Abstract entities”, *The Oxford Companion to Philosophy*, segunda edição, Oxford: Oxford University Press.
- Parsons, Terence, 1980, *Nonexistent Objects*, New Haven: Yale University Press.
- , 1987, “Entities Without Identity”, *Philosophical Perspectives*, 1: 1–19.
- Pasnau, Robert, 2010, “Form and Matter”, em *The Cambridge History of Medieval Philosophy*, volume 2, Robert Pasnau (ed.), Cambridge: Cambridge University Press, 635–46.
- , 2011, “Substratum”, em seu *Metaphysical Themes 1274–1671*, Oxford: Oxford University Press, capítulo 2. doi:10.1093/acprof:oso/9780199567911.003.0002
- Paul, L.A., 2002, “Logical parts”, *Noûs*, 36(4): 578–596.
- , 2012, “Building the World from Its Fundamental Constituents”, *Philosophical Studies*, 158(2): 221–256.
- , 2017, “A One Category Ontology”, em *Being, Freedom, and Method: Themes from Peter van Inwagen*, John A. Keller (ed.), Oxford: Oxford University Press, pp. 32–61.

- , no prelo, “Mereological bundle theory”, em Hans Burkhardt, Johanna Seibt & Guido Imaguire (eds.), *Handbook of Mereology*, Philosophia Verlag Pickavance,
- Timothy, 2009, “In defence of ‘partially clad’ bare particulars”, *Australasian Journal of Philosophy*, 87(1): 155–158.
- , 2014, “Bare Particulars and Exemplification”, *American Philosophical Quarterly*, 51(2): 95–108.
- Peirce, Charles Sanders, 1931, *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, volume 1, Charles Hartshorne & Paul Weiss (eds.), Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Platão, Timaeus, em *Plato: Complete Works*, J. M. Cooper and D. S. Hutchinson (eds.), Indianapolis: Hackett, 1997.
- Preston, Aaron, 2005, “Quality Instances and the Structure of the Concrete Particular”, *Axiomathes*, 15(2): 267–292.
- Priest, Graham., 2000, “Objects of Thought”, *Australasian Journal of Philosophy*, 78(4): 494–502.
- Quine, W.V., 1948, “On What There Is”, *Review of Metaphysics*, 2(1): 21–38.
- , 1957, “Speaking of Objects”, *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, 31(3): 5–22. Reimpresso em seu *Ontological Relativity and Other Essays*, New York: Columbia University Press, 1969.
- Ramsey, F.P., 1925, “Universals”, *Mind*, 34(136): 401–417.
- Rayo, Augustin & Gabriel Uzquiano., 2006, *Absolute Generality*, Oxford: Oxford University Press.
- Rea, Michael C., 1998, “Sameness without identity”, *Ratio* 11(2): 316–328.
- , 2001, “How to be an Eleatic monist”, *Philosophical Perspectives* 15: 129–151.
- , 2011, “Hylomorphism Reconditioned”, *Philosophical Perspectives*, 25(1): 341–358.
- Robinson, Howard, 2014, “Modern Hylomorphism and the Reality and Causal Power of Structure: A Skeptical Investigation”, *Res Philosophica*, 91(2): 203–214.
- Russell, Bertrand, 1903, *The Principles of Mathematics*, Cambridge: Cambridge University Press; reimpresso, London: G. Allen & Unwin, 1937.
- , 1911, “On the Relations of Universals and Particulars”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, 12(1): 1–24.

- , 1918 [1985], “The Philosophy of Logical Atomism”, *The Monist*, 28(4): 495–527. Reimpresso em *The Philosophy of Logical Atomism*, David Pears (ed.), LaSalle, IL: Open Court, 35–155.
- Sanford, David H., 1979, “Nostalgia for the Ordinary: Comments on Papers by Unger and Wheeler”, *Synthese*, 41(2): 175–184.
- , 1993, “The Problem of the Many, Many Composition Questions, and Naive Mereology”, *Noûs*, 27(2): 219–228.
- Sattig, Thomas, 2015, *The Double Lives of Objects: An Essay in the Metaphysics of the Ordinary World*, Oxford: Oxford University Press.
- Saunders, Simon, 2006, “Are Quantum Particles Objects?”, *Analysis*, 66(1): 52–63.
- Schaffer, Jonathan, 2007, “From Nihilism to Monism”, *Australasian Journal of Philosophy*, 85(2): 175–91.
- , 2009, “Spacetime the One Substance”, *Philosophical Studies*, 145(1): 131–148.
- , 2010a, “Monism: The Priority of the Whole”, *Philosophical Review*, 119(1): 31–76.
- , 2010b, “The Internal Relatedness of All Things”, *Mind*, 119(474): 341–376.
- Schmidt, M., 2005, “Can Bundle Theory Explain Individuation?”, *Organon F: Medzinárodný Časopis PreAnalytickú Filozofiu*, 12(1): 62–71.
- Sellars, Wilfrid, 1952, “Particulars”, *Philosophy and Phenomenological Research*, 13(2): 184–199.
- Shiver, Anthony, 2013, “Mereological bundle theory and the identity of indiscernibles”, *Synthese*, 191(5): 901–913.
- Shoemaker, Sydney, 1988, “On What There Are”, *Philosophical Topics*, 16(1): 201–223.
- Sidelle, Alan, 2014, “Does Hylomorphism Offer a Distinctive Solution to the Grounding Problem?”, *Analysis*, 74(3): 397–404.
- Sider, Theodore, 2006, “Bare particulars”, *Philosophical Perspectives*, 20(1): 387–397.
- Simons, Peter, 1991, “Ramsey, Particulars, and Universals”, *Theoria*, 57(3): 150–161.
- , 1994, “Particulars in particular clothing: Three trope theories of substance”, *Philosophy and Phenomenological Research*, 54(3): 553–575.
- Stebbing, L. Susan, 1924, “Universals and Professor Whitehead’s Theory of Objects”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, 25: 305–330.

- Strawson, P.F., 1954, "Particular and General", *Proceedings of the Aristotelian Society*, 54: 233–260.
- , 1959, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics*, London: Methuen.
- Thomasson, Amie L., 1997, "Ontological Categories and How to Use Them", *Electronic Journal of Analytic Philosophy*, 5. URL = <<http://ejap.louisiana.edu/EJAP/1997.spring/thomasson976.html>>
- , 2008, "Categories", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2008), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/categories/>>.
- , 2006, "Metaphysical Arguments Against Ordinary Objects", *Philosophical Quarterly*, 56(224): 340–359.
- , 2007, *Ordinary Objects*, Oxford: Oxford University Press.
- , 2015, *Ontology Made Easy*, Oxford: Oxford University Press.
- , 2017, "Metaphysical Disputes and Metalinguistic Negotiation", *Analytic Philosophy* 58: 1–28.
- Thompson, Manley, 1965, "Abstract Entities and Universals", *Mind*, 74(295): 365–381.
- Toner, Patrick, 2010, "On Substance", *American Catholic Philosophical Quarterly*, 84(1): 25–48.
- , 2013, "On Aristotelianism and Structures as Parts", *Ratio*, 26(2): 148–161.
- Toner, Patrick & Jim Madden (eds.), forthcoming, *Recent Hylomorphism*, Oxford: Oxford University Press.
- Tugendhat, Ernst, 1976 [1982], *Traditional and analytical philosophy: Lectures on the philosophy of language (Vorlesungen zur Einführung in die sprachanalytische Philosophie)*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Turner, Jason, 2011, "Ontological Nihilism", em Karen Bennett & Dean W. Zimmerman (eds.), *Oxford Studies in Metaphysics*, volume 6, Oxford: Oxford University Press, 3–54.
- Van Cleve, James, 1985, "Three Versions of the Bundle Theory", *Philosophical Studies*, 47(1): 95–107.
- van Inwagen, Peter, 1990, *Material Beings*, Ithaca, NY: Cornell University Press.
- , 1998, "Meta-Ontology", *Erkenntnis*, 48(2–3): 233–250.
- , 2001, "It is Nonsensical to Speak of the Total Number of Objects", em *Metaphysik im postmetaphysischen Zeitalter/Metaphysics in the post-metaphysical age*, (Schriftenreihe der Wittgenstein-Gesellschaft, 28), Uwe Meixner (ed.), Wien: Öbvethpt Verlagsgesellschaft, pp. 61–71.

- , 2004, “A Theory of Properties”, *Oxford Studies in Metaphysics*, 1: 107–138.
- , 2007, “A Materialist Ontology of the Human Person” in *Persons: Human and Divine*, Peter van Inwagen and Dean Zimmerman (eds), Oxford: Oxford University Press.
- , 2009, “Being, Existence, and Ontological Commitment”, *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*, David Chalmers, David Manley, and Ryan Wasserman (eds.), Oxford: Oxford University Press, 472–506.
- , 2011, “Relational vs. Constituent Ontologies”, *Philosophical Perspectives*, 25(1): 389–405.
- , 2013, “What is an Ontological Category?”, *Metaphysics: Aristotelian, Scholastic, Analytic*, L. Novák, D. Novotný, P. Sousedka, S. Svoboda (eds.), Heusenstamm: Ontos Verlag, 11-24.
- Varzi, Achille C., 2002, “Words and Objects”, em Andrea Bottani, Massimiliano Carrara e Daniele Giaretta (eds.), *Individuals, Essence, and Identity: Themes of Analytic Metaphysics*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 49–75.
- Ward, Thomas M., 2014, *John Duns Scotus on Parts, Wholes, and Hylomorphism*, Leiden: Brill.
- Westerhoff, Jan, 2005, *Ontological Categories: Their Nature and Significance*, Oxford: Clarendon.
- Wetzel, L., 2009, *Types and Tokens: On Abstract Objects*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Wheeler, Samuel C., 1979, “On That Which is Not”, *Synthese*, 41(2): 155–173.
- Wieland, Jan Willem, 2008, “What problem of universals?”, *Philosophica*, 81: 7–21. Wieland 2008 disponível online>
- Wildman, Nathan, 2015, “Load-bearing particulars”, *Philosophical Studies*, 172(6): 1419–1434.
- Williams, Donald C., 1953, “The Elements of Being”, *Review of Metaphysics*, 7(1): 3–18 and 7(2): 171–192.
- Williamson, Timothy, 2002, “Necessary Existents”. em *Logic, Thought and Language*, A. O’Hear (ed.), Cambridge: Cambridge University Press. pp. 233–251.
- , 2003, “Everything”, *Philosophical Perspectives* 17: 415–465.
- Wolterstorff, Nicholas, 1970, “Bergmann’s Constituent Ontology”, *Noûs*, 4(2): 109–134.
- Zimmerman, Dean W., 1995, “Theories of Masses and Problems of Constitution”, *Philosophical Review*, 104(1): 53–110.

- , 1997a, “Coincident Objects: Could a ‘Stuff Ontology’ Help?” *Analysis*, 57(1): 19–27.
- , 1997b, “Distinct Indiscernibles and the Bundle Theory”, *Mind*, 106(422): 305–309.

Tropos³⁶

Autor: Anna-Sofia Maurin

Tradutor: Valdetonio Pereira de Alencar (UFCA)

Revisão: Pedro Merluzzi (PUC-Rio)

Teoria de tropos é a concepção de que a realidade é (inteiramente ou parcialmente) constituída de tropos. Tropos são coisas como a forma, peso e textura de um objeto individual. Em virtude de tropos serem particulares, para que dois objetos “compartilhem” uma propriedade (para que eles exemplifiquem igualmente, por assim dizer, uma tonalidade particular de verde) cada um precisa conter (instanciar, exemplificar) um tropo de tipo verde. Os tropos de tipo verde, embora numericamente distintos, assemelham-se, todavia, exatamente uns aos outros.

Além dessa tênue suposição central — que há tropos — distintas teorias de tropos não precisam ter muito mais em comum³⁷. A maioria dos teóricos de tropos (mas não todos) acreditam que, fundamentalmente, não há nada além de

³⁶ Tradução do verbete “[nome]” de [autor] publicado pela Stanford Encyclopedia of Philosophy ([edição]), edição de Edward N. Zalta, URL = [URL]. Publicado com a autorização do editor Prof. Dr. Edward Zalta.

The following is the translation of the entry on [nome] by [autor], in the Stanford Encyclopedia of Philosophy. The translation follows the version of the entry in the SEP’s archives at [URL]. This translated version may differ from the current version of the entry, which may have been updated since the time of this translation. The current version is located at [URL]. We’d like to thank the Editors of the Stanford Encyclopedia of Philosophy, mainly Prof. Dr. Edward Zalta, for granting permission to translate and to publish this entry.

³⁷ A denominação “tropos” foi considerada problemática por alguns (cf. especialmente BACON, 2011). Inicialmente, o termo “tropo” foi sugerido por D. C. Williams (1953a), presumivelmente como uma piada (pelo menos de acordo com BACON, 2011 e SCHAFFER, 2001). A literatura apresenta vários rótulos alternativos, incluindo, mas não se limitando a: *particular abstrato* (CAMPBELL, 1990), *momento* (MULLIGAN *et al.*, 1984), *modo* (HEIL, 2003), *qualiton* (BACON, 2011), instância de qualidade (SEGELBERG, 1999 [1945, 1947, 1953]), *propriedade concreta* (KÜNG, 1967), *propriedade particular* (DENKEL, 1996) e *unidade da propriedade* (MERTZ, 1996).

tropos. A maioria dos teóricos de tropos (mas, novamente, não todos) sustentam que a semelhança entre particulares concretos deve ser explanada através da semelhança entre seus respectivos tropos. E a maioria (mas não todos) sustentam que a semelhança entre tropos é determinada pela natureza intrínseca primitiva deles.

Que há tropos parece *prima facie* razoável se nós refletirmos sobre tais coisas como percepção (eu não vejo a cor em geral, mas a cor desse objeto) e causação (é o peso desse objeto que deixa uma impressão na palma de minha mão, não o peso em geral). No entanto, nem a percepção nem a causação conseguem distinguir entre uma teoria que postula tropos e uma que postula, por exemplo, estados de coisas (exemplificações de universais), o que significa que o apoio que elas fornecem em favor dos tropos é fraco, no melhor dos casos.

Razões *prima facie* de lado, não importa quais termos eles usam para caracterizar suas postulações, a maioria dos teóricos de tropos consentem que tropos ocupam o ponto de equilíbrio perfeito entre o realismo de universais e o nominalismo clássico, algo que eles acreditam permitir recolher todos os benefícios de ambos os pontos de vista sem sofrer de qualquer de suas desvantagens. Mais precisamente, em aceitar a existência de propriedades (ou, pelo menos, algo “semelhante a propriedade”), os teóricos de tropos aceitam uma ontologia que é de granularidade fina o suficiente para ser capaz de explicar como particulares concretos distintos podem ser simultaneamente similares e diferentes uns dos outros (algo que o nominalista clássico falha em fazer, cf. ARMSTRONG, 1978). E em rejeitar a existência de universais, ela evita ter que aceitar a existência de um tipo de entidade que muitos consideram misterioso, contraintuitivo, e não “científico” (ARMSTRONG, 2005; MOLNAR, 2003; SCHAFFER, 2001).

Nesse verbete, razões a favor e contra a existência de tropos são igualmente avaliadas. Como veremos, quais são essas razões e como elas conseguem sustentar (ou causar problema) a tese tropo-teorética depende de qual versão da teoria de tropo elas dizem respeito. Muito do verbete, portanto, será dedicado a distinguir diferentes versões da teoria de tropos, e verificar quais são os custos e benefícios gerados pela adoção de qualquer dessas versões.

1. Contexto Histórico

O pai do debate contemporâneo sobre tropos é D. C. Williams (WILLIAMS, 1953, 1963, 1986, 2018)³⁸. Williams defende uma teoria monocategorial de tropos (pela primeira vez assim denominada), uma teoria de feixe de particulares concretos, e uma teoria dos universais de classes de semelhança. Todas das quais são agora elementos da assim chamada visão “padrão” dos tropos. Quem deve contar entre predecessores tropo-teoréticos de Williams é inevitavelmente controverso. Depende do ponto de vista sobre a natureza do tropo, de maneira semelhante sobre quais teses, além da tese que tropos existem, alguém está preparado para aceitar como parte de uma teoria de tropos — ou de uma teoria semelhante à teoria de tropos.

De acordo com alguns filósofos, a teoria de tropos possui suas origens em Aristóteles (possivelmente em Platão, *cf.* BUCKELS, 2018), talvez mesmo nos pré-socráticos, *cf.* MERTZ, 1996). Nas *Categorias*, Aristóteles indica que Substância e Qualidade ocorrem igualmente no que podemos denominar de uma variedade universal e de uma variedade particular (*homem* e *este homem* no caso da substância, e *palidez* e *esta palidez* — *to ti leukon* — no caso da qualidade). No entanto, nem todos pensam que isso implica que Aristóteles aceitasse a existência de tropos. Conforme uma interpretação (OWEN, 1965) essa *palidez* nomeia um tom de palidez absolutamente determinado, embora perfeitamente compartilhável. Mas em uma interpretação mais tradicional (ACKRILL, 1963), essa *palidez* seleciona um tropo, isto é, uma ocorrência particular de palidez peculiar para a substância que a exemplifica (COHEN, 2013).

Do ponto de vista da vigorosa influência aristotélica nos pensadores medievais, talvez não seja surpreendente que tropos ou entidades semelhantes a tropos sejam encontradas também aqui. Frequentemente mencionado nessa conexão é Ockham (*cf.* também Aquino, Duns Scotus e Suarez). Ockham sustentava que há quatro tipos de coisas individuais: substâncias, qualidades, formas substanciais, e matéria. Claude Panaccio (2015) argumenta que todos os quatro tipos de coisas individuais são mais bem compreendidos como tropos ou,

³⁸ Contemporâneos próximos de Williams que também postularam tropos ou entidades semelhantes a tropos incluem Cook Wilson (1926), Strawson (1959), Geach (GEACH e ANSCOMBE, 1961), Küng (1967) e Wolterstorff (1970) (para mais exemplos, *cf.* MULLIGAN *et al.*, 1984, p. 293).

no caso das substâncias, como feixes de tropos (mais precisamente como feixes nucleares de tropos similares, aqueles defendidos por Simons (1994) e Keinänen (2015), por exemplo).

A lista dos precursores iniciais de entidades semelhantes a tropos pode ser muito mais ampla. D. W. Wertz (1996) menciona, além daqueles já listados, Boécio, Avicena e Averróis. E Kevin Mulligan *et al* (1994) indica que concepções similares podem ser encontradas em filósofos modernos, incluindo Leibniz, Locke, Spinoza, Descartes, Berkeley e Hume.

Ainda, é nos escritos dos filósofos fenomenológicos do século dezenove que as teorias de tropos anteriores a Williams, mais antigas e sistemáticas, são encontradas (MULLINGAN *et al*, 1984, p. 293). O exemplo mais claro de um teórico de tropo inicial dessas variedades é indubitavelmente Edmund Husserl. Na terceira parte de suas *Investigações Lógicas* (2001 [1900/1913]), Husserl estabelece sua teoria dos *momentos*, que é sua denominação para as partes individuais abstratas (e essencialmente dependentes) do mundo (CORREIA, 2004; BEYER, 2016). Husserl, provavelmente, foi fortemente influenciado por Bernard Bolzano, que sustentou que todo o real ou é uma substância ou uma aderência, isto é, um atributo que não pode ser compartilhado (BOLZANO, 1950 [1851])³⁹. Husserl defendia que seus momentos eram os constituintes *fundamentais* da realidade. Isso foi também como seus colegas fenomenologistas, G. F. Stout (1921; 1952)⁴⁰, Roman Ingarden (1964 [1947-1948]) e Ivar Segelberg (1999 [1945;1947;1953])⁴¹, consideravam seus fundamentais e suas postulações semelhantes a tropos. As concepções de Williams não são facilmente classificadas. Embora ele sustentasse que todo nosso conhecimento repousa na experiência perceptual, ele concordava que não deve ser limitado ao dado na

³⁹ Mulligan *et al.* (1984) também observa a influência importante que Bretano teve, nesse contexto, não apenas sobre Husserl, mas sobre outros estudantes, incluindo Carl Stumpf e Alexius Meinong.

⁴⁰ G. F. Stout (1923) é muito conhecido pelo seu debate com G. E. Moore sobre se propriedades são particulares ou universais. Na época, a impressão geral foi que Moore foi o “vencedor” daquele debate. Mas, de acordo com Fraser MacBride (2011), a impressão é, de fato, o oposto se a discussão é vista com um olhar contemporâneo.

⁴¹ Apesar de pouco conhecido por seus contemporâneos, Ivar Segelberg é discutiavelmente um dos mais claros exemplos, após Husserl, de um teórico de “tropo” pioneiro. Segelberg apenas publicou em sueco. A tradução para inglês de suas obras completas não surgiu até 1999 (para uma discussão do trabalho de Segelberg, cf. Hochberg, 1999).

percepção e que pode ser estendido além disso por inferência legítima (CAMPBELL *et al.*, 2015). Que de forma aproximada todos os defensores de tropos após Williams tratam tropos como os constituintes fundamentais da realidade, não fenomenal, *independente da mente*, isso é claro (*cf.* por exemplo HEIL, 2003).

Após Williams, o segundo mais influente teórico de tropo é certamente Keith Campbell (1997 [1981]; 1990). Campbell adotou os pontos básicos da teoria (padrão) de Williams e, posteriormente, ele a desenvolveu e a defendeu. Defensores posteriores de uma versão mais ou menos padrão da concepção de tropo incluem Peter Simons, Anna-Sofia Maurin, Douglas Ehring, Jonathan Schaffer, Kris McDaniel, Markku Keinänen, Jani Hakkarainen, Marta Ujvári, Daniel Giberan, Robert K. Garcia e Anthony Fisher (os trabalhos mais centrais de todos esses sobre o tópico são listadas na Bibliografia).

Um artigo muito influente que também argumenta a favor de uma versão da teoria (inspirada mais por Husserl do que por Williams) é “Truth-Makers” (MULLIGAN *et al.*, 1984; *cf.* também DENKEL, 1996). Esse artigo defende a concepção de que tropos são essencialmente entidades dependentes, os objetos da percepção, e os fazedores de verdade básicos do mundo. Defensores das teorias de tropos que postulam tropos como uma das *várias* categorias fundamentais incluem C. B. Martin (1980), John Heil (2003), George Molnar (2003) e Jonathan Lowe (2006). Molnar e Heil ambos defendem ontologias que incluem (mas não limitadas a) tropos entendidos como poderes, e Lowe conta tropos como uma das *quatro* categorias fundamentais. Ainda mais heterodoxas são as concepções de Mertz (1996, 2016), cujas entidades semelhantes a tropos são categorizadas como um tipo de relação⁴².

2 A Natureza dos Tropos

De acordo com vários teóricos de tropos — talvez mais notadamente, de acordo com Williams — o que existe quando um tropo ocorre é um particular abstrato. A palavra “abstrato” é ambígua. Por um lado, Williams afirma que ser abstrato

⁴² Mais precisamente, para Mertz, tropos são geradores de fatos unificadores ou “agentes combinadores intencionalmente determinados” (MERTZ, 2016, p. xii; *cf.* também seu trabalho de 1996). As concepções de Mertz são intrigantes, mas discutivelmente muito diferentes daquelas dos teóricos de tropos dominantes para que eu possa apresentá-las com justiça nesse momento.

significa “*existência individual transcendente*, como um universal, essência, ou ideia platônica que é suposta transcendente” (1953a, p. 15). Nesse significado, ser abstrato é ser não espaço-temporal. Tropos — que são tomados de maneira padrão para existir no espaço-tempo — são claramente *não* (ou, não necessariamente) abstratos nesse sentido (isso explica porque alguns filósofos — por exemplo, KÜNG, 1967; GIBERMAN, 2014, 2022; *cf.* também SIMONS, 1994, p. 557 — insistem em caracterizar o tropo como ‘concreto’). Porém, há esse outro, de acordo com Williams “aboriginal”, sentido do termo. Um sentido no qual, ser abstrato é ser “parcial, incompleto, ou fragmentado, a característica daquilo que é menor do que o todo no qual está incluído” (WILLIAMS, 1953a, p. 15). É nesse sentido que o tropo é suposto ser abstrato.

É esclarecedor afirmar que um tropo é abstrato nesse sentido? Alguns consideram que não seja (*cf.* por exemplo, MAURIN, 2002, p. 21; *cf.* também DALY, 1997). Que essa preocupação não é justificada foi discutido de maneira convincente por Fisher (2020). Quando Williams argumenta que o tropo é abstrato no sentido de “parcial, incompleto, ou fragmentado”, Fisher nota, o que ele quer dizer é que tropo “falha em exaurir o conteúdo da região que ocupa ou é meramente parte do conteúdo daquela região” (FISHER, 2020, p. 45; *cf.* também WILLIAMS, 1986 [1959], p. 3). Uma consequência disso é que o tropo pode ser acessado através de um processo de *abstração*. Nas palavras de Campbell (1990, p. 2), pode apenas ser “levado para a mente... por um processo de seleção, de sistemática separação, dessas outras entidades das quais estamos conscientes”). Mas isso, Fisher indica, *não* significa que o tropo é abstrato *porque* é um produto da abstração (se ele fosse, então, como prestar atenção a basicamente qualquer coisa (exceto tudo) envolve abstrair do ambiente circundante, afirmar de um tropo que é “abstrato” seria afirmar nada muito informativo). O que significa, em vez disso, é que o tropo é requer abstração para ser tomado na mente *porque* é abstrato (que, por sua vez, é *porque* é tal que não exaure o conteúdo da região que ocupa ou é meramente parte do conteúdo daquela reunião). Essa preocupação é bem tratada dessa forma (para mais razões para o ponto de vista da abstração de um tropo como integral de sua natureza, veja a discussão na seção 3.1 abaixo).

2.1 Propriedade ou Objeto

Em Filosofia, novos postulados são regulamente introduzidos para serem comparados com algum item já familiar. Tropos não são exceção a essa regra.

De fato, tropos foram introduzidos para serem comparados não com um, mas com outros dois tipos de entidades: propriedades e objetos (LOUX, 2015). Até recentemente, que tropos podem ser introduzidos em ambas dessas maneiras foi considerado um aspecto da teoria, não uma origem de preocupação. Tropos podem ser comparados com propriedades e objetos porque tropos *são* um pouco de ambos. Recentemente, no entanto, amigos e inimigos dos tropos iniciaram a questionar igualmente se tropos *podem ser* um pouco de ambos. De qualquer maneira, isso dependerá do que é *ser uma propriedade* e *ser um objeto* significa, um problema acerca do qual não há um consenso claro.

Analisando de maneira atenta as versões existentes das concepções acerca dos tropos, caso se pense na sua postulação em uma teoria primariamente ou como um tipo de propriedade ou como um tipo de objeto, isso certamente influencia o que alguém considera ser verdadeiro (ou não). Para ver isso, compare os tropos defendidos por Mulligan *et al.* (1984). Williams parece pertencer ao campo daqueles que entendem os tropos (primariamente) como um tipo de objeto. Tropos são aquilo do qual tudo mais que há é construído. Como consequência, nomes para tropos não devem ser compreendido como descrições definidas abreviadas do tipo “a Φ -dade de x”. Em vez disso, nomear um tropo deve ser comparado com batizar uma criança ou com introduzir um homem “face a face”, isto é, ostensivamente (1953, p. 5). Mulligan *et al.* (1984), por outro lado, parecem considerar o tropo mais como um tipo de propriedade, e como consequência disso, argumenta pelo contrário que a correta (de fato, a única) maneira de se referir a tropos é precisamente através de expressões descritivas como “a Φ -dade de x”. Isso, eles reivindicam (novamente *pace* Williams), ocorre porque tropos são essencialmente do mesmo objeto, porque eles são *maneiras* de como o objeto é (*cf.* também HEIL, 2003). Em geral, uma teoria que baseia seus postulados primariamente com base na noção de propriedade considera-os, conseqüentemente, como um tipo dependente de entidade, como dependente de algo mais. E uma teoria que considera seus tropos mais como objetos — como o “alfabeto do ser” — considera-os como independentes, ou no sentido de que eles não precisam compor as coisas que eles atualmente compõem, ou — de maneira mais radical — no sentido que eles não precisam compor nada mesmo (que eles poderiam ser denominados de “flutuantes”).

Como alguém entende a natureza das propriedades e objetos, respectivamente, também possui uma função para algumas críticas que a

concepção dos tropos teve de enfrentar. Assim, por exemplo, Jerrold Levinson pensa que tropos não podem ser um tipo de propriedade porque possuir uma propriedade, como ser vermelho, corresponde a estar em uma certa condição, onde condições não são particulares (LEVINSON, 1980; 2006). A alternativa é que tropos são o que ele denomina de “qualidades”, pelo que ele significa algo semelhante a ocorrências de coisas abstratas. No entanto, uma vez que uma teoria que aceitasse a existência de ocorrências de coisas abstratas seria igualmente “ontologicamente extravagante e conceitualmente estranha” (LEVINSON, 2006, p. 564), coisas abstratas provavelmente não existem. Isso significa que, de acordo com Levinson, tropos são *nem* um tipo de propriedade *nem* um tipo de objeto. Uma circunstância que o faz concluir que tropos não existem.

Arkadiusz Chrudzimski, de maneira próxima, argumentou que, embora tropos *possam* ser compreendidos ou como um tipo de propriedade ou como um tipo de objeto, eles não podem ser compreendidos como um pouco de ambos (CHRUDZIMSKI, 2002). Isso significa que a teoria perde sua cobiçada “posição intermediária” e com ela qualquer vantagem que poderia ter sobre os pontos de vista rivais. Pois, ele argumenta, conceitualizar o tropo como uma propriedade — *uma maneira como as coisas são* — significa atribuir a ele uma *estrutura proposicional* (LEVINSON, 1980, p. 107; sustenta um ponto de vista similar). Nem tanto se o tropo é entendido como um tipo de objeto. Porém, embora tropos entendidos como propriedades sejam adequados como fazedores de verdades semanticamente eficientes, o mesmo não é verdadeiro de tropos compreendidos como um tipo de objeto. Reciprocamente, embora tropos compreendidos como um tipo de objeto são candidatos adequados para ser aquilo a partir do qual particulares concretos e universais abstratos são construídos, tropos compreendidos como propriedades não são. Por consequência, qualquer que seja a maneira que tropos sejam concebidos, o apelo geral da teoria é severamente diminuído.

Podemos resistir às conclusões pessimistas de Levinson e Chrudzimski. Uma opção é simplesmente rejeitar que alguém não pode seriamente propor que há “coisas abstratas”. Levinson nos oferece pouco mais do que um olhar incrédulo em defesa dessa reivindicação, e, sabemos, olhares incrédulos carecem da força para convencer aqueles que não são similarmente incrédulos. Outra opção é rejeitar a tese de que tropos compreendidos como propriedades devem ser estruturados de maneira proposicional. Ou, mais especificamente, rejeitar a tese de que verdades complexas necessitam de fazedores de verdade

complexos — *proposicionalmente* estruturados. Alguns teóricos de fazedores de verdade — não surpreendentemente, Mulligan *et al.* (1984) estão entre eles — rejeitam essa tese. Ao fazerem isso, eles evitam ter que projetar os tipos de conclusões apontadas por Levinson e (talvez especialmente) Chrudzinski.

Uma opção mais radical, finalmente, é simplesmente rejeitar a ideia de que tropos podem ser informativamente categorizados ou como um tipo de propriedade ou como um tipo de objeto. Alguns dos aspectos que nós queremos atribuir a tropos parecem ser de alguma maneira transversais daquelas categorias. Assim, por exemplo, se você pensa que “ser compartilhável” é essencial para “ser uma propriedade”, então, obviamente, tropos não são propriedades. Mesmo que tropos não sejam compartilháveis, eles podem ainda assim ser *maneiras* como os objetos são, e essencialmente depender dos objetos que os possuem. De maneira semelhante, se “monopolizar a posição de algo no espaço-tempo” for compreendido como uma característica central dos objetos, tropos não são objetos. Ainda assim, os tropos podem ser os blocos de construção independentes a partir dos quais tudo o mais que há é construído.

De acordo com Garcia (2015a, 2016), esse é um motivo pelo qual devemos moldar nossa discussão da(s) natureza(s) dos tropos em termos de outra distinção. Em vez de distinguir entre tropos compreendidos como um tipo de propriedade, e tropos compreendidos como um tipo de objeto — e correr o risco de ser capturado em debates infectados sobre a natureza dos objetos e propriedades em geral — Garcia sugere que nós diferenciemos entre tropos compreendidos como “modificadores” e tropos compreendidos como “módulos”. A principal diferença entre tropos compreendidos nessas duas maneiras — uma diferença que é a origem de mais diferenças — é que tropos compreendidos como modificadores não possuem a característica que eles conferem (aos objetos), enquanto tropos compreendidos como módulos possuem. Com recurso a essa forma de diferenciar entre diferentes versões das concepções de tropo, argumenta Garcia, podemos agora avaliar cada versão separadamente, independentemente de como entendemos objetos e propriedades, respectivamente⁴³.

⁴³ Garcia defende haver falhas nos tropos sejam compreendidos como modificadores sejam compreendidos como módulos. Se tropos são módulos — ou seja, se tropos possuem as características que eles conferem aos objetos — essa atribuição deve ser ou *unívoca* ou *equivoca*. Se a atribuição é unívoca, o tropo e o objeto que ele caracteriza “possuem” as características que possuem “da mesma maneira”, enquanto se for *equivoca*, eles a possuem “de formas diferentes”. Se tropos conferem as características

2.2 Complexo ou Simples

De acordo com a maioria das teorias de tropos, tropos são ontologicamente simples. Isso significa que tropos não possuem constituintes, no sentido de que eles não são “compostos” ou “construídos” de entidades *pertencendo a alguma outra categoria*. Tropos simples, assim entendidos, podem ainda ter partes — mesmo de maneira necessária — desde que aquelas partes sejam também tropos (conferir GIBERMAN, 2022; ROBB, 2005, p. 469)⁴⁴ ⁴⁵.

básicas aos objetos de forma unívoca, isso implica, em primeiro lugar, uma duplicação sistemática (e problemática, na opinião de Garcia) das características básicas. Se a atribuição for equívoca, a situação piora ainda mais. Garcia pergunta: o que significa afirmar que o tropo e o objeto possuem seus respectivos características básicas “de maneiras diferentes”? O que significa afirmar que, embora um tropo de massa e seu suporte sejam ambos “massivos”, eles são massivos *de maneiras diferentes*? (GARCIA, 2016, p. 510) A alternativa é assumir que tropos são modificadores, isso significa que eles próprios não possuem a característica que eles conferem aos objetos. O problema com esse ponto de vista, segundo Garcia, é que a natureza dos tropos se torna, dessa forma, algo misterioso. Se um tropo de azul não é azul, então o que ele é? Como pode ele *fazer* algo ficar azul se ele não é azul? Ao final das contas, Garcia parece inclinar-se para adotar a concepção de tropos como modificadores. Segundo ele, tropos modificadores são melhores do que tropos módulos para possuírem poderes (ou disposições) dos objetos (2015a, p. 639). Eles também são melhores em desempenhar a função de relações e de determináveis fundamentais (*ibid.*). Mais importante para Garcia, se os tropos forem compreendidos como modificadores, isso lhe permite considerar tropos como atos divinos capazes de resolver o problema da sustentação (2015b).

⁴⁴ Contudo, observe que embora a maioria dos teóricos de tropos estejam preparados a aceitar que alguns tropos são compostos de outros tropos, uma maioria ainda pensa que no nível mais baixo há tropos que são simples também no sentido que não possuem partes.

⁴⁵ Alguns — uma pequena minoria — dos teóricos de tropos parecem querer descartar totalmente a distinção simples/complexo. Por exemplo, de acordo com Molnar (que defende uma teoria com a qual tropos são poderes “puros”)

Há fatos metafísicos sobre propriedades que não podem ser acomodados em uma teoria que reconheça a distinção entre propriedades derivativas e básicas..., e propriedades de primeira-ordem e de ordem superior... Podemos explicar propriedades estruturais como

Que tropos são ontologicamente simples plausivelmente fornece ao teórico de tropos um desempate em relação aos estados de coisas (se estados de coisas são compreendidos como substratos instanciando universais). *Prima facie* uma teoria que postule estados de coisas possui o mesmo poder explanatório que uma teoria postulando tropos. Mas uma teoria de estados de coisas postula — além dos próprios estados de coisas — pelo menos dois tipos (fundamentais) de coisas (universais e substratos), enquanto uma teoria de tropos (pelo menos uma teoria de tropos de acordo com a qual tropos são simples e objetos são feixes de tropos) postula apenas um tipo (tropos). Do ponto de vista da parcimônia ontológica, portanto, o ponto de vista dos tropos deve ser preferido⁴⁶.

O tropo pode ser simples? De acordo com um número de críticos da teoria, não pode. Aqui se localiza o argumento de Hochberg nesse sentido (2004, p. 39; cf. 2001, p. 178–179; para versões do argumento cf.

propriedades derivativas, não temos que afirmar que eles são também, adicionalmente, complexos. O contraste entre propriedades simples e complexas não é necessário. No entanto, eu não argumento a favor de uma concepção que “todas as propriedades são simples”. Em vez disso, eu reivindico que a distinção entre simples (sem partes) e complexo (possui partes) não se aplica a todas as propriedades (2003, p. 37).

E (*ibid.*, p. 44):

Maneiras e modos também não podem ser divididos em mereologicamente moleculares e mereologicamente atômicos. Eles são nem simples nem complexos, no sentido mais forte. Eles não possuem partes próprias e eles nem mesmo possuem a si mesmos como partes. Talvez o que defina propriedades, maneiras e modos juntos fora do escopo da mereologia é apenas o fato que são entidades dependentes.

⁴⁶ Para mais razões para preferir tropos em vez de estados de coisas, cf. as seções 3 e 4 desta entrada; cf. também Mulligan (2006) (discutido em HOCHBERG, 2014).

BROWNSTEIN, 1973, p. 47; MORELAND, 2001; ARMSTRONG, 2004; EHRING, 2011)⁴⁷:

Seja uma proposição básica que é atômica ou a negação de uma proposição atômica. Então considere tropos t e t^* onde ' t é diferente de t^* ' e ' t

⁴⁷ O argumento de Hochberg deve ser mantido separado do que superficialmente aparenta ser o mesmo argumento, apenas elaborado por Armstrong (e que ele — de uma maneira confusa nomeia como “o argumento de Hochberg”). O argumento de Hochberg repousa em aceitarmos como verdadeiro o princípio de que proposições atômicas logicamente independentes devem possuir fazedores de verdade distintos (HP), e mostra que um teórico de tropos que insiste na simplicidade dos tropos é obrigado a rejeitar precisamente esse princípio. Armstrong não aceita HP em sua inteira generalidade e, portanto, não considera uma teoria que o contradiga como necessariamente deficiente. Em vez disso, ele prefere argumentar “simplesmente de um caso” (ARMSTRONG, 2004, p. 44; cf. também seu 2005) — basicamente o mesmo caso elaborado por Hochberg — para uma conclusão consideravelmente mais fraca do que a afirmação que a teoria de tropos é “contra-intuitiva” (para uma crítica da versão de Armstrong do argumento, cf. MAURIN, 2016). Um fortalecimento potencial do argumento de Hochberg foi apresentado por Ehring. Em sua versão do argumento (2011, p. 179–180, cf. também MORELAND, 2001, p. 70–71):

Se a e b estão relacionados por relações internas arbitrariamente distintas, então a e b não são simples. O tropo t é numericamente diferente do tropo t^* se assemelha exatamente a t^* . Semelhança exata e diferença numérica são relações internas que são arbitrariamente diferentes uma das outras. Consequentemente, t e t^* não são simples.

Por “relações arbitrariamente distintas”, Ehring quer dizer que a realização ou a variação de uma não implica a realização ou variação do outro, e “que diferença numérica e semelhança exata para tropos são relações arbitrariamente distintas é confirmado pelo fato que tropos podem ser numericamente distintos, mas exatamente similares ou não exatamente similares entre si, e tropos podem ser exatamente similares, mas numericamente distintos entre si” (2011, p. 178). A versão de Ehring do argumento constitui um fortalecimento do argumento de Hochberg porque, uma vez que não é formulado em termos de fazedores de verdade, não depende do seu sucesso em nossa aceitação de uma concepção disputada (a teoria de fazedores de verdade).

é exatamente similar a t^* são proposições verdadeiras. Assuma que você considera ou 'diversidade' ou 'identidade' como primitiva. Então ambas as proposições são básicas. Mas elas são logicamente independentes. Consequentemente, elas não podem ter os mesmos fazedores de verdade. Desta forma, a teoria fracassa.

Um número de coisas diferentes pode ser dito em resposta a esse argumento. Assuma, primeiro, que se tropos são simples, a teoria de tropos deve violar o que aparece ser um princípio verdadeiramente fundamental (denomine-o HP, abreviação para "princípio de Hochberg": que *proposições básicas logicamente independentes devem possuir distintos fazedores de verdade*. Precisar rejeitar HP é, consequentemente, um custo de aceitar tropos simples. Talvez esse custo seja aceitável. Esse parece ser o ponto de vista defendido por Mulligan *et al.* (um ponto de vista similar é, de acordo com Armstrong (2005, p. 310), também sustentado por Robb). Pois, eles defendem (1984, p. 296):

...concebemos como em princípio possível que um e o mesmo fazedor de verdade pode fazer sentenças verdadeiras com diferentes significados: isso acontece em todo caso se nós consideramos sentenças não atômicas na explanação, e nenhum argumento nos ocorre que sugira que isso não pode acontecer para sentenças atômicas também.

Uma razão para rejeitar HP foi apresentada por Fraser MacBride (2004). HP, ele observa, é formulado em termos de "proposições básicas *logicamente independentes*". No entanto, HP é apenas plausível se considera mais do que (in)dependência lógica (o que MacBride denomina de "formal") na explanação: independência *material* também importa!⁴⁸ Apenas se duas proposições são

⁴⁸ Cf. também Hakkarainen e Keinänen (2017) que distinguem entre "forma ontológica" e "conteúdo ontológico" (uma distinção que eles consideram que foi indicada na discussão contemporânea por Husserl por meio de SMITH, 1981 e SMITH e MULLIGAN, 1983, com seu mais destacado defensor contemporâneo sendo LOWE, 2006, p. 48). Não está completamente claro se e quanto essa distinção difere daquela a que MacBride se refere.

logicamente e *materialmente* independentes segue-se que elas devem ter fazedores de verdade distintos. Mas independência formal e material pode vir — e nesse caso a maioria vem — de forma separada. Pois (*ibid*, p. 190):

...na medida em que fazedores de verdade são concebidos como habitantes do mundo, como criaturas que existem independentemente da linguagem, está longe de evidente que enunciados logicamente independentes no sentido formal são compelidos a corresponder a fazedores de verdade distintos.

Outro argumento contra a simplicidade dos tropos vem de Ehring e foi inspirado por um argumento primeiro formulado por Moreland (2001, p. 64). O argumento de J. P. Moreland conclui que a teoria de tropos é incompreensível. Ehring pensa que isso é muito forte. Por isso, essa é a formulação da objeção que ele prefere (2011, p.180):

A natureza e a particularidade de um tropo são intrinsecamente fundadas naquele tropo. Se tropos são simples, a sua natureza e particularidade são consequentemente idênticas. As naturezas de um tropo vermelho e um tropo laranja são similares de maneira inexata. Consequentemente, suas respectivas particularidades também devem ser similares de maneira inexata. No entanto, essas particularidades são exatamente similares. Consequentemente, suas particularidades não são idênticas a suas naturezas, e tropos não são simples.

Aqui o teórico poderia provavelmente replicar que a objeção repousa em um tipo de erro categorial: que “particularidades” simplesmente não são coisas passíveis de estarem em relações de similaridade. Alternativamente, ela poderia apenas conceder que tropos são complexos, embora argumentar que eles são assim no sentido inocente de ter outros tropos como partes (um tropo-particularidade e um tropo-natureza distinto). Contra isso, Ehring (2011) argumentou que se o tropo tem sua particularidade repousada em um dos tropos que o constrói, nós sempre podemos perguntar sobre *aquela* tropo que fundamenta *sua* particularidade e

natureza respectivamente. Isso parece conduzir a um regresso ao infinito — e muito provavelmente um regresso vicioso.

A própria solução de Ehring para o problema é adotar uma versão da teoria de tropos (que ele denomina de “Nominalismo de Classes Naturais de Tropos”) sobre quais tropos não se assemelham em virtude de sua natureza, mas sim em virtude de pertencerem a essa ou aquela classe natural. Nessa visão, o que faz dois tropos qualitativamente o mesmo (seu pertencimento a mesma classe natural de tropos) é diferente do que os faz distintos (os próprios tropos, primitivamente sendo que eles são). Isso significa que tropos podem ser distintos embora exatamente semelhantes não é mais uma razão para pensar que tropos são complexos.

Um diferente tipo de solução foi recentemente proposto por Giberman (2022, cf. também 2014). De acordo com ele, porque pelo menos alguns dos tropos que existem são localizados espaço-temporalmente (eles são o que ele denomina de “concretos”)⁴⁹, eles devem ter tamanho, espaço e duração. Que tropos possuem esses diferentes aspectos significa que eles são capazes de semelhanças múltiplas. Isso, afirma Giberman, significa que eles são qualitativamente complexos. Contudo, eles não ameaçam, de forma alguma, a concepção do tropo. Pois, conforme Giberman, os tropos são *avestruzes* (qualitativamente complexos). Isso significa que tropos são tais que eles “explicam de maneira primitiva suas múltiplas capacidades de semelhança”. Isso significa que “nenhum (adicional) maquinário ontológico é exigido para explicar que um tropo avestruz possui múltiplas propriedades” (embora nós estejamos admitindo que ele tem!) (GIBERMAN, 2022, p. 18). Nesse sentido, os tropos são como o particular concreto quiniano (GIBERMAN, *ibid.*; cf. QUINE, 1948; DEVITT, 1980):

Quando o quiniano é questionado o que faz um dado elétron que metafisicamente explica sua habilidade de ser igualmente semelhante a coisas

⁴⁹ Consequentemente, Giberman pertence ao âmbito daqueles que consideram a distinção entre abstrato/concreto como dizendo respeito a se ou não uma entidade é espaço-temporalmente localizada. Como vimos (introdução da seção 2), essa maneira de conceber essa distinção é diferente de como é concebida por aqueles que caracterizam o tropo como abstrato. Que tropos são “concretos” no sentido de Giberman é, portanto, perfeitamente compatível com seu ser “abstrato” no sentido proposto por Williams ou Campbell, por exemplo.

massivas e coisas com carga, ele provavelmente responderá “nada — apenas é dessa maneira”... Similarmente, quando perguntado sobre o que faz o tropo com carga n que metafisicamente explana sua habilidade para se assemelhar igualmente a coisas com cargas e coisas de um certo tamanho, o teórico de tropo avestruz responde: “o próprio tropo — nenhuma estrutura a mais do que isso”.

Sobre a concepção de Giberman — e *pace* Ehring — não somos permitidos perguntar das propriedades dos tropos que fundamentam *sua* particularidade e natureza (isso é primitivo!) e se perguntar isso não é permitido nenhum regresso ao infinito pode ser gerado (*cf.* também nota de rodapé 20).

E a suposta vantagem da ideia de tropos sobre a ideia de estados de coisas? Primitivo ou não, se a complexidade está lá, isso não significa que aqueles pontos de vista estão em pé de igualdade no quesito parcimônia? Giberman não pensa assim e fornece duas razões: (1) embora o tropo avestruz é qualitativamente complexo, *não* é — diferente dos estados de coisas — categorialmente complexo (nenhum tropo possui um constituinte de fora da categoria de *tropo*) (2022, p. 16); (2) (de maneira mais controversa) mesmo estados de coisas, sendo espaço-temporal, precisam ter tamanho e forma etc. Mas então, além de precisarem aceitar a existência de substratos categorialmente distintos, os teóricos dos estados de coisas devem também aceitar que universais — como tropos — são primitivamente e qualitativamente complexos (*ibid.*, p. 18).

2.3 Individuação dos Tropos

O que faz dois tropos, existindo no mesmo mundo ao mesmo tempo, serem distintos?⁵⁰

⁵⁰ Consequentemente, todos os princípios de individuação discutidos no que se segue dizem respeito à individuação dos tropos intra-mundana em vez de inter-mundana (uma circunstância que se torna relevante quando discutimos os problemas da permuta e do empilhamento). Note também que, com a exceção do princípio primitivista da individuação (IP), esses princípios apenas dizem respeito aos tropos *exatamente semelhantes*. Essa última restrição ocorre devido ao fato que queremos que nosso princípio da individuação permita o que evidentemente parece possível: tropos distintos

Uma sugestão natural é considerarmos a maneira como normalmente identificamos e referimos a tropos literalmente e individualizar tropos com referência aos que os “possuem”:

Indivuação de Objetos (IO):

Para quaisquer dois objetos a e b tais que a é exatamente semelhante a b , $a \neq b$ se e somente se a pertence a um objeto que é distinto do objeto ao qual b pertence.

No entanto, nenhum teórico de tropos aprova essa sugestão natural. A razão disso é que, se objetos são feixe de tropos, a individuação dos objetos dependerá da individuação dos tropos que os compõem. Nesse caso, em IO, individuação se tornaria circular (LOWE, 1998; SCHAFFER, 2001, p. 249; EHRING, 2011, p.77). Com efeito, a situação melhora apenas marginalmente se os objetos são compreendidos como substratos nos quais os tropos são instanciados. Pois, embora nessa concepção, a IO não obrigue ninguém a aceitar uma explicação circular da individuação, agora é o substrato que carrega o ônus individualizador. Isso deixa a individuação do substrato ainda sem explicação para, e assim parece, não chegamos a lugar nenhum (MERTZ, 2001). Qualquer teórico de tropo que aceita a existência possível de tropos “flutuantes” — ou seja, tropos que existem desvinculados de qualquer objeto — *deve*, em qualquer caso, rejeitar essa explicação da individuação do tropo (pelo menos desde que ela aceite a possibilidade de haver *mais de um* tropo flutuante em qualquer momento).

As principais alternativas são, em vez disso, a individuação espaço-temporal (IE) e a individuação primitiva (IP). De acordo com IE, primeiro, o fato de dois tropos pertencentes ao mesmo mundo serem distintos pode ser explicado metafisicamente com referência a uma diferença em suas respectivas posições espaço-temporal (CAMPBELL, 1990, p. 53; LOWE, 1998, p. 207; SCHAFFER, 2001, p. 249; GIBERMAN, 2022, p. 18):

Indivuação Espaço-Temporal (IE):

Para quaisquer tropos a e b tais que a é exatamente semelhante a b , $a \neq b$ se e somente se a está a uma distância diferente de zero de b .

(e diferentes) caracterizam o mesmo objeto (ou, no caso de IE, habitando a mesma posição espaço-temporal).

Essa é uma explicação da individuação dos tropos que parece respeitar a maneira como os tropos são normalmente arranjados, ainda que não individue tropos de maneira circular com referência aos objetos que eles compõem e que não descarte a existência de tropos “flutuantes”. Apesar disso, a maioria dos teóricos do tropo (SCHAFFER, 2001 sendo uma importante exceção) optaram em vez disso pelo primitivismo (cf. por exemplo, EHRING, 2011, p. 76; CAMPBELL, 1990, p. 69; KEINÄNEN & HAKKARAINEN, 2014). O primitivismo é mais bem compreendido como a negação da ideia de que há qualquer forma verdadeira e informativa de preencher o bicondicional “Para quaisquer tropos exatamente semelhantes a e b , $a \neq b$ se e somente se ...”. Que a e b são distintos — se eles são — é, conseqüentemente, primitivo. Não tem nenhuma análise (ontológica) ou explanação (metafísica) adicional.

De acordo com o que é provavelmente o argumento mais influente em favor de IP sobre IE (um argumento que mudou a opinião de Campbell: cf. seu 1990, p. 55; cf. também MORELAND, 1985, p. 65), IE deve ser abandonado porque exclui a possibilidade (não vazia) de que (partes da) realidade poderia ser *não* espaço-temporal⁵¹. Contra isso, os defensores do IE argumentaram que a tese de que a realidade deve ser espaço-temporal pode ser justificada de maneira independente (principalmente porque o naturalismo pode ser justificado independentemente, cf. SCHAFFER, 2001, p. 251). E mesmo que não possa, o IP pode ser facilmente modificado para acomodar *o análogo* da ordem locacional do espaço (CAMPBELL, 1997 [1981], p. 136; SCHAFFER, *ibid.*)⁵².

⁵¹ Outras razões citadas contra IE incluem: (1) IE regula como impossível a existência de tropos duradouros estacionários e em movimento, tropos duradouros que viajam no tempo e tropos que se estendem pelo espaço sem ter quaisquer partes espaciais (todos os quais, de acordo com EHRING, 2011, p. 25 em diante, são tipos possíveis de entidades); (2) Tendo IE, a relação entre tropos e sua localização ou equivale a complexidade *no* tropo (que é independentemente problemático) ou conduz ao colapso de tropos distintos ainda que exatamente semelhantes ou de tropos distintos ainda que co-localizados (MORELAND, 1985, p. 39); (3) IE implica uma noção problematicamente substancial de espaço-tempo (SCHAFFER, 2001, p. 251), e: (4) IE nos fornece o significado para individuar tropos apenas se assumirmos que tal princípio de individuação já está em vigor (STOUT, 1952, p. 76–77).

⁵² Posteriormente, Campbell (1990, p. 56) abandona essa ideia em favor de uma rejeição completa de IE, principalmente porque ele pensa que resulta em uma condição individuada para indivíduos não espaço-temporais que seriam “muito formais para gerar convicção” (uma afirmação que é criticada por SCHAFFER, 2001, p. 252).

Um argumento comum *em favor* do IE é que permite a seus defensores excluir o que a maior parte de seus defensores concorda que são possibilidades vazias: permuta e empilhamento.

Permuta: conforme o assim chamado “argumento da permuta” (primeiro formulado em ARMSTRONG, 1989, p. 131–132; *cf.* também SCHAFFER, 2001, p. 250; EHRING, 2011, p. 78)⁵³ ⁵⁴, se propriedades são tropos, e individuação é primitiva, dois tropos distintos, embora exatamente similares, podem trocar de lugares (esse vermelho *aqui* poderia ter estado *lá*, e vice-versa). O resultado, pós-permuta, é uma situação que é ontologicamente distinta daquela anterior a permuta. No entanto, as situações pré e pós-troca são as mesmas empiricamente/causalmente (*cf.* LABOSSIERE, 1993, p. 262 e DENKEL, 1996, p. 173 por razões para duvidar que sejam as mesmas). Isto é, dadas as leis naturais como as conhecemos, que este tropo vermelho *aqui* troca de lugar com aquele tropo vermelho não faz diferença para a evolução futura das coisas. O que significa que, não apenas o mundo apresentaria exatamente a mesma aparência, sensação tátil e odor para nós antes e após a permuta, seria em princípio impossível construir um dispositivo capaz de distinguir as duas situações uma da outra. Para qualquer dispositivo capaz de detectar a diferença (primitiva) entre as duas situações, também teria que haver um dispositivo capaz de comunicar esta diferença (emitindo um som, girando uma manivela, etc.) embora isso é exatamente o que o fato da permuta gerar nenhuma diferença para a evolução futura de coisas impede (*cf.* DASGUPTA, 2009). Isso implica que admitir a possibilidade de permuta parece desnecessário. Se também aceitarmos o (discutivelmente razoável) princípio Eleático segundo a qual

⁵³ A objeção da permuta pode ser apresentada ou em termos de *permuta de objetos* (dois tropos permutam o objeto) ou termos de *permuta de posição* (dois tropos permutam a posição). Armstrong (1989, p. 132) formula a objeção em termos de permuta-objeto, mas como Ehring nota (2011, p. 79; *cf.* também SCHAFFER, 2001, nota de rodapé 8), a objeção é ainda mais poderosa se formulada em termos de permuta posição. Razão: para evitar a permuta de objeto tudo que você precisa é tratar tropos como “não transferíveis, isto é, como pertencendo a algum objeto específico. Tratar tropos como “não transferíveis” não resolve o problema com a permuta da posição: dois objetos exatamente similares, incluindo todos os tropos que os compõem, podem ainda permutar de posição, e com o mesmo resultado presumivelmente problemático.

⁵⁴ Fato curioso: Husserl pensa que aquilo que Armstrong denomina de “permuta” é uma possibilidade *genuína* e, portanto, apresenta-a como uma razão *positiva* para postular o que ele denomina de “momentos” (*cf.* DENKEL, 1996, p. 173–174 para uma discussão).

apenas as mudanças que importam empiricamente/causalmente devem contar como genuínas, podemos extrair a conclusão ainda mais forte de que a permuta não é genuinamente possível e, conseqüentemente, que qualquer explicação da individuação que se segue deveria ser abandonada⁵⁵.

Aceitar IE não bloqueia imediatamente a permuta (SCHAFFER, 2001, p. 250). Pois, IE (apenas como IO e IP) é um princípio sobre a individuação de tropos que se mantém intramundano. Nesse caso: dentro de um determinado mundo, não há dois tropos exatamente semelhantes a uma distância zero um do outro. A permuta, por outro lado, diz respeito ao que é possivelmente verdadeiro (ou não) de tropos exatamente semelhantes considerados intermundanos. Mas isso significa que, embora o IE não afirme a possibilidade de permuta, também não a descarta. De acordo com o proponente do IE, isso é realmente bom. Pois há uma possibilidade de que seria lamentável se o princípio de individuação bloqueasse, a saber, a possibilidade — chamada deslizamento — que este tropo vermelho poderia estar lá se o vento tivesse soprado diferentemente (SCHAFFER, 2001, p. 251). Para obter o resultado desejado (ou seja, para bloquear a permuta enquanto permitir o deslizamento), Schaffer sugere que combinemos a teoria dos tropos com IE e uma Teoria de contraparte Lewisiana da identidade transmudial (LEWIS, 1986). O resultado é uma explicação segundo a qual tropos exatamente semelhantes são intramundanos idênticos caso eles habitem a mesma posição no espaço-tempo. E, segundo o qual, eles são contrapartes intermundanos, se forem distintos, ainda que estejam a uma distância suficientemente similar — e outros tipos de relações com seus respectivos vizinhos (intramundanos). Com essa adição, afirma Schaffer, uma teoria de tropos que individualiza seus postulados com referência a sua posição espaço-temporal abrirá espaço para a possibilidade do deslizamento, pois (2001, p. 253):

Na suposição contrafactual de uma mudança no vento, o que resulta é um vermelho exatamente como o real, que está em relações de semelhança perfeitamente isomórficas com seus

⁵⁵ Há mais maneiras de chegar à conclusão de que a permuta é impossível do que o caminho de aceitar o princípio Eleático: se aceitarmos, por exemplo, o anti-Haecceitismo (cf. LEWIS, 1986) — a concepção de que não pode haver diferenças puramente haecceíticas entre mundos — a mesma conclusão é implicada de forma plausível (agradeço a um revisor anônimo deste verbete por apontar isso).

companheiros de mundo como o atual está com seus companheiros de mundo, com apenas um ligeira diferença de distância com respeito, por exemplo, à circularidade da lua.

...mas *não* permitirá a possibilidade de permuta, porque:

...o parente mais próximo do vermelho da rosa que está *aqui* em nosso mundo seria o vermelho ainda *aqui* 'pós-troca'. O vermelho que estaria aqui possui exatamente as mesmas relações de semelhança inter e intramundiais como o vermelho que realmente está aqui, e as mesmas relações de distância e, conseqüentemente, é uma melhor contraparte do que o vermelho que estaria lá.

No entanto, isso não é necessariamente um motivo para preferir o IE sobre IP. Pois, IP, assim como IE, é um princípio intermundano de individuação, o que significa que, assim como IE, poderia ser combinado com uma teoria de contraparte lewisiana, evitando, desta forma, a permuta, mas abrindo a possibilidade do deslizamento. É, em outras palavras, a teoria da contraparte, e não IE (ou IP), que faz todo o trabalho. De qualquer forma, não está claro que a permuta intramundana *seja* uma possibilidade vazia. Segundo Ehring, há circunstâncias em que uma série de deslizamentos constituem um caso de permuta, algo que ele acredita que tornaria a permuta mais uma razão *a favor* do que contra IP (EHRING, 2011, p. 81–85).

Empilhamento: Mesmo que a permuta não nos forneça uma razão para preferir IE em vez de IP, talvez isso ocorra com seu primo próximo: “empilhamento”. Considere uma rosa vermelha em particular. Dada a teoria tropo, essa rosa é vermelha porque é parcialmente constituída por um tropo de vermelho. Mas o que vai prevenir *mais de um* — ou mesmo indefinidamente muitos — tropos vermelhos exatamente similares de constituir parcialmente essa rosa? Dado IP: nada. No entanto, está longe de ser claro como alguém poderia empiricamente detectar que a rosa tem mais de um tropo do vermelho, assim como não está claro como alguém poderia detectar empiricamente quantos tropos do vermelho essa rosa possui, desde que tenha mais de um. Isso ocorre principalmente porque está longe de ser claro como ter mais de um tropo do

vermelho poderia fazer alguma diferença causal no mundo. Mas se empilhar tropos não faz nenhuma diferença empírica/causal, então, dado um princípio Eleático (plausível), a possibilidade de empilhar tropos é vazia, o que significa que IP deve ser rejeitado (ARMSTRONG, 1978, p. 86; *cf.* também SIMONS, 1994, p. 558; SCHAFFER, 2001, p. 254, nota de rodapé 11).

Em defesa do IP, seus proponentes agora apontam para um caso especial de empilhamento, denominado “pirâmide” (um exemplo disso é um objeto de 5 kg consistindo em cinco tropos de 1 kg). Pirâmide parece genuinamente possível. Contudo, se o empilhamento é descartado, o mesmo acontece com a pirâmide. (EHRING, 2011, p. 87; *cf.* também ARMSTRONG, 1997, p. 64; DALY, 1997, p. 155). De acordo com Schaffer, isso não é um problema. Pois, embora reconhecidamente não seja tão questionável como outros tipos de empilhamento (que ele chama de “acumular”), a pirâmide enfrenta um sério problema com predicação: se a possibilidade da pirâmide é admitida, será verdadeiro do objeto de 5 kg que “ele tem a propriedade de pesar 1 kg” (SCHAFFER, 2001, p. 254). Contra isso, Ehring apontou que dizer de um objeto de 5 kg que “ele tem a propriedade de pesar 1 kg” é, no máximo, pragmaticamente estranho, e que, mesmo que essa estranheza seja considerada inaceitável, evitá-la não exigiria a complicação considerável da teoria de predicação de alguém imaginada por Schaffer (EHRING, 2011, p. 88–91).

Segundo Schaffer, o melhor argumento para a possibilidade do empilhamento — consequentemente, o melhor argumento contra IE — é fornecido pela existência dos chamados bósons (fótons seriam um exemplo). Os bósons são entidades que não obedecem ao Princípio de Exclusão de Pauli, e, portanto, dois ou mais bósons podem ocupar o mesmo estado quântico. Uma pilha de bósons de “uma altura” é, portanto, empiricamente distinguível de uma pilha de “duas alturas”, isso significa que a possibilidade de empilhamento em geral não é excluída mesmo se aceitarmos um Princípio Eleático. Schaffer (2001, p. 255) sugere que isso pode ser resolvido ao considerar a onda — não a partícula/bóson — como aquilo que o objeto “realmente” é. Porém, essa solução apresenta suas próprias complicações para o proponente do IE. Pois, “a função de onda existe no espaço de configuração em vez do espaço físico, e a ontologia da função de onda, sua relação com o espaço físico, e sua relação com a

concepção relativista de espaço-tempo cuja IE se ajusta tão naturalmente permanece profundamente misteriosa” (SCHAFFER, 2001, p. 256)⁵⁶.

3 Tropos enquanto Blocos Construtores

Como vimos, os tropos podem ser conceituados, não apenas como formas particularizadas das coisas, mas também — e em algumas versões da teoria dos tropos, principalmente — como aquilo de onde tudo o mais que existe é construído. No mínimo, isso significa que os tropos devem cumprir pelo menos duas tarefas construtivas: a de formar o que seria equivalente ao universal do realista, e o de formar o que seria equivalente ao particular concreto do nominalista.

3.1 Tropos e Universais

Como coisas distintas podem ter algo — suas propriedades — em comum? Esse é o problema da “Unidade na Multiplicidade” (cf. por exemplo, RODRIGUEZ-PEREYRA, 2000; MAURIN, 2022, seção 2). Os universais fornecem uma solução direta para esse problema: coisas distintas podem ter algo em comum porque existe um tipo de entidade — o universal — capaz de existir em (e, conseqüentemente, caracterizar) mais de um objeto ao mesmo tempo. O teórico do tropo — pelo menos se ela não aceitar a existência de

⁵⁶ Outro argumento a favor de IE foi fornecido recentemente por Giberman (2022). IE, ele aponta, “adequa-se naturalmente com o reconhecimento que os próprios tropos possuem tamanhos e formas primitivamente” (uma concepção que Giberman defende, cf. final da seção 2.2 deste verbete). De fato, ele argumenta, é em parte *em virtude de* tropos serem individuados de maneira espaço-temporal que o teórico de tropos pode responder ao argumento de Ehring (também estabelecido na seção 2.2) na medida em que tropos devem ser complexos, e que esse é um problema para a concepção. Pois se IE é aceita “se dois tropos t_1 e t_2 se assemelham exatamente e são numericamente distintos, então em qualquer mundo possível no qual ambos existam, estará estabelecido se eles são co-localizados (a saber, em todo mundo possível no qual ambos serão co-localizados)” (*ibid.*, p. 18). Portanto: “Nenhum ‘aspecto’ intrínseco de t_1 ou t_2 externo a categoria de tropo é necessária a fim de explicar que eles sejam numericamente distintos, mesmo que o fato de serem os tropos que eles são explique porque eles se assemelham exatamente de maneira intrínseca” (*ibid.*).

universais além dos tropos⁵⁷— não dispõe de entidades que possam ser igualmente idênticas em instâncias distintas. Ela deve, portanto, formular uma solução alternativa. Aqui considerarei três alternativas.

A Teoria da Classe de Semelhança: A solução de tropos mais comumente aceita para a problema da unidade na multiplicidade leva dois objetos *a* e *b* a “compartilhar” uma propriedade, *F*, se pelo menos um dos tropos que compõem *a* pertence à mesma (exata) classe de semelhança de pelo menos um dos tropos (numericamente distintos) que compõe *b* (cf. WILLIAMS, 1953a, p. 10; CAMPBELL, 1990, p. 31; cf. também LEWIS, 1986, p. 64). Semelhança exata é uma *relação de equivalência* (embora cf. MORMANN, 1995 para uma concepção alternativa), o que significa que é uma relação *simétrica*, *reflexiva* e *transitiva*. Porque isso é uma relação de equivalência, a semelhança exata particiona o conjunto de tropos mutuamente em classes excludentes e não sobrepostas. Classes de semelhança exata de tropos, assim compreendidas, funcionam mais ou menos como a concepção tradicional de universal. E é por isso que os proponentes desta concepção pensam que o problema dos universais pode ser resolvido com referência a essas classes.

Um ponto de controvérsia entre aqueles que defendem essa concepção é se aceitá-la implica precisar aceitar a existência de relações de semelhança. Aqueles que pensam que isso não é necessário apontam que a semelhança é uma relação *interna* que supervêm sobre tudo aquilo que ela se relaciona: que o grau de semelhança entre tropos distintos é implicado simplesmente pelo dado que eles existem⁵⁸. Supor que nossa ontologia é “esparsa” (um pensamento que muitos acreditam poder ser justificado independentemente, cf. por exemplo, SCHAFFER, 2004; ARMSTRONG, 1978), apenas o que é minimamente exigido

⁵⁷ Embora estejam em minoria, houve filósofos que aceitaram a existência tanto de tropos como de universais. Entre esses, encontra-se Husserl (2001 [1900/1913]) e, mais recentemente, Lowe (2006).

⁵⁸ Outra maneira de rejeitar a existência de relações de semelhança é caso se considere semelhança exata como um vínculo *não relacional*. Que semelhança é um vínculo não relacional não foi explicitamente defendida por qualquer defensor dos tropos e foi criticado por críticos dos tropos. Hochberg (1988, p. 189) argumenta que essa tese empresta toda a sua força de uma suposta analogia com a concepção de que a exemplificação, mantida entre um substrato e um universal em um estado de coisas, é um vínculo não relacional, mas essa analogia não obtém êxito por várias razões. De fato, mesmo se a analogia for bem-sucedida, a noção de um “vínculo não-relacional” permanece obscuro.

para fazer verdadeiras todas as verdades que existem. O que significa que, se semelhança for uma relação interna, o que há quando tropos distintos se assemelham — e, assim, o que desempenha o papel da categoria ontológica de universal na filosofia realista — nada mais é do que os próprios tropos semelhantes (WILLIAMS, 1963, p. 608; CAMPBELL, 1990, p. 37; cf. também ARMSTRONG, 1989, p. 56).

Segue-se do fato de que a semelhança exata deve ser obtida dada a existência de itens que complementam essa relação, que ela não é uma adição ontológica a eles? Alguns filósofos (DALY, 1997, p. 152 está entre eles) não pensam que sim. Mas se não se segue, alguns argumentaram, o teórico de tropos deve enfrentar uma versão teórica dos tropos que ficou conhecida como “regresso de Russell”. O regresso de Russell (ou melhor: o *argumento* do regresso de Russell) é um argumento com o seguinte efeito, se alguns particulares (Russell estava pensando em particulares concretos, não em tropos) se assemelham (exatamente), então ou a relação de semelhança existe e é *um universal*, ou terminamos por cair em um regresso infinito (vicioso) (RUSSELL, 1997 [1912], p. 48; cf. também KÜNG, 1967). Chris Daly (1997, p. 149) nos proporciona uma versão no contexto da teoria de tropos desse argumento⁵⁹:

⁵⁹ Outros argumentos contra a teoria da classe de semelhança incluem aqueles segundo o quais manter a concepção implicaria que o teórico de tropo enfrentaria versões dos problemas da *companhia* e da *comunidade imperfeita* (primeiro formulado por GOODMAN, 1951 contra o Nominalismo de Semelhança clássico). De acordo com o problema da companhia original, primeiramente, se tudo que é F é G, e tudo que é G é F, então se possuir uma certa propriedade significa pertencer a uma certa classe de semelhança, ser F = ser G, mesmo os casos nos quais — intuitivamente — afirmaríamos que aquelas propriedades são distintas. E de acordo com o problema da comunidade imperfeita, se assumirmos que o mundo contém apenas três objetos — uma que é F e G, uma que é F e H, e outra que é G e H — então esses três objetos se assemelham no mesmo grau. Contudo, a classe que eles fazem parte é dificilmente uma classe *natural*, uma vez que o único candidato para a propriedade destacada é disjuntivo e mal representado. Por outro lado, a classe que consiste em um objeto que possui as propriedades F e G e em um objeto que possui as propriedades F e H poderia ser pensada como natural. Pois, intuitivamente, indica a propriedade de ser F. O problema é que isso *não* é uma classe de semelhança. Pois, o objeto que é G e H se assemelha aos objetos na classe de mesmo grau. Que essas objeções podem ser formuladas também contra tropos não é imediatamente óbvio. De fato, de acordo com Campbell (1990, p. 32), tanto o problema da companhia como o problema da comunidade imperfeita surgem precisamente porque os elementos dos “círculos de similaridade” relevantes são de

Considere três particulares concretos que são da mesma tonalidade de vermelho... cada um desses particulares concretos tem um tropo vermelho — vamos denominar esses tropos de *F*, *G* e *H* — e esses particulares concretos se assemelham exatamente em cor em virtude de *F*, *G* e *H* se assemelharem exatamente em cor. Porém, parece que essa explanação está incompleta. Parece que

natureza complexa, algo que os tropos não são. Para mostrar que os tropos, todavia, são vítimas (de versões dessas) objeções, Manley (2002; *cf.* também MORELAND, 1985, 1989, 1997) sugere que consideremos, primeiramente, um mundo possível no qual todo objeto é vermelho. Nesse mundo, a classe de todos os tropos vermelhos coincidirá com a classe de todos os tropos coloridos, embora pareça que a propriedade de ser vermelho e a propriedade de ser colorido são distintas. E (para atingir uma versão da comunidade imperfeita) ele nos pede para imaginar um mundo possível que contenha apenas três objetos (feixes de tropos): uma rosa, uma azul-bebê e uma de cor púrpura. Todos esses tropos se assemelham de maneira inexata. Rosa e púrpura são igualmente avermelhados, púrpura e azul são azulados, e rosa e azul-bebê são cores igualmente pálidas. Consequentemente, eles indicam, de maneira conjunta, uma classe de semelhança. Mas que propriedade é essa? Suponha que a resposta é “ser colorido”. Então qual classe de semelhança identificaremos com ser azulado? Nenhuma parece disponível, pois assim que estabelecermos um grau de semelhança bastante alto para agrupar as cores azuladas, o rosa (que se assemelha ao roxo e ao azul-bebê nesse mesmo grau) vem junto. Em resposta ao problema da companhia, Manley admite que pode parecer tentador simplesmente “encarar os fatos”. Ao final das contas, o tipo da co-extensão que o teórico de tropo terá que conviver parece muito menos problemático do que aquele que os argumentos originais apontam. Contudo, Manley considera essa sugestão “proibitivamente estranha”. Entre outras coisas porque implica que o fato de duas propriedades serem distintas dependerá de coisas que são completamente externas ao problema em questão, tal como a existência (ou não) de coisas não vermelhas no mundo (MANLEY, 2002, p. 84). Uma estratégia evasiva semelhante (se não uma espécie de novamente “encarar os fatos”) pode parecer viável no caso da comunidade imperfeita. Talvez o problema seja que o exemplo se concentra em propriedades “de ordem superior” ou “construídas” (como a de ser azulado), ainda que as únicas propriedades que existem sejam absolutamente determinadas. No entanto, segundo Manley, isso também é um beco sem saída, pois os mesmos problemas, que foram formulados no nível “manifesto”, podem ser formulados no mais básico. Para mais sugestões de como evitar esses problemas, *cf.* por exemplo, Giberman (2014, p. 470) e Garcia (2015a, p. 152).

a explicação deveria alegar a mais que tropos de semelhança são mantidas entre *F*, *G* e *H*. Isto é, parece que há tropos de semelhança que são mantidos entre os pares *F* e *G*, *G* e *H*, e *F* e *H*... Vamos denominar os tropos de semelhança em questão de *R1*, *R2* e *R3*... cada um desses tropos de semelhança, por sua vez, se assemelham exatamente. Portanto, certos tropos de semelhança são mantidos entre esses tropos... somos iniciados em um regresso ao infinito.

Esse regresso é um problema apenas caso seja vicioso. A razão mais convincente para pensar que não é vicioso é proporcionada caso consideremos o “padrão de dependência” que ela instancia⁶⁰. Pois, como vimos, mesmo aqueles que não pensam que o caráter interno da semelhança exata faça dela uma mera “pseudo-adição” à sua base subveniente, concordam que a semelhança, o que quer que ela seja, é tal que sua existência é necessariamente implicada simplesmente pela existência dos tropos que compõem essa relação. Assim, não importa quantas semelhanças são geradas de maneira regressiva, em última análise, em sua existência todas dependem da existência dos tropos semelhantes, que se assemelham por causa de sua natureza individual, que é primitiva. Isso significa que a existência do regresso de forma alguma contradiz — não funciona como um argumento de *redução ao absurdo* contra — a semelhança dos tropos originais. Pelo contrário; é pela *razão* dos tropos se assemelharem que o regresso *existe*. Portanto, o regresso é benigno (*cf.* por exemplo, CAMPBELL, 1990, p. 37; MAURIN, 2013).

Essa resposta apenas funciona se a natureza dos tropos individuais — *o fato deles serem o que são* — for primitiva e não passível de análise posterior (isto é, apenas funciona se assumirmos uma concepção padrão da natureza dos tropos). A fim de compreender isso, compare a concepção padrão com uma concepção segundo a qual ela é frequentemente confundida: o nominalismo de

⁶⁰ Outra razão para pensar que o regresso não é vicioso é fornecido por Campbell, que argumenta que o regresso é benigno porque “procede em uma direção de maior e maior formalidade e menos e menos substância” (1990, p. 35–36). No entanto, o argumento de Campbell não é uma razão muito boa para pensar que o regresso não é problemático. É difícil entender o motivo de ter de haver qualquer diferença em “substância” entre as semelhanças nos diferentes estágios do regresso. De fato, é difícil entender em que uma diferença na “substância” corresponderia em primeiro lugar (DALY, 1997, p. 151–152)

semelhança. Em uma versão da concepção de tropos de acordo com a qual universais são classes de semelhança de tropos, tropos possuem a mesma natureza caso eles se assemelhem de maneira exata. Todavia, principalmente, eles se assemelham (ou não) *em virtude da natureza (primitiva) que cada um “possui”* (ou “é”). Por outro lado, o nominalismo de semelhança é a concepção de que dois objetos possuem as naturezas que possuem em virtude das relações de semelhança que existem entre eles. Isso significa que, caso eles se assemelhem ou não, não é decidido a partir da existência e natureza dos próprios objetos. Em vez disso, o padrão de dependência é o contrário. E isso — discutivelmente — gera o regresso vicioso. Talvez por essa razão, o nominalismo de semelhança não possua defensores explícitos entre os teóricos de tropos.

A Teoria da Classe Natural: quem não está convencido de que o “regresso de Daly” é benigna poderia preferir um ponto de vista (primeiro defendido por EHRING, 2011, p. 175) de acordo com o qual o tropo não é o que é nem primitivamente nem por causa das relações de semelhança que ele mantém com outros tropos, mas pelo fato de pertencer a uma determinada classe natural. Aceitar essa concepção nos proporciona uma nova solução para o problema da unidade na multiplicidade, que não dependa da existência (ou não) de relações de semelhança exatas. Nessa visão, mais precisamente, dois objetos, *a* e *b*, “compartilham” uma propriedade, *F*, se pelo menos um dos tropos que compõe *a* pertence à mesma classe natural que pelo menos um dos tropos que compõe *b*. O problema dessa alternativa é que parece — de maneira implausível — inverter a explanação. Se admitida, os tropos não pertencem a essa ou àquela classe pela sua natureza. Em vez disso, os tropos possuem as naturezas que possuem em virtude de pertencerem a essa ou àquela classe.

A Teoria de Tipos de Tropos: Embora em seu trabalho (1953a) ele tenha brevemente “flertado” (em suas palavras) com a concepção de que ser um universal é ser uma classe de semelhança de tropos, Williams sem demora depois disso mudou de ideia (*cf.* especialmente seu trabalho de 1986 [1959] e

1963)⁶¹. De acordo com a concepção que ele adotou em vez do ponto de vista da semelhança, os universais nem são “criados” nem “descobertos”, mas eles são algo que reconhecemos “através de um abrandamento das condições de identidade do pensamento e da linguagem” (1986 [1959], p. 8; cf. também Campbell 1990, p. 44). Se a F-dade de *a* e a F-dade de *b* são contadas de uma maneira que está subordinada à regra de que tudo o que é indiscernível é idêntico, sua igualdade é explanada com referência ao universal que eles compartilham. E se a F-dade de *a* e a F-dade de *b* são contadas de uma maneira que *não está* subordinada a essa regra, sua igualdade é explanada com referência a seus tropos individuais, distintos e exatamente semelhantes. Principalmente, Williams imagina isso como uma espécie de realismo — um realismo *imanente* — sobre universais (FISHER, 2017, p. 346; cf. também FISHER, 2018 e HEIL, 2012, p. 102). Esse realismo considera que os universais estão “presentes em, e de fato são componentes de, suas instâncias” (WILLIAMS, 1986 [1959], p. 10). Todavia, como notado por Fisher (2017, p. 346), tropos ainda são os elementos primitivos do ser. Universais são reais em virtude de serem *independentes da mente*. Contudo, os universais não são fundamentais (FISHER, *ibid*):

Sua realidade é determinada através de fatos independentes da mente sobre tropos. Tropos manifestam universais no sentido de que universais não são nada além de instâncias de propriedades, da mesma forma, tropos são o que são por sua natureza de tipos.

⁶¹ Nas próprias palavras de Williams (1986[1959], p. 7): “Eu rejeito com base em um fundamento atualmente impopular que o conjunto de tropos não é o que eu ou qualquer um do resto de nós quer dizer em ‘a característica universal de humanidade’, e isso não poderia ser o que as pessoas que não tivessem a concepção de conjuntos de tropos queriam dizer, nem de qualquer um que fale da universalidade estando ‘em’ suas instâncias, nem por alguém que declara, como fizeram os Neo-realistas e os Realistas Críticos, provavelmente os benfeitores mais lúcidos da noção de universal, que universais (“essências”, “entidades neutras”) são tanto os constituintes das coisas como os dados da percepção. Quando rejeito que qualquer uma dessas construções seja o que nós “queríamos dizer”, levo-nos a observar, portanto, dado o aparato de tropos, o que aconteceria e deveria sempre acontecer, quando percebemos ou concebemos o universal abstrato no particular concreto”.

A teoria de tipos de tropos oferece uma solução interessante e até aqui surpreendentemente pouco discutida para o problema da unidade na multiplicidade. Até agora, é uma concepção com poucos, se algum, defensores contemporâneos explícitos (embora *cf.* PAUL, 2002, 2017 e VAN INWAGEN, 2017, p. 348⁶²). Não é improvável que essa situação esteja agora em um momento propício para mudança.

3.2 Tropos e Particulares Concretos

A segunda tarefa construtiva enfrentada pelo teórico de tropos é elaborar algo que se comporte como um particular concreto usando somente tropos. Como exatamente um particular concreto se comporta é naturalmente uma questão que pode ser debatida. Esse não é um debate no qual o teórico de tropos tenha muito mais — pelo menos nada muito original — para contribuir. Em vez disso, a discussão teórica sobre tropos concentrou-se em uma questão que precisa ser resolvida *antes* que as questões acerca do que um particular concreto possa ou não fazer se tornem relevantes: a questão de *se* e *como* tropos compõem os particulares concretos deve ser discutida em primeiro lugar.

Se esse problema é mais bem abordado ao considerar *se*, e *como*, tropos podem compor ou fundamentar a existência do que podemos denominar de objetos “comuns” ou “cotidianos”, ou se é melhor concentrar-se em vez disso nos objetos mais simples e fundamentais do universo — como aqueles analisados, por exemplo, na física fundamental — é outro problema no qual os

⁶² Em resposta ao artigo de Paul “Uma Ontologia de Uma Categoria” (2017, p. 32–61), van Inwagen descreve uma conversa durante um almoço com ela. Nesse momento, van Inwagen pergunta a Paul porque ela pensa que há propriedades, ao que ele reporta como ela respondeu: porque eu posso ver algumas delas. Van Inwagen continua (2017, p. 348–349): “Mas professora Paul, é o particular verde desta maçã que está diante de você quando olha a maçã ou é *universal* ser verde?” Ela, então, responde (*ibid.*): “Ambos. O universal verde não é nada mais do que a fusão de todos os verdes particulares. Ou posta a questão da seguinte maneira: é uma parte conectada, ou talvez uma parte maximamente conectada, do universal ser verde. Se usarmos o termo “tropo” no sentido que a palavra possui na metafísica analítica atual, um tropo — como o verde dessa maçã — é uma parte do objeto que é um tropo. Para um objeto, como uma maçã, instanciar um universal significa sobrepor esse universal, compartilhar uma parte, um tropo, com aquele universal” (para mais informações sobre a concepção de Paul, *cf.* nota de rodapé 28 abaixo).

teóricos dos tropos discordam. Campbell pensa que devemos nos concentrar no último tipo de objeto. Particularmente, ele pensa que devemos nos concentrar em objetos que não possuam outros objetos como partes, assim evitamos confundir a complexidade (e unidade) “substancial” com a complexidade qualitativa, que nesse contexto é relevante. David Robb (2005) e Kris McDaniel (2001) discordam. Em parte, isso pode ocorrer devido ao fato de que ambos (cf. também PAUL, 2002, 2017) pensarem que objetos são mereologicamente compostos tanto no que diz respeito a suas partes substanciais como no que diz respeito a suas partes (tropos) qualitativas⁶³.

De acordo a maioria dos teóricos de tropos, objetos são feixes de tropos. A alternativa é compreender os objetos como complexos consistindo em

⁶³ Nem todas as partes são criadas de forma igual. De acordo com, por exemplo, Robb (2005), tropos-partes não são os tipos de partes que são “independentes, adicionais e ordenadas”, que significa que pelo menos alguns dos axiomas usuais da mereologia terão que ser abandonados ou pelo menos modificados. Por que os denominar “partes”, então? De acordo com Robb (*ibid*, p. 471), denominamos “partes” porque, na concepção mais geral de parte, as partes de algo exaurem seu ser no sentido que é nada do que suas partes relacionadas em alguma maneira ou outra. De acordo com Paul (2002, p. 578), além disso, pensar das partes de um objeto, não apenas como suas partes espaciais, mas também como suas partes qualitativas (ela usa “parte lógica” para abranger ambas), resulta em uma explanação mais fundamental. De acordo com ela, não sendo uma teórica de tropos, compreender a estrutura dos objetos também nos permite, em um sentido, “colapsar” a distinção entre universais e tropos (PAUL, 2002, p. 583; cf. também em seu trabalho de 2017): “Partes lógicas permitem-nos argumentar que caracterizações de propriedades como tropos e universais são apenas lados diferentes da mesma moeda, e combinam os benefícios dos tropos e universais sem seus problemas subordinados”. Considere duas xícaras que são igualmente vermelhas. Alguns afirmariam que temos o mesmo universal instanciado em ambos. Paul afirma que todos estariam certos. Quando temos tropos semelhantes, temos dois objetos diferentes com sobreposição com respeito a (pelo menos uma de) suas partes lógicas. Uma vez que subtraímos as outras partes dos objetos, somos deixados com um objeto que não possui nenhuma propriedade de localização como partes. Esse objeto (R) sobrepõe parcialmente objetos que incluem propriedades de localização como partes. O próprio R não possui qualquer localização particular (a concepção de Paul é também brevemente discutida na nota de rodapé 26 acima). De acordo com McDaniel (2001), finalmente, adotar uma teoria de tropos mereológica pode auxiliar a resolver um número de enigmas bem-conhecidos para constituição material. Ele também pensa que tanto o argumento de Heller (1992) para o tetradimensionalismo como argumento de Van Inwagen (1990) contra universalismo mereológico falham em sua versão da concepção de feixe.

um substrato no qual os tropos são instanciados (uma concepção defendida, por exemplo, por MARTIN, 1980; HEIL, 2003; LOWE, 2006). Na verdade, segundo D. M. Armstrong (1989, 2004) — um crítico firme dos tropos, embora amigável em comparação com outros — essa concepção minoritária deveria ser aceita pelo teórico de tropos. No entanto, Armstrong provavelmente está errado: há várias razões pelas quais alguém deve preferir o ponto de vista dos feixes (MAURIN, 2016). Uma dessas razões está relacionada com a parcimônia. Se você adota uma concepção de substrato-atributo, você aceita a existência de substratos além da própria existência dos tropos. Aceitar essa categoria adicional de entidade faz algum sentido se propriedades forem universais. Pois se os objetos são feixes de universais e universais são entidades que são numericamente idênticas através das instâncias, então se o objeto *a* é qualitativamente idêntico ao objeto *b*, *a* também é numericamente idêntico a *b*. Isso significa que, se objetos são feixes de universais, a identidade dos Indiscerníveis não é somente verdadeira, mas necessariamente verdadeira, uma consequência que poucos realistas universais estiveram preparados para aceitar (na verdade, uma consequência que pode se demonstrar inaceitável se entendida como *uma questão de fato empírico* — cf. por exemplo, FRENCH, 1988). Por outro lado, se os objetos são substratos que exemplificam universais, embora *a* e *b* sejam qualitativamente idênticos, eles são, todavia, distintos. Eles são distintos em *virtude de serem parcialmente constituídos por substratos (primitivamente) distintos*.

Esse tipo de argumento a favor da concepção substrato-atributo não pode ser recriado para uma concepção na qual propriedades são tropos. Pois, se objetos são feixes de tropos, como os tropos são particulares e *não* universais, mesmo se *a* e *b* forem qualitativamente idênticos, eles não são numericamente idênticos. E eles não são numericamente idênticos *em virtude de serem constituídos por tropos numericamente distintos*. Não há necessidade de substratos!

De acordo com o ponto de vista dos feixes, os objetos consistem, são compostos de, ou são fundados em um número suficiente de tropos mutuamente *co-presentes* e/ou de alguma outra maneira em tropos mutuamente dependentes (cf. por exemplo, MCDANIEL, 2001, 2006 e GIBERMAN, 2014 para pontos de vista ligeiramente diferentes sobre feixes). O que é co-presença? Quando a mesma pergunta foi realizada sobre a semelhança (exata), o teórico do tropo possuía a opção de tratar a relação como uma “pseudo-adição”. Isso ocorreu em virtude da semelhança ser uma relação interna e, portanto, apenas pela

existência dos termos que a complementam tem-se um fato necessário. No entanto, de acordo com a maioria dos teóricos de tropos, a co-presença é uma relação *externa* e, conseqüentemente, uma adição real aos tropos que sustentam essa relação⁶⁴. Adicionar co-presença, porém, origina um regresso infinito (frequentemente denominado de “regresso de Bradley” por conta de BRADLEY, 1930 [1893]; cf. também ARMSTRONG, 1978; VALLICELLA, 2002 e 2005; SCHNIEDER, 2004; CAMERON, 2008, 2022; MAURIN, 2012).

Ao contrário do que era verdade no caso da semelhança, esse regresso é provavelmente um regresso vicioso. Isso ocorre em virtude do “padrão de dependência” que ele instanciou ser o oposto daquele instanciado no regresso da semelhança. No caso da semelhança, para que os tropos *t1*, *t2* e *t3* se assemelhem exatamente, é suficiente que eles existam. Não é assim no caso da co-presença. Os tropos *t1*, *t2* e *t3* podem existir e não serem co-presentes, o que significa que, a fim de assegurar que sejam co-presentes, um tropo de co-presença, *c1*, deve ser adicionado ao feixe. Porém, *c1* poderia existir sem ser co-presente com aqueles mesmos tropos. Portanto, para que *t1*, *t2*, *t3* e *c1* sejam co-presentes, deve haver algo — vamos denominar de *c2* — que faça com que eles sejam co-presentes. Contudo, uma vez que *c2* poderia existir e não ser co-presente com *t1*, *t2*, *t3* e *c1*, também precisa de algo que assegure sua co-presença com aquelas entidades. Assim, *c3* precisa ser postulado e assim por diante. A existência desse regresso contradiz, discutivelmente — e conseqüentemente funciona como uma *reductio* contra — a co-presença dos tropos originais de primeira ordem e, desse modo, a possível existência do particular concreto.

Uma vez que os particulares concretos (possivelmente) existem, algo deve estar errado com esse argumento. Uma opção é reivindicar que co-presença é, no final das contas, interna, nessa situação, o regresso (se, de fato, houver um) é benigno (MOLNAR, 2003; HEIL, 2003 e 2012; cf. também

⁶⁴ Por que não interna? Porque se co-presença é interna, as seguintes possibilidades são evitadas: Primeiramente, aquilo que ocorre para constituir esse particular concreto poderia existir e não constituir *qualquer* particular seja qual for. No entanto, essa é uma possibilidade que a maioria dos teóricos de tropos não importaria se acabasse vazia (embora alguns defenderam a possibilidade dos assim chamados “tropos flutuantes”, cf. por exemplo, CAMPBELL, 1990 e SCHAFFER, 2003). Em segundo lugar, os tropos que constituem o particular concreto poderiam existir e constituir (parcialmente) alguns outros particulares concretos. Essa é a possibilidade que a maioria dos teóricos de tropos consideraram genuína. Em virtude disso, eles consideram co-presença como externa.

ARMSTRONG, 2006). Isso pode parecer atraente particularmente para aqueles que julgam seus tropos como *não-transferíveis* e como *maneiras como as coisas são*. No entanto, mesmo dada essa maneira de pensar sobre a natureza do tropo, considerar a co-presença como interna significa ter que desistir do que são, discutivelmente, algumas crenças modais profundamente sedimentadas. Pois, mesmo se houver motivo para pensar que as propriedades devem ser “suportadas” por algum objeto, para ser capaz de resolver o problema do regresso, alguém teria que aceitar a tese muito mais forte de que cada tropo deve ser mantido por um objeto *específico*. Se a *única* razão que possuímos para pensar que co-presença é interna nesse sentido é que soluciona o problema do regresso de Bradley, portanto, deveríamos optar por essa rota apenas como último recurso (cf. CAMERON, 2006; MAURIN, 2010).

Como uma maneira de preservar pelo menos algumas de nossas intuições modais, enquanto evitamos o regresso de Bradley, Simons (1994; cf. também KEINÄNEN, 2011 e KEINÄNEN, e HAKKARAINEN, 2014 para uma versão um pouco diferente dessa concepção⁶⁵) sugere considerar o particular concreto como constituído parcialmente por um “núcleo” (composto por tropos mutuamente e especificamente dependentes) e parcialmente — ao menos no caso normal — por uma parte periférica (composto por tropos que dependem especificamente dos tropos do núcleo). O resultado é um feixe estruturado tal que, embora, no máximo, os tropos no núcleo dependam, para sua existência, da existência de tropos *do mesmo tipo* daqueles que se localizam agora na periferia, eles não dependem especificamente desses tropos. Assim, pelo menos algum espaço é aberto para contingência, uma vez que o regresso de Bradley seja evitado. Pois, como os tropos na periferia dependem especificamente para

⁶⁵ Keinänen e Hakkarainen, embora geralmente muito positivos em relação à maneira como Simons compreende a natureza do particular concreto, todavia, desenvolvem sua própria versão da teoria, principalmente para evitar o que eles veem como três principais fraquezas na concepção de Simons (cf. especialmente KEINÄNEN, 2011, p. 433): (i) permite que possa haver objetos exclusivamente constituídos pelo núcleo, mas não especifica quais tipos de tropos nucleares podem compor um objeto daquele tipo; (ii) que não descarta a possibilidade de dois ou mais tropos caindo sob o mesmo determinável, compondo o mesmo objeto ao mesmo tempo e; (iii) as relações de dependência que a teoria postula não restringem a localização espaço-temporal dos tropos de qualquer maneira, com a consequência que tropos não devem ser co-localizados com os objetos que eles compõem. Especialmente essa terceira dificuldade é um sério defeito de acordo com Keinänen e Hakkarainen.

sua existência dos tropos que compõem o núcleo, a existência deles é suficiente para assegurar a existência do todo ao qual pertencem. Isso é melhor, mas talvez não seja suficientemente bom. Pois, embora o mesmo objeto possa ter tido uma periferia um pouco diferente, a possibilidade que os tropos, que realmente compõem a periferia possam existir, e não estejam unidos a esse núcleo em particular é excluída sem nenhuma justificativa aparente (outra que não seja que isso ajuda seu proponente a solucionar o problema do regresso de Bradley) (cf. também GARCIA, 2014 para mais tipos de críticas a essa concepção).

De acordo com vários tipos distintos de teóricos de tropos, finalmente, devemos parar de nos preocupar com (a natureza e a dependência) dos tropos relacionados e, em vez disso, investigar a natureza (especial) da própria co-presença. Isso parece muito intuitivo. No final das contas, não é o objetivo de uma relação relacionar? Conforme uma sugestão nesse sentido (defendida em SIMONS, 2010; MAURIN, 2002, 2010 e 2011; e WIELAND e BETTI, 2008; cf. também MERTZ, 1996, ROBB, 2005 e GIBERMAN, 2014 para visões semelhantes), os tropos não relacionais possuem uma existência que é independente da existência de algum tropo específico (relacional ou não), mas tropos relacionais (incluindo a co-presença) dependem especificamente para sua existência dos próprios tropos que eles relacionam. Ou seja, se *c1* existe, ele deve relacionar os tropos que de fato ele relaciona, embora esses tropos possam muito bem existir e não serem co-presentes (pelo menos não uns com os outros). Portanto, não há nenhum regresso, e exceto por *c1*, os tropos envolvidos na constituição do particular concreto poderiam existir sem estar co-presentes uns com os outros. E isso, por sua vez, significa que nossas intuições modais são deixadas mais ou menos intactas⁶⁶.

⁶⁶ Uma versão diferente dessa resposta é dada por Lowe (2006). Segundo ele — quem defende uma concepção substrato-atributo de particulares concretos, e que aceita a existência de universais assim como a de tropos — a unidade *Fa* é realizada, não através de uma relação de co-presença, mas por um tropo não relacional que assimetricamente depende para sua existência tanto da existência do universal do qual ele é uma instância como da existência do substrato que o tropo caracteriza. A concepção de Lowe, discutiavelmente, enfrenta algumas dificuldades na medida em que alguns teóricos de tropos a consideram uma ontologia desnecessariamente inflada (embora o próprio Lowe argumentaria que todas as suas postulações são independentemente justificadas).

Segundo Mertz, além disso, ao ser capaz de realizar o trabalho unificador para o qual é introduzida, a co-presença não pode ser um universal. Se fosse, então, se um dos particulares concretos cujos constituintes ela combina deixasse de existir, então também cessariam de existir todos os outros particulares concretos unificados pela mesma relação (universal) de co-presença. Porém, como Mertz indica, “isso é absurdamente contrafactual!” (MERTZ, 1996, p. 190). Nem pode ser um estado de coisas. Pois, os estados de coisas são eles próprios complexos e, por conseguinte, não poderiam ser usados para solucionar o problema de Bradley⁶⁷. Parece, então, que co-presença, se compreendida de uma maneira que bloqueie o regresso, é um tropo. Ao considerar que o regresso de Bradley desafia *qualquer* explicação segundo a qual muitas coisas compõem uma coisa unificada (isto é, ao assumir que ele não apenas desafia o teórico de feixe de tropos), que há essa ameaça, por conseguinte, pode acabar sendo uma razão *a favor* da postulação de tropos (MAURIN, 2011).

Essa sugestão também possui seus críticos. Entre esses, encontra-se MacBride, que argumenta que: “...denominar um tropo de relacional é comprimir em sua essência a função de relacionar que, por suposição, ele desempenha, sem explicar o que o regresso de Bradley questiona, ou seja, a capacidade das relações de relacionar” (2011, p. 173). Em vez de solucionar o problema, em outras palavras, MacBride pensa que a sugestão “transfere nossa perplexidade original para aquela coisa [isto é, a relação de co-presença]”. Por isso, ele questiona “como a postulação da existência de um tropo relacional pode explicar algo acerca de sua capacidade de relacionar quando tem sido estipulado que é a própria essência de *R* que relaciona *a* e *b*. É como se a capacidade dos tropos relacionais de relacionar fosse explanada através da menção ao fato que eles possuem uma ‘virtude de relacionar’” (*ibid.*).

Ao assumir que consentimos que há *algo* que precisa ser explanado (isto é, assumir que como vários tropos podem — contingencialmente — compor um objeto precisa ser explicado), podemos ou rejeitar uma solução proposta por conta de preferirmos o que pensamos ser uma solução melhor, ou podemos rejeitá-la em virtude de ser *em si* ruim ou inaceitável (independentemente de se

⁶⁷ Outras soluções para o problema incluem a proposta radical de que o regresso é benigno *em virtude de* ser infinito (cf. ORILIA, 2009; ORILIA e SWOYER, 2017). Cf. também a concepção holística proposta por Schneider (2002, inspirada em BACON, 1995) e a concepção de que a co-presença é “relacionada a si mesma” formulada por Ehring (2011).

há quaisquer soluções alternativas disponíveis). MacBride parece recomendar que optemos pela última opção. Mais precisamente, o que MacBride propõe é que a solução falha pelo motivo de deixar inexplicado o “poder” especial de relacionar que é atribuído ao tropo de co-presença. Contudo, se é por causa disso que a sugestão falha, então ou isso ocorre porque *nenhuma* explicação é aceitável ao postular algo (“primitivamente”) que esteja apto a executar seja qual for a função que precisamos explicar, ou é porque, *neste caso particular*, uma explicação desse tipo não será capaz de fornecer uma explicação suficiente. Caso seja o primeiro caso, a objeção corre o risco de conduzir a uma geração excessiva de falhas explanatórias. Todos, em algum momento, terão que postular algumas coisas como fundamentais. E, a fim de que essas postulações fundamentais sejam capazes de contribuir de alguma forma para a teoria em questão, parece que devemos ser autorizados a afirmar algo sobre elas. Devemos, para usar a terminologia introduzida por Schaffer, equipar nossas postulações fundamentais com axiomas. Mas então, como Schaffer também indica (2016, p. 587): “é uma questão ruim — embora tenha seduzido excelentes filósofos desde Bradley até van Fraassen e Lewis — perguntar como uma postulação pode fazer o que seus axiomas expressam, pois, esse trabalho é simplesmente o objetivo do postulado. Fim da história”.

Por outro lado, se o problema estiver isolado ao caso em questão, devemos uma explanação do que torna esse caso tão especial. MacBride reclama que se a “tarefa explanatória” consiste em explicar a capacidade de co-presença de se relacionar não será suficiente caso seja informado de que a co-presença tem essa capacidade “por natureza”. Talvez ele esteja correto sobre isso. No entanto, então, a tarefa explanatória não seria discutivelmente essa, mas sim a tarefa de explicar a possível existência de objetos (contingentemente) concretos compostos de tropos. Se essa for a tarefa explicativa, não é claro o motivo pelo qual postular um tipo especial de tropo (relacional), que é “por natureza” apto a desempenhar sua função de relacionar, não serviria como uma explanação.

4. Aplicações dos Tropos

De acordo com os defensores dos tropos, alguém que aceita a existência dessas entidades terá os meios disponíveis para solucionar ou dissolver uma série de problemas sérios, não apenas em metafísica, mas na filosofia em geral. No que

segue, as aplicações de tropos mais comuns propostas na literatura são introduzidas de forma muito breve.

4.1 Tropos na Questão da Causalidade e da Persistência

Segundo a maioria dos teóricos de tropos, uma razão importante para pensar que tropos existem é o papel que desempenham na causalidade. No final das contas, não é o fogão inteiro que te queima, é a sua temperatura que causa dano. E não é qualquer temperatura, nem a temperatura em geral, que deixa uma marca vermelha. Essa marca é deixada pela *temperatura particular emitida por esse fogão agora*. Portanto, faz sentido dizer que a marca é deixada pelo tropo de temperatura do fogão, o que significa que tropos são candidatos muito bons para serem os componentes básicos do mundo que complementam as relações causais (WILLIAMS, 1953a; CAMPBELL, 1990; DENKEL, 1996; MOLNAR, 2003; HEIL, 2003; GARCIA-ENCINAS, 2009; EHRING, 2011).

Que tropos *possam* desempenhar uma função na causalidade dificilmente pode ser posto em dúvida. Contudo, essa função também pode fornecer ao defensor dos tropos uma razão para pensar que os tropos existem? De acordo com os críticos da teoria, isso não é possível. A função que os tropos (podem) desempenhar na causalidade não fornece ao proponente dos tropos nenhuma razão especial para preferir uma ontologia de tropos em vez de ontologias alternativas. Mais especificamente, isso não fornece nenhuma razão especial para preferir uma ontologia de tropos em vez de uma de estados de coisas ou eventos. Assim como os tropos, os estados de coisas e os eventos são particulares. Assim como os tropos, estados de coisas são localizados. E, assim como os tropos, eles são não repetíveis (embora pelo menos o estado de coisas contenha um item repetível — o universal — como um de seus constituintes). Todo argumento para pensar que os tropos são elementos básicos do mundo que complementam as relações causais é, portanto, também uma razão para pensar que essa função é desempenhada pelos estados de coisas e/ou eventos⁶⁸.

⁶⁸ Segundo alguns filósofos, eventos são tropos (BENNETT, 2002) ou sequências de tropos (MERTZ, 1996) ou mesmo tropos de ordem superior (MOLTMANN, 2013b). Se assim, o fato (se, com efeito, for um fato) que toda razão para postular tropos é também uma razão para postular eventos não é obviamente um problema para o teórico de tropos.

Ehring discorda. Para entender o motivo, ele nos pede para considerar o seguinte cenário simples: uma instância de propriedade em t_1 é causalmente responsável por uma instância *da mesma propriedade* em t_2 . Isso é um caso de causalidade que também é um caso de *persistência de propriedade*. Mas o que a persistência da propriedade abrange? Segundo Ehring, a persistência da propriedade não é somente um problema de algo não mudar suas propriedades. Pois, mesmo em casos em que nada muda discernivelmente, a propriedade instanciada em t_1 poderia, todavia, ter sido substituída por outra propriedade do mesmo tipo durante o período entre t_1 e t_2 . A fim de ser capaz de explicar ontologicamente o cenário, por conseguinte, primeiro precisamos de uma explicação da persistência da propriedade capaz de diferenciar a persistência “verdadeira” da propriedade de casos de “mudança não notável de propriedade” ou o que também pode ser denominado de persistência de *tipo* de propriedade. Contudo, Ehring reivindica que isso é algo que uma teoria de acordo com a qual instâncias de propriedades são estados de coisas não pode fazer (isso ele demonstra com a ajuda de vários experimentos mentais, os quais o espaço não me permite reproduzir aqui, mas cf. EHRING, 1997, p. 91). Portanto, a causalidade fornece motivos para pensar que tropos existem.

Ehring não é o único que considera a relação entre teorias da persistência e tropos como uma relação próxima. Segundo MacDaniel (2001) — que defende a teoria (TOPO) de acordo com a qual os objetos físicos comuns são fusões mereológicas de tropos monádicos e poliádicos — admitir sua versão da concepção de tropo pode ser usada para argumentar a favor de uma teoria particular da persistência: 3- dimensionalismo⁶⁹. E de acordo como Benovsky (2013), porque endurantismo (não presentista) é *incompatível* com a concepção

⁶⁹ Isso ocorre porque McDaniel pensa que sua versão da concepção de tropos resolve os problemas com o tridimensionalismo que Heller (1992) notoriamente indicou. E faz assim ao permitir que seja negado que, se tetradimensionalismo é falso, então, se existo após t , tenho todas as mesmas partes após t que eu tinha antes de t , exceto a partícula agora desanexada. Razão: havia tropos poliádicos que inerem nas várias partículas que eram minhas partes antes de t , incluindo as partículas naquele momento não separadas, que nelas não inerem após t (precisamente em virtude uma partícula desanexada). Depois de t , novos tropos poliádicos inerem nas partículas que são minhas partes depois de t , esses tropos poliádicos inerem nas partículas que são também partes de mim após t .

que propriedades são universais (imanes), o endurantista *deve* aceitar a teoria de tropos⁷⁰.

Segundo Garcia (2016), finalmente, que função os tropos podem desempenhar na causalidade dependerá da maneira como concebemos a natureza deles. Se tropos são o que ele denomina de “modificadores”, eles não possuem a característica que eles conferem, um fato que pareceria torná-los menos adequado como itens da relata causal. Não é assim se tropos são do tipo módulo (e assim possuem as características que eles conferem). Mas se tropos possuem as características que eles conferem, Garcia indica, nós podemos sempre perguntar, por exemplo: É o sofá ou é a massa-tropo em forma de sofá que causa o recorte no carpete? Garcia defende que temos motivos para pensar que ambos o fazem. O sofá causa o recorte por cortesia, mas o tropo de massa teria sido suficiente para causar o recorte mesmo se existisse sozinho, desvinculado do feixe dos outros tropos do sofá. Mas isso sugere que se tropos forem do tipo modular, terminamos com um mundo que está (questionavelmente) sistematicamente sobredeterminado de maneira causal. A função que os tropos possuem na causalidade, por conseguinte, pode ser mais problemático do que inicialmente parece (embora cf. GIBERMAN, 2022 para uma objeção ao argumento de Garcia).

4.2 Tropos e Questões na Filosofia da Mente

Suponha que Lisa se queime no fogão quente. Uma das transações causais que então se segue pode ser descrita dessa forma: Lisa retirou a mão dela do fogão *porque* ela sentiu dor. Essa é a descrição que parece selecionar “estar com dor” como uma propriedade *causalmente relevante*. Que “estar com dor” é uma

⁷⁰ Aqui está seu argumento (BENOVSKY, 2013): (1) uma objeção bem conhecida ao endurantismo é aquela das intrínsecas temporárias de Lewis (1986, p. 202–205); (2) se o endurantista responde a essa provocação por aceitar indexicalismo — a concepção que todas as propriedades são sempre indexadas ao tempo (cf. VAN INWAGEN, 1990) — então propriedades, *porque* elas são limitadas no espaço-tempo, devem ser tropos; (3) se o endurantista responde, em vez disso, ao aceitar adverbialismo — a concepção que propriedades são “possuídas” em uma maneira temporalmente modificada (cf. por exemplo, JOHNSTON, 1987 e HASLANGER, 1989) — então esse “possuir” (essas relações de exemplificação), novamente porque são limitadas ao espaço-tempo, devem ser tropos; (4) portanto: se o endurantismo for verdadeiro, as propriedades (e relações) devem ser tropos.

propriedade causalmente relevante harmoniza bem como nossas intuições. Contudo, afirmar isso conduz a um problema. A razão para isso é que propriedades mentais, como a de “estar com dor”, pode ser realizada através de sistemas fisicamente muito diferentes. Portanto, propriedades mentais não podem ser *identificadas* com propriedades físicas. Por outro lado, parecemos viver em um universo fisicamente fechado e causalmente não sobredeterminado. Mas isso significa que, ao contrário do que temos admitido até agora, Lisa não retirou a mão em virtude de sentir dor. Em geral, isso significa que as propriedades mentais não são causalmente relevantes, por mais que pareçam ser (*cf.* KIM, 1989 para uma formulação famosa desse problema).

Se propriedades são tropos, alguns teóricos de tropos propuseram que essa conclusão pode ser evitada (*cf.* ROBB, 1997; MARTIN e HEIL, 1999; HEIL e ROBB, 2003; para uma versão híbrida *cf.* NANAY, 2009; *cf.* também GOZZANO e ORILIA, 2008). Para entender isso, precisamos tornar não ambígua nossa noção de propriedade. Essa noção, argumenta-se, são realmente *duas* noções, a saber:

Propriedade1 = aquilo que se transmite a uma coisa individual sua natureza particular (propriedade como *token*), e

Propriedade2 = aquilo que torna coisas distintas iguais (propriedade como *tipo*)

Uma vez que “propriedade” não seja mais ambígua, podemos entender como propriedades mentais podem ser causalmente relevantes no final das contas. Por enquanto, se propriedades1 mentais são tropos, elas podem ser identificadas com propriedades1 físicas. Propriedades2 mentais podem ainda ser diferenciadas de propriedades2 físicas, pois propriedades consideradas como *tipos* são — em concordância com a concepção padrão — identificadas com a *semelhança das classes de tropos*. Quando Lisa retira a mão dela do fogão porque ela sente dor, conseqüentemente, ela retira a mão dela *em virtude de* algo que é parcialmente caracterizado por um tropo que é de tal maneira que pertence a uma classe de tropos mentalmente similares. Esse tropo é idêntico com um tropo físico — é igualmente mental e físico — porque *também* pertence a uma semelhança de (distinta) classe de tropos fisicamente similares. Por conseguinte, propriedades mentais podem ser causalmente relevantes apesar do fato que o mental é multiplamente realizável pelo físico, e apesar do fato que vivemos em um universo fisicamente fechado e não sobredeterminado.

Essa sugestão tem sido criticada. De acordo com Paul Noordhof (1998, p. 223) ela falha na medida em que não respeita a “protuberância na restrição do tapete”. Pois agora a questão que foi perguntada de maneira ambígua sobre propriedades pode ser perguntada de maneira não ambígua sobre tropos: é em virtude do ser mental ou é em virtude do ser físico que o tropo é causalmente relevante para o efeito (para uma resposta, cf. ROBB, 2001 e EHRING, 2003)? E Sophie Gibb (2004) reclamou que a natureza simples e primitiva do tropo o torna inadequado para ser elemento de duas classes tão radicalmente diferentes como a dos tropos semelhantes seja de maneira mental, seja de maneira física, respectivamente (para mais razões contra a sugestão, cf. MACDONALD e MACDONALD, 2006 e ZHANG, 2021).

4.3 Os Tropos e a Percepção

Outra importante razão para pensar que tropos existam, que tem sido proposta, é a função que eles desempenham na percepção. Isso que nós percebemos são as qualidades das coisas em vez das próprias coisas, primeiramente, parece plausível (para várias reivindicações nesse sentido, cf. WILLIAMS, 1953a, p. 16; CAMPBELL, 1997 [1981]: 130; SCHAFFER, 2001, p. 247; cf. também NANAY, 2012 e ALMÄNG, 2013). E que as qualidades que nós percebemos são tropos em vez de universais ou instanciações de universais (estados de coisas) é, de acordo com Lowe, uma questão que pode ser determinada com referência a nossa experiência (cf., por exemplo, SKRZYPULEC, 2021 para um argumento contrário). Lowe argumenta (1998, p. 205; cf. também, LOWE, 2008; MULLIGAN, 1999):

Quando eu vejo a folha *mudar* de cor — talvez tenha mudado para marrom pelo fogo — eu pareço ver algo *cessar de existir* na localização da folha, a saber, seu aspecto verde. Mas não poderia ser o *universal* ser verde. Mas poderia não ser o *universal* ser verde que cessa de existir, pelo menos enquanto outras coisas verdes continuarem a existir. Meu oponente deve afirmar que realmente o que eu vejo não é algo que cessa de existir, mas meramente o cessar da folha de instanciar o universal ser verde, ou esse universal cessa de estar “completamente presente”

somente aqui. Posso apenas afirmar que essa sugestão me parece bastante falsa com respeito à fenomenologia da percepção. Os objetos da percepção parecem, todos juntos, ser particulares — e, de fato, uma teoria causal da percepção (que eu mesmo defendo) pareceria requerer isso, uma vez que apenas os particulares parecem ser capazes de ocorrer em relações causais.

Uma concepção similar é apresentada por Mulligan *et al.* Eles argumentam (1984, p. 306):

Seja quem for que queira rejeitar momentos [isto é, tropos] deve naturalmente fornecer uma explicação daqueles casos nos quais parecemos ver e ouvi-los, casos reportados usando descrições definidas tais como “o sorriso que apenas apareceu no rosto de Rupert”. Isso significa que ele deve reivindicar que em tais circunstâncias não vemos apenas *coisas independentes per se*, mas também *coisas como caindo sob certos conceitos ou como exemplificando certos universais*. Em algumas explicações... é mesmo reivindicado que vemos o universal na coisa. Mas o amigo dos momentos entende que isso é contraintuitivo. Quando vemos o rosto de Rupert, vemos algo apenas espaço-temporal como o próprio Rupert, e não algo tão absurdo como uma entidade espaço-temporal que de alguma maneira contém um conceito ou um universal.

Essas são, reconhecidamente, razões não muito fortes para pensar que tropos e não estados de coisas são os objetos da percepção. Pois a concepção de que nossa percepção de um tropo é não apenas distinta, mas também fenomenologicamente distinguível de nossa percepção de um estado de coisas, parece fundada em pouco mais do que nas intuições introspectivas de seus defensores. Estados de coisas, assim como tropos, são particulares (*cf.* ARMSTRONG, 1997, p. 126 sobre a “vitória da particularidade”). E afirmar, como

Mulligan *et al.* defendem, que a própria ideia de algo espaço-temporal conter um universal é absurda claramente pressupõe a questão contra a concepção a que estão se opondo.

4.4 Os Tropos e a Semântica

Que a linguagem fornece para a teoria de tropos fortes razões para pensar que há tropos foi apontada por vários teóricos de tropos e foi argumentado de forma contundente especialmente por Friederike Moltmann (2003, 2007, 2009, 2013a e 2013b; *cf.* também MERTZ, 1996, p. 3–6). Considerando Mulligan *et al.* (1984) como seu ponto de partida, Moltmann argumenta que linguagem natural contém vários fenômenos cujo tratamento semântico é melhor analisado através de uma ontologia que inclua tropos.

Nominalizações, primeiramente, pode parecer indicar na direção oposta. Pois, na discussão clássica, a nominalização de predicados tais como *é sábio* em substantivos que sejam adequados para referir foi tomada como contando a favor do realismo universal. Uma sub-classe de nominalizações — como *a sabedoria de John* — pode, contudo, ser considerada como uma evidência em favor da existência de tropos. Esse é o um tipo de nominalização que, como Moltmann apresenta, “introduz ‘novos’ objetos, mas apenas parcialmente os caracteriza” (2007, p. 363). Que essas nominalizações se referem a tropos em vez de estados de coisas, ela argumenta, pode ser visto uma vez que consideremos o vasto domínio de modificadores adjetivais que elas permitem, modificadores apenas de tropos e não de estados de coisas podem funcionar como receptores (2009, p 62–63; *cf.* também 2003).

Demonstrativos simples, em seguida, especialmente como eles ocorrem nas assim chamadas sentenças identificacionais, fornecem outra razão para pensar que tropos existem (MOLTMANN, 2013a). Em combinação com a preposição *como* — como em “Turquesa é como isso” — eles se referem diretamente a tropos. Mas mesmo em casos em que eles não se referem a tropos, os tropos, todavia, contribuem para a semântica das sentenças nas quais eles ocorrem. Em particular, tropos contribuem para o significado de sentenças como “Essa é Maria” ou “Aquele é uma bela mulher”. Esses não são enunciados de identidade comuns. O que os faz destacar, Moltmann chama a atenção, é a neutralidade excepcional dos demonstrativos na posição de sujeito. Essas sentenças são mais bem compreendidas de tal maneira que os demonstrativos simples que ocorrem nelas não se referem a indivíduos (como Maria), mas em

vez disso a aspectos perceptuais (que Moltmann considera como tropos) na situação em discussão. Sentenças identificacionais, então, envolvem a identificação de um portador de um tropo *via* a denotação (se não referência) de um tropo (perceptual).

Comparativos — como “João é mais feliz do que Maria” — finalmente, estão de acordo com o ponto de vista predominante que eles se referem a objetos abstratos que formam um ordenamento total (os assim chamados graus). Segundo Moltmann, uma maneira melhor de entender esses tipos de sentenças é com referência a tropos. “João é mais feliz do que Maria” deve consequentemente ser compreendida como “A felicidade de João excede a felicidade de Maria”. Moltmann pensa que essa maneira de compreender comparativos é preferível a concepção padrão, porque tropos são mais fáceis de tratar do que “entidades abstratas, raramente explícitas, como graus ou conjuntos de graus” (MOLTMANN, 2009, p. 64).

Se nominalizações, demonstrativos simples e/ou comparativos são bem-sucedidos em fornecer ao teórico de tropos razões sólidas para pensar que tropos existem, entre outras coisas, depende se é o caso ou não que eles realmente conseguem diferenciar entre tropos e estados de coisas. Moltmann pensa que eles conseguem, mas isso depende da maneira como alguém compreende a natureza dos itens em jogo. Também dependerá se e como se concebe que os acontecimentos no nível linguístico podem nos informar algo sobre o que há no nível ontológico. De acordo com muitos teóricos dos tropos (*cf.* especialmente HEIL, 2003), devemos evitar argumentar a partir da maneira como conceitualizamos a realidade para retirar as conclusões sobre a natureza da própria realidade. Portanto, dependendo da perspectiva de cada um sobre a relação entre linguagem e mundo, a semântica pode acabar tendo pouco a dizer sobre a existência (ou não) dos tropos.

4.5 Tropos na Ciência

Discussões sobre qual uso pode ser feito dos tropos na ciência podem ser encontradas espalhadas na literatura. Exemplos incluem discussão de Rom Harré (2009) da função que os tropos desempenham (e da que não desempenham) na química, e a tentativa de Bence Nannay (2010) de usar tropos para melhorar o pensamento populacional de Ernst Mayr na Biologia. No entanto, a maior parte das discussões estão focadas na relação entre tropos e física (KUHLMANN *et al.*, 2002). Mais influente nesse aspecto é a teoria de

campos de tropos de Campbell (defendida em seu trabalho de 1990, capítulo 6; cf. também Von WACHTER, 2000) e a teoria nuclear dos tropos de Simons e o uso científico que ele tenta fazer dela (SIMONS, 1994; cf. também MORGANTI, 2009 e WAYNE, 2008).

Segundo Campbell, o mundo é constituído por um número limitado de tropos de campo que, de acordo com a nossa melhor ciência disponível, devem ser identificados com campos de gravitação, eletromagnetismo, e as forças nucleares forte e fraca (mais um campo espaço-temporal). De maneira padrão, essas forças são compreendidas como exercidas por corpos que não são eles próprios campos. Não é assim na concepção de Campbell. Em vez disso, matéria é considerada dispersa e presente em diferentes intensidades através de uma região sem limites definidos para sua localização. Quais partes do campo de massa escolhemos nos concentrar terá um certo grau de arbitrariedade. Uma zona na qual vários campos aumentam de forma acentuada sua intensidade será considerada provavelmente como uma única entidade ou partícula. Porém, dada a estrutura geral, indivíduos desse tipo devem ser compreendidos como “aparências bem fundadas” (CAMPBELL, 1990, p. 151).

As concepções de Campbell foram criticadas por, por exemplo, Christina Schneider (2006). Segundo ela, a ontologia de campos proposta por Campbell (e por Van Wachter) falha, porque a noção de campo com a qual eles parecem estar trabalhando não é matematicamente rigorosa⁷¹. E Mateo Morganti que, exatamente como Campbell, deseja identificar tropos com entidades descritas na física quântica, apontou vários problemas com as identificações realizadas por Campbell. Ele propõe em vez disso que aceitemos Simons ao identificar os constituintes básicos da realidade com as partículas fundamentais, compreendidas como feixes de tropos (MORGANTI, 2009). Se considerarmos as propriedades básicas descritas pelo modelo padrão como tropos fundamentais, então a constituição de partículas a partir de constituintes mais básicos pode ser facilmente reconstruída (possivelmente usando a estrutura teórica de feixes proposto por MORMANN, 1995, ou a estrutura algébrica sugerida por FUHRMANN, 1991).

⁷¹ Schneider concorda que enquadrar sua ontologia em termos de feixes (matemáticos) e seções transversais (ou seja, campos) é produtivo. O único problema, da perspectiva da teoria de tropos, é que a melhor maneira de alcançar tudo isso, enquanto se mantém matematicamente adequado, é em termos de uma ontologia que não inclui nada que possa ser, de forma óbvia, categorizado como tropos (2006, p. 11).

4.6 Os Tropos e os Problemas em Filosofia Moral

Relativamente pouco foi escrito até o momento sobre o tópico dos tropos em relação aos problemas na filosofia moral e teoria do valor. Duas coisas foram, no entanto, argumentadas. Primeiro, que tropos (e não, como normalmente é suposto, objetos ou pessoas ou estados de coisas) são os portadores do valor final. Segundo, que os não naturalistas em moral (que sustentam que fatos morais são fundamentalmente autônomos de fatos naturais) devem considerar propriedades como tropos a fim de serem capazes de explicar a superveniência do moral no natural.

Que tropos são os portadores do valor (final) é uma concepção sustentada por vários teóricos de tropos. Afirmar que aquilo que valoramos são as *propriedades particulares* das coisas e pessoas é *prima facie* intuitiva (WILLIAMS, 1953a, p. 16). E uma vez que particulares concretos — mas não tropos — são às vezes os sujeitos de valorações simultâneas embora conflitantes, tropos parecem *especialmente* adequados para o trabalho como portadores de valor (final) (CAMPBELL, 1997 [1981], p. 130–131). Contudo, que tropos são os *únicos* portadores do valor final foi questionado. Segundo Rabinowicz e Rønnow-Rasmussen (2003), isso ocorre porque diferentes atitudes-a-favor são adequadas a respeito de diferentes tipos de objetos com valor. No entanto, de acordo com Olson (2003), mesmo se for assim, isso não mostra que tropos não são os únicos portadores do valor final. Para essa conclusão apenas se segue que se assumirmos isso, para tudo que direcionamos nossa atitude avaliativa é indicativo de onde o valor está localizado. Porém, valor final deve ser compreendido estritamente como o valor que algo tem *por si mesmo*, o que significa que se, por exemplo, uma pessoa é valiosa em virtude de sua coragem, então ela não é valiosa por si mesma, mas é valiosa em vez disso por conta de suas propriedades (isto é, seus tropos). Mas isso significa que, embora a atitude avaliativa pode bem ser direcionada para uma pessoa ou um objeto, a pessoa ou o objeto é, todavia, valioso em virtude ou por causa dos tropos que o caracterizam.

Não-naturalistas, em seguida, são frequentemente acusados de não serem capazes de explicar o que parece ser uma dependência necessária dos fatos morais em relação aos fatos naturais. Normalmente, essa dependência é explicada em termos de superveniência, mas a fim de que uma explicação seja compatível com os princípios básicos do não-naturalismo moral foi argumentado que essa superveniência deve, por sua vez, ser explicada em termos puramente

não-naturalistas (para uma apresentação geral desse debate, *cf.* RIDGE, 2018). De acordo com Shafer-Landau (2003) (como interpretado por RIDGE, 2007), esse problema é resolvido se propriedades morais e físicas no sentido de tipos forem diferenciadas de propriedades morais e físicas no sentido de tokens ou tropos. Pois então podemos afirmar, em analogia com o que foi sugerido no debate sobre relevância causal das propriedades mentais, que embora (necessariamente) todo tropo moral seja constituído por alguma concatenação de tropos naturais, isso não implica que todo tipo moral é idêntico a um tipo natural. Essa sugestão é criticada por Ridge (2007).

Referências

- Ackrill, J. L., 1963, *Aristotle: Categories and De Interpretatione*, Oxford: Clarendon Press.
- Almäng, J., 2013, "The Causal Self-Referential Theory of Perception Revisited," *Dialectica*, 67(1): 29–53.
- Armstrong, D. M., 1978, *Nominalism & Realism—Universals & Scientific Realism*, vol. 1, Cambridge: Cambridge University Press.
- , 1989, *Universals*, Boulder: Westview Press.
- , 1997, *A World of States of Affairs*, Cambridge: Cambridge University Press.
- , 2004, *Truth and Truthmakers*, Cambridge: Cambridge University Press.
- , 2005, "Four Disputes About Properties," *Synthese*, 144(3): 309–320.
- , 2006, "Particulars Have their Properties of Necessity," in *Universals, Concepts and Qualities: New Essays on the Meaning of Predicates*, P. F. Strawson and A. Chakrabarti (eds.), Aldershot: Ashgate.
- Bacon, J., 1995, *Universals and Property Instances—The Alphabet of Being*, Oxford: Blackwell.
- , 2011, "Tropes," *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2011 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/win2011/entries/tropes/>>.
- Bennett, J., 2002, "What Events Are," in *The Blackwell Guide to Metaphysics*, R. M. Gale (ed.), Oxford: Blackwell, pp. 43–65.
- Benovsky, J. 2013, "New Reasons to Motivate Trope Theory: Endurantism and Perdurantism," *Acta Analytica*, 28(2): 223–227. Beyer, C., 2016, "Edmund Husserl," *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2016 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/husserl/>>.

- Bolzano, B., 1950 [1851], *Paradoxes of the Infinite*, D. A. Steele (ed.), London: Routledge and Kegan Paul and New Haven: Yale University Press.
- Bradley, F. H., 1930 [1893], *Appearance and Reality*, Oxford: Clarendon Press. 9th impression (with corrections), first published 1893.
- Brownstein, D., 1973, *Aspects of the Problem of Universals*, University of Kansas Publications, Humanistic Studies, 44. [Brownstein 1973 available online]
- Buckels, C., 2018, "Triangles, Tropes, and τὰ τοιαῦτα: A Platonic Trope Theory," *Plato Journal: The Journal of the International Plato Society*, 18: 9–24.
- Cameron, R., 2006, "Tropes, Necessary Connections, and Non-Transferability," *dialectica*, 60(2): 99–113.
- , 2008, "Turtles All the Way Down: Regress, Priority and Fundamentality," *The Philosophical Quarterly*, 58(230): 1–14.
- , 2022, *Chains of Being: Infinite Regress, Circularity, and Metaphysical Explanation*, Oxford: Oxford University Press.
- Campbell, K., 1997 [1981], "The Metaphysics of Abstract Particulars," in *Properties*, D. H. Mellor and A. Oliver (eds.) Oxford: Oxford University Press, pp. 125–139. First published 1981, *Midwest Studies In Philosophy*, 6: 477–488.
- , 1990, *Abstract Particulars*, Oxford: Basil Blackwell Ltd.
- Campbell, K., J. Franklin, and D. Ehring, 2015, "Donald Cary Williams," *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2015 Edition), Edward N. Zalta (ed.), [URL](https://plato.stanford.edu/archives/sum2015/entries/williams-dc/) = <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2015/entries/williams-dc/>>.
- Chrudzimski, A., 2002, "Two Concepts of Trope," *Grazer Philosophische Studien*, 64: 137–155.
- Cohen, S. M., 2013, "Accidental Beings in Aristotle's Ontology," in *Reason and Analysis in Ancient Greek Philosophy: Essays in Honor of David Keyt*, G. Anagnostopoulos and F. D. Miller (eds.), Dordrecht: Springer, pp. 231–242.
- Cook Wilson, J., 1926, *Statement and Inference*, vol. 2, A. S. L. Farquharson (ed.), Oxford: Clarendon Press.
- Correia, F., 2004, "Husserl on Foundation," *dialectica*, 58(3): 349–367.
- Daly, C., 1997, "Tropes," in *Properties*, D. H. Mellor and A. Oliver (eds.), Oxford: Oxford University Press, pp. 140–159.
- Dasgupta, S., 2009, "Individuals: An Essay in Revisionary Metaphysics," *Philosophical Studies*, 145(1): 35–67.
- Denkel, A., 1996, *Object and Property*, Cambridge: Cambridge University Press.

- Devitt, M., 1980, "‘Ostrich Nominalism’ or ‘Mirage Realism’?," *Pacific Philosophical Quarterly*, 61(4): 433–449.
- Ehring, D., 1997, *Causation & Persistence: A Theory of Causation*, Oxford: Oxford University Press.
- , 2003, "Part-Whole Physicalism and Mental Causation," *Synthese*, 136(3): 359–388.
- , 2011, *Tropes: Properties, Objects, and Mental Causation*, Oxford: Oxford University Press.
- Fisher, A. R. J., 2017, "Donald C. Williams’s Defence of Real Metaphysics," *British Journal for the History of Philosophy*, 25(2): 332–355.
- , 2018, "Instantiation in Trope Theory," *American Philosophical Quarterly*, 55(2):153–164.
- , 2020, "Abstracta and Abstraction in Trope Theory," *Philosophical Papers*, 49(1):41–67.
- French, S., 1988, "Quantum Physics and the Identity of Indiscernibles," *British Journal of the Philosophy of Science*, 39: 141–166.
- Fuhrmann, A., 1991, "Tropes and Laws," *Philosophical Studies*, 63(1): 57–82.
- Garcia, R. K., 2014, "Tropes and Dependency Profiles: Problems for the Nuclear Theory of Substance," *American Philosophical Quarterly*, 51(2): 162–176.
- , 2015a, "Is Trope Theory a Divided House?," in *The Problem of Universals in Contemporary Philosophy*, G. Galluzzo and M. J. Loux (eds.), Cambridge: Cambridge University Press, pp. 133–155.
- , 2015b, "Tropes as Divine Acts: The Nature of Creaturely Properties in a World Sustained by God," *European Journal for Philosophy of Religion*, 7(3): 105–130.
- , 2016, "Tropes as Character-Grounders," *Australasian Journal of Philosophy*, 94(3): 499–515.
- Garcia-Encinas, M. J., 2009, "Tropes for Causation," *Metaphysica*, 10(2): 157–174.
- Geach, P. T. and G. E. M. Anscombe, 1961, *Three Philosophers: Aristotle; Aquinas; Frege*, Oxford: Basil Blackwell Ltd.
- Gibb, S. C., 2004, "The Problem of Mental Causation and the Nature of Properties," *Australasian Journal of Philosophy*, 82(3): 464–476.
- Giberman, D., 2014, "Tropes in Space," *Philosophical Studies*, 167(2): 453–472.
- , 2022, "Ostrich Tropes," *Synthese*, 200(1): 1–25.
- Goodman, N., 1951, *The Structure of Appearance*, Cambridge MA: Harvard University Press.

- Gozzano, S. and F. Orilia (eds.), 2008, *Tropes, Universals and the Philosophy of Mind*, Heusenstamm: Ontos Verlag.
- Hakkarainen, J. and M. Keinänen, 2017, "The Ontological Form of Tropes: Refuting Douglas Ehring's Main Argument Against Standard Trope Nominalism," *Philosophia*, 45(2): 647–658.
- Harré, R., 2009, "Trope Theory and the Ontology of Chemistry," *Foundations of Chemistry*, 11(2): 93–103.
- Haslanger, S., 1989, "Endurance and Temporary Intrinsic," *Analysis*, 49(3): 119–125.
- Heil, J., 2003, *From an Ontological Point of View*, Oxford: Clarendon Press.
- , 2012, *The Universe as We Find It*, Oxford: Clarendon Press.
- Heil, J. and D. Robb, 2003, "Mental Properties," *American Philosophical Quarterly*, 40(3): 175–196.
- Heller, M., 1992, *The Ontology of Physical Objects: Four Dimensional Hunks of Matter*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Hochberg, H., 1988, "A Refutation of Moderate Realism," *Australasian Journal of Philosophy*, 66(2): 188–207.
- , 1999, *Complexes and Consciousness*, Stockholm: Thales.
- , 2001, "Individuation and Individual Properties: A Study of Metaphysical Futility," *The Modern Schoolman*, 79(2–3): 107–135.
- , 2004, "Relations, Properties, and Particulars," in *Relations and Predicates*, H. Hochberg and K. Mulligan (eds.), Ontos Verlag, pp. 17–53.
- , 2014, "The Facts of Tropes" in *Mind, Values and Metaphysics: Philosophical Essays in Honor of Kevin Mulligan*, A. Reboul (ed.) Geneva: Springer, pp. 117–140.
- Husserl, E., 2001 [1900/1913], *Logical Investigations*, D. Moran (ed.), J. N. Findlay (trans.), London & New York: Routledge. First published, in two volumes in German, in 1900 and 1901; second edition in 1913; English translation in 1970.
- Ingarden, R., 1964, *Time and Modes of Being*, H. R. Michejda (trans., from parts of *Der Streit*), Springfield, Illinois: Charles C. Thomas.
- Jonston, M., 1989, "Is there a Problem about Persistence?," *Proceedings of the Aristotelian Society*, 61: 107–135.
- Kampa, S. and S. Maxwell Wilkins, 2018, "Aristotle as a Non-Classical Trope Theorist," *History of Philosophy Quarterly*, 35(2): 117–136.

- Keinänen, M., 2011, "Tropes—The Basic Constituents of Powerful Particulars?" *dialectica*, 65(3): 419–450.
- , 2015, "A Trope Nominalist Theory of Natural Kinds," in *Nominalism about Properties*, G. Guigon and G. Rodriguez-Pereyra (eds.), Routledge, pp. 156–174.
- Keinänen, M. and J. Hakkarinen, 2014, "The Problem of Trope Individuation: A Reply to Lowe," *Erkenntnis*, 79(1): 65–79.
- Kim, J., 1989, "Mechanism, Purpose, and Explanatory Exclusion," *Philosophical Perspectives*, 3: 77–108.
- Kuhlmann, M., H. Lyre, and A. Wayne, 2002, *Ontological Aspects of Quantum Field Theory*, Singapore: World Scientific.
- Kumpa, S. and S. M. Wilkins, 2018, "Aristotle as a Non-Classical Trope Theorist," *History of Philosophy Quarterly*, 35(2): 117–136.
- Küng, G., 1967, *Ontology and the Logistic Analysis of Language*, Dordrecht: D. Riedel Publishing Company.
- LaBossiere, M. C., 1993, "Swapped tropes," *Pacific Philosophical Quarterly*, 74: 258–264.
- Levinson, J., 1980, "The Particularization of Attributes," *Australasian Journal of Philosophy*, 58(2): 102–115.
- , 2006, "Why There are No Tropes," *Philosophy*, 81: 563–579.
- Lewis, D., 1986, *On the Plurality of Worlds*, Oxford: Blackwell Publishers.
- Loux, M. J., 2015, "An Exercise in Constituent Ontology," in *The Problem of Universals in Contemporary Philosophy*, G. Galluzzo and M. J. Loux (eds.), Cambridge: Cambridge University Press, pp. 9–45.
- Lowe, E. J., 1998, *The Possibility of Metaphysics*, Oxford: Clarendon Press.
- , 2006, *The Four-Category Ontology: A Metaphysical Foundation for Natural Science*, Oxford: Oxford University Press.
- , 2008, "Tropes and Perception," in *Tropes, Universals, and the Philosophy of Mind—Essays at the Boundary of Ontology and Philosophical Psychology*, S. Gozzano, and F. Orilia (eds.), Heusenstamm: Ontos Verlag, pp. 175–192.
- MacBride, F., 2004, "Whence the Particular-Universal Distinction?" *Grazer Philosophische Studien*, 67: 181–194.
- , 2011, "Relations and Truthmaking II," *Proceedings of the Aristotelian Society*, 111(1): 161–179.
- Macdonald, C. and G. Macdonald, 2006, "The Metaphysics of Mental Causation," *The Journal of Philosophy*, 103(11): 539–576.
- Manley, D., 2002, "Properties and Resemblance Classes," *Noûs*, 36(1): 75–96.

- Martin, C. B., 1980, "Substance Substantiated," *Australasian Journal of Philosophy*, 58(1): 3–10.
- Martin C. B., and J. Heil, 1999, "The Ontological Turn," *Midwest Studies in Philosophy*, 23(1): 34–60.
- Maurin, A.-S., 2002, *If Tropes*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- , 2010, "Trope Theory and the Bradley Regress," *Synthese*, 175(3): 311–326.
- , 2011, "An Argument for the Existence of Tropes," *Erkenntnis*, 74(1): 69–79.
- , 2012, "Bradley's Regress," *Philosophy Compass*, 7(11): 794–807.
- , 2013, "Infinite Regress Arguments," in *Johanssonian Investigations*, C. Svennerlind, J. Almäng, and R. Ingthorsson (eds.), Heusenstamm: Ontos Verlag, pp. 421–438.
- , 2016, "Tropes: For and Against," in *Metaphysics and Scientific Realism: Essays in Honour of David Malet Armstrong*, Berlin: De Gruyter, pp. 85–103.
- , 2022, *Properties*, *Cambridge Elements in Metaphysics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- McDaniel, K., 2001, "Tropes and Ordinary Physical Objects," *Philosophical Studies*, 104(3): 269–290.
- , 2006, "Modal Realisms," *Philosophical Perspectives: Metaphysics*, 20: 47–54.
- Mertz, D. W., 1996, *Moderate Realism and Its Logic*, New Haven and London: Yale University Press.
- , 2001, "Individuation and Instance Ontology," *Australasian Journal of Philosophy*, 79(1): 45–61.
- , 2016, *On the Elements of Ontology: Attribute Instances and Structure*, Berlin: De Gruyter.
- Molnar, G., 2003, *Powers: A Study in Metaphysics*, S. Mumford (ed.), Oxford: Oxford University Press.
- Moltmann, F., 2003, "Nominalizing Quantifiers," *Journal of Philosophical Logic*, 32(5): 445–481.
- , 2007, "Events, Tropes, and Truthmaking," *Philosophical Studies*, 134(3): 363–403.
- , 2009, "Degree Structure as Trope Structure: A Trope-Based Analysis of Positive and Comparative Adjectives," *Linguistics and Philosophy*, 32(1): 51–94.
- , 2013a, "Tropes, Bare Demonstratives, and Apparent Statements of Identity," *Noûs*, 47(2): 346–370.

- , 2013b, *Abstract Objects and the Semantics of Natural Language*, Oxford: Oxford University Press.
- Moreland, J. P., 1985, *Universals, Qualities, and Quality Instances: A Defense of Realism*, Lanham: University Press of America.
- , 1989, "Keith Campbell and the Trope View of Predication," *Australasian Journal of Philosophy*, 67(4): 379–393.
- , 1997, "A Critique of Campbell's Refurbished Nominalism," *The Southern Journal of Philosophy*, 35: 225–246.
- , 2001, *Universals*, Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press.
- Morganti, M., 2009, "Tropes and Physics," *Grazer Philosophische Studien*, 78: 185–205.
- Mormann, T., 1995, "Trope Sheaves: A Topological Ontology of Tropes," *Logic and Logical Philosophy*, 3: 129–150.
- Mulligan, K., 1999, "Perception, Particulars and Predicates," in *Consciousness and Intentionality: Models and Modalities of Attribution*, D. Fisette (ed.), Dordrecht: Kluwer, pp. 163–194.
- , 2006, "Facts, Formal Objects, and Ontology," in *Modes of Existence, Papers in Ontology and Philosophical Logic*, A. Bottani and R. Davies (eds.), Frankfurt: Ontos Verlag, pp. 31–46.
- Mulligan, K., P. Simons, and B. Smith, 1984, "Truth-Makers," *Philosophy and Phenomenological Research*, 44: 287–321.
- Nanay, B., 2009, "The Properties of Singular Causation," *The Monist*, 92(1): 112–132.
- , 2010, "Population Thinking as Trope Nominalism," *Synthese*, 177: 91–109.
- , 2012, "Perceiving Tropes," *Erkenntnis*, 77(1): 1–14.
- Noordhof, P., 1998, "Do Tropes Resolve the Problem of Mental Causation?" *Philosophical Quarterly*, 48(191): 221–226.
- Olson, J., 2003, "Revisiting the Tropic of Value," *Philosophy and Phenomenological Research*, 67: 412–422.
- Orilia, F., 2009, "Bradley's Regress and Ungrounded Dependence Chains: A Reply to Cameron," *dialectica*, 3(3): 333–41.
- Orilia, F. and Swoyer, C., 2017, "Properties," *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2017 ed.), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/win2017/entries/properties/>>.
- Owen, G. E. L., 1965, "Inherence," *Phronesis*, 10: 97–105.
- Panaccio, C., 2015, "Ockham's Ontology," in *Nominalism about Properties*, G. Guigon and G. Rodriguez-Pereyra (eds.), New York: Routledge, pp. 63–78.

- Paul, L. A., 2002, "Logical Parts," *Noûs*, 36(4): 578–596.
- , 2017, "A One Category Ontology," in *Freedom, Metaphysics, & Method: Themes from van Inwagen*, J. A. Keller (ed.), Oxford: Oxford University Press, pp. 32–61.
- Quine, W. V., 1948, "On What There Is," *The Review of Metaphysics*, 2(5): 21–38.
- Rabinowicz, W. and T. Rønnow-Rasmussen, 2003, "Tropic of Value," *Philosophy and Phenomenological Research*, 66(2): 389–403.
- Ridge, M., 2007, "Anti-Reductionism and Supervenience," *Journal of Moral Philosophy*, 4(3): 330–348.
- , 2018, "Moral Non-Naturalism," *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/moral-non-naturalism/>>.
- Robb, D., 1997, "The Properties of Mental Causation," *The Philosophical Quarterly*, 47(187): 178–194.
- , 2001, "Reply to Noordhof on Mental Causation," *The Philosophical Quarterly*, 51(202): 90–94.
- , 2005, "Qualitative Unity and the Bundle Theory," *The Monist*, 88(4): 466–92.
- Rodriguez-Pereyra, G., 2000, "What is the Problem of Universals?" *Mind*, 109(434): 255–273.
- Russell, B., 1997 [1912], "The World of Universals," in *Properties*, D. H. Mellor and A. Oliver (eds.), Oxford: Oxford University Press, pp. 45–56. First published 1912 in *Problems of Philosophy*, chapter 9.
- Schaffer, J., 2001, "The Individuation of Tropes," *Australasian Journal of Philosophy*, 79(2): 247–259.
- , 2003, "The Problem of Free Mass: Must Properties Cluster?" *Philosophy and Phenomenological Research*, 66(1): 125–38.
- , 2004, "Two Conceptions of Sparse Properties," *Pacific Philosophical Quarterly*, 85(1): 92–102.
- , 2016, "It is the Business of Laws to Govern," *dialectica*, 70(4): 577–588.
- Schneider, C., 2002, "Relational Tropes: A Holistic Definition," *Metaphysica*, 2: 97–112.
- , 2006, "Towards a Field Ontology," *dialectica*, 60(1): 5–27.
- Schnieder, B., 2004, "A Note on Bearer-Uniqueness and Particularized Qualities," *Ratio*, 17: 218–228.
- Segeberg, I., 1999 [1945, 1947, 1953], *Three Essays in Phenomenology and Ontology*, H. Hochberg and S. Ringström Hochberg (trans.), Stockholm: Thales. The three essays were originally published in Swedish as: 1945,

- “Zenons paradoxer: En fenomenologisk studie,” Stockholm: Natur och Kultur; 1947, “Begreppet egenskap: Några synpunkter,” Stockholm: Svenska Tryckeriaktiebolaget; and 1953, “Studier över medvetandet of jagidén,” Stockholm: Svenska Tryckeriaktiebolaget.
- Shafer-Landau, R., 2003, *Moral Realism—A Defence*, Oxford: Oxford University Press.
- Simons, P., 1994, “Particulars in Particular Clothing: Three Trope Theories of Substance,” *Philosophy and Phenomenological Research*, 54(3): 553–575.
- , 1998, “Farewell to Substance: A Differentiated Leave-Taking,” *Ratio*, 11(3): 235–252.
- , 2010, “Relations and Truthmaking,” *Proceedings of the Aristotelian Society*, supp. vol., 94: 199–213.
- , 2016, “Armstrong and Tropes,” in *Metaphysics and Scientific Realism: Essays in Honour of David Malet Armstrong*, Berlin: De Gruyter, pp. 71–3.
- Skrzypulec, B., 2021, “Tropes, Universals, and Visual Phenomenology,” *Theoria*, 87(2): 435–456.
- Smith, B., 1981, “Logic, Form and Matter,” *Proceedings of the Aristotelian Society*, supp. vol. 55: 47–74.
- Smith, B. and K. Mulligan, 1983, “Framework for Formal Ontology,” *Topoi*, 2(1): 73–85.
- Stout, G. F., 1921, “The Nature of Universals and Propositions,” *Proceedings of the British Academy*, 10: 157–172.
- , 1923, “Are the Characteristics of Particular Things Universal or Particular?” *Proceedings of the Aristotelian Society*, supp. vol. 3: 114–122.
- , 1952, *God and Nature*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Strawson, P. F., 1959, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics*, New York: Routledge.
- Ujvári, M., 2013, *The Trope Bundle Theory of Substance: Change, Individuation and Individual Essence*, Frankfurt: Ontos.
- Vallicella, W. F., 2002, *A Paradigm Theory of Existence—Onto-Theology Vindicated*, Dordrecht: Kluwer.
- , 2005, “Relations, Monism, and the Vindication of Bradley’s Regress,” *dialectica*, 56(1): 3–35.
- Van Inwagen, P., 1990, *Material Beings*, Ithaca and London: Cornell University Press. —, 2017, “Afterword,” in *Being, Freedom, and Method*, J. A. Keller (ed.), Oxford: Oxford University Press, esp. pp. 348–352.

- Von Wachter, D., 2000, "A World of Fields," in *Things, Facts, and Events*, J. Faye, U. Scheffler, and M. Urschs (eds.), Amsterdam: Rodopi, pp. 305–325.
- Wayne, A., 2008, "A Trope-Bundle Ontology for Field Theory," in *The Ontology of Spacetime II*, D. Dieks (ed.), Amsterdam: Elsevier, pp. 1–15.
- Wieland, J. W. and A. Betti, 2008, "Relata-Specific Relations: A Response to Vallicella," *dialectica*, 62(4): 509–524.
- Williams, D. C., 1953a, "On the Elements of Being I," *Review of Metaphysics*, 7(1): 3–18.
- , "On the Elements of Being II," *Review of Metaphysics*, 7(2): 171–192.
- , 1963, "Necessary Facts," *The Review of Metaphysics*, 16(4): 601–625.
- , 1986 [1959], "Universals and Existents," *Australasian Journal of Philosophy*, 64(1): 1–14.
- , 2018, *The Elements and Patterns of Being*, A. Fisher (ed.), Oxford: Oxford University Press.
- Wolterstorff, N., 1970, *On Universals*, Chicago: Chicago University Press.
- Zhang, W., 2022, "Trope Mental Causation: Still Not Qua Mental," *Ergo*, 8(53): 815–832.

Propriedades⁷²

Autores: Francesco Orilia e Michele Paolini Paoletti

Tradutor: Renato Mendes Rocha (UFS)

Revisor: Pedro Merluzzi (PUC-Rio)

Propriedades (também designadas por “atributos”, “qualidades”, “aspecto”, “características”, “tipos”) são as entidades que podem ser predicadas de coisas ou, em outras palavras, atribuídas a elas. Além disso, propriedades são entidades que as coisas carregam, possuem ou exemplificam. Por exemplo, se dizemos que aquela coisa ali é uma maçã e é vermelha, estamos, presumivelmente, atribuindo-lhe as propriedades *vermelho* e *maçã*, e, se a atribuição é verdadeira, a coisa em questão exemplifica esta propriedade. Assim, propriedades podem ser caracterizadas tanto como *predicáveis* como *exemplificáveis*. Relações, por exemplo, *amar* e *estar entre*, também podem ser vistas como predicáveis e exemplificáveis. De maneira mais 4352 desde pelo menos a segunda metade do século passado. As recentes coletâneas de Galluzzo & Loux (2015) e Marmodoro & Yates (no prelo) testemunham bem esta tendência. Este verbete focará principalmente no que tem sido feito neste campo nas últimas décadas (retomando a partir do ponto deixado pela revisão de literatura de Loux (1972).

⁷² Tradução do verbete ‘Properties’ de Francesco Orilia e Michele Paolini Paoletti publicado pela *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Edição do Verão de 2020), edição de Edward N. Zalta, URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2020/entries/properties/>>. Publicado com a autorização do editor Prof. Dr. Edward Zalta.

The following is the translation of the entry on Properties by Francesco Orilia e Michele Paolini Paoletti, in the Stanford Encyclopedia of Philosophy. The translation follows the version of the entry in the SEP’s archives at <https://plato.stanford.edu/archives/sum2020/entries/properties/>. This translated version may differ from the current version of the entry, which may have been updated since the time of this translation. The current version is located at a <https://plato.stanford.edu/entries/properties/>. We’d like to thank the Editors of the Stanford Encyclopedia of Philosophy, mainly Prof. Dr. Edward Zalta, for granting permission to translate and to publish this entry.

Filósofos que argumentam que as propriedades existem quase sempre o fazem porque pensam que as propriedades são necessárias para resolver certos problemas filosóficos, e suas opiniões sobre a *natureza* das propriedades são fortemente influenciadas pelos problemas que eles pensam que as propriedades são necessárias para resolver. Assim, uma boa parte da discussão aqui será dedicada às tarefas pelas quais as propriedades foram introduzidas para desempenhar e as maneiras em que essas tarefas influenciam as abordagens a respeito da natureza das propriedades.

Na seção §1 introduzimos algumas distinções e terminologias que serão úteis na discussão subsequente. Na seção §2, abordamos o tema central da questão do que é para as propriedades serem exemplificadas. A seção §3 contém uma discussão sobre as tentativas tradicionais de usar propriedades para explicar fenômenos em metafísica, epistemologia e filosofia da linguagem. A seção §4 centra-se nas três áreas onde os filósofos contemporâneos têm oferecido as mais detalhadas abordagens baseadas em propriedades: filosofia da matemática, a semântica das linguagens naturais, e tópicos em uma área mais nebulosa que pode ser chamada de *ontologia naturalista*. Passamos então às questões sobre a natureza das propriedades, incluindo suas condições de existência (§5), suas condições de identidade (§6), e os vários tipos de propriedades que podem existir (§7). A seção §8 apresenta uma discussão introdutória e informal das teorias formais de propriedades.

1. Distinções e terminologia

1.1. Propriedades: Ideias Básicas

Nem todos os filósofos admitem propriedades em seu inventário ontológico, e mesmo quem concorda que propriedades existem amiúde discorda sobre *quais* propriedades existem. Isto significa que é difícil encontrar exemplos totalmente incontroversos de propriedades. Por exemplo, alguém pode afirmar que a *maçã* é uma categoria natural e que as categorias naturais não são propriedades (Summerford 2003).

No entanto, uma vez que as propriedades são admitidas se diz que elas, por um lado, *caracterizam* objetos ou, por outro lado, que os objetos as *instanciam* ou as *exemplificam* (como veremos em mais detalhes em §2). Para

ilustrar, se *maçã* é reconhecida como uma propriedade, ela é uma propriedade que caracteriza todas as maçãs.

Uma questão fundamental sobre propriedades – perdendo apenas em importância apenas a questão de saber se elas existem — é se elas são universais ou particulares. Dizer que as propriedades são universais é dizer que a mesma propriedade pode ser instanciada por coisas numericamente distintas, pelo menos em casos típicos. (Exceções são propriedades não exemplificáveis, por exemplo, *ser redondo e quadrado*, e propriedades que só podem ser exemplificadas por um único indivíduo, por exemplo, *ser idêntico a Sócrates*.) Nesta perspectiva, é possível que duas diferentes maçãs exemplifiquem exatamente uma mesma cor, um único universal.

Parece então que uma propriedade universal pode estar em dois lugares completamente diferentes (isto é, em duas instâncias diferentes) ao mesmo tempo, enquanto que as coisas ordinárias nunca podem ser separadas de si mesmas desta forma. Existem indivíduos dispersos (como o antigo Império Britânico), mas eles possuem diferentes partes espaciais em diferentes lugares. As propriedades, pelo contrário, não parecem ter partes espaciais; na verdade, dizem-se por vezes que estão totalmente presentes em cada uma das suas instâncias. Mas como poderia uma única coisa estar totalmente presente em locais amplamente separados? (Platão, *Filebo*, 15b-c e *Parmênides*, 13b.)

Existem duas linhas típicas de resposta para esse ponto (ambas as quais nos comprometem a pontos de vista bem definidos a respeito da natureza das propriedades). Uma resposta é que as propriedades não estão localizadas em suas instâncias (ou em qualquer outro lugar), desta forma, elas nunca estão localizadas em dois lugares ao mesmo tempo. A outra resposta diz que esta objeção avalia injustamente as propriedades adotando padrões que seriam mais adequados para indivíduos. Propriedades são um tipo de entidade muito diferente e *elas podem* existir, em mais de um lugar ao mesmo tempo, sem precisar de partes espaciais para isso (veja Johansson 2013 para uma discussão recente sobre este assunto, com especial ênfase nos problemas especiais colocados pelas relações.)

Apesar dessas respostas, este enigma preocupou tanto alguns filósofos que eles optaram por uma visão alternativa, segundo a qual as propriedades seriam indivíduos ou particulares da mesma forma que as coisas concretas, como maçãs e mesas. Não importa o quão semelhante sejam as cores de duas maçãs, estas cores ainda são propriedades numericamente distintas, a vermelhidão da primeira maçã e a vermelhidão da segunda. Tais propriedades

individualizadas são conhecidas como “particulares perfeitos”, “particulares abstratos”, “instâncias de qualidade”, “momentos”, “modos” e “tropos”. Tropos possuem vantagens e desvantagens, mas como eles são o tema de outro verbete, aqui vamos interpretar propriedades como universais e nos limitar a alguns comentários esclarecedores sobre tropos em §1.1.2. Assim, pressupomos uma distinção fundamental entre universais e particulares. Isto é geralmente aceito pelos defensores dos universais, mas não é incontroverso (MacBride 2005).

1.1.1. Predicação vs. Exemplificação

Anteriormente falamos de uma maneira que pode dar a impressão de que a predicação é uma atividade que *nós* realizamos, por exemplo, quando dizemos ou pensamos que uma determinada maçã é vermelha. Embora alguns filósofos pensem desta forma, a predicação é normalmente vista como uma ligação especial que conecta uma propriedade a uma coisa de uma forma que dá origem a uma proposição, entendida como um complexo que tem a propriedade e a coisa como constituintes, com funções diferentes: esta última como *sujeito lógico* ou *argumento*, e o primeiro como atribuído a tal argumento. Uma proposição também é tipicamente vista como uma entidade independente da mente que existe quer pensemos nela ou não e que pode ser verdadeira ou falsa (Carmichael 2010 argumenta pela existência de Universais, a partir desta concepção de proposições.) Se uma proposição é verdadeira (a predicação é verídica), o argumento *instância* (*exemplifica*) a propriedade e é chamado de uma *instância* dessa propriedade. Por exemplo, se existe uma maçã vermelha, a proposição em que a maçã ocorre como sujeito lógico e a propriedade *vermelho* atribuída a ela é verídica; a maçã, portanto, exemplifica e é uma instância desta propriedade. Hoje em dia, muitas vezes assume-se que, quando um objeto exemplifica uma propriedade, existe uma outra entidade, um complexo, um *estado de coisas* ou um *fato* (Armstrong, 1997), que tem a propriedade (ou, talvez, alguma contraparte dela no mundo natural; ver §5.4) e o objeto como constituintes (embora nem todos concordem com esta concepção composicional; por exemplo, ver Bynoe 2011, por uma voz dissidente). Estados de coisas são tipicamente considerados para desempenhar os papéis teóricos dos veridadores (as entidades que tornam verdadeiras as proposições verdadeiras) e os relata causais (as entidades conectadas por relações causais). No entanto, nem todos

os filósofos distinguem entre proposições e estados de coisas; Russell (1903) reconhece apenas proposições e, mais recentemente, Gaskin (2008).

As propriedades também são frequentemente caracterizadas como *exemplificáveis*. Mas esta terminologia deve ser tratada com cuidado, por causa da questão controversa da existência de propriedades que não podem ser instanciadas, por exemplo, *ser redondo e quadrado*. Outras questões controversas são se as propriedades podem existir sem ser exemplificadas e, se algumas propriedades podem ser exemplificadas por outras propriedades (talvez, no sentido de que *vermelhidão* exemplifica a propriedade *ser uma cor*). Entretanto, há um consenso quase universal sobre a ideia de que apenas propriedades podem ser predicadas e exemplificadas. Por exemplo, objetos comuns como maçãs e cadeiras não podem ser predicados e não são exemplificados por nada.

Vamos manter aqui a perspectiva tipicamente assumida de que há apenas um tipo de predicação. No entanto, deve-se notar que, de acordo com alguns filósofos que ressuscitaram a abordagem de Meinong acerca dos *objetos inexistentes*, há dois modos de predicação caracterizados como 'externa' e 'interna' (Castañeda, 1972; Rapaport 1978; Zalta 1983). Zalta (1983) remonta a distinção para Mally e usa "exemplificação" para caracterizar o primeiro e "codificação" para caracterizar o último. Grosso modo, a ideia é que um objeto Meinongiano como o *cavalo alado* é, na terminologia de Zalta, um objeto *abstrato* que *codifica* as propriedades *aladas* e *cavalo*, mas não os exemplifica; tais propriedades só podem ser exemplificadas por objetos concretos como pássaros e cavalos do reino espaço temporal. De todo modo, estes objetos concretos não codificam propriedades, eles só podem exemplificá-los. Ao contrário, objetos abstratos podem exemplificar algumas propriedades, por exemplo, *abstratos* ou *pensado por alguém*. Outros Meinongianos mantiveram a predicação unívoca e invocaram uma distinção entre dois tipos de propriedades: "nuclear", como o *vermelho* e *redondo* e "extra nuclear", como *existente* e *pensado por alguém* (Parsons 1980).

1.1.2. Universais vs. Tropos

De acordo com alguns filósofos, universais e tropos podem coexistir em uma estrutura ontológica (ver, por exemplo, Lowe 2006 para um sistema geral bem conhecido deste tipo, e Orílía 2006a, para uma proposta baseada em dados empíricos da mecânica quântica). No entanto, hoje em dia eles normalmente são

vistos como alternativas, com o típico defensor de universais (“universalista”) procurando seguir sem tropos e o típico defensor de tropos (“tropista”) procurando se livrar dos universais (ver, por exemplo, Armstrong, 1997 e Maurin 2002; Benovsky de 2014 é uma tentativa recente de mostrar que decidir entre estas duas estruturas talvez possa ser uma questão difícil e insuperável). Para esclarecer melhor as diferenças, podemos tirar proveito da noção de estado de coisas que acabamos de introduzir. Digamos ainda que ambos os lados concordam que há duas maçãs vermelhas, *A* e *B*. Um desacordo rapidamente surgirá. Enquanto o universalista acrescentará que (a) existem dois estados de coisas distintos, que *A* é *vermelha* e que *B* é *vermelha*, (b) que o primeiro possui *A* e o universal *vermelho* como constituintes, e (c) que o último também possui o universal *vermelho* como constituintes (e difere do anterior apenas por ter *B*, em vez de *A* como constituinte). O tropista responderá que tais estados de coisas e universais não existem e, em vez disso, insistirá que existem entidades como a vermelhidão de *A* e a vermelhidão de *B*, ou seja, dois tropos distintos. Tropos são entendidos como entidades *simples*, mas a pequena mudança que acabamos de imaginar sugere que eles são destinados a desempenhar um papel teórico análogo ao que o universalista invocaria para entidades complexas, ou seja, estados de coisas. Assim, os tropistas tipicamente afirmam que tropos podem ser relatas causais (Williams 1953) e veridadores (Mulligan, Simons e Smith 1984).

Apesar de sua simplicidade, os tropos podem desempenhar o papel de estados de coisas, mas isso depende do fato dos universais combinarem dois papéis teóricos, e apenas um desses papéis é desempenhado pelos tropos. Por um lado, os universais são *caracterizadores*, na medida em que caracterizam objetos concretos. Por outro lado, eles também são *unificadores*, na medida em que diferentes objetos concretos, podem ser caracterizadas pelo mesmo universal, que é, de alguma forma, compartilhado por todos; quando este é o caso, há, de acordo com a universalista, uma similaridade objetiva entre os diferentes objetos (ver §3.1). De modo contrastante, tropos são apenas caracterizadores, pois eles não podem ser compartilhados por objetos concretos distintos. Dada a sua dependência de um objeto específico, digamos, a maçã *A*, um tropo pode fazer o trabalho do estado de coisas em que *A* seja um constituinte. Mas para os tropos desempenharem este papel, o tropista terá um preço a pagar, que é introduzir um mecanismo teórico adicional para explicar semelhanças objetivas entre objetos concretos. Para este fim, ele normalmente vai recorrer à ideia de que existem semelhanças objetivas entre os tropos, que

podem então ser agrupados em classes de semelhança. Essas classes de semelhança desempenham o papel de unificadores para o tropista. Assim, do ponto de vista do tropista, "propriedade" é ambígua, uma vez que pode representar os caracterizadores (tropos) ou para os unificadores (classes de semelhança) (na terminologia do §6.4 do verbete sobre a *causação mental*). Da mesma forma, "exemplificação" e palavras relacionadas podem ser consideradas ambíguas, na medida em que podem ser usadas para indicar que um objeto exemplifica um determinado tropo ou para indicar que o objeto está relacionado a uma determinada classe de semelhança em virtude de exemplificar um tropo nessa classe.

O desacordo entre o universalista e o tropista opera em um nível ontológico muito básico. Pode-se perguntar, no entanto, se as divergências nesta camada fundamental afetam questões filosóficas mais específicas e, de fato, foi alegado que este é o caso na filosofia da mente, em particular no que diz respeito à *causação mental* e a defesa do fisicalismo reduutivo (Robb, 1997; §6.4 da entrada na *causação mental*; Gozzano & Orilia 2008).

1.1.3. Propriedades e Relações

As propriedades são geralmente distinguidas das relações. Por exemplo, uma tonalidade específica de vermelho ou uma massa de 3 kg é uma propriedade, enquanto *ser menor que* ou *estar entre* são tipicamente consideradas relações. As relações são, normalmente, utilizadas para ter um "grau" ("adicidade", "aridade"), que depende do número de objetos que podem se relacionar, ou, para colocar de outra forma, sendo um pouco metafórico, depende do número de "lugares" que as acompanham. Então, elas são chamadas de "diádicas" ("dois-lugares"), "triádicas" ("três-lugares"), e assim por diante, dependendo de seu grau. Por exemplo, *ser menor que* e *estar entre* são geralmente vistos como diádicas (de grau 2) e triádicas (de grau 3), respectivamente. De acordo com esta classificação, as propriedades podem ser chamadas de "monádicas" (de grau 1). (Ver Van Inwagen 2015 para um exemplo recente desta forma de ver as coisas). Esta terminologia também é aplicada a predicados. Por exemplo, os predicados "vermelho" e "menor que" são monádicos e diádicos, respectivamente.

As relações também podem ser consideradas entidades predicáveis e exemplificáveis, embora, pelo menos em casos típicos, sejam simultaneamente atribuídas a uma pluralidade de objetos e não a objetos únicos. Pode-se dizer

que estes objetos instanciam *conjuntamente* a relação em questão, se a atribuição é verdadeira (neste caso, pode-se acrescentar, os objetos, i.e., a relação, e a *relação* são constituintes de um estado de coisas). Assim, exceto quando observado de outra forma ou quando o contexto indica o contrário, utilizaremos "propriedade" como um termo genérico para cobrir tanto propriedades monádicas (um lugar, não-relacionais) e relações (poliádicas, multi-lugar) (isto é, propriedades de grau superior a um). No entanto, deve-se notar que dificilmente se pode dizer que as relações *simplesmente* instanciam conjuntamente certos objetos; parece também necessário especificar como a instanciação ocorre. Em particular, isto vem à tona com as relações não-simétricas, como *o amor*. Por exemplo, se João ama Maria, então *o amor* é instanciado em conjunto por João e Maria de uma certa forma, enquanto que se é Maria que ama João, então *o amor* é instanciado por João e Maria de outra forma. Assim, muitas vezes se ouve que as relações são exemplificadas por seus relacionados em uma determinada ordem, ou mesmo que as relações são exemplificadas por conjuntos ordenados de itens. A forma como esta *ordem relacional* deve ser entendida é uma questão complexa, que tem sido discutida cada vez mais nos últimos anos; ver §7.4.

1.1.4. Propriedades vs. Conjuntos

As propriedades são frequentemente comparadas a conjuntos e às vezes até equiparadas. Assim como propriedades podem ter instâncias, conjuntos podem ter membros, e tipicamente se assume que, dada uma propriedade, há um conjunto correspondente, chamado de *extensão* da propriedade, que tem como membros exatamente as coisas que exemplificam a propriedade. Mas é importante notar uma diferença fundamental entre os dois. Os conjuntos têm condições de identidade claras: são idênticos quando têm exatamente os mesmos membros. De forma oposta, as condições de identidade das propriedades são uma questão em disputa. Todos os que acreditam que propriedades existem, no entanto, concordam que propriedades numericamente distintas *podem* ter exatamente as mesmas instâncias sem serem idênticas. Mesmo que se verifique que exatamente as mesmas coisas exemplificam um dado tom de verde e a circularidade, estas duas propriedades ainda são distintas. Por estas razões, conjuntos são chamados *extensionais* e propriedades são muitas vezes consideradas entidades *intensionais*. Precisamente por causa de sua natureza intensional as propriedades foram descartadas por Quine (1956)

como "criaturas das trevas" e há algumas décadas muitos filósofos concordaram com ele. Mas os filósofos agora invocam amplamente propriedades sem culpa ou vergonha.

1.1.5. Realismo, nominalismo e conceitualismo

A questão mais profunda sobre as propriedades é se elas existem. Os livros didáticos apresentam um triunvirato de respostas: *realismo*, *nominalismo* e *conceitualismo*. Há muita variedade em cada ponto de vista, mas as distinções são grosso modo as seguintes. Os realistas sustentam que existem propriedades universais, entendidas como entidades independentes da mente. Os nominalistas negam isso (embora alguns sustentem que há tropos). E os conceitualistas insistem que as palavras (como "honestidade") que podem parecer referir-se a propriedades, na verdade, se referem a conceitos, entendidos como entidades dependentes da mente. O nominalismo e o conceitualismo muitas vezes se unem e são comumente equiparados na medida em que ambos envolvem uma postura não-realista sobre os universais (e alguns diriam mesmo uma rejeição idealista de um mundo independente da mente; Hochberg 2013). Tal postura é, normalmente, associada a uma tentativa de reduzir os universais a outras entidades, tais como conjuntos ou classes de suas instâncias ou, como Lewis (1986) propôs, a conjuntos de todas as suas instâncias possíveis. A primeira opção sofre de problemas notórios (Armstrong 1978). A última não pode ser dissociada do realismo de Lewis sobre mundos possíveis; portanto, se torna impalatável para a maioria dos filósofos e é afetada por seus próprios problemas técnicos (Egan 2004).

Alguns filósofos contemporâneos têm defendido o conceitualismo (cf. Cocchiarella 1986, ch. 3; 2007), e o trabalho empírico recente sobre *conceitos* o suporta, mas não é uma visão comum hoje em dia. O nominalismo tem muitos apoiadores, mas os prós e contras de suas várias formas são tratados amplamente em outros verbetes (por exemplo, *nominalismo em metafísica e tropos*). Vamos então nos concentrar no realismo (mas ver o §5.1.4).

É importante notar que o edifício realista possui divisórias; em linhas gerais, é útil distinguir entre aqueles de orientação platonista e aqueles cujos pontos de vista remontam a Aristóteles. Os primeiros consideram os universais transcendentais, *ante rem* na terminologia tradicional, capazes de existir sem estar instanciado (ver §5.2), mas de alguma forma, relacionado pela instanciação de objetos que os exemplificam. De forma oposta, os últimos assumem os

universais *in rebus*, arraigado no mundo espaço-temporal, portanto, incapazes de existir sem instâncias (ver §5.1.4), e intimamente relacionados, alguns dizem *como constituintes*, aos objetos que os exemplificam (para um apanhado recente nessa velha disputa, consulte os ensaios de Loux, Van Inwagen, Lowe e Galluzzo em Galluzzo & Loux 2015).

1.2. Falando sobre propriedades

A filosofia não tem um linguajar estabelecido para falar sobre propriedades. Muitas vezes se faz uma distinção simples entre termos singulares e predicados. Termos singulares são palavras e frases que podem ocupar posições de sujeito em frases e que pretendem *denotar* ou *referir-se* a uma única coisa. Exemplos incluem nomes próprios como "Machado de Assis" e "Rio de Janeiro", descrições definidas como "A primeira mulher do Supremo Tribunal Federal" e indexicais ou demonstrativos como "Eu" ou "aquilo". Predicados, ao contrário, podem ser verdadeiros das coisas e são geralmente levados a *expressar*, ou (como alguns amigos de propriedades podem dizer) denotam, uma propriedade. Expressões como "é um filósofo", "é sábio", "anda", "ama" e similares são tipicamente consideradas predicados. Quando representamos uma frase como "Quine é um filósofo" em uma linguagem formal como " $P(q)$ ", absorvemos toda a expressão "é um filósofo" para o predicado " P ". Há controvérsias sobre se a expressão "é um filósofo" como um todo expressa uma propriedade ou, se apenas "filósofo" por si só que expressa. Frege via os significados dos predicados como "insaturados", como de alguma forma dotados de "buracos" que têm de ser preenchidos por significados de termos singulares para gerar pensamentos. Os filósofos que são influenciados por Frege a este respeito tendem a preferir a opção anterior. Outros estão mais propensos a preferir este último e consideram a cópula "é" como a expressão de uma ligação de exemplificação (Strawson 1959; Bergmann 1960). Para estes filósofos poderia ser mais apropriado considerar "filósofo" e "sábio" como predicados. Será conveniente aqui usar "predicado" para expressões de ambos os tipos e entender todos os predicados como formas de expressar propriedades.

Predicados podem ser *denominados* por meio de sufixos apropriados, tais como "-idade" ou "-idão", ou através de frases no gerúndio ou infinitivas. A nominalização gera termos singulares que pelo menos, *prima facie*, denotam propriedades. Por exemplo, "triangular" e "é triangular" podem ser transformados em "triangularidade" e "ser triangular"; "bêbado" e "é bêbado" para "embriaguez"

ou "estar bêbado"; "dá" e "dá um beijo em Maria" para "dar" e "dar um beijo em Maria" (alguns pensam que "ser *F*" e "*F*-idade" sejam diferentes tipos de propriedade (Levinson 1991), mas não seguiremos essa linha aqui). Parece também possível ter descrições definidas e talvez até mesmo indexicais que se referem a propriedades. Se, por acaso, Maria preferir a sabedoria a qualquer outra propriedade, "a propriedade favorita de Maria" aparentemente se refere à sabedoria. Além disso, embora de forma mais controversa, se alguém aponta para um objeto vermelho ao dizer: "essa sombra de vermelho é uma bela cor", então o Demonstrativo "essa sombra de vermelho" denota uma propriedade (Heal 1997).

Frege (1892) e Russell (1903) tinham opiniões diferentes sobre o sentido ontológico da nominalização. De acordo com o primeiro, predicados nominalizados representam um "correlato" da entidade insaturada que o predicado representa (na terminologia de Frege eles são um "conceito correlacionado" e um "conceito", respectivamente). De acordo com o último, que fala de "dificuldades inextricáveis" na opinião de Frege (Russell 1903, §49), eles representam exatamente a mesma entidade. *Mutatis mutandis*, eles tinham a mesma diferença de opinião em relação a termos singulares como "a propriedade favorita de Maria". *Prima facie*, há alguma evidência gramatical em prol do ponto de vista de Frege: é perfeitamente gramatical dizer "Mônica é honesta" ou "honestidade é uma virtude", mas seu antigo professor de Português vai ficar chocado se você disser "honesto é uma virtude" ou "Mônica é honestidade". Porém, não é claro que conclusões ontológicas podem ser extraídas a partir da gramática ou que outras razões podem ser encontradas (ver Parsons 1986 para uma boa discussão); além disso, seria desejável evitar a multiplicação de entidades e as relações semânticas além da necessidade (distinguindo, por um lado, as propriedades e seus correlatos e, por outro lado, denotar e expressar). E assim, aqui seremos indiferentes sobre termos de propriedade, usando indiferentemente termos como "honestidade" e "honesto" para se referir (expressar) a mesma propriedade. Note-se, no entanto, que alguns filósofos ainda apoiam a visão de Frege ou, pelo menos, levam-na muito a sério (ver Cocchiarella 1986 e Landini 2008).

2. Exemplificação

Vimos, logo no início, que os objetos exemplificam propriedades. Em geral, podemos dizer que itens de todos os tipos, incluindo propriedades em si,

exemplificam propriedades, ou, usando uma terminologia diferente, os itens instanciam, carregam, têm ou possuem propriedades. Para reverter a ordem, podemos também dizer que as propriedades caracterizam, ou pertencem, aos itens que as exemplificam. Há então um fenômeno muito geral de exemplificação para investigar, que tem sido rotulado de várias maneiras, como testemunha a variedade de termos técnicos que acaba de ser exibida. Frequentemente, tem-se atribuído a todos estes termos, incluindo "exemplificação", sentidos técnicos especiais em uma ampla variedade de abordagens distintas deste campo, desde os tempos antigos e medievais até os dias atuais. (ver, por exemplo, Lowe, 2006, 77), abordagens que dificilmente podem ser desembaraçadas da tarefa de oferecer um quadro ontológico geral com suas próprias distinções categóricas. Alinhado ao que a maioria dos filósofos faz hoje em dia, escolhemos a "exemplificação", ou, equivalentemente, a "instanciação" (e seus cognatos), para discutir este fenômeno em geral e abordar algumas diferentes explicações que lhes foram dadas sobre nos últimos anos. Deve-se ter em mente que o uso abrangente desses termos deve se distinguir das utilizações mais especializadas que serão abordadas posteriormente (e em certa medida já foram mencionadas anteriormente) ao descrever abordagens específicas de diferentes filósofos com suas próprias terminologias.

Alguns filósofos consideram importante distinguir diferentes tipos de exemplificação, normalmente em relação a distinções categóricas que fazem em sua ontologia, enquanto outros se contentam com apenas uma exemplificação, aplicando-se indiferentemente para diferentes categorias de entidades. A última pode ser considerada a opção padrão e um caso típico recente é o do filósofo Armstrong (1997). Armstrong distingue três categorias básicas, particulares, propriedades ou relações, e estados de coisas, e toma a exemplificação como transversal entre essas categorias: propriedades e relações são exemplificadas não apenas por particulares, mas também por propriedades ou relações e estados de coisas. Por exemplo, podemos ter dois estados de coisas exemplificando a relação de causalidade ou leis da natureza consistindo de duas propriedades exemplificando uma relação de necessidade.

Aos Meinongianos, considerados anteriormente, talvez possam ser atribuídos diferentes tipos de exemplificação correspondendo aos diferentes tipos de predicação que admitem (ver, por exemplo, discussão de Monhagan (2011) sobre a teoria de Zalta). No entanto, um exemplo típico de alternativa multifacetada é fornecido por Lowe (2006) que distingue "instanciação", "caracterização" e "exemplificação" em sua abordagem de quatro categorias

fundamentais: os objetos e três tipos diferentes de propriedades, a saber, tipos (universais substanciais), atributos e modos (tropos) (aqui e no restante desse verbete estamos usando "propriedade" em um sentido mais genérico, possivelmente não alinhado com o uso mais restrito de Lowe): (i) tipos e atributos são, respectivamente, instanciados por objetos e modos, (ii) tipos e objetos são, respectivamente, caracterizados por atributos e modos; (iii) os atributos são exemplificados por objetos, seja disposicionalmente ou efetivamente. Exemplificação é disposicional na medida em que os objetos exemplificados instanciam tipos caracterizados pelos atributos em questão, ela é efetiva quando os objetos exemplificados são caracterizados por modos que instanciam os atributos em questão. Assim, por exemplo, Fido é um cão na medida em que instancia o tipo *cão*, *D*, que por sua vez é caracterizado pelo atributo de latir, *B*. Assim, quando Fido está latindo, ele efetivamente exemplifica *B* em virtude de ser caracterizado por um modo latido, *b* que instancia *B*; e, quando está em silêncio, ele exemplifica *B* disposicionalmente, desde que *D*, que Fido instancia, seja caracterizada por *B*. (ver Gorman de 2014 para uma discussão crítica sobre esse tipo de visão).

2.1 É possível analisar a exemplificação?

Pode-se pensar que uma vez que a teoria do feixe de objetos é endossada, a pessoa automaticamente tem uma análise da exemplificação em termos de "copresença", a relação que une propriedades de tal forma que elas vêm a constituir um objeto particular (Russell 1948, Pt. IV, ch. 8): um particular exemplificando uma propriedade equivale a ser copresente com outras propriedades, aquelas que constituem o particular em questão (recentemente houve interpretações mereológicas disso; ver Paul 2002 e Shiver 2014). No entanto, na medida em que se considera a relação de copresença exemplificada conjuntamente pelas propriedades que constituem um dado feixe, como deveria parecer, não há qualquer análise real aqui.

Houve tentativas de analisar a instanciação sem mesmo endossar (explicitamente) uma teoria de feixes. De acordo com Cowling (2014), por exemplo, pode-se apresentar, pelo menos para algumas propriedades, uma explicação em termos de ocupar uma posição. Um ensaio mais conhecido é fornecido por Baxter (2001, 2013), que se baseia na noção de *aspecto* e na relativização da identidade numérica às *contagens*, como veremos agora. Em sua opinião, tanto os particulares quanto as propriedades *têm* aspectos, que

podem ser similares em aspectos distintos de outros particulares ou propriedades. Por exemplo, "Hume na medida em que é humano" denota um aspecto de Hume, e é semelhante ao aspecto denotado por "Rousseau na medida em que é humano", de Rousseau. Além disso, "a humanidade na medida em que é possuída por Hume" denota um aspecto que a humanidade tem, e é semelhante a outro aspecto que a humanidade tem que é denotado pela "humanidade na medida em que é possuída por Rousseau." Ambos particulares e universais têm aspectos diferentes. Por exemplo, Hume também tem um aspecto denotado por "Hume na medida em que é sereno", que difere de seu outro aspecto considerado anteriormente, uma vez que, por exemplo, o primeiro descreve-o como um mamífero racional, enquanto o último o descreve por suas maneiras gentis. No entanto, ambos os aspectos são numericamente idênticos na medida em que o mesmo particular os possui. Da mesma forma, diferentes aspectos da mesma propriedade são numericamente idênticos. Assim, enquanto a lei de Leibniz (dizendo que o que é verdadeiro de x também é verdadeiro de y , se x e y são numericamente idênticos), se mantém para propriedades e detalhes, ela falha para aspectos. A identidade numérica dos aspectos é relativa aos padrões de enumeração, *contagens*, que nos permitem agrupar itens juntos. Duas enumerações são especificamente relevantes para a instanciação: uma *enumeração particular*, que nos permita agrupar os particulares juntos; e a *enumeração de universais* nos permite agrupar universais juntos. Pode então haver uma *identidade cruzada de enumeração*, que se mantém entre um aspecto de uma coleção gerada por uma determinada enumeração, e um aspecto de uma coleção gerada por outra enumeração. Por exemplo, a humanidade, na medida em que é possuída por Hume, que se encontra na coleção gerada pela enumeração universal, é uma enumeração cruzada idêntica a Hume na medida em que ele é humano, que se encontra na coleção gerada pela enumeração universal. Quando existe uma identidade cruzada deste tipo, o universal e o particular em questão são considerados *parcialmente idênticos*. A instanciação então equivale à identidade parcial de um universal e um particular. Assim, por exemplo, Hume e a humanidade são parcialmente idênticas e, conseqüentemente, Hume instancia a humanidade (ele é humano). Como se pode ver, os custos teóricos e ontológicos desta análise são muito elevados e pode-se ter a sensação, como o próprio Baxter se preocupa (2001, 449), de que a instanciação foi trocada por algo definitivamente mais obscuro, como aspectos e uma visão idiossincrática da identidade. Pode também suspeitar-se que os

aspectos que particulares e propriedades *têm* são pressupostos nesta análise e que este *ter* é uma relação bastante próxima da própria exemplificação.

A análise de Baxter inspirou uma abordagem relacionada por Armstrong (2004) que, no entanto, procurou avançá-la sem a noção de aspectos. À primeira vista, parece com a análise de Armstrong da exemplificação, pois ele assume a exemplificação de uma propriedade (universal) por um particular como sendo uma identidade parcial da propriedade e do particular; como coloca (2004, 47), "esta não é uma mera sobreposição, como o cruzamento de duas ruas, mas é uma identidade parcial." No entanto, quando vemos mais de perto o que é esta identidade parcial, surge a suspeita de que ela pressupõe a exemplificação. Pois Armstrong parece identificar um particular através das propriedades que ele *instancia* e, de maneira similar, identifica uma propriedade através dos particulares que ela *instancia*. Assim podemos assumir que um particular, x , seja como feixe de propriedades enquanto instanciado por x , digamos $F_x + G_x + H_x + \dots + P_x + Q_x + \dots$; e uma propriedade P , algo como um feixe de particulares que instanciam P , digamos $P_a + P_b + \dots + P_x + P_y + \dots$ colocando as coisas desta maneira, podemos, então, dizer que um particular é parcialmente idêntico a uma propriedade quando o feixe daquele particular tem um elemento em comum com o feixe que a propriedade é. Para ilustrar, o x e o P do nosso exemplo são parcialmente idênticos porque têm o elemento P_x em comum. Agora, os elementos destes feixes não são propriedades *tout court* nem particulares *tout court*, o que nos levou a falar de propriedades instanciadas e particulares instanciantes. Mas isso pressupõe, naturalmente, instanciação. Alternativamente, indo além do que Armstrong explicitamente diz, podemos considerar que tais elementos sejam propriedades particularizadas, elementos abstratos ou tropos, que se assemelham perfeitamente uns aos outros quando o feixe que eles constituem é uma propriedade (uma classe de semelhança que desempenha o papel de um universal). Além disso, esses elementos são copresentes quando o feixe que eles constituem é um particular concreto, como um objeto ordinário. Em todo caso, existe a consequência indesejável de que o mundo se torna dramaticamente menos contingente do que pensávamos inicialmente, pois nem um particular concreto, nem uma propriedade universal podem existir sem que seja o caso que o primeiro tenha as propriedades que tem, e que o último seja instanciado pelos mesmos particulares que, na verdade, o instanciam; temos, como Mumford coloca (2007, 185), "um novo tipo de necessidade no mundo."

Apesar dessas propostas, parece seguro dizer que a maioria dos filósofos, tácita ou abertamente, consideram a exemplificação um fenômeno

primitivo e não analisável. As dificuldades encontradas por abordagens como as que acabamos de considerar (veja também, por exemplo, Forrest 2013) podem talvez ser tomadas para confirmar que há alguma sabedoria por trás da opinião majoritária.

2.2 Dois problemas cruciais: o regresso de Bradley e a autoexemplificação

Uma motivação importante, possivelmente a principal, por trás de tentativas de análise como as anteriores é a preocupação de evitar o chamado regresso de Bradley em relação à exemplificação (Baxter 2001, 449; Mumford, 2007, 185). Uma interpretação do regresso que passou para a literatura é assim (embora não seja claro até que ponto o próprio Bradley tinha esta versão em mente; para referências a regressos análogos antes de Bradley, veja Gaskin 2008, ch. 5, §70). Suponha que o indivíduo a tem a propriedade F . Para a instanciar F , ele deve estar *ligado a* F por uma relação (diádica) de instanciação, I_1 . Mas isso requer outra relação (triádica) de instanciação, I_2 , que conecta I_1 , F e a , e assim por diante, infinitamente. Em cada etapa é necessária uma relação de conexão adicional, e assim parece que nada *jamaiz* se conecta a qualquer outra coisa. Este regresso tem sido tradicionalmente considerado vicioso (ver, por exemplo, Bergmann 1960), embora filósofos como Russell (1903, §55) e Armstrong (1997, 18-19) tenham argumentado que não. Ao fazê-lo, no entanto, eles parecem tomar como certo o fato de que a tem a propriedade F (praticamente como na *abordagem do fato bruto*; ver a seguir) e ir em frente para ver as F s instanciando I_1 como um fato adicional que é meramente acarretado pelo primeiro, o que, por sua vez, implica a 's, F 's e I_1 instanciando I_2 , e assim por diante. Esta forma de olhar para o assunto tende a ser considerada como uma resposta padrão ao regresso. Mas aqueles que vêem o regresso como vicioso supõem que as diversas relações de exemplificação são introduzidas como um esforço para explicar a existência do fato de que a tem propriedade F . Assim, partindo de sua perspectiva explicativa, assumir o fato em questão como um terreno inquestionável para uma cadeia de acarretamentos é algo irrelevante (cf. Loux 2006, 31-36; Vallicella 2002). Note-se, no entanto, que esta perspectiva sugere uma distinção entre uma versão "internalista" e uma versão "externalista" do regresso (na terminologia de Orílía 2006a). No primeiro, em cada etapa postulamos um novo constituinte do fato, ou estado de coisas, s , que existe na medida em que a tem a propriedade F , e há vício porque s não pode nunca ser

adequadamente caracterizado. Neste último, em cada etapa postulamos um estado de coisas novo e distinto, cuja existência é exigida pela existência do estado de coisas da etapa anterior. Isto equivale a admitir infinitas cadeias de dependência explicativa e metafísica, mas, de acordo com Orilia (2006, §7), uma vez que não existem argumentos decisivos contra tais cadeias, o regresso externalista não deve ser visto como vicioso. Uma ampla defesa de uma abordagem semelhante pode ser encontrada em Gaskin 2008. Veja Maurin 2015 para uma crítica amparada.

Uma linha típica para quem está convencido de que o regresso é vicioso consiste em propor que a instanciação não é uma relação, pelo menos não uma relação normal. Alguns filósofos sustentam que é uma ligação *sui generis* que apreende as coisas sem intermediários. Strawson (1959), seguindo W. E. Johnson, chama-lhe uma *ligação não-relacional* e Bergmann (1960) chama-lhe *nexus*. Broad comparou a instanciação à cola metafísica, observando que quando colamos duas folhas de papel não precisamos acrescentar cola, argamassa, ou algum outro adesivo para ligar a cola ao papel (Broad 1933, 85). A cola apenas gruda. E a instanciação apenas se relaciona. Metafisicamente falando é como se fosse um autoadesivo. Uma linha alternativa tem sido afirmar que não existe instanciação e que falar dela é apenas uma figura de linguagem enganosa. Neste ponto, é natural recorrer a metáforas como a afirmação de Frege de que as propriedades têm lacunas que podem ser preenchidas por objetos ou a sugestão de Wittgenstein (se o interpretamos como um realista sobre propriedades) de que objetos e propriedades podem ser conectados como elos de uma corrente. Embora, hoje em dia, a maioria dos realistas sobre propriedades tende a adotar uma ou outra dessas estratégias, Vallicella (2002) tem oferecido uma crítica penetrante contra os realistas. Seu ponto básico é que, se *a* tem propriedade *F*, precisamos de uma explicação ontológica do porquê *F* e *A* estão conectadas de tal forma que *a* tem *F* como uma de suas propriedades (a menos que *F* seja uma propriedade que *a* necessariamente possui). Mas nenhuma dessas estratégias pode fornecer esta explicação. Por exemplo, o apelo às lacunas é inútil: *F* tem uma lacuna se ela é preenchida ou não por *a* (por exemplo, ela pode ser preenchida por outro objeto), e assim a lacuna não pode explicar o fato de que *a* tem *F* como uma de suas propriedades.

Antes de propor a abordagem anteriormente discutida da exemplificação como identidade parcial, Armstrong (1997, 118) afirmou que o regresso de Bradley pode ser evitado ao considerar um estado de coisas, digamos *x* ser *P*, como capaz, por si só, de conjuntamente sustentar seus constituintes, isto é, o

objeto x e a propriedade P . Assim, não há necessidade de invocar uma relação de exemplificação vinculando x e P , a fim de explicar como x e P obtiverem sucesso em originar um item unitário, a saber, o estado de coisas em questão. Parece haver aqui uma circularidade, pois parece que queremos explicar como é que um objeto e uma propriedade se unem num estado de coisas, apelando ao resultado dessa unificação, ou seja, ao próprio estado de coisas. Talvez esta visão, porém, possa ser interpretada simplesmente como a ideia de que os estados de coisas devem ser dados como certos de uma maneira primitivista, sem buscar uma explicação de sua unidade através de um apelo à exemplificação ou a outra coisa; esta *abordagem do fato bruto*, como podemos chamá-lo, parece ser o ponto de vista de Van Inwagen (1993, 37).

Lowe (2006) procurou enfrentar o regresso de Bradley com a sua abordagem multifacetada da exemplificação, pois, em sua visão, caracterização, instanciação e exemplificação, entendidas como "formais", distinguem-se de relações mais mundanas como *dar* ou *amar*, por exemplo. Esta distinção garante que caracterização, instanciação e exemplificação não deem origem ao regresso de Bradley (Lowe 2006, 30, 80, 90). Porém, ao explicar exatamente *como* não dão origem ao regresso, Lowe oscila entre considerá-las internas e declará-las inexistentes (Lowe 2006, 111, 167). Talvez elas sejam consideradas inexistentes precisamente porque são internas, mas separar a internidade da inexistência pode ser uma escolha melhor, uma vez que, afinal de contas, as relações formais fazem parte do inventário ontológico de Lowe. Além disso, é realmente a internidade delas, e não a falta de existência, que é necessária para evitar o regresso de Bradley, como illustrei anteriormente com o exemplo de Fido. O que um modo instancia e o que ele caracteriza pertence à sua essência. Colocando em outras palavras, um modo não pode existir sem instanciar o atributo que instancia e caracterizar o objeto que caracteriza. Portanto, o modo b , simplesmente por existir, instancia o atributo B e caracteriza Fido. E, uma vez que a exemplificação (a ocorrente, neste caso) resulta de "compor" caracterização e instanciação, a existência de b também garante que Fido exemplifica B . De acordo com Lowe, temos assim um conjunto de verdades, que b caracteriza Fido, que b instancia B e que Fido exemplifica B (ou seja, está latindo), onde todas são tornadas verdadeiras por b . Assim, não há necessidade de se postular como veridadores estados de coisas com constituintes, Fido e b , relacionados por caracterização, b e B , relacionados por caracterização, ou Fido e B , relacionados por exemplificação. Isto, na opinião de Lowe, evita o regresso de Bradley, uma vez que o regresso surge precisamente porque apelamos a

estados de coisas com constituintes que necessitam de uma cola que os mantenha contingentemente unidos. No entanto, não há perda de contingência em sua visão, pois um objeto não precisa ser caracterizado pelos modos que o caracterizam. Assim, por exemplo, o modo *b* poderia não ter existido e poderia ter havido um modo de silêncio de Fido em seu lugar, caso em que a proposição de que Fido está latindo teria sido falsa e a proposição de que Fido está em silêncio teria sido verdadeira. No entanto, pode-se perguntar o que determina que um determinado modo seja um modo apenas de um determinado objeto e não de outro, digamos, outro cachorro latindo. Mesmo concedendo que é essencial para *b* ser um modo de Fido, em vez de outro cachorro, ainda é verdade que é de Fido, em vez do outro cachorro, e, uma vez que *b* poderia não ter existido, ainda se pode pensar que esse *ser de* também é uma cola contingente. A suspeita então é que o problema de explicar a relação entre um modo e um objeto tenha sido trocado pelo problema armstrongiano de o que faz com que uma propriedade-universal *P* e um objeto *x* componham o estado de coisas de *x* ser *P*. No entanto, pode-se argumentar que o problema anterior não é menos espinhoso que o último (para uma abordagem do regresso de Bradley análoga à de Lowe e preocupações ao longo das linhas das expressas aqui, consulte Simons 2011 e MacBride 2011, respectivamente)."

Embora esta investigação esteja longe de ser exaustiva, o regresso de Bradley é uma preocupação ontológica profunda, e inúmeros esforços para controlá-lo continuam fluindo (ver, por exemplo, Peacock 2012, para uma abordagem que recorre à noção de Russell de uma relação relacional, em oposição a uma relação que não está desempenhando seu trabalho relacional; Tegtmeier 2013, para uma visão segundo a qual um fato em si fundamenta sua unidade; Schneider 2013 para um apelo a "nexos irrepetíveis" no contexto de uma estrutura aristotélica no espírito daquela defendida em Lowe 2006).

Até aqui lidamos primariamente, mais ou menos explicitamente, com a exemplificação de propriedades por outros itens que não são propriedades, por exemplo, objetos comuns. Porém, presumivelmente, as propriedades também podem exemplificar propriedades. Por exemplo, se as propriedades são objetos abstratos, como geralmente se pensa, então parece que cada propriedade exemplifica a abstração. Mas então devemos também reconhecer que há autoexemplificação, isto é, uma propriedade exemplificando a si mesma. Por exemplo, a abstração é em si mesma abstrata e, portanto, exemplifica a si mesma. A autoexemplificação, no entanto, tem gerado graves perplexidades desde os primórdios de Platão.

Em várias passagens ao longo de seus diálogos, Platão parece afirmar que *todas* as propriedades exemplificam a si mesmas, quando afirma que as Formas (amiúde entendidas como sua versão de propriedades) participam de si mesmas. Esta afirmação serve como uma premissa em seu conhecido argumento do *terceiro homem* que, parece pensar Platão, pode mostrar que a própria noção de Forma é incoerente (*Parmênides*, 132ff). Não é claro, no entanto, por que devemos considerar que todas as propriedades exemplificam a si mesmas (Armstrong 1978, 71). Por exemplo, por que devemos pensar que a própria honestidade é honesta?

Uma preocupação mais séria relacionada à autoexemplificação é o famoso paradoxo de Russell. Se toda expressão predicativa corresponde a uma propriedade, então a expressão "é uma propriedade que não instancia a si mesma" também deve corresponder a uma propriedade. Isto levanta a questão: esta propriedade instancia a si mesmo? Suponha que *sim*. Então é uma propriedade que não instancia si mesmo; então, se ela instancia a si mesmo, ela não instancia a si mesmo. Agora suponha que ela *não* instancia a si mesmo. Então, ela é uma dessas propriedades que não instanciam a si mesmo; por isso, instancia a si mesmo. Tal propriedade, que instancia a si mesmo se, e somente se, não instancia a si mesmo, parece desafiar as leis da lógica, pelo menos as leis da lógica clássica. Este enigma e os seus problemas relacionados ainda ocupam os lógicos e não há consenso sobre como evitá-los; veja sobre isto §§7.2 e 8.

3. Explicações Tradicionais

Propriedades são normalmente introduzidas para auxiliar a *explicar* ou a *esclarecer* fenômenos de interesse filosófico, especialmente em ontologia. Somos informados que a existência de propriedades explicaria a recorrência qualitativa ou auxiliaria a explicar a nossa capacidade de concordar sobre as instâncias de termos gerais como 'vermelho'. Na terminologia de épocas passadas, as propriedades salvam os fenômenos; eles oferecem um *fundamentum in re* para coisas como a aplicabilidade de termos gerais. Nos dias de hoje, os filósofos fazem um ponto semelhante quando argumentam que algum fenômeno ocorre *por causa* ou *em virtude* desta ou daquela propriedade, que uma propriedade é a sua *fundação* ou *fundamento*, ou que uma propriedade é o *verificador* para uma frase sobre ela. Estas expressões sinalizam explicações (para a defesa da legitimidade das explicações ontológicas, cf. Swoyer 1999;

para dúvidas sobre o recurso explicativo das propriedades, veja Quine 1961, 10; Quinton 1973, 295).

Ao buscar explicações na ontologia (como em outras disciplinas) devemos frequentemente considerar o custo entre diversos desiderata, por exemplo, entre a simplicidade e a abrangência, e até mesmo entre diferentes tipos de simplicidade. Mas há um custo que é tão difundido que merece ser chamado de *o custo ontológico fundamental*. O custo ontológico fundamental reflete a tensão perene entre o poder explicativo e o risco epistêmico, entre uma rica e luxuosa ontologia que promete explicar muito e uma ontologia mais modesta que promete segurança epistemológica. À medida que mais mecanismos são postulados, mais explicações são esperadas — no entanto, fica mais difícil acreditar na existência de todos estes mecanismos. Como veremos a seguir, a inevitabilidade deste custo continua a desempenhar um papel crucial nas discussões atuais sobre propriedades.

As propriedades continuam a ser invocadas para explicar uma vasta gama de fenômenos. Na medida em que cada uma das explicações é plausível, ela serve como parte de um *caso cumulativo* para a existência de propriedades. Nas subseções seguintes, examinaremos as explicações mais comuns que os filósofos atribuem às propriedades (para uma lista mais longa veja Swoyer 1999, §3). Na próxima seção, discutiremos as mais novas tentativas de apelar para as propriedades no fornecimento de explicações.

3.1 Semelhança e recorrência

Existem semelhanças objetivas ou agrupamentos no mundo. Algumas coisas são semelhantes em certos aspectos. Eles possuem a mesma cor, forma ou tamanho; eles são prótons ou limões ou unidades centrais de processamento. Um enigma, ocasionalmente chamado de o problema do *um sobre muitos*, exige uma explicação para isto. A posse de uma propriedade comum (por exemplo, um tom de amarelo) ou uma constelação comum de propriedades (por exemplo, aquelas essenciais aos limões) tem sido frequentemente citada para explicar tal semelhança. Da mesma forma, diferentes grupos de coisas como, por exemplo, Fernando e Ruth, Juscelino e Sarah, podem estar relacionados de maneiras semelhantes. Nesse caso, é frequentemente citada, para explicar essa semelhança, a postulação de uma relação (*ser casado com*) que é instanciada conjuntamente pelos membros de cada grupo. Por fim, ter propriedades diferentes, por exemplo, cores diferentes, costuma explicar as diferenças

qualitativas. O desejo de explicar a semelhança e a diferença qualitativas tem sido uma motivação tradicional para o realismo em relação aos universais, e continua a motivar muitos realistas hoje em dia (por exemplo, Butchvarov 1966; Aaron 1967, ch. 9; Armstrong 1984, 250).

3.2 Reconhecimento de novas instâncias

Muitos organismos reconhecem e classificam facilmente objetos recém-encontrados como amarelos, redondos, limões ou rochas, e podem reconhecer que alguma coisa é maior do que outra coisa, e assim por diante. Alguém poderia pensar que esta capacidade é parcialmente baseada no fato de que as novas instâncias têm uma propriedade que o organismo já havia encontrado anteriormente — os casos antigos e novos compartilham uma propriedade em comum — e que a criatura está, de alguma forma, afinada para reconhecê-la.

3.3 O significado das termos gerais

A nossa capacidade de usar termos gerais (como "amarelo", "limão", "mais pesado do que", e "entre") fornece uma contrapartida linguística ao fenômeno epistemológico do reconhecimento e ao problema metafísico do Um Sobre Muitos. A maioria dos termos gerais se aplicam a algumas coisas mas não a outras, e, em muitos casos, os falantes competentes encontram pouca dificuldade em saber quando eles aplicam e quando não aplicam. Os filósofos têm frequentemente argumentado que a posse de uma propriedade comum (como *vermelhidão*), juntamente com certas convenções linguísticas, explica por que os termos gerais são aplicados às coisas que eles fazem. Por exemplo, Platão observou que "temos o hábito de postular uma única Forma para cada pluralidade de objetos aos quais damos um nome comum" (*República*, 596A; ver também *Fédon*, 78e; *Timeu*, 52a; *Parmênides*, 13; e Russell 1912, 93). Pelo menos para aqueles que atribuem peso metafísico à distinção entre expressar (predicados) e referir (termos singulares), as questões sobre os significados (agora conhecidas como "valores semânticos") de termos singulares como "honestidade", "fome" e "estar apaixonado" podem ser ainda mais urgentes. Uma vez que a principal tarefa dos termos singulares é *referir* às coisas, os valores semânticos da "honestidade", "fome" e semelhantes são, presumivelmente, as coisas a que eles se referem. Mas qual a referência de uma palavra como

"honestidade"? Se propriedades existem, ela poderia se referir à propriedade *honestidade*.

4. Explicações Recentes

Além das explicações tradicionais discutidas anteriormente, existem outras tarefas para as quais propriedades foram convocadas. Por exemplo, a supracitada teoria dos feixes procura reduzir particulares às propriedades. Apesar dos problemas bem conhecidos (Van Cleve 1985) esta visão continua a ter apoiadores (Casullo 1988; Curtis 2014). Além disso, também foi proposto que mundos possíveis podem ser reduzidos a propriedades (Forrest 1986) ou que personagens ficcionais podem ser vistos como propriedades (Orília 2012).

Deixando estas questões de lado, devemos nos concentrar em três áreas onde as propriedades são frequentemente invocadas hoje: filosofia da matemática, semântica (a teoria do significado), e a ontologia naturalista. É vantajoso considerar estas áreas porque se as propriedades podem explicar a filósofos não especializados em metafísica, coisas como a verdade matemática ou a natureza das leis da natureza, então as propriedades se tornam ainda mais interessantes. Ao contrário das formas substanciais ridicularizadas pelos primeiros filósofos modernos como virtudes dormitivas, as propriedades desempenharam um importante e interessante serviço.

4.1 Matemática

Filósofos da matemática concentram grande parte de sua atenção na teoria dos números (aritmética). A teoria dos números é apenas a teoria dos números naturais, $0, 1, 2, \dots$, e as operações familiares (como adição e multiplicação) sobre eles. Muitas frases da aritmética, por exemplo $7 + 5 = 12$, certamente parecem ser verdadeiras, mas tais verdades oferecem diversos enigmas filosóficos e os filósofos procuraram explicar como elas *poderiam* ter as características que parecem ter, em particular, que elas são objetivas, necessárias e conhecíveis a priori.

A maioria das tentativas de usar propriedades para explicar essas características são versões do *identificacionismo*, a estratégia reducionista que *identifica* números com coisas que inicialmente parecem ser diferentes. Esta abordagem é familiar nas versões originais do identificacionismo, em que os números eram identificados com conjuntos, mas é fácil adaptar esta teoria para

identificar os números com propriedades ao invés de conjuntos. Por exemplo, a sequência dos números naturais 0, 1,... poderia ser identificada com uma sequência de propriedades de segunda ordem, como a propriedade de não ter instância, a propriedade de ter exatamente uma instância, etc. (ver, por exemplo, Cocchiarella 1989, §4).

A defesa mais convincente do uso das propriedades na filosofia da matemática insiste que, quando damos um passo para atrás e consideramos o quadro geral, vemos que um estoque rico o suficiente de propriedades pode fazer todo o trabalho que conjuntos e números fazem (ou que podemos usá-los para definir conjuntos e números) e que propriedades podem fazer coisas que os conjuntos simplesmente não podem. Por exemplo, tem-se argumentado que as propriedades podem ser usadas para explicar a semântica do inglês ou esclarecer a natureza das leis da natureza. Em resumo, o apelo a conjuntos é resultado de uma miopia metafísica, mas, ao adotar uma visão mais ampla das coisas, descobrimos que as propriedades fornecem a melhor explicação global e geral.

A identificação de números com propriedades tem sido, às vezes, apresentada como uma tentativa de ressuscitar o logicismo, grosso modo, a tese, defendida por Frege e Russell, que a matemática clássica, ou, pelo menos, aritmética, pode ser reduzida à lógica (Bealer 1982; Cocchiarella 1986a; Orilia 2000). Obviamente, o logicismo levanta a difícil questão do que exatamente conta como lógica e nem todos os identificacionistas o adotam (Pollard e Martin 1986). Em todo caso, uma vez que os números são identificados com propriedades, podemos explicar várias coisas filosoficamente interessantes sobre as verdades da aritmética. Elas podem ser objetivamente verdadeiras, porque elas descrevem um reino objetivo de propriedades independentes da mente. Além disso, dado que as propriedades identificadas com números são aquelas que existem necessariamente, e que elas necessariamente estão em suas relações aritméticas, as verdades da aritmética serão necessariamente verdadeiras, como se deve esperar.

No entanto, tomado isoladamente, o identificacionismo baseado em propriedades não explica o conhecimento matemático e as hipóteses auxiliares substantivas sobre as faculdades cognitivas humanas são presumivelmente necessárias. Normalmente, os identificacionistas propõem identificar números com supostos objetos que estão fora do ordenamento causal espaço-temporal. No entanto, como Benacerraf (1973) argumentou uma vez que somos organismos físicos vivendo em um mundo espaço-temporal, não é claro como

podemos interagir causalmente (ou de qualquer outra forma discernível) com coisas abstratas, causalmente inertes, de modo a ter acesso epistêmico a elas. Alguns filósofos, por exemplo, Linsky & Zalta (1995), levaram este problema a sério e propuseram soluções que não envolvem faculdades cognitivas misteriosas. Outros até argumentaram que certos universais podem desempenhar o papel de dados dos sentidos e que devem, portanto, ser considerados objetos da percepção (Forrest 2005). Os filósofos permanecem divididos sobre esta questão, mas é seguro dizer que se o problema do acesso epistêmico não pode ser superado, ele, por sua vez, enfraquece as tentativas identificacionistas de usar propriedades para explicar a verdade aritmética. Aqui nos deparamos um custo ontológico fundamental: uma ontologia mais rica explica muitas coisas que, de outra forma, poderiam ser misteriosas. Mas, na visão de muitos filósofos, ela produz seus próprios mistérios epistemológicos.

Algumas abordagens recentes identificam números com propriedades que parecem menos extra mundanas do que aquelas invocadas pelos identificacionistas tradicionais, como as mencionadas acima. Por exemplo, Bigelow e Pargetter (1990) argumentam que os números racionais são relações de ordem superior —razões— entre certos tipos de relações de primeira ordem.

As ameaças mais graves ao identificacionismo são colocadas pelo chamado *problema de Benacerraf*. Como Benacerraf (1965) observou, se há uma maneira de identificar os números naturais com conjuntos, há inúmeras teorias de conjuntos, por exemplo, a de Frege, Zermelo, von Neumann, etc. Há uma arbitrariedade semelhante em qualquer identificação de números com propriedades (como mostra o fato de que diferentes teóricos da propriedades identificam números com diferentes propriedades, vimos uma proposta acima, mas um outro caminho poderia ser este: definir, à la Frege, primeiro uma relação de sucessor e em seguida, identificar o 1 com o sucessor da propriedade de ter nenhuma instância, o 2 com o sucessor de 1, e assim por diante (cf. Bealer 1982, §6). Os autores que defendem tais abordagens estão cientes dessas dificuldades e alguns propuseram várias respostas a elas, mas os problemas são graves e nenhuma solução é geralmente aceita.

Há também as abordagens não-identificacionistas da verdade matemática que fazem uso de propriedades, como a de Linsky e Zalta (1995) (desenvolvida posteriormente em Zalta 1999; 2000). Ela é baseada na teoria de objetos abstratos de Zalta (1983; 1988), uma teoria projetada para explicar uma ampla gama de fenômenos, o que é particularmente relevante aqui porque ela é

desenvolvida em conjunto com uma abrangente abordagem formal de propriedades.

4.2 Semântica e forma lógica

A linguagem e a lógica têm sido há muito tempo uma fonte importante de dados para a Ontologia. Muitos filósofos têm se contentado com apelos relativamente informais, à várias características da linguagem, para apoiar a sua alegação de que as propriedades existem, mas nas duas últimas décadas, alguns filósofos (juntamente com alguns linguistas e cientistas) têm utilizado propriedades como parte de uma explicação minuciosa da semântica de extensos fragmentos de línguas naturais, como o Inglês ou o Choctaw, e algumas dessas explicações incluem as teorias formais mais minuciosas já concebidas sobre as propriedades. Alguns teóricos das propriedades são motivados quase exclusivamente pelo desejo de dar uma explicação semântica da linguagem natural (por exemplo, Chierchia e Turner, 1988), outros sustentam que esta é apenas uma das várias motivações para o desenvolvimento de uma teoria das propriedades (por exemplo, Bealer 1982; Zalta 1988) (mas deve-se notar que outros ainda, por exemplo, Jubien 1989; Armstrong, 1997; Mellor 1991, 180ff duvidam que as propriedades tenham qualquer papel importante a desempenhar na semântica).

A ideia básica que motiva este trabalho é a seguinte. Se permitirmos um estoque suficientemente rico de propriedades, nós podemos fornecer um valor semântico para cada predicado e termo singular abstrato do Inglês (ou pelo menos para aqueles que poderiam ter um valor semântico sem levar a paradoxos) e, assim, explicar muitos fenômenos linguísticos.

Explicamos o significado de termos gerais como 'honesto' ao afirmar que eles denotam (ou expressam) propriedades (como *honestidade*), que uma frase como "Tiago é honesto" tem a forma lógica de uma simples frase sujeito-predicado, e que ela é verdadeira apenas se o indivíduo denotado por 'Tom' estiver na extensão da propriedade denotada (ou expressa) pelo predicado "honesto", o que requer a existência de uma propriedade expressa por esse predicado (para uma boa discussão de problemas relacionados, consulte Hochberg 1968).

Também podemos argumentar que termos singulares abstratos como "honestidade" *denotam* a propriedade que o predicado associado ('honesto') denota ou expressa, que frases como "A honestidade é uma virtude" têm a forma

lógica simples de uma frase sujeito-predicado, e que a frase é verdadeira exatamente quando a palavra "honestidade" denota uma propriedade que está na extensão da propriedade denotada pelo locução verbal "é uma virtude".

Uma vez que tomamos essas medidas, torna-se fácil explicar a validade de argumentos como "Clinton é auto indulgente; portanto, há pelo menos um vício que Clinton tem": a forma lógica da premissa é a de uma frase sujeito-predicado simples e a forma lógica da conclusão é de uma quantificação existencial com um quantificador objetual padrão. Se a primeira frase for verdadeira, então "autoindulgente" expressa uma propriedade, e essa propriedade (que pode ser assumida como tendo a propriedade de ser um vício) satisfaz a sentença aberta "Clinton é X." Portanto, assim como na lógica de primeira ordem, a quantificação existencial é verdadeira.

O que discutimos até agora requer, no máximo, propriedades simples sem nenhuma estrutura interna. No entanto, há alguns fenômenos mais complexos que parecem exigir propriedades e proposições "compostas". Eles incluem o seguinte:

1. Diversas construções em Inglês são naturalmente interpretadas como predicados complexos: "Tiago é um irmão chato, mas honesto de Sam" é interpretado de maneira direta como contendo um predicado composto, "é um irmão chato, mas honesto de Sam" que é predicado do substantivo "Tom" (e que também pode ser predicado de outros substantivos, por exemplo, 'Wilbur'). Outras construções são naturalmente interpretadas como termos singulares complexos (como em "ser um irmão chato, mas honesto, de Sam não é um mar de rosas"). Além disso, essas expressões complexas estão relacionadas a expressões mais simples de maneira sistemática. Por exemplo, "Tiago é um irmão chato, mas não desonesto de Sam" deve implicar "Tiago não é desonesto".

2. O Inglês está repleto de expressões idiomáticas intensionais ou intencionais como "necessariamente", "acredita" e "imagina" que não podem ser tratadas por qualquer semântica extensional.

Nos últimos anos, vários filósofos (por exemplo, Bealer 1982; 1994; Cocchiarella 1986; 2007; Zalta 1983; 1988; Chierchia & Turner 1988; Menzel 1993; Orilia 2000) desenvolveram abordagens complexas de propriedades que lidam com

esses fenômenos. Elas incluem linguagens formais cuja semântica fornece maneiras sistemáticas de formar propriedades compostas (por exemplo, *amar Darla*) para servir como valores semânticos de predicados complexos ("ama Darla") ou termos singulares complexos ("amar Darla"). Além disso, eles recorrem a proposições, que tratam como propriedades de grau zero, para lidar com expressões intensionais e intencionais. Para que isso seja feito adequadamente, as propriedades devem ser individualizadas de maneira muito precisa, provavelmente tão individualizadas quanto às expressões linguísticas que as denotam ou expressam. Por exemplo, a compreensão lógica de Tiago pode ser tão tênue que ele acredita que Orcutt é um espião e um auditor da Receita Federal, mas duvida que ele seja um auditor da Receita Federal e um espião. Isso, às vezes, é interpretado como uma sugestão de que *ser um espião e um auditor da Receita Federal* é diferente da propriedade (necessariamente coextensiva) *ser um auditor da Receita Federal e um espião*. Certamente, poucas pessoas são culpadas de tais lapsos flagrantes, mas nós certamente podemos cometer erros quando propriedades necessariamente coextensivas são descritas de maneiras mais complicadas (esses erros são comuns em matemática e lógica).

Sob a suposição plausível (embora não inevitável) de que a estrutura de muitos dos nossos pensamentos é semelhante à estrutura das frases que usamos para descrever os conteúdos desses pensamentos ('Sam pensa que Tiago é chato, mas não desonesto'), também podemos esperar usar propriedades em uma abordagem de conteúdo mental que se assemelha, em muitos aspectos, a uma abordagem da semântica dos fragmentos mais intensionais do Inglês.

Antes do apelo explícito às propriedades na semântica formal em trabalhos como os citados anteriormente, houve trabalhos importantes na semântica formal que tratam os valores semânticos de frases nominais e frases verbais como *intensões*. As intensões são funções que atribuem conjuntos a predicados em cada mundo possível (ou dispositivos relacionados na teoria de conjuntos que codificam a mesma informação). Em tais abordagens, por exemplo, o valor semântico de "vermelho" é a função que mapeia cada mundo possível ao conjunto de coisas naquele mundo que são vermelhas. Montague (1974) e linguistas e filósofos inspirados por seu trabalho desenvolveram sistemas com base nessa ideia que possuem grande elegância e poder. No entanto, propriedades finamente individualizadas são mais úteis na semântica do que intensões utilizadas por Montague, porque as intensões ainda são muito

grosseiras para explicar muitos fenômenos semânticos envolvendo expressões intensionais. Por exemplo, as abordagens semânticas que empregam intensões tratariam naturalmente "círculo" e "figura geométrica de pontos equidistantes de um ponto" como tendo o mesmo significado (uma vez que têm a mesma intensão). Isso torna difícil lidar com o chamado *paradoxo da análise*, que nos pede para explicar como poderia ser verdade, por exemplo, que "Tiago acredita que algo é um círculo, mas não acredita que é uma figura geométrica de pontos equidistantes de um ponto". Se "círculo" e "figura geométrica de pontos equidistantes de um ponto" têm o mesmo significado, é difícil encontrar uma explicação. Em contraste, com propriedades finamente individualizadas, obtemos uma abordagem baseada na ideia de que a expressão complexa "figura geométrica dos pontos equidistantes de um ponto" e a expressão simples 'círculo' têm propriedades diferentes como significados, uma composta e a outra simples ou, pelo menos, mais simples de uma maneira que reflete a complexidade diferente dos dois termos em questão (cf. Bealer 1982 e, para uma variação nesse assunto, Orilia 1999). Deve-se notar aqui que um problema *prima facie* semelhante surge com termos simples como "erva doce" e "funcho": Tiago poderia acreditar que a planta colhida por Maria é um erva doce sem acreditar que é um funcho? Para lidar com esses casos, não adianta apelar a propriedades compostas finamente individualizada, uma vez que, presumivelmente, 'erva doce' e 'funcho' representam a mesma propriedade simples, e, portanto, pode-se desejar passar do nível semântica para o pragmático, para explicá-los (Bealer 1982, §39).

Creswell (1985) demonstrou como atribuir, dentro de uma estrutura intensionalista no estilo de Montague, dois valores semânticos diferentes de expressões de complexidade diferentes, como "círculo" e "figura geométrica dos pontos equidistantes de um ponto", precisamente com a intenção de abordar questões relacionadas a crenças e outras atitudes proposicionais. No entanto, outro problema com intensões é o seguinte: é improvável que eles possam desempenhar tarefas em áreas fora da semântica (como a ontologia naturalista) que as propriedades podem ser capazes de fazer. É natural, por exemplo, supor que as coisas tenham as capacidades que têm (por exemplo, a capacidade de exercer uma força sobre um objeto distante) por causa das propriedades que possuem (por exemplo, massa gravitacional). Mas parece muito improvável que intensões enormes baseadas em teoria dos conjuntos sejam capazes de explicar coisas desse tipo.

Alguns filósofos têm interpretado as intensões como uma *redução* das propriedades às intensões (propriedades não passam de funções da classe de mundos possíveis para classes de objetos). Esta visão continua tendo defensores (veja, por exemplo, Egan 2004). No entanto, com base no que observamos acima, parece muito mais adequado considerar propriedades (incluindo relações, e talvez proposições) como entidades irreduzíveis.

As atuais teorias semânticas baseadas em propriedades não acomodam a vagueza. Isso é uma séria limitação, pois predicados vagos (como "calvo") e nominalizações vagas (como "calvície") são mais a regra do que a exceção. pesquisas empíricas recente sobre conceitos reforçam o ponto de que muitos conceitos (e, com eles, predicados) têm uma classificação em graus e ressaltam a importância de fenômenos como a tipicidade. Nas principais abordagens psicológicas atuais, os conceitos envolvem características e relações de similaridade. Uma vez que as características (por exemplo, ter penas, ter um bico) são propriedades, não há razão para que teorias de propriedade atuais não possam ser modificadas e ampliadas para se relacionar com essas abordagens, e parece provável que isso seja, no futuro, uma fecunda linha de investigação (ver Margolis & Laurence 1999 para uma seleção de artigos sobre conceitos).

4.3 Ontologia Naturalista

Nos últimos anos, as propriedades têm desempenhado um papel central nas explicações filosóficas do realismo científico, da mensuração, da causalidade, das disposições e leis da natureza. Este é um conjunto menos unificado de preocupações do que aqueles encontrados nas duas subseções anteriores, mas ainda é uma área claramente reconhecível, e nós vamos chamá-la de *ontologia naturalista*. Vamos analisar como as propriedades se enquadram nesse campo.

Mesmo versões modestas e seletivas do realismo científico são mais facilmente desenvolvidas com a ajuda de propriedades. O mais importante é que isso acontece porque afirmações que parecem quantificar sobre propriedades são comuns na ciência, como mostram esses exemplos:

1. Se um organismo é mais apto do que um coespecífico, então há pelo menos uma propriedade que o primeiro organismo possui que lhe dá maior propensão para se reproduzir do que o segundo.

2. Existem muitas características herdadas, mas não há características adquiridas que sejam herdadas.

3. Propriedades e relações medidas em uma escala de intervalo são invariantes sob transformações lineares positivas, mas isso não é verdade para todas as propriedades e relações medidas em escalas ordinais.

4. Em um mundo Newtoniano todas as propriedades fundamentais são invariantes sob transformações de Galileu, considerando que as propriedades fundamentais, em um mundo relativista-especial, são aquelas que são invariantes sob transformação de Lorentz.

Ninguém tem ideia de como parafrasear a maioria dessas afirmações em um idioma não quantificacional, e elas certamente parecem afirmar (ou negar) a existência de diversos tipos de propriedades; propriedades *naturais*, pode-se dizer, na terminologia de Lewis (1983), que considera a naturalidade como tendo graus, de modo que possamos falar de propriedades perfeitamente naturais, talvez *negativamente carregada*, propriedades menos que perfeitamente naturais como *metálico* e propriedades totalmente não naturais, por exemplo, a bem-conhecida propriedade *verzul* de Goodman (ver Dorr & Hawthorne em 2013, para uma análise detalhada do que do significa naturalidade).

Muitas propriedades importantes invocadas na ciência, como *ser um oscilador harmônico simples*, *ser um gene*, *ser um detector de borda*, ou *ser uma crença*, são muitas vezes consideradas propriedades funcionais. Dizer que algo exemplifica uma propriedade funcional é, grosso modo, dizer que *existem* certas propriedades que ela exemplifica e que juntas permitem que ela desempenhe um certo papel causal. Por exemplo, as moléculas de DNA têm certas propriedades que lhes permitem transmitir a informação genética da maneira em que foram descritas pelas leis de Mendel. Mais uma vez, temos quantificações sobre propriedades que parecem inevitáveis.

Muitas explicações na ciência são explicações causais, e explicações causais geralmente procedem citando propriedades das coisas envolvidas em interações causais. Por exemplo, os elétrons que se repelem o fazem porque eles têm *a mesma carga*.

Frequentemente ouvimos, na ontologia naturalista, afirmações de que um tipo de coisa é *reduzível* a um segundo tipo ou (ainda mais frequentemente nos dias de hoje) que um tipo de coisa *sobrevém* a outro. Tais afirmações fazem

mais sentido se as entendermos como envolvendo propriedades. Por exemplo, a afirmação de que o reino psicológico sobrevém ao reino físico envolve propriedades mentais e físicas.

Alguns filósofos da ciência, especialmente Feyerabend e Kuhn, argumentam que termos teóricos como "massa" obtêm seu significado das teorias nas quais ocorrem. Portanto, concluem que uma mudança na teoria causa uma mudança nos significados de todos os termos constituintes, e assim diferentes teorias simplesmente falam sobre coisas diferentes, sendo "incomensuráveis". A resposta comum do realista é que a referência dos termos pode permanecer a mesma mesmo quando a teoria circundante muda. Mas para que essa resposta funcione, um termo teórico deve se referir a algo, e o candidato mais plausível para isso é uma propriedade.

Diversos aspectos da mensuração na ciência são mais facilmente explicados ao invocar propriedades. Por exemplo, as estimativas da magnitude do erro de medição são, geralmente, relatadas junto com os resultados da medição. Isso parece fazer pouco sentido, a menos que exista um fato a respeito do que seria uma mensuração correta. Mas a própria noção de mensuração correta parece implicar que objetos exemplificam propriedades de magnitude, como a *massa de repouso de 4kg*. Além disso, nos dias de hoje, as unidades de medida são frequentemente especificadas diretamente em termos de propriedades. Por exemplo, nós especificamos o metro em termos de algo que pode, em princípio, ser instanciado em qualquer lugar do mundo: e.g., como ter o *comprimento* igual a um certo número de comprimentos de onda (no vácuo) de uma determinada cor de luz emitida por átomos de criptônio-86 (Mundy 1987; Swoyer 1987).

Alguns filósofos têm utilizado propriedades em abordagens reducionistas da causalidade (cf. Tooley 1987; Fales 1990). Seria preciso ir muito longe para explorar este trabalho aqui, mas vale a pena observar que um objeto (ou um evento) que faz as coisas acontecerem nunca são bolhas singulares amorfas indiferenciadas. É um objeto (ou evento) *com propriedades*. Além disso, *como* ele afeta as coisas depende de quais são essas propriedades. O líquido no copo faz o papel tornasol fique azul porque o líquido é alcalino (e não porque o líquido também seja azul). Isto sugere que pelo menos algumas propriedades são poderes causais.

As propriedades têm desempenhado um papel central em várias abordagens recentes de leis da natureza. Isto é particularmente evidente no que chamaremos de *teorias da Relação N*, segundo as quais uma lei da natureza é

uma relação de segunda ordem de *necessidade nômica* (N , abreviado) que ocorre entre duas ou mais propriedades de primeira ordem. Portanto, a *forma lógica* de um enunciado de uma lei simples não é "Todos os F s são G s"; no caso de uma lei envolvendo duas propriedades de primeira ordem, a forma lógica é uma sentença atômica de segunda ordem da forma " $N(F,G)$ " (ver, por exemplo, Armstrong 1978a; 1983; Dretske 1977; Tooley 1977).

Nas ciências mais exatas, as propriedades de primeira ordem relevantes (nossos F s e os G s) serão, normalmente, magnitudes determinadas, como uma energia cinética de $1,6 \times 10^{-2}$ joules, uma força de 1 newton, ou uma resistência eléctrica de 12,3 ohms (em vez de massa, força ou resistência; Knowles 2015 apresenta argumento interessante em favor da controversa perspectiva de que essas propriedades são relações com números). Portanto, as leis especificadas por uma equação são realmente famílias infinitas de leis específicas. Por exemplo, a Segunda Lei de Newton nos diz que cada massa específica e determinada m (uma grandeza escalar e, portanto, uma propriedade monádica) e a força total impressa f (um vetor, e, portanto, uma propriedade relacional) estão na relação N com a relação apropriada (vetor) de aceleração a ($= f/m$).

Durante a maior parte do século passado, as principais teorias a respeito das leis foram as *teorias da regularidade*, segundo as quais as leis são simplesmente regularidades contingentes e não há diferença *metafísica* entre leis genuínas e generalizações acidentalmente verdadeiras. As teorias da relação- N foram originalmente concebidas para evitar deficiências percebidas nessas abordagens anteriores, tais como a sua incapacidade de explicar a força modal e o caráter objetivo das leis da natureza. Muitas leis parecem exigir algumas coisas e excluir outras. O princípio da exclusão de Pauli *exige* que dois férmions ocupem estados quânticos diferentes e as leis da termodinâmica mostram a *impossibilidade* de máquinas de movimento perpétuo. No entanto, os teóricos da relação- N insistem que, como os teóricos da regularidade rejeitam modalidades, eles jamais poderiam explicar os aspectos modais das leis. Além disso, de acordo com as teorias das relações- N , as leis são objetivas porque a relação- N relaciona aquelas propriedades de forma completamente independente de nossa linguagem e pensamento (no caso de propriedades que não envolvem especificamente a nossa linguagem ou pensamento). Em contraste, os aspectos epistêmicos e pragmáticos usados pelos teóricos da regularidade para demarcar as leis das generalizações acidentais seriam muito antropocêntricos para explicar a objetividade das leis.

As teorias da relação-N não são isentas de dificuldades (Van Fraassen 1989). Em primeiro lugar, não está claro como estender as abordagens da relação-N para lidar com diversos tipos importantes de leis, principalmente as leis de conservação e os princípios de simetria. Em segundo lugar, mesmo no caso de leis que podem ser adaptadas (ou encaixadas) no esquema da relação-N, a explicação envolve uma noção altamente idealizada que está distante daquilo que é chamado de "lei" em laboratórios e centros de pesquisa (as tentativas de eliminar essa lacuna geralmente recorrem a Cartwright 1983; 1989). No entanto, se as abordagens da relação-N estiverem na direção correta, há um domínio razoavelmente rico de propriedades que é estruturado por uma ou mais relações nômicas.

A obra discutida nesta subsecção sugere que as propriedades incluem magnitudes físicas determinadas como *massa de 3,7 kg* e *resistência elétrica de 7 ohms*. Além disso, tais propriedades geralmente formam famílias de determinações ordenadas (por exemplo, a família de massas determinadas) que possuem uma estrutura algébrica definida (Mundy 1987; Swoyer 1987). Também sugere que uma característica fundamental de pelo menos muitas propriedades é que elas conferem capacidades causais às suas instâncias. A ontologia naturalista não responde detalhadamente a todas as perguntas sobre a natureza das propriedades, mas sugere respostas para algumas delas.

4.4 Lições sobre propriedades

O material abordado nas três subseções anteriores oferece alguns insights sobre a natureza das propriedades. Pode-se notar uma forma fundamental na qual a concepção *geral* de propriedades que emerge da ontologia naturalista difere de muitas das concepções discutidas em relação à matemática e semântica. Nessas concepções anteriores, ao invocar propriedades há fortes razões para vê-las como finamente individualizadas; vimos que até mesmo ser um círculo e ser um conjunto de pontos equidistantes de um ponto são consideradas propriedades diferentes e, claro, podemos acrescentar, por razões similares, que propriedades como ser água e ser um agregado de moléculas de H₂O também são consideradas distintas. Além disso, o caráter amplamente a priori das investigações em que estas concepções se baseiam pode facilmente levar a ver propriedades desse tipo como seres necessários de outro mundo: entidades abstratas que existem fora do espaço e do tempo e, conseqüentemente, são causalmente inertes. Se é isso que elas são, presume-se que elas não possam

interagir causalmente conosco e, portanto, a tarefa de explicar como podemos ter conhecimento delas é altamente problemática.

Em contraste, na ontologia naturalista, podemos aprender que propriedades existem e como elas são por meio da investigação empírica na qual interagimos causalmente com elas, e, portanto, elas são tratadas como entidades contingentes intimamente relacionadas à ordem causal e espaço-temporal. Dessa perspectiva, elas dificilmente podem ser vistas como finamente individualizadas, como os significados da outra concepção, pois é possível descobrir a posteriori que uma propriedade concebida de uma maneira (por exemplo, a propriedade de ser água) é idêntico com uma propriedade concebida de uma maneira bastante diferente (por exemplo, a propriedade de ser um agregado de moléculas de H₂O). Pode ser enganador chamar tais propriedades de "concretas" (o antônimo padrão da palavra ambígua "abstrato"), mas também não está totalmente correto chamá-las de "abstratas". Na verdade, a dicotomia rígida entre abstrato e concreto é simples demais para ser útil aqui. Esse conflito entre diferentes concepções de propriedades se reflete nas diferentes visões sobre a existência e as condições de identidade de propriedades, que serão discutidas nas próximas duas seções.

5. Condições de existência

Quais propriedades existem? Quais são as condições de existência de uma propriedade? Essas perguntas dificilmente podem ser separadas da questão das condições de identidade para propriedades, que serão discutidas na próxima seção. Antes de abordá-la, será útil examinar a variedade de teorias sobre as condições de existência das propriedades como um *continuum* em que temos, na extremidade direita (conservador) afirmações de que o reino das propriedades é *escasso* e na extremidade esquerda (liberal) que as propriedades são *abundantes*. Aqui estamos seguindo a conhecida terminologia de Lewis (1986), que reconhece uma concepção *escassa* e *abundante* de propriedades. Vamos focar em três teorias neste *continuum*, as duas teorias nas extremidades e outra que busca um meio-termo. Em seguida, abordaremos uma visão híbrida que tenta combinar as duas extremidades do espectro, admitindo dois tipos radicalmente distintos de propriedade.

5.1 Minimalismo

De acordo com concepções minimalistas de propriedades, o domínio das propriedades é pouco povoado. Essa não é uma afirmação sobre a cardinalidade do domínio, e sim uma afirmação comparativa (é menos densamente povoado do que muitos realistas supõem). De fato, um minimalista poderia defender que há um número infinitamente grande de propriedades, digamos, que existem pelo menos tantas propriedades quanto números reais. Esta seria uma visão natural, por exemplo, para um filósofo que pensasse que cada valor de uma grandeza física é uma propriedade distinta e que as teorias de campo, como as teorias dos potenciais gravitacionais, estão corretas em sua afirmação de que a intensidade do campo diminui continuamente à medida que nós nos afastamos da fonte do campo.

O expoente contemporâneo mais conhecido do minimalismo é David Armstrong (por exemplo, 1978; 1978a; 1984), embora ele faça uma distinção entre "propriedades de primeira-classe" (universais), identificados a partir de uma perspectiva minimalista, e "propriedades de segunda classe" (sobrevinentes aos universais), que vão muito além de restrições minimalistas (1997; ver Orilia 2016, para uma discussão sobre isso). Outro defensor do minimalismo é Swoyer (1996). Motivações reducionistas específicas (por exemplo, um compromisso com o fisicalismo) podem levar ao minimalismo, mas aqui vamos nos concentrar em motivações mais gerais. Essas motivações geralmente envolvem alguma combinação da visão de que tudo o que existe, existe no espaço e no tempo (ou espaço-tempo), o desejo de segurança epistêmica, e uma desconfiança de noções modais como a necessidade. Portanto, é provável que um minimalista concorde com pelo menos a maioria dos quatro princípios a seguir.

5.1.1 O Princípio da Instanciação

O *princípio da instanciação* afirma que não há propriedades não instanciadas. Para as propriedades: ser é ser exemplificado. Tomado isoladamente, o princípio da instanciação não impõe uma versão forte do minimalismo, uma vez que pode ser o caso de uma ampla variedade de propriedades serem exemplificadas. Por exemplo, alguém que acredita na existência de números, essências individuais ou outros objetos abstratos certamente pensaria que um grande número de

propriedades é exemplificado. Assim, é útil distinguir duas versões do princípio da instanciação.

Instanciação fraca: todas as propriedades são instanciadas; não existem propriedades não instanciadas.

Instanciação forte: todas as propriedades são instanciadas por coisas que existem no espaço e no tempo (ou, se propriedades podem instanciar outras propriedades, cada propriedade faz parte de uma cadeia descendente de instanciações de tem como base indivíduos no espaço e no tempo).

Armstrong (1978) sustenta que as propriedades desfrutam de um tipo de existência atemporal; se uma propriedade for alguma vez instanciada, então ela *sempre* existirá. Um minimalismo mais rigoroso sustenta que as propriedades são mortais; uma propriedade só existe *quando* é exemplificada. Esta abordagem tem uma pureza admirável, mas é pouco explicativa; por exemplo, se as leis são relações entre propriedades, então parece que uma lei surge e desaparece conforme as propriedades.

5.1.2 Propriedades são seres contingentes

Filósofos que aderem ao princípio forte da instanciação quase certamente sustentam que *as propriedades são seres contingentes*. É uma questão contingente saber quais indivíduos existem e quais propriedades eles exemplificam, portanto, é uma questão contingente quais propriedades existem.

5.1.3 A Concepção Empírica das Propriedades

Uma consequência natural da perspectiva de que as propriedades são seres contingentes é que as questões sobre quais propriedades existem são questões empíricas. Não há método lógico, conceitual ou qualquer outro método *a priori* para determinar quais propriedades existem.

5.1.4 As propriedades são de granularidade grossa

Aqueles que sustentam que as propriedades são muito finamente individualizadas estarão inclinados a acreditar que o domínio das propriedades é abundante. Por exemplo, se a relação *de amor* e o inverso de seu inverso (e o inverso do inverso disso, e assim por diante) são distintos, então as propriedades

serão abundantes. Por outro lado, os minimalistas, são mais propensos a sustentar que as propriedades tem granularidade grossa (veja §6 Condições de Identidade): elas são idênticas apenas se necessariamente têm as mesmas instâncias ou apenas se conferem os mesmos poderes causais às suas instâncias.

O princípio da instanciação forte abre espaço para a afirmação de que as propriedades estão literalmente localizadas em suas instâncias. Esta é uma versão da doutrina medieval dos *universais em rebus*, que foi contrastada com o quadro dos *universais ante rem*, a perspectiva de que as propriedades são entidades transcendentais que existem para além de suas instâncias. Com as propriedades firmemente enraizadas aqui no mundo espaço-temporal, pode parecer menos misterioso como podemos aprender sobre elas, falar sobre elas e usá-las para fornecer explicações esclarecedoras. Pois não é uma entidade estranha de outro mundo que explica por que esta maçã é vermelha; é algo *na* maçã, algum aspecto dela, que explica isso. No entanto, é mais fácil pensar em propriedades monádicas como localizadas em suas instâncias do que ver as relações dessa forma (talvez seja por isso que Aristóteles e os realistas moderados da Idade Média entendiam as relações em termos de acidentes inerentes a coisas individuais (consulte o verbete sobre *as teorias medievais das relações*). No entanto, a ideia geral de que as propriedades transcendentais não poderiam explicar nada sobre suas instâncias desempenhou um papel importante em muitos debates sobre propriedades.

Os minimalistas precisam pagar um preço por sua segurança epistêmica (não há como escapar do custo ontológico fundamental). Eles terão poucas esperanças de encontrar propriedades suficientes para uma abordagem semântica até mesmo de um fragmento modesto de qualquer linguagem natural e eles serão pressionados (embora Armstrong 1997 tente) a usar propriedades para explicar fenômenos na filosofia da matemática. No entanto, os minimalistas talvez não se preocupem muito com isso, pois muitos deles estão preocupados principalmente com questões de ontologia naturalista. Além disso, eles podem concordar que conceitos existem, entendidos como entidades dependentes da mente, e permitir que eles desempenhem o papel teórico atribuído pelos maximalistas às propriedades ao lidar com a semântica e matemática (por exemplo, seguindo as linhas propostas por Cocchiarella 2007).

5.2 Maximalismo

Na outra extremidade do espectro, à esquerda, encontramos as concepções maximalistas de propriedades. Tomando emprestado um termo de Arthur Lovejoy, os maximalistas argumentam que as propriedades obedecem a um *princípio de plenitude*. Todas as propriedades que poderiam existir, de fato *existem*. Para as propriedades: ser é ser possível (Linsky & Zalta 1995; cf. Jubien 1989). Se aceitarmos a visão de que as propriedades são seres necessários, então é um fato modal simples que, se uma propriedade é possível, então ela é necessária e, portanto, atual.

Assim como o princípio da instanciação por si só não garante o minimalismo, o princípio da plenitude, por si só, não garante o maximalismo. Pode-se endossar o primeiro ao defender que todos os tipos de propriedades são instanciadas, e pode-se endossar o último ao defender que poucas propriedades são possíveis (um atualista que subscreve ao princípio da instanciação forte pode defender isso). Portanto, para chegar ao extremo maximalista do espectro, precisamos adicionar a alegação de que uma vasta gama de propriedades é possível. Isto pode ser alcançado por meio de vários princípios formais, por exemplo, um princípio de compreensão forte (como em Zalta 1988) ou axiomas que garantem propriedades muito finamente individualizadas (como em Bealer 1982, 65, ou Menzel 1986, 38) (ver §8).

As abordagens maximalistas são frequentemente defendidas por filósofos que desejam explicar o significado e o conteúdo mental. No entanto, uma vez que essas abordagens postulam tantas propriedades, os maximalistas têm também recursos para oferecer explicações para outras coisas (por exemplo, fenômenos nos fundamentos da matemática), e muitos o fazem. Na verdade, a grande força do maximalismo reside no fato de que sua ontologia extremamente rica oferece recursos para explicar todo tipo de coisas.

A epistemologia é o calcanhar de Aquiles do maximalismo. Pelo menos alguns filósofos têm dificuldade em entender como nossas mentes podem fazer contato epistêmico (e como nossas palavras poderiam fazer contato semântico) com entidades que estão fora da ordem espaço temporal e causal. No entanto, o maximalismo tem as suas vantagens. Aqueles maximalistas que não se preocupam com a angústia epistêmica normalmente permanecem maximalistas. Por outro lado, os filósofos que começam como minimalistas, às vezes, sentem pressão para adotar uma concepção mais rica de propriedades, seja para estender as suas explicações para abranger mais fenômenos ou, às vezes,

apenas para explicar as coisas que eles começaram tentando explicar (por exemplo, o mais recente trabalho Armstrong é um pouco menos minimalista do que o seu trabalho inicial).

5.3 Centrismo

Existe uma grande área intermediária entre o minimalismo extremo e o maximalismo extremo. Por exemplo, muitos filósofos, preocupados principalmente com a ontologia da física, têm defendido que um número limitado de propriedades não instanciadas são necessárias para explicar características de medição (Mundy 1987), vetores (Bigelow e Pargeter 1990, 77), ou leis da natureza (Tooley 1987). Essas abordagens podem, assim como o minimalismo, tratar as propriedades como contingentes, grosseiramente individualizadas e insuficientes para satisfazer qualquer princípio geral de compreensão (por exemplo, eles podem negar a existência de propriedades negativas ou disjuntivas). Também é possível adotar uma posição centrista ao endossar um princípio da compreensão, mas acrescentando que ele apenas garante a existência de propriedades construídas a partir de um estoque inicial esparsos de propriedades simples (cf. Bealer 1994, 167). Outra opção é sustentar que todas as propriedades existentes são aquelas que podem ser exemplificadas, em que a possibilidade em questão é a possibilidade causal ou nômica (Cocchiarella 2007, ch. 12).

Ser moderado nem sempre é fácil e pode ser difícil definir uma posição no centro que não pareça arbitrária. Uma vez que *quaisquer* propriedades não instanciadas são admitidas, nos encontramos em uma situação epistemológica muito parecida com a do maximalista. Sem dúvida, o minimalista verá isso como uma razão para rejeitar qualquer propriedade não instanciada, enquanto o maximalista (que acredita que os problemas epistemológicos podem ser superados) verá isso como uma razão para admitir o maior número possível delas.

5.4 Dualismo

O contraste entre as diferentes perspectivas sobre propriedades apresentadas na seção §4 nos dá razões para pensar que teorias em diferentes campos (por exemplo, semântica e ontologia naturalista) podem requerer entidades com diferentes condições de identidade; por exemplo, a semântica requer

propriedades muito finamente individualizadas, enquanto a ontologia naturalista pode precisar de propriedades mais grosseiramente individualizadas. Se for assim, então nenhum tipo único de entidade poderia fazer ambos os tipos de trabalhos. O minimalista provavelmente concluirá que é um erro empregar propriedades na semântica. No entanto, filósofos menos hesitantes podem, em vez disso, concluir que existem (pelo menos) dois tipos diferentes de entidades semelhantes a propriedades. Essa visão *dualista*, como podemos chamá-la, é desenvolvida de forma mais explícita em Bealer 1982, onde são admitidos dois tipos de propriedades: as propriedades do *tipo I*, também chamado de *conceitos*, são as propriedades de granulação fina que podem funcionar como significados e como constituintes de conteúdos mentais; as propriedades do tipo II, também chamadas de *qualidades* ou *conexões*, são as propriedades de granulação grossa exigidas pelo ontologia naturalista (vale ressaltar que Bealer não usa 'conceito' para significar as entidades dependentes da mente tipicamente postuladas pelos conceitualistas; seus conceitos são universais independentes da mente e ele até sugere (p. 186) que conceitos simples podem ser identificados com qualidades e conexões). Orilia (1999) seguiu a abordagem dualista de Bealer e adotou a mesma terminologia. Uma forma de dualismo pode também ser atribuída a Lewis (1983; 1986, 60) quando ele distingue entre a concepção escassa e a abundante das propriedades.

O dualismo pode parecer uma fusão feliz, mas não satisfará a todos: os minimalistas (e alguns centristas) rejeitarão a visão de que existem quaisquer propriedades do tipo I ou propriedades abundantes. No entanto, a tendência em direção a alguma forma de distinção ao longo das linhas dualistas é forte, como testemunhado, pode-se pensar, pelo reconhecimento mencionado anteriormente das propriedades de segunda classe de Armstrong.

6. Condições de Identidade

Quais são as condições de identidade para propriedades? Uma resposta forneceria as condições necessárias e suficientes para que as propriedades x e y sejam uma e a mesma propriedade. Em outras palavras, isso nos diria o quão finamente as propriedades são individualizadas. Encontramos um espectro de opções nessa questão.

- **Sub-grosso:** propriedades com a mesma extensão são as mesmas propriedades. Essa afirmação talvez possa ser associada a Frege, se

identificarmos seus referentes de predicados ("conceitos") com propriedades. No entanto, todas as teorias contemporâneas da propriedade rejeitam essa visão.

- **Grosso médio:** propriedades são idênticas apenas quando necessariamente têm a mesma extensão (o significado preciso dessa condição depende do tipo de necessidade envolvida). Isso parece transpor adequadamente as condições de identidade para conjuntos de uma maneira intensional, e é exatamente assim que as condições de identidade para propriedades funcionam em abordagens que as tratam como intensões (como funções de mundos possíveis em conjuntos de objetos) (Montague 1974). Bealer também considera essa a condição de identidade para suas propriedades do tipo II. Embora a coextensão necessária seja a condição de identidade mais discutida para propriedades, muitos realistas a rejeitam porque ela não se encaixa bem nas explicações que eles querem desenvolver. Por um lado, essa proposta está em tensão com a ideia de que propriedades necessariamente coextensivas podem ser distintas, uma vez que elas podem conferir diferentes poderes causais a suas instâncias (Sober 1982 apresenta um forte argumento a favor disso, embora a questão ainda esteja em aberto). Por outro lado, na semântica, precisamos de propriedades que sejam mais finamente individualizadas do que a condição de coextensão necessária permite.
- **Fino médio:** propriedades são idênticas apenas quando conferem as mesmas capacidades causais ou, de forma mais geral, os mesmos poderes nomológicos às suas instâncias. Esta visão tem sido endossada por vários filósofos que trabalham principalmente com ontologia da ciência (ver §7.18).
- **Ultrafino:** as propriedades são individualizadas quase tão finamente quanto às expressões linguísticas que as expressam. Assim, por exemplo, até *vermelho* e *quadrado* e *quadrado* e *vermelho* são propriedades diferentes. Esta concepção geralmente é desenvolvida no contexto de uma rica teoria formal de propriedades que permite propriedades complexas construídas a partir de propriedades mais simples por meio de operações como negação, conjunção, etc. Uma maneira natural de prosseguir nesta abordagem é desenvolver uma explicação da análise de uma propriedade e sustentar que as propriedades são idênticas apenas no caso de terem a mesma análise

(cf. a abordagem de Bealer (1982) sobre as propriedades tipo I; Menzel 1993). Esta visão parece oferecer o tipo de propriedades necessárias em semântica, uma vez que se percebe que as propriedades concebidas como intensões não são suficientemente refinadas para explicar, por exemplo, sentenças sobre crenças. As propriedades de ultrafinas são frequentemente chamadas de “hiperintensionais”. Por mais adequadas que possam ser para a semântica, as propriedades hiperintensionais também levantam certas questões difíceis. Por exemplo, qual é a diferença entre a propriedade *ser vermelho e quadrado* e a propriedade distinta *ser quadrado e vermelho*, e o que nos permite associar o predicado complexo correto (dizer 'é vermelho e quadrado') à propriedade correta (*ser vermelho e quadrado*) em vez da errada (*ser quadrado e vermelho*)? Se as propriedades literalmente tivessem partes correspondentes às partes da expressão linguística, uma resposta poderia ser dada, mas poucos filósofos estão dispostos a admitir isso. Voltaremos brevemente a estas questões no §8.

Uma maneira alternativa de oferecer condições de identidade para propriedades está disponível para aqueles filósofos que admitem dois modos de predicação (ver §1.1). Esta alternativa foi desenvolvida por Zalta (1983; 1988). Nessa abordagem, duas propriedades são idênticas apenas quando são codificadas pelos mesmos objetos abstratos. Portanto, as propriedades que necessariamente têm as mesmas *extensões de codificação* são *idênticas*, mas as propriedades que necessariamente têm as mesmas *extensões de exemplificação* podem ser *distintas*. Para entender a diferença, observe que a propriedade de ser um quadrado redondo e a propriedade de ser um triângulo redondo necessariamente têm a mesma extensão de exemplificação. Essa abordagem tem a virtude de expressar as condições de identidade para propriedades em termos de uma de suas características mais fundamentais, ou seja, que são entidades predicáveis. O preço é que isso nos obriga a sustentar que existem dois modos de predicação e objetos abstratos. Além disso, uma vez que os objetos abstratos são identificados por meio de propriedades que eles codificam, pode-se suspeitar que há alguma circularidade perigosa em fornecer condições de identidade para propriedades em termos de objetos abstratos (Greimann 2003). Um apelo à teoria de *definições* circulares de Gupta e Belnap pode ser interessante aqui.

7. Tipos de propriedades

A maioria dos realistas concorda que existem vários tipos de propriedades, e nesta seção revisaremos os principais tipos de propriedades que eles propuseram. Mas muitos realistas são seletivos; eles acreditam que alguns, mas não todos, esses tipos de propriedades existem. De fato, *quase nenhum* dos tipos putativos de propriedades discutidos aqui é aceito por todos os realistas, mas para evitar qualificações constantes (como "tipo putativo de propriedade") apresentaremos cada tipo de propriedade como se ele fosse problemático.

7.1 Propriedades de primeira ordem vs. propriedades de ordem superior

O primeiro conjunto de questões que examinaremos envolve as características lógicas ou estruturais mais fundamentais das propriedades. Começaremos com uma imagem de uma hierarquia de propriedades organizadas de acordo com a ordem (ou nível). Propriedades e relações de primeira ordem são aquelas que só podem ser instanciadas por indivíduos. Por exemplo, a *vermelhidão* pode ser instanciada por maçãs e cerejas e *ser casado com* pode ser instanciado conjuntamente por Bill e Hillary, mas nenhuma propriedade pode ser vermelha ou casada. Entretanto, é natural supor que pelo menos muitas propriedades e relações de primeira ordem podem elas mesmas ter propriedades e relações. Por exemplo, pode-se pensar que a *vermelhidão* exemplifica a propriedade de *ser uma cor* e *estar casado com* pode ser pensado para exemplificar a propriedade de *ser uma relação simétrica*. Uma vez que pensamos em propriedades de segunda ordem, é natural perguntar se existem propriedades de terceira ordem (propriedades de segunda ordem ou, talvez de forma cumulativa, de propriedades de segunda e primeira ordem), e assim por diante, em ordens cada vez mais elevadas. Essa imagem metafísica encontra um paralelo formal na lógica de ordem superior, onde as variáveis de predicados de diferentes ordens podem ser ligadas por quantificadores.

Os realistas divergem quantos aos nichos nesta hierarquia proposta de ordens que estão ocupados. Os defensores da concepção empírica das propriedades sustentarão que é uma questão empírica se existem propriedades de segunda, quarta ou quinquagésima sétima ordem. A questão para eles provavelmente será se as supostas propriedades de ordem superior conferem algum poder causal além dos já conferidos por propriedades de ordem inferior.

Mas também é possível ter pontos de vista menos empiricamente motivados sobre quais partes da hierarquia estão ocupadas.

Elementarismo (Bergmann 1968) é a visão de que existem propriedades de primeira ordem, mas não existem propriedades de ordem superior. Existem propriedades de primeira ordem como várias tonalidades de vermelho, mas não existe nenhuma propriedade de ordem superior (como *ser uma cor*) que essas propriedades compartilham, nem estão relacionadas por qualquer relação de ordem superior (como *ser mais escuro do que*).

O elementarismo às vezes tem sido defendido recorrendo a algo semelhante ao *princípio do contato* de Russell, entendido como o princípio de que só as coisas com as quais estão familiarizados deveriam ser consideradas como existentes, juntamente com a afirmação de que estamos familiarizados com propriedades de primeira ordem, mas não com aquelas de ordem superior. Na medida em que as propriedades de primeira ordem são capazes de desempenhar todas as tarefas que as propriedades são designadas a fazer, o elementarismo também poderia ser defendido com base na parcimônia. No entanto, é amplamente reconhecido, até mesmo pelos minimalistas, que pelo menos, algumas relações de ordem superior são necessárias para conferir estrutura às propriedades de primeira ordem.

7.2 Propriedades Tipificadas

A descoberta de seu paradoxo (e depois a consciência de enigmas relacionados) levou Russell a introduzir a teoria de tipos que institui uma proibição total da autoexemplificação por meio de uma estrita segregação de propriedades em níveis que ele chamou 'tipos' (cf. Copi 1971). Na verdade, sua explicação envolve uma distinção de tipos e ordens e, portanto, é mais complexa e restritiva do que isso. Mais detalhes podem ser encontrados no verbete sobre o *paradoxo de Russell* (para uma reconstrução detalhada de como Russell reagiu ao paradoxo, cf. Landini 1998)

7.3 Propriedades não tipificadas

A teoria dos tipos nunca ganhou consenso unânime e seus muitos aspectos problemáticos são bem conhecidos (ver, por exemplo, Fitch 1952, Apêndice C; Bealer 1989). Apenas para mencionar alguns, a hierarquia da teoria de tipo imposta às propriedades parece ser altamente artificial e multiplica propriedades

ad infinitum (por exemplo, uma vez que as propriedades presumivelmente são abstratas, para qualquer propriedade P do tipo n , existe uma abstração do tipo $n+1$ que P exemplifica). Além disso, muitos casos de autoexemplificação são inofensivos e comuns (pelo menos para os realistas que não são minimalistas ou centristas conservadores). Por exemplo, a propriedade de ser uma propriedade é ela própria uma propriedade, então ela exemplifica a si mesma. Também parece haver relações transcendentais. Uma relação transcendental tal como "*pensar sobre*" é uma que pode relacionar tipos bastante diferentes de coisas: Hans pode pensar sobre Viena e ele pode pensar sobre *triangularidade*. Mas as teorias tipadas não podem acomodar propriedades transcendentais sem vários epículos.

Diversas abordagens recentes são, portanto, isentas de tipo e tratam as propriedades como entidades que podem se exemplificar. Do ponto de vista dessa perspectiva, a imagem de uma hierarquia de níveis é fundamentalmente equivocada, se for interpretada de maneira muito rígida; simplesmente existem propriedades (que podem ser exemplificadas—em muitos casos, por outras propriedades, até mesmo por si mesmas) e indivíduos (que não podem ser exemplificados). Um desafio aqui é desenvolver abordagens formais que permitam o máximo de autoexemplificação possível sem cair em paradoxos (ver §8).

7.4 Relações

O que agora consideramos como relações n -áridas genuínas não foram, ao que parece, por muito tempo, reconhecidas como tais pelos filósofos. Aparentemente, Aristóteles e os Escolásticos não encontraram lugar para relações genuinamente irredutíveis em sua ontologia (veja o verbete *teoria medieval das relações*) e Leibniz geralmente visto como um filósofo que, seguindo essa tradição, tenta mostrar de efetivamente como as relações podem ser reduzidas a propriedades monádicas (Mugnai 1992). Uma análise precisa do uso técnico de Leibniz de uso de expressões como 'na medida que' (*'quatenus'*) e 'do mesmo espécime' (*'et eo ipso'*) em frases como "Paris ama e por esta mesma razão que Helena é amada" sugere, no entanto, que ele reconheceu, de alguma forma, a existência de fatos relacionais irredutíveis (Orilia 2000a). Seja como for, não foi antes da segunda metade do século XIX (com o trabalho de Morgan, Schroeder, Peirce e, um pouco mais tarde, Russell) que as relações irredutíveis começaram a ser geralmente reconhecidas. Alguns filósofos ainda

sustentam que as relações são redutíveis às propriedades na medida que sobrevivem em propriedades monádicas de seus relata, isso mostra, em um sentido muito forte, que as relações não são efetivamente reais (alguns teóricos dos tropos sustentam essa compreensão; ela é amplamente defendida por Fisk 1972). Mas ninguém foi capaz de mostrar que todas as relações sobrevivem em propriedades monádicas, e há fortes razões para pensar que pelo menos alguns tipos de relações, por exemplo, as relações espaço-temporais, não o fazem. A compreensão de que existem relações, mas não propriedades monádicas, ou pelo menos que as primeiras têm prioridade ontológica sobre as últimas, também foi considerada. Ela é defendida em diferentes formas por Dipert 1997 e por vários autores no contexto do realismo estrutural ôntico (ver, por exemplo, French & Ladyman 2003, Esfeld 2003 e a seção §6 do verbete sobre *realismo estrutural*). No entanto, essa compreensão está longe de obter consenso (Ainsworth 2010). Em resumo, a maioria dos realistas contemporâneos acredita que existem tanto propriedades monádicas genuínas quanto relações genuínas. (veja, no entanto, Marmodoro & Yates no prelo, uma coletânea de artigos na qual a maioria lida profundamente com todas essas questões).

Na lógica de primeira ordem padrão, os predicados têm uma aridade fixa e, de acordo com isso, geralmente se considera que as relações também têm uma aridade fixa (em concepções de propriedades abundantes, existem relações de todos os números finitos de argumentos, mas na concepção escassa de propriedades, é uma questão empírica se existem relações de algum grau particular). Em contraste com isso, no entanto, muitos predicados na linguagem natural parecem ser *n-ádicos* ou *variavelmente poliádicos*; eles podem ser verdadeiros em relação a vários números de coisas. Por exemplo, o predicado "roubaram um banco juntos" é verdadeiro para Bonnie e Clyde, Ma Barker e seus dois filhos, Patti Hearst e três membros do Exército de Libertação Simbionês, e assim por diante. Predicados *n-ádicos* são muito comuns (por exemplo, "trabalham bem juntos", "conspiraram para cometer assassinato", "são amantes"). Além disso, existe um tipo de inferência, chamada "supressão de argumentos", que também sugere que muitos predicados que, *prima facie*, poderiam ser atribuídos a um certo grau fixo são, na verdade, *n-ádicos*. Por exemplo, "João está comendo um bolo" sugere que "está comendo" é diádico, mas uma vez que, pela eliminação de argumentos, implica "João está comendo", poderia-se pelo menos tentativamente concluir que "comer" também é monádico e, portanto, *n-ádico*. Muitas vezes, pode-se resistir à conclusão de que há predicados *n-ádicos* recorrendo a algum estratagema ou outro. Por exemplo,

pode-se dizer que "João está comendo" é simplesmente uma forma abreviada de "João está comendo alguma coisa." Mas parece difícil encontrar uma estratégia sistemática e convincente que permita manter que os predicados na linguagem natural têm um grau fixo. Isso motivou a construção de linguagens lógicas que apresentam predicados n -ádicos, para fornecer uma representação formal mais apropriada da linguagem natural (Gandy 1976; Graves 1993; Orilia 2000a; os dois últimos mostram que isso pode ser feito recorrendo a papéis temáticos). Embora qualquer salto da linguagem para a ontologia deve ser feito com cuidado, tudo isso sugere que as relações, ou pelo menos algumas delas, são variavelmente poliádicas. Voltando à ontologia naturalista, algum apoio para essa conclusão vem do tratamento engenhoso da medição em Mundy (1990), que é baseado em relações n -ádicas. Em resumo, parece que uma abordagem verdadeiramente flexível das propriedades deve abandonar não apenas a hierarquia restritiva de tipos, mas também a restrição de que todas as propriedades tenham um número fixo de marcadores de argumento.

Relações apresentam um problema especial, que é explicar, a partir de um ponto de vista ontológico muito geral, a natureza da diferença entre os estados de coisas, como *Abelardo ama Eloise* e *Eloise ama Abelardo*, que pelo menos *prima facie* envolvem exatamente os mesmos constituintes, ou seja, uma relação não-simétrica e dois outros itens (o ato de *amar*, Abelardo, e Eloise, em nosso exemplo). Tais estados de coisas são frequentemente ditos diferir na "ordem relacional" ou na "aplicação diferencial" da relação não-simétrica em questão, e o problema então é caracterizar o que essa ordem relacional ou aplicação diferencial representa. Russell (1903, §218) atribuiu uma enorme importância a essa questão e a atacou repetidamente. Apesar disso, até alguns anos atrás, apenas um pequeno número de outros filósofos a enfrentou sistematicamente (por exemplo, Bergmann 1992; Hochberg 1987) e seus esforços foram praticamente negligenciados. No entanto, Fine (2000) trouxe vigorosamente essa questão para a agenda dos ontologistas e propôs uma abordagem inovadora que recebeu alguma atenção. Fine identifica uma visão "padrão" e uma visão "posicionalista" (análogas as duas visões defendidas por Russell em momentos diferentes (1903; 1984); cf. Orilia 2008). De acordo com a primeira, as relações são intrinsecamente dotadas de uma "direção" o que nos permite distinguir, por exemplo, *amar* e *ser amado*: *Abelardo ama Eloise* e *Eloise ama Abelard* diferem, porque envolvem duas relações que se distinguem em direção (por exemplo, a primeira envolve *amar* e a segunda *ser amado*). De acordo com a segunda, as relações têm "posições" diferentes que podem de

alguma forma podem hospedar relatos: *Abelardo ama Eloise* e *Eloise ama Abelard* diferem, porque as duas posições da mesma relação *amar* estão ocupadas de forma diferente (por Abelardo e Eloise num caso e por Eloise e Abelard no outro caso). Fine passa a propor e endossar uma abordagem alternativa, "anti-posicionalista", segundo a qual relações não têm direção nem posições. A literatura sobre esta questão continua crescendo e existem agora várias propostas, incluindo tentativas de resgatar o posicionalismo das críticas de Fine, e o *primitivismo*, segundo o qual a aplicação diferencial não pode ser analisada (veja o verbete sobre *relações* para mais detalhes).

7.5 Proposições

Na antiguidade e no período medieval as *proposições* não eram vistas como um tipo especial de propriedade, e muitos filósofos contemporâneos que se dedicam a ontologia da física ou filosofia da matemática, não consideram as proposições como um tipo de propriedade (muitos deles duvidam de que existam tais coisas). No entanto, alguns, especialmente aqueles que trabalham na semântica da linguagem natural, frequentemente postulam a existência de proposições, observando que podemos pensá-las como um caso limite de uma propriedade (ver, por exemplo, Bealer 1982 e Van Inwagen 2015). Considere uma propriedade diádica como "*amar*" e pense em ligar um de seus lugares abertos com Darla para obter a propriedade monádica "*ama Darla*". Se podemos fazer isso, argumenta-se às vezes, então podemos preencher o último lugar aberto "Sam" e obter a propriedade zero-ária, ou proposição, de que "*Sam ama Darla*".

7.6 Propriedades estruturadas vs. propriedades não estruturadas

Alguns filósofos (por exemplo, Grossman 1983, §58-61) argumentam que todas as propriedades são simples. Outros argumentam que existe uma distinção entre *propriedades simples* e *propriedades compostas*, que algumas propriedades compostas existem, e que elas têm uma estrutura que envolve ou incorpora propriedades mais simples. De um ponto de vista, as propriedades compostas resultam da ligação entre as propriedades mais simples por meio dos conectivos lógicos como negação, disjunção e conjunção (ou de suas contrapartes ontológicas). Aspectos lógicos desta concepção são discutidos a seguir na seção sobre teorias formais de propriedades. No entanto, a questão também é ontológica e tem a ver com se temos ou não razões para postular tais

propriedades complexas em explicações como as discutidas nas seções §3 e §4. Uma investigação bem conhecida sobre esse assunto vem de Armstrong (1978a, 1997), que resulta em uma posição mista: aceita propriedades conjuntivas e rejeita propriedades disjuntivas e negativas. Aqueles que aderem a uma concepção escassa de propriedades geralmente discordam sobre as primeiras e o seguem em relação às últimas. No entanto, a questão é extremamente controversa e pode ser abordada a partir de diferentes perspectivas; por exemplo, em vez de simplesmente negar a existência de propriedades negativas, alguém pode tentar argumentar que elas são menos reais do que as propriedades positivas (Zangwill 2011). Armstrong (1978a, 1997) também admite propriedades estruturadas que não podem ser diretamente compreendidas em termos de conectivos lógicos. Elas são instanciadas por um objeto, quando ele tem partes dispostas adequadamente que instanciam propriedades mais simples. Por exemplo, que o *metano* seja exemplificado por uma determinada molécula depende da molécula ter partes que instanciam *carbono* e *hidrogênio*. Lewis (1986a) argumentou que a própria ideia de uma propriedade estruturada desse tipo é incoerente, mas há respostas que propõem diferentes maneiras de entendê-la (Wetzel 2009; Hawley, 2010; Davis 2014).

7.7 Propriedades temporais

Na filosofia do tempo (veja o verbete sobre *tempo*) há um crescente interesse no presentismo, a visão de que tudo o que existe está no tempo presente. Os presentistas têm o problema de fornecer veridadores para afirmações verdadeiras sobre o passado, por exemplo, que César atravessou o Rubicão. Na tentativa de abordar esses problemas, muitos presentistas recorreram a propriedades ou relações temporais (Bigelow 1996; Brogaard 2006), que só podem ser expressas fazendo um uso essencial dos tempos verbais. Por exemplo, de acordo com Bigelow, existe a propriedade *ser tal que César atravessou o Rubicão*, que todo o universo exemplifica agora, apesar de nem César nem o evento de sua travessia do Rubicão existirem.

7.8 Propriedade sortal vs. não-sortal

Algumas propriedades, geralmente expressas por substantivos contáveis, como "mesa" e "gato", fornecem princípios de contagem, ou princípios de identidade,

no sentido em que nos permitem contar objetos. Por exemplo, as propriedades de *ser uma mesa* e *ser um gato* são propriedades deste tipo; existem fatos definitivos sobre quantas mesas estão na cozinha e quantos gatos estão em cima dessas mesas. Eles foram chamados de *universais sortais* (por Strawson (1959, Ch. 5, §2) e *universais particularizantes* (by Armstrong (1978, Ch. 11, §4) , mas as ideias envolvidas aqui têm uma longa história. Strawson empresta a palavra "sortal" de Locke, e pelo menos algumas propriedades sortais correspondem estreitamente às substâncias secundárias de Aristóteles. Parece haver também propriedades sortais de eventos, como *intervenção* e *bombardeio*.

As propriedades sortais são naturalmente contrastadas com as propriedades *caracterizadoras*, geralmente expressas por adjetivos como 'vermelho' e 'triangular'. As propriedades caracterizadoras, como *vermelhidão* e *triangularidade*, não dividem o mundo em um número definido de coisas. Na medida em que uma propriedade como a *vermelhidão* nos permite contar coisas vermelhas, é porque estamos recorrendo ao substantivo contável genérico 'coisa' para ajudar com a contagem. Propriedades sortais também podem ser contrastadas com propriedades de *massa*, como *água*, *ouro* e *móveis*. Elas se aplicam a substâncias e, portanto, como as propriedades caracterizadoras, não dividem o mundo em números definidos de coisas.

7.9 Gênero e espécie

Embora as noções de *gênero* e *espécie* desempenhem um papel relativamente pequeno na metafísica contemporânea, elas desempenharam um papel proeminentemente na filosofia de Aristóteles e nos muitos séculos de trabalho inspirados por ela. Quando interpretamos essas noções como propriedades (em vez de expressões linguísticas), um gênero é uma propriedade geral e uma espécie é um subtipo mais específico dela. A distinção é geralmente considerada relativa: *ser um mamífero* é uma espécie em relação ao gênero *ser um animal*, mas é um gênero em relação à espécie *ser um burro*. Geralmente se assume que em tais cadeias há um gênero absoluto superior, o mais alto, e uma espécie absoluta inferior, a mais baixa.

Tradicionalmente, acreditava-se que uma espécie poderia ser especificada ou definida de forma única em termos de um gênero e de uma diferença específica. Por exemplo, a propriedade de *ser humano* é completamente determinada pelas propriedades de *ser um animal* (gênero) e *ser racional* (diferença específica). Hoje em dia, é difícil estabelecer uma distinção

entre gênero e diferença, mas a ideia de que as propriedades de espécies são propriedades compostas e conjuntivas ainda permanece natural. Por exemplo, a propriedade de *ser humano* pode ser identificada com a propriedade conjuntiva *ser um animal e ser racional*. No entanto, hoje em dia, raramente se assume, como foi por muitos séculos, que todas as propriedades compostas são conjuntivas.

7.10 Determináveis e determinadas

Os conceitos de *determináveis* e *determinadas* foram popularizados pelo filósofo de Cambridge W. E. Johnson. Propriedades como *cor* e *forma* são determináveis, enquanto versões mais específicas destas propriedades (como *vermelhidão* e *octagonalidade*) são determinadas. Da mesma forma, a massa em repouso e a massa de 3 quilogramas em repouso são um determinável e um determinado, respectivamente. Assim como a distinção entre gênero e espécie, a distinção entre determináveis e determinados é relativa; a vermelhidão é um determinado em relação à cor, mas um determinável em relação a tonalidades específicas de vermelho. No entanto, os determinados não são definíveis em termos de um determinável e uma diferença; na verdade, eles não são propriedades conjuntivas de nenhum tipo óbvio. A distinção entre determináveis e determinados desempenhou um papel maior na metafísica recente do que a distinção mais venerável entre gênero e espécie. Confira o verbete sobre *determinantes vs. determinados* para mais detalhes.

7.11 Categorias Naturais

Embora nem todos vejam as categorias naturais como propriedades, para muitos filósofos eles são propriedades importantes que trincham a natureza em suas articulações (Campbell *et al.* 2011). Paradigmas incluem a propriedade de ser um tipo específico de partícula elementar (por exemplo, a propriedade de ser um nêutron), elementos químicos (por exemplo, a propriedade de ser ouro), e espécies biológicas (por exemplo, a propriedade de ser um chacal). As categorias naturais são frequentemente contrastadas com categorias artificiais (por exemplo, ser uma unidade central de processamento). A questão principal aqui é se existem categorias naturais ou se as nossas classificações são principalmente uma questão de convenção linguística e cultural que representam apenas uma

de muitas maneiras de classificar as coisas (de modo que as articulações são um resultado da maneira que optamos por trincar a natureza).

Nos últimos anos, muito trabalho tem sido feito sobre a ontologia de categorias naturais e a semântica de termos de categoria natural (envolvendo questões como se eles são designadores rígidos), como pode ser visto a partir do verbete *categorias naturais*.

7.12 Propriedades Puramente Qualitativas

Algumas propriedades envolvem ou incorporam particulares. As propriedades de *ser idêntico a Harry* e *estar apaixonado por Harry* envolvem Harry. Mesmo aqueles que pensam que muitas propriedades existem necessariamente frequentemente acreditam que as propriedades não qualitativas como essas são contingentes; elas dependem de Harry, e só existem em circunstâncias em que ele existe. Por outro lado, propriedades puramente qualitativas (como *ser uma unidade de carga negativa* ou *estar apaixonado*) não envolvem os indivíduos dessa. A distinção entre propriedades que são puramente qualitativas e aquelas que não são é geralmente fácil de traçar, mas uma caracterização precisa dela é difícil de alcançar.

7.13 Propriedades essenciais e relações internas

Propriedades essenciais são contrastadas com propriedades acidentais, propriedades que as coisas simplesmente têm, de forma bastante contingente (veja o verbete sobre *propriedades essenciais vs. propriedades acidentais*). Meu carro é vermelho, mas poderia ter sido azul (se eu o tivesse pintado), então a sua cor é uma propriedade acidental. Em contraste, às vezes se sugere que categorias naturais fornecem exemplos de propriedades essenciais; por exemplo, *ser humano* é uma propriedade essencial de Saul Kripke (embora alguns reconheçam categorias naturais sem considerá-las propriedades essenciais). Segundo alguns filósofos, também existem essências *individuais*, propriedades essenciais que caracterizam indivíduos de forma unívoca (Plantinga 1974). De acordo com a tradição, uma propriedade essencial de um indivíduo é definida assim: é tal que, necessariamente, se esse indivíduo existe, então ele tem a propriedade em questão. Fine (1994) critica essa concepção, ao observar que, por exemplo, Sócrates não pode existir sem a propriedade de ser um membro do conjunto unitário de Sócrates, e no entanto essa propriedade

parece não ter nada a ver com a sua essência. Ele então considera a noção de ser uma propriedade essencial como primitiva.

Relações internas são geralmente compreendidas como as análogas relacionais de propriedades essenciais (monádicas). Por exemplo, se a possui a relação R com b , então R relaciona *internamente* a com b , desde que, necessariamente, se ambos existirem, então a tem essa relação com b . Relações que não são internas, que ligam seus relata de forma contingente, são *externas*. Consulte o verbete sobre relações para mais detalhes.

7.14 Propriedades intrínsecas vs. extrínsecas

Algumas propriedades são instanciadas por indivíduos devido às relações que eles têm com outras coisas. Por exemplo, a propriedade de *estar casado* é instanciada por Bill Clinton porque ele é *casado com* Hillary Clinton. Essas propriedades às vezes são chamadas propriedades *extrínsecas* ou *relacionais*. Os objetos as possuem devido às suas relações com outras coisas. Em contraste, propriedades *intrínsecas* ou *não-relacionais* são propriedades que uma coisa tem independentemente de suas relações com outras coisas. Consulte o verbete sobre *propriedades intrínsecas vs. extrínsecas* para mais detalhes.

7.15 Propriedades primárias vs. secundárias

A distinção entre propriedades primárias e secundárias remonta aos atomistas gregos. Ela permaneceu adormecida por séculos mas foi revivida por Galileu, Descartes, Boyle, Locke e outros durante o século XVII. A influência de Locke é tão predominante que essas propriedades ainda frequentemente recebem com os nomes dados por ele, qualidades *primárias* e *secundárias*. A ideia intuitiva é que as propriedades primárias são características objetivas do mundo; em muitas concepções, elas também são propriedades fundamentais que explicam por que as coisas têm as outras propriedades que elas têm. As listas iniciais de tipos de propriedades primárias incluíam *forma*, *tamanho* e (após a consolidação da influência de Newton) *massa*. Hoje poderíamos adicionar *carga*, *spin* ou os *quatro vetores* da relatividade especial. Em contraste, propriedades secundárias de alguma forma dependem da mente; listas tradicionais de propriedades secundárias incluem *cores*, *sabores*, *sons* e *odores*.

7.16 Propriedades sobrevenientes e emergentes

A *sobreveniência* às vezes é vista como uma relação entre dois fragmentos da linguagem (por exemplo, entre o vocabulário psicológico e o vocabulário físico), mas é cada vez mais considerada como uma relação entre pares de *famílias de propriedades*. Dizer que propriedades psicológicas sobrevivem em propriedades físicas, por exemplo, é dizer que, necessariamente, tudo o que possui quaisquer propriedades psicológicas também possui propriedades físicas, e quaisquer duas coisas que possuam exatamente as mesmas propriedades físicas terão exatamente as mesmas propriedades psicológicas. Não há diferenças nas propriedades psicológicas sem alguma diferença nas propriedades físicas. As propriedades sobrevenientes às vezes são distinguidas das *propriedades emergentes*.

7.17 Tipos Linguísticos

É comum contrastar os tipos e as espécimes linguísticos. Por exemplo, a palavra "cão", *enquanto* entidade abstrata e repetível, é um tipo, mas qualquer realização concreta, escrita ou oral, dela é um espécime. É verdade que é típico atribuir propriedades a um tipo linguístico, como, por exemplo, a qualidade de ser curto para a palavra 'cão', mas não é comum atribuir o tipo a um de seus espécimes; normalmente, nós não dizemos que 'cão' é possuído por uma marca concreta de tinta que vemos em um pedaço de papel. Portanto, alguns podem resistir à ideia de que os tipos linguísticos são propriedades cujas instâncias são espécimes linguísticos. No entanto, essa é uma visão bastante natural, e se a seguirmos, tais propriedades devem aparentemente ser concebidas como possivelmente estruturadas, uma vez que palavras e frases têm partes (Wetzel 2009; Davis 2014).

7.18 Propriedades categóricas vs. poderes causais

Na ontologia naturalista, podemos identificar duas concepções de propriedades em jogo: propriedades como poderes ou disposições para agir ou serem afetadas e propriedades como qualidades categóricas ou manifestas, simplesmente maneiras pelas quais os objetos acontecem de ser. Parece claro que ter uma propriedade muitas vezes se resume a ter um certo poder causal e,

em alguns casos, as *únicas* informações que podemos fornecer sobre uma propriedade são quais poderes (capacidades) ela confere às suas instâncias. Por exemplo, o que sabemos sobre cargas determinadas têm a ver com os poderes ativos e passivos que elas conferem às partículas que as instanciam, seus efeitos nos campos eletromagnéticos ao seu redor e assim por diante. À luz de exemplos como este, alguns filósofos argumentaram que todas as propriedades são poderes causais (por exemplo, Achinstein 1974; Armstrong 1978, cap. 16; Shoemaker 1984, caps. 10 and 11; Hawthorne 2001; Bird 2005, 2007; veja Tugby 2013 para uma tentativa de defesa desse tipo de perspectiva a partir de uma concepção Platonista de propriedades). Em uma visão tão extrema, a própria distinção entre ter um poder (que não pode não ser exercido) e manifestar um poder é perdida e, portanto, Martin (1993) e Armstrong (2005), mantendo que todas as propriedades conferem poderes causais e, assim, tem um "lado disposicional" reconhecem que também têm um "lado qualitativo". Martin (1997) e Heil (2003) propuseram entender a relação entre esses dois lados como identidade, mas Armstrong discorda (2005, 315) e prefere uma explicação em termos de sua própria teoria da relação-N das leis da natureza. Apoiadores da ideia de que propriedades e poderes devem andar de mãos dadas continuam florescendo: Yates (2013) se baseia no essencialismo de Kit Fine (1994) para explicar como conceder poderes é essencial para as propriedades, e Ingthorsson (2013) examina como as propriedades podem ser tanto qualitativas quanto disposicionais.

Alguns filósofos, no entanto, insistem que deve haver propriedades categóricas irreduzíveis a poderes (Ellis 2001, 2010; Molnar 2003). Bird (2005) chamou de forma depreciativa essas propriedades categóricas de "quididades" e argumentou que elas seriam ininteligíveis e indistinguíveis entre si. No entanto, Ellis (2010) respondeu que propriedades que intuitivamente consideraríamos como categóricas, como "forma, tamanho, orientação, velocidade, lateralidade, direção, separação angular", podem ser reconhecidas por meio de "padrões comuns de relações espaço-temporais", e assim, afinal de contas, "não haveria nada de errado com as quididades."

8. Teorias formais de propriedades

As teorias formais da propriedade são sistemas formais que visam a formular "leis gerais não contingentes que tratam de propriedades" (Bealer & Mönlich 1989, 133). Portanto, elas permitem a inclusão de termos correspondentes a

propriedades, em particular variáveis que se destinam a abranger propriedades e que podem ser quantificadas. Isto pode ser alcançado de duas maneiras. Ou (opção 1; Cocchiarella 1986) os termos que representam propriedades são predicados ou (opção 2; cf. Bealer 1982) tais termos são termos sujeitos que podem ser ligados a outros termos sujeitos por um predicado especial, destinado a expressar uma relação de predicação (vamos usar 'pred'), muito semelhante ao uso de um predicado especial, '∈', na teoria dos conjuntos padrão para expressar a relação de pertinência. Para ilustrar, dada a primeira opção, uma afirmação como "existe uma propriedade que tanto João quanto Maria têm" pode ser formalizada como " $\exists P(P(j) \ \& \ P(m))$ ". Dada a segunda opção, pode ser formalizada como " $\exists x \text{ (pred}(x, j) \ \& \ \text{pred}(x, m))$ ". (As duas opções podem de alguma forma ser combinadas como em Menzel 1986; consulte Menzel 1993 para mais discussões).

Qualquer que seja a opção seguida, ao elaborar essas teorias, normalmente se postula um rico conjunto de propriedades. Tradicionalmente, isso é feito por meio de um chamado princípio de compreensão que, intuitivamente, afirma que, para qualquer fórmula bem formada ("fbf") A , com n variáveis livres, x_1, \dots, x_n , existe uma propriedade n -ádica correspondente. Seguindo a opção 1, ele é formulado da seguinte maneira:

$$(CP) \exists R^n \forall x_1 \dots \forall x_n (R^n(x_1, \dots, x_n) \leftrightarrow A).$$

Alternativamente, pode-se usar um operador de ligação de variável, λ , que, dado uma fbf aberta, gera um termo (chamado de "abstração lambda") que se destina a representar uma propriedade. Essa forma de proceder é mais flexível e é seguida nas versões mais recentes da teoria das propriedades. Portanto, a seguiremos a partir de agora. Para ilustrar, podemos aplicar ' λ ' à fórmula aberta ' $R(x) \ \& \ S(x)$ ' para formar o predicado complexo de um lugar ' $[\lambda x(R(x) \ \& \ S(x))]$ '; se ' R ' denota *ser vermelho* e ' S ' denota *ser quadrado*, então esse predicado complexo denota a propriedade composta e conjuntiva de *ser vermelho e quadrado*. Da mesma forma, podemos aplicar o operador à fórmula aberta " $\exists y(L(x, y))$ " para formar o predicado monádico " $[\lambda x \exists y(L(x, y))]$ "; se ' L ' significa *amar*, esse predicado complexo denota a propriedade composta de *amar alguém* (enquanto ' $[\lambda y \exists x(L(x, y))]$ ' denotaria *ser amado por alguém*). Para garantir que as abstrações lambda designem a propriedade pretendida, deve-se assumir um "princípio de conversão lambda". Dada a opção 1, ele pode ser formulado assim:

$$(\lambda\text{-conv}) [\lambda x_1 \dots x_n A](t_1, \dots, t_n) \leftrightarrow A(x_1/t_1, \dots, x_n/t_n).$$

$A(x_1/t_1, \dots, x_n/t_n)$ é a fbf resultante da substituição simultânea de cada x_i em A com t_i (para $1 \leq i \leq n$), desde que t_i esteja livre para x_i em A .) Por exemplo, de acordo com esse princípio, $[\lambda x(R(x) \ \& \ S(x))](j)$ é verdadeiro se, e somente se, $R(j) \ \& \ S(j)$ também for verdadeiro, como deveria ser.

A lógica de segunda ordem padrão permite a existência de variáveis de predicado ligadas por quantificadores. Portanto, na medida em que essas variáveis são consideradas como representativas de propriedades, esse sistema pode ser visto como uma teoria formal de propriedades. No entanto, seu poder expressivo é limitado, uma vez que não permite termos sujeitos que representem propriedades. Portanto, por exemplo, não é possível afirmar de propriedade F que $F = F$. Isso é uma limitação séria se você deseja uma ferramenta formal para um conjunto de propriedades cujas leis você está tentando explorar. Lógicas de ordem superior padrão para além da segunda ordem eliminam essa limitação, permitindo predicados em posição de sujeito, desde que os predicados que são predicados deles pertençam a um tipo superior. Isso pressupõe uma gramática na qual os predicados são atribuídos a tipos de níveis crescentes, o que pode significar que as próprias propriedades, para as quais os predicados representam, são organizadas em uma hierarquia de tipos. Portanto, essas lógicas adequam uma versão ou outra da teoria de tipos elaborada por Russell para controlar seu próprio paradoxo e enigmas relacionados. Se um predicado pode ser predicado de outro predicado apenas se o primeiro for de um tipo superior ao segundo, então a auto predicação é banida e o paradoxo de Russell nem mesmo pode ser formulado. Seguindo essa linha, podemos construir uma teoria formal de propriedades baseada em teoria de tipos. A teoria simples dos tipos, como apresentada, por exemplo, em Copi 1971, pode ser vista como uma versão prototípica desse tipo de teoria de propriedades (se desconsiderarmos o princípio da extensionalidade assumido por Copi). Uma abordagem baseada em teorias de tipos também é seguida na teoria de propriedades incorporada na teoria de objetos abstratos de Zalta (1983).

No entanto, por razões esboçadas na seção §7.3, a teoria dos tipos dificilmente é satisfatória. Portanto, ao longo dos anos, muitas versões livres de tipos da teoria das propriedades foram desenvolvidas. Claro, sem as restrições da teoria de tipos e com aplicação do princípio de conversão lâmbda ($\lambda\text{-conv}$) e lógica clássica (LC), paradoxos como o de Russell surgem imediatamente (para ver isso, considere esta instância de ($\lambda\text{-conv}$): ($\lambda\text{-conv}$): $[\lambda x \sim x(x)]([\lambda x \sim x(x)] \leftrightarrow$

$\sim[\lambda x \sim x(x)]([\lambda x \sim x(x)])$). Em sistemas formais nos quais termos singulares abstratos ou predicados podem (mas não precisam) denotar propriedades (cf. Swoyer 1998), contrapartes formais de predicados (complexos) como "ser uma propriedade que não exemplifica a si mesma" (formalmente, " $[\lambda x \sim x(x)]$ ") podem existir na linguagem objeto, sem denotar propriedades; dessa perspectiva, o paradoxo de Russell mostraria apenas que tais predicados não representam propriedades. Mas gostaríamos de ter critérios gerais para decidir quando um predicado representa uma propriedade e quando não o faz. Além disso, pode-se questionar o que dá significado a esses predicados se eles não representam propriedades. Existem, portanto, motivações para a construir teorias de propriedade livres de tipos nas quais todos os predicados representem propriedades. Podemos distinguir dois principais grupos delas: aquelas que enfraquecem a LC e aquelas que circunscrevem (λ -conv) (algumas das propostas a serem mencionadas abaixo são formuladas em relação à teoria dos conjuntos, mas podem ser facilmente traduzidas em propostas para a teoria das propriedades).

Um exemplo inicial da abordagem anterior foi apresentado em um artigo de 1937 pelo lógico russo D. A. Bochvar (Bochvar 1981), onde o princípio do terceiro excluído é sacrificado como consequência da adoção do que agora é conhecido como o esquema trivalente fraco de Kleene. Uma tentativa interessante recente, baseada em abandonar o terceiro excluído, é o trabalho de Field 2004. Uma proposta alternativa bastante radical é abraçar uma lógica paraconsistente e abrir mão do princípio da não-contradição (Priest 2006). Uma maneira diferente de abandonar a lógica clássica é seguida por Fitch, Prawitz e Tennant, que na prática renunciam à transitividade da consequência lógica (consulte Rogerson 2007 para uma análise recente dessas tentativas). O problema com todas essas abordagens é se a lógica subjacente é forte o suficiente para todas as aplicações pretendidas da teoria das propriedades, em particular na semântica da linguagem natural e nos fundamentos da matemática.

Quanto à segunda abordagem (baseada em circunscrições (λ -conv)), foi proposto ler os axiomas de uma teoria de conjuntos padrão, como a ZFC, sem a extensionalidade, como se estivessem tratando de propriedades em vez de conjuntos (Schock 1969; Bealer 1982; Jubien 1989). O problema com isso é que esses axiomas, entendidos como falando sobre conjuntos, podem ser motivados pela concepção iterativa dos conjuntos, mas eles parecem bastante ad hoc quando entendidos como falando sobre propriedades (Cocchiarella 1985). Uma alternativa pode ser encontrada em Cocchiarella 1986, onde (λ -conv) é

circunscrito adaptando à propriedades a noção de estratificação usada por Quine para conjuntos. No entanto, essa abordagem está sujeita a uma versão do paradoxo de Russell derivável de fatos contingentes, mas intuitivamente possíveis (Orilia 1996) e a um paradoxo de hiperintensionalidade (Bozon 2004) (consulte Landini 2009 e Cocchiarella 2009 para uma discussão de ambos). Orilia 2000 propôs outra estratégia para circunscrever (λ -conv), com base na aplicação da teoria de *definições* circulares de Gupta e Belnap à exemplificação.

Independentemente dos paradoxos (Bealer & Mönlich 1989, 198 ff.), há a questão de fornecer condições de identidade para as propriedades, especificando quando duas propriedades são idênticas. Se alguém pensa nas propriedades como significados de predicados da linguagem natural e tenta explicar os contextos intensionais, é provável que se incline a assumir condições de identidade bastante detalhadas, possivelmente permitindo que $[\lambda x(R(x) \& S(x))]$ e $[\lambda x(S(x) \& R(x))]$ sejam distintas. Presumivelmente, pelo menos se manterá que duas variantes notacionais como " $[\lambda x(R(x) \& S(x))]$ " e " $[\lambda y(R(y) \& S(y))]$ " representam a mesma propriedade. Por outro lado, se alguém pensa nas propriedades como entidades causalmente operantes no mundo físico, desejará fornecer condições de identidade mais grosseiras. Por exemplo, alguém pode pelo menos exigir que $[\lambda xA]$ e $[\lambda xB]$ sejam a mesma propriedade se for contingente que seja fisicamente necessário que $\forall x(A \leftrightarrow B)$ (embora alguém tenha que aceitar a ideia de que a identidade $[\lambda xA] = [\lambda xB]$ é apenas contingentemente verdadeira, se for fisicamente necessário que $\forall x(A \leftrightarrow B)$). Bealer 1982 tenta combinar as duas abordagens (ver também Bealer & Mönlich 1989).

Os sistemas formais de teoria das propriedades muitas vezes são fornecidos com uma semântica algébrica que associa termos predicativos primitivos da linguagem com propriedades básicas e os lambda abstratos com propriedades complexas obtidas a partir das propriedades básicas por meio de operações que geram novas propriedades a partir das propriedades dadas (Bealer 1973, 1982; McMichael & Zalta 1981; Leeds, 1978; Menzel 1986; Swoyer 1998; Zalta 1983). Assim, por exemplo, assume-se que existe uma operação, $\&$, que mapeia cada par de propriedades, P e Q , para a propriedade conjuntiva $P \& Q$. Se 'P' e 'Q' representarem P e Q , respectivamente, então, " $[\lambda x(P(x) \& Q(x))]$ " corresponderá a $P \& Q$. Como outro exemplo, geralmente se assume que existe uma operação, PLUG_1 , que, dada uma relação diádica R e um objeto d , gera a propriedade monádica $\text{PLUG}_1(R,d)$. Se " R " e " d " denotarem R e d , respectivamente, então a propriedade $\text{PLUG}_1(R,d)$ será denotada pela

expressão lambda "[$\lambda x R(d,x)$]."A propriedade em questão é aquela que alguma coisa possui quando d mantém a relação R com ela.

Essa maneira de falar certamente sugere que existem propriedades complexas e estruturadas que realmente têm "partes" ou constituintes muito parecidos com as expressões linguísticas que usamos para falar sobre elas. No entanto, embora alguns filósofos estejam dispostos a seguir por esse caminho (Armstrong (1978, 36-39, 67f), Bigelow e Pargetter 1989; Orilia 1998), muitos outros (Bealer 1982; Cocchiarella 1986) acreditam que a aparência de que algumas propriedades são, literalmente, estruturadas é um artefato do nosso uso de termos estruturados para denotá-las. Mas nosso uso de termos estruturados e metáforas estruturais não significa que as próprias propriedades sejam genuinamente estruturadas ou literalmente tenham partes (Swoyer 1998, §1.2).

Referências

- Aaron, Richard, 1967, *A Theory of Universals* 2nd/ed., Oxford: Clarendon Press.
- Achinstein, Peter, 1974, "The Identity Conditions of Properties," *American Philosophical Quarterly*, 11: 257–275.
- Ainsworth, Peter M., 2010, "What is Ontic Structural Realism?," *Studies in History and Philosophy of Modern Physics*, 41: 50–57.
- Armstrong, David M., 1978, *Nominalism and Realism, Vol. I. A Theory of Universals*, Cambridge: Cambridge University Press.
- , 1978a, *Universals and Scientific Realism, Vol. II. A Theory of Universals*, Cambridge: Cambridge University Press.
- , 1983, *What is a Law of Nature?*, Cambridge: Cambridge University Press.
- , 1984, "Replies," in Radu Bogdan, ed., *D.M. Armstrong: Profiles*, Dordrecht: D. Reidel.
- , 1997, *A World of States of Affairs*, Cambridge: Cambridge University Press.
- , 2004, *Truth and Truthmakers*, Cambridge: Cambridge University Press.
- , 2005, "Four Disputes About Properties," *Synthese*, 144: 309–320.
- Baxter, Donald L. M., 2001, "Instantiation as Partial Identity," *Australasian Journal of Philosophy*, 79: 449–464.
- , 2013, "Instantiation as Partial Identity: Replies to my Critics," *Axiomathes*, 23: 291–299.
- Bealer, George, 1973, *A Theory of Qualities: A First-order Extensional Theory which includes a definition of analyticity, a one-level semantic method, and a*

- derivation of intensional logic, set theory and modal logic*, Ph.D. Dissertations, University of California, Berkeley.
- , 1982, *Quality and Concept*, Oxford: Clarendon Press.
- , 1989, “Fine-Grained Type-free Intensionality,” in Chierchia *et al.* (1989): 177–230
- , 1994, “Property Theory: The Type-free Approach vs. the Church Approach,” *Journal of Philosophical Logic*, 23: 139–171.
- Bealer, George and Uwe Mönnich, 1989, “Property Theories,” in Dov Gabbay and Franz Guenther, eds., *Handbook of Philosophical Logic*, Vol. IV, Reidel, Dordrecht: 133–251.
- Benacerraf, Paul, 1965, “What Numbers Could Not Be,” *Philosophical Review*, 74: 47–73.
- , 1973, “Mathematical Truth,” *Journal of Philosophy*, 70: 661–679.
- Benovski, Jiri, 2014, “Tropes or Universals: How (not) To Make One’s Choice,” *Metaphilosophy*, 45: 69–86.
- Bergmann, Gustav, 1960, “Ineffability, Ontology and Method,” *The Philosophical Review*, 69: 18–41 (repr. in his *Logic and Reality*, University of Wisconsin Press, Madison: 45–63).
- , 1968, “Elementarism,” Ch. 6 of his *Meaning and Existence*, Madison: University of Wisconsin Press.
- , 1992, *New Foundations of Ontology* (ed. by W. Heald). Madison: University of Wisconsin Press.
- Bigelow, John, 1996, “Presentism and Properties,” *Philosophical Perspectives*, 10: 35–52.
- Bigelow, John and Robert Pargetter, 1989, “A Theory of Structural Universals,” *Australasian Journal of Philosophy*, 67: 1–11.
- , 1990, *Science and Necessity*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Bird, Alexander, 2005, “Laws and Essences,” *Ratio*, 18: 437–461.
- , 2007, *Nature’s Metaphysics*, Oxford: Clarendon Press.
- Bochvar, D. A., 1981, “On a Three-valued Logical Calculus and Its Application to the Analysis of the Paradoxes of the Classical Extended Functional Calculus” (transl. from Russian by M. Bergmann), *History and Philosophy of Logic*, 2: 87–112.
- Bozon, Serge, 2004, “Why λ HST* and HST* $_{\lambda}$ Do Not Solve the Russell-Myhill Paradox After All,” in Laura Alonso I Alemany and Paul Égré (eds.), *Proceedings of the 9th Student ESSLLI Session*: 48–60.

- Broad, C. D., 1933, *Examination of McTaggart's Philosophy: Volume I*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Brogaard, Berit, 2006, "Tensed Relations," *Analysis*, 66: 194–202.
- Butchvarov, Panayot, 1966, *Resemblance and Identity*, Bloomington: University of Indiana Press.
- Bynoe, William, 2011, "Against the Compositional View of Facts," *Australasian Journal of Philosophy*, 89: 91–100.
- Campbell, Joseph K., Michael O'Rourke and Matthew H. Slater (eds.), 2011, *Carving Nature at Its Joints: Natural Kinds in Metaphysics and Science*, Cambridge: MIT Press.
- Carmichael, Chad, 2010, "Universals," *Philosophical Studies*, 150: 373–389.
- Cartwright, Nancy, 1983, *How the Laws of Physics Lie*, Oxford: Clarendon Press.
- , 1989, *Nature's Capacities and their Measurement*, Oxford: Clarendon Press.
- Casullo, A., 1988, "A fourth version of the bundle theory," *Philosophical Studies*, 54: 125–139.
- Castañeda, Hector-Neri, 1972, "Thinking and the Structure of the World," *Critica*, 6: 43–86.
- Cherniss, H. F., 1936, "The Philosophical Economy of Plato's Theory of Ideas," *American Journal of Philology*, 57: 445–456.
- Chierchia, Gennaro, and Barbara Partee and Raymond Turner (eds.), 1989, *Properties, Types and Meanings* (Volume I: Foundational Issues). Dordrecht: Kluwer.
- Chierchia, Gennaro and Raymond Turner, 1988, "Semantics and Property Theory," *Linguistics and Philosophy*, 11: 261–302.
- Cocchiarella, Nino B., 1985, "Review of G. Bealer's *Quality and Concept*," *Journal of Symbolic Logic*, 50: 554–56.
- , 1986, *Logical Investigations of Predication Theory and the Problem of Universals*, Napoli: Bibliopolis.
- , 1986a, *Frege, Russell and Logicism: A Logical Reconstruction*, in Leila Haaparanta and Jaakko Hintikka (eds.), *Frege Synthesized. Essays on the Philosophical and Foundational Work of Gottlob Frege*, Dordrecht: Reidel: 197–252.
- , 1989, "Conceptualism, Realism and Intensional Logic," *Topoi*, 8: 15–34.
- , 2007, *Formal Ontology and Conceptual Realism*, Dordrecht: Springer.
- , 2009, "Reply to Landini's Review of *Formal Ontology and Conceptual Realism*," *Axiomathes*, 19: 143–153.

- Copi, Irving, 1971, *The Theory of Logical Types*, London: Routledge and Kegan Paul.
- Cowling, Samuel, 2014, "Instantiation as Location," *Philosophical Studies*, 167: 667–682.
- Creswell, Max J., 1985, *Structured Meanings. The Semantics of Propositional Attitudes*, Boston: MIT Press.
- Curtis, Benjamin L., 2014, "The Rumble in the Bundle," *Noûs*, 48: 298–313.
- Davis, Wayne A., 2014, "On Occurrence of Types in Types," *Australasian Journal of Philosophy*, 92: 349–363.
- Dipert, Randall R., 1997, "The Mathematical Structure of the World: The World as Graph," *Journal of Philosophy*, 94: 329–358.
- Dorr, Cian and John Hawthorne, 2013, "Naturalness," *Oxford Studies in Metaphysics*, 8: 3–77.
- Dretske, Fred, 1977, "Laws of Nature," *Philosophy of Science* 44: 248–268.
- Egan, Andy, 2004, "Second-order predication and the Metaphysics of Properties," *Australasian Journal of Philosophy*, 82: 48–66.
- Ellis, Brian, 2001, *Scientific Essentialism*, Cambridge: Cambridge University Press.
- , 2010, "Causal Powers and Categorical Properties," in Anna Marmodoro (ed.), *The Metaphysics of Powers: Their Grounding and Their Manifestations*, New York: Routledge: 133–142.
- Esfeld, Michael, 2003, "Do Relations Require Underlying Intrinsic Properties? A Physical Argument for the Metaphysics of Relations," *Metaphysica*, 5: 5–25.
- Fales, Evan, 1990, *Causation and Universals*, New York: Routledge.
- Field, Hartry, 2004, "The Consistency of the Naïve theory of Properties," *Philosophical Quarterly*, 54: 78–104.
- Fine, Kit, 1994, "Essence and Modality," *Philosophical Perspectives*, 8: 1–16.
- , 2000, "Neutral Relations," *Philosophical Review*, 14: 1–33.
- Fitch, Frederic B., 1952, *Elements of Symbolic Logic*, New York: The Ronald Press Company.
- Fisk, Milton, 1972, "Relatedness without Relations," *Noûs*, 6: 139–151.
- Forrest, Peter, 1986, "Ways Worlds Could Be," *Australasian Journal of Philosophy*, 64: 15–24.
- , 2005, "Universals as Sense-Data," *Philosophy and Phenomenological Research*, 71: 622–631.
- , 2013, "Exemplification and Parthood," *Axiomathes*, 23: 323–341.

- Francescotti, Robert (ed.), 2014, *Companion to Intrinsic Properties*, Berlin: de Gruyter.
- Frege, Gottlob, 1892, "Über Begriff und Gegenstand," *Vierteljahresschrift für wissenschaftliche Philosophie*, 16: 192–205. Translated as "Concept and Object" by Peter Geach in *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, P. Geach and Max Black (eds. and trans.), Oxford: Blackwell, third edition, 1980.
- French, Steven and James Ladyman, 2003, "Remodelling Structural Realism: Quantum Physics and the Metaphysics of Structure," *Synthese*, 136: 31–56.
- Galluzzo, Gabriele and Michael J. Loux (eds.), 2015, *The Problem of Universals in Contemporary Philosophy*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Gaskin, Richard, 2008, *The Unity of the Proposition*, Oxford: Oxford University Press.
- Gorman, Michael, 2014, "Two Types of Features: An Aristotelian Approach," *Ratio*, 27: 140–154.
- Gozzano, Simone and Francesco Orilia, 2008, *Tropes, Universals and the Philosophy of Mind*, Frankfurt: Ontos Verlag.
- Grandy, Richard E., 1976, "Anadic Logic and English," *Synthese*, 32: 393–402.
- Graves, P. R., 1993, "Argument Deletion without Events," *Notre Dame Journal of Formal Logic*, 34: 607–620.
- Greimann, Dirk, 2003, "Is Zalta's Individuation of Intensional Entities Circular?," *Metaphysica*, 5: 93–101.
- Grossmann, Reinhardt, 1983, *The Categorical Structure of the World*, Bloomington: Indiana University Press.
- Hawley, Katherine, 2010, "Mereology, Modality, and Magic," *Australasian Journal of Philosophy*, 88: 117–133.
- Hawthorne, John, 2001, "Causal Structuralism," *Philosophical Perspectives*, 13: 361–378 (repr. as Ch. 10 of his *Metaphysical Essays*, Oxford: Oxford University Press, 2006).
- Heal, Jane, 1997, "Indexical Predicates," *Mind*, 106: 619–640.
- Heil, John, 2003, *From an Ontological Point of View*: Oxford: Oxford University Press.
- Hochberg, Herbert, 1968, "Nominalism, Platonism, and Being True of," *Noûs*, 2: 413–419.
- , 1987, "Russell's Analysis of Relational Predication and the Asymmetry of the Predication Relation," *Philosophia*, 17: 439–459.
- , 2013, "Nominalism and Idealism," *Axiomathes*, 23: 213–234.

- Ingthorsson, Roegnvaldur, 2013, "Properties: Qualities, Powers or Both?," *dialectica*, 67: 55–80.
- Johansson, Ingvar, 2013, "Scattered Exemplification and Many-Place Copulas," *Axiomathes*, 23: 235–246.
- Jubien, Michael, 1989, "On Properties and Property Theory," in Chierchia *et al.* (1989): 159–175.
- Knowles, Robert, 2015, "Heavy Duty Platonism," *Erkenntnis*, Published online on January, 31, 2015.
- Kripke, Saul, 1980, *Naming and Necessity*, Cambridge, Ma.: Harvard University Press.
- Landini, Gregory, 1998, *Russell's Hidden Substitutional Theory*, Oxford: Oxford University Press.
- , 2008, "Russell's Definite Descriptions *De Re*," in Nicholas Griffin and Dale Jacquette (eds.), *Russell vs. Meinong: The Legacy of 'On Denoting'*, Routledge: New York: pp. 265–296.
- , 2009, "Cocchiarella's Formal Ontology and the Paradoxes of Hyperintensionality," *Axiomathes*, 19: 115–142.
- Leeds, Stephen, 1978, "Quine on Properties and Meanings," *Southwestern Journal of Philosophy*, 9: 97–108.
- Levinson, Jerrold, 1991, "Attributes," in Hans Burkhardt and Barry Smith, eds., *Handbook of Metaphysics and Ontology*, Vol. I. Munich: Philosophia: 65–70.
- Lewis, David K., 1983, "New Work for a Theory of Universals" *Australasian Journal of Philosophy*, 61: 343–377.
- , 1986, *On the Plurality of Worlds*, Oxford: Blackwell.
- , 1986a, "Against Structural Universals," *Australasian Journal of Philosophy*, 64: 25–46.
- Linsky, Bernard and Edward Zalta, 1995, "Naturalized Platonism vs. Platonized Naturalism," *Journal of Philosophy* 92: 525–555.
- Loux, Michael J., 1972, "Recent Work in Ontology," *American Philosophical Quarterly*, 9: 119–138.
- , 2006, *Metaphysics. A Contemporary Introduction*, 3d ed., London: Routledge.
- , 2015, "An Exercise in Constituent Ontology," in Galluzzo *et al.* (2015): 9–45.
- Lowe, E. Jonathan, 2006, *The Four-Category Ontology: A Metaphysical Foundation for Natural Science*, Oxford: Clarendon Press.

- MacBride, Fraser, 2005, "The Particular-Universal Distinction: A Dogma of Metaphysics?," *Mind*, 114: 565–614.
- , 2011, "Relations and Truthmaking," *Proceedings of the Aristotelian Society*, 111, Part I: 161–179.
- Margolis, Eric and Stephen Laurence (eds.), 1999, *Concepts: Core Readings*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Marmodoro, Anna and David Yates (eds.), forthcoming, *The Metaphysics of Relations*, Oxford: Oxford University Press.
- Martin, C. B., 1993, "Powers for Realists," in John Bacon, Keith Campbell and Keith Campbell and Lloyd Reinhardt, eds., *Ontology, Causality and Mind*, Cambridge: Cambridge University Press: 175–194.
- , 1997, "On the Need for Properties: The Road to Pythagoreanism and Back," *Synthese*, 112: 193–231.
- Maurin, Anna-Sofia, 2002, *If Tropes*, Dordrecht: Kluwer.
- , 2015, "States of Affairs and the relation regress," in Galluzzo *et al.* (2015): 195–214.
- McMichael, Alan and Edward Zalta, 1981, "An Alternative Theory of Nonexistent Objects," *Journal of Philosophical Logic*, 9: 297–313.
- Mellor, D. H., 1991, *Matters of Metaphysics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Menzel, Chris, 1986, "A Complete Type-free 'Second Order' Logic and its Philosophical Foundations," Center for the Study and Language and Information, Technical Report #CSLI-86-40, Stanford University.
- , 1993, "The Proper Treatment of Predication in Fine-grained Intensional Logic," *Philosophical Perspectives*, 7: 61–87.
- Molnar, George, 2003, *Powers*, Oxford: Oxford University Press.
- Monaghan, Patrick X., 2011, *Property Possession as Identity: An Essay in Metaphysics*, Frankfurt: Ontos.
- Montague, Richard, 1974, *Formal Philosophy: Selected Papers of Richard Montague* (Richmond Thomasson, ed.). New Haven: Yale University Press.
- Mugnai, Massimo, 1992, *Leibniz's Theory of Relations*, Stuttgart: Franz Steiner Verlag (*Studia Leibnitiana Supplementa*, Vol. 28).
- Mulligan, Kevin, and Peter Simons and Barry Smith, 1984, "Truth-Makers," *Philosophy and Phenomenological Research*, 44: 287–321.
- Mumford, Stephen, 2007, *David Armstrong*, New York: Acumen.

- Mundy, Brent, 1987, "The Metaphysics of Quantity," *Philosophical Studies*, 51: 29–54.
- , 1990, "Elementary Categorical Logic, Predicates of Variable Degree, and Theory of Quantity," *Journal of Philosophical Logic*, 18: 115–140.
- Orilia, Francesco, 1996, "A Contingent Russell's paradox," *Notre Dame Journal of Formal Logic*, 37: 105–11.
- , 1999, *Predication, Analysis and Reference*, Bologna: CLUEB.
- , 2000, "Property Theory and the Revision Theory of Definitions," *Journal of Symbolic Logic*, 65: 212–246.
- , 2000a, "Argument Deletion, Thematic Roles, and Leibniz's Logico-grammatical Analysis of Relations," *History and Philosophy of Logic*, 21: 147–162.
- , 2006, "States of affairs. Bradley vs. Meinong," in Venanzio Raspa, ed., *Meinongian Issues in Contemporary Italian Philosophy*, Frankfurt: Ontos: 213–238.
- , 2006a, "Quantum-mechanical statistics and the inclusivist approach to the nature of particulars," *Synthese*, 148: 57–77.
- , 2008, "The Problem of Order in Relational States of Affairs: A Leibnizian View," in Guido Bonino and Rosaria Egidi, eds., *Fostering the Ontological Turn: Essays on Gustav Bergmann*, Frankfurt: Ontos: 161–186.
- , 2012, "A Theory of Fictional Entities Based on Denoting Concepts," *Revue internationale de philosophie*, 66: 577–592.
- , 2016, "Armstrong's Supervenience and Ontological Dependence," in Francesco F. Calemi, ed., *Metaphysics and Scientific Realism. Essays in Honour of David Malet Armstrong*, Berlin: de Gruyter: 233–251.
- Parsons, Terence, 1980, *Nonexistent Objects*, New Haven: Yale University Press.
- , 1986, "Why Frege Should not have Said 'The Concept Horse is not a Concept'," *History of Philosophy Quarterly*, 3: 449–465.
- Paul, L. A., 2002, "Logical Parts," *Noûs*, 36: 578–596.
- Peacock, Howard, 2012, "Bradley's Regress, Truthmaking and Constitution" *Grazer Philosophische Studien*, 86: 1–21.
- Plantinga, Alvin, 1974, *The Nature of Necessity*, Oxford: Clarendon Press.
- Plato, *Parmenides*, in *Plato: Complete Works*, J. M. Cooper and D. S. Hutchinson (eds.), Indianapolis: Hackett, 1997.
- Plato, *Philebus*, in *Plato: Complete Works*, J. M. Cooper and D. S. Hutchinson (eds.), Indianapolis: Hackett, 1997.

- Pollard, Stephen and Norman Martin, 1986, "Mathematics for Property Theorists," *Philosophical Studies*, 49: 177–186.
- Priest, Graham, 2006, *In Contradiction* (2nd ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Quine, Willard V. O., 1956, "Quantifiers and Propositional Attitudes," *Journal of Philosophy*, 53: 177–187.
- , 1961, "On What There Is," in *From a Logical Point of View*, 2nd ed. N.Y.: Harper and Row.
- Quinton, Anthony, 1973, *The Nature of Things*, London: Routledge & Kegan Paul.
- Rapaport, William J., 1978, "Meinongian Theories and a Russellian Paradox," *Noûs*, 12: 153–180.
- Resnik, Michael, 1997, *Mathematics as a Science of Patterns*, Oxford: Clarendon Press.
- Robb, David, 1997, "The Properties of Mental Causation," *The Philosophical Quarterly*, 47: 178–194.
- Rogerson, Susan, 2007, "Natural Deduction and Curry's paradox," *Journal of Philosophical Logic*, 36: 155–179.
- Rosch, Eleanor, 1978, "Principles of Categorization," in E. Rosch and B. Lloyd (eds.), *Cognition and Categorization*, Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum: 27–48.
- Russell, Bertrand, 1903, *The Principles of Mathematics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- , 1912, *The Problems of Philosophy*, London: Home University Library.
- , 1948, *Human Knowledge: Its Scope and Limits*, London: Allen and Unwin.
- , 1984, *Theory of Knowledge*— (ed. by E. R. Eames in collaboration with K. Blackwell), London: Routledge.
- Schneider, Luc, 2013, "Whatever Binds the World's Innermost Core Together Outline of a General Theory of Ontic Predication" *Axiomathes*, 23: 419–442.
- Schock, Rolf, 1969, *New Foundations for Concept Theory*, Lund: C.W.K. Gleerup.
- Shiver, Anthony, 2014, "Mereological bundle theory and the identity of indiscernibles," *Synthese*, 191: 901–913.
- Simons, Peter, 2011, "Relations and Truthmaking," *Proceedings of the Aristotelian Society*, Supplementary Volume 84: 199–213.
- Shoemaker, Sydney, 1984, *Identity, Cause, and Mind: Philosophical Essays*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Sober, Elliott, 1982, "Why Logically Equivalent Predicates may Pick out Different Properties," *American Philosophical Quarterly*, 19: 183–189.

- Strawson, P. F., 1959, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics*, Garden City, N.Y.: Doubleday.
- Summerford, James, 2003, "Neither Universals nor Nominalism. Kinds and the Problem of Universals," *Metaphysica*, 5: 101–126.
- Swoyer, Chris, 1983, "Realism and Explanation," *Philosophical Inquiry*, 5: 14–28.
- , 1987, "The Metaphysics of Measurement," in John Forge, ed., *Measurement, Realism and Objectivity*, Dordrecht: Reidel: 235–290.
- , 1993, "Logic and the Empirical Conception of Properties," *Philosophical Topics*, 21: 199–231.
- , 1996, "Theories of Properties: From Plenitude to Paucity," *Philosophical Perspectives*, 10: 243–264.
- , 1998, "Complex Predicates and Theories of Properties and Relations," *Journal of Philosophical Logic*, 27: 295–325.
- , 1999, "How Ontology Might be Possible: Explanation and Inference in Metaphysics," in Peter A. French and Howard K. Wettstein, eds., *Midwest Studies in Philosophy*, 23: 100–131.
- Tegmeier, Erwin, 2013, "Exemplification and Universal Realism," *Axiomathes*, 23: 261–267.
- Tooley, Michael, 1977, "The Nature of Laws," *Canadian Journal of Philosophy* 7: 667–698.
- , 1987, *Causation*, Oxford: Oxford University Press.
- Tugby, Matthew, 2013, "Platonic Dispositionalism," *Mind*, 122: 451–480.
- Vallicella, William F., 2002, "Relations, Monism, and the Vindication of Bradley's Regress," *Dialectica*, 56: 3–35.
- Van Cleve, James, 1985, "Three Versions of The Bundle Theory," *Philosophical Studies*, 47: 95–107.
- Van Fraassen, Bas, 1989, *Laws and Symmetry*, Oxford: Oxford University Press.
- Van Inwagen, Peter, 1993, *Metaphysics*, Boulder: Westview Press.
- , 2015, "Against ontological structure," in Galluzzo *et al.* (2015): 46–64.
- Wetzel, Linda, 2009, *Types and Tokens. On Abstract Objects*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Williams, Donald, C., 1953, "The Elements of being," *Review of Metaphysics*, 7: 3–18, 171–192.
- Yates, David, 2013, "The Essence of Dispositional Essentialism," *Philosophy and Phenomenological Research*, 87: 93–128.
- Zalta, Edward N., 1983, *Abstract Objects: An Introduction to Axiomatic Metaphysics*, Dordrecht: D. Reidel.

- , 1988, *Intensional Logic and the Metaphysics of Intentionality*, Cambridge: MIT Press.
- , 1999, “Natural Numbers and Natural Cardinals as Abstract Objects: A Partial Reconstruction of Frege’s Grundgesetze in Object Theory,” *Journal of Philosophical Logic*, 28: 619–660.
- , 2000, “Neologicism? An Ontological Reduction of Mathematics to Metaphysics,” *Erkenntnis*, 53: 219–265.
- Zangwill, Nick, 2011, “Negative Properties,” *Noûs*, 45: 528–566.

Sobre Tradutores e Revisores

Verbetes (I) - Categorias:

Thiago Xavier de Melo (tradutor): Doutorando em Filosofia na Syracuse University. Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará.

Verbetes (II) - Objeto:

Alexandre de Figueiredo (tradutor): Possui graduação em filosofia pela Universidade Federal de Ouro Preto (2009), mestrado em filosofia (Lógica e Metafísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em filosofia (Lógica e Metafísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017). Atualmente é professor da Faculdade Dom Luciano Mendes. Tem experiência na área de metafísica analítica, com ênfase em ontologia, atuando principalmente nos seguintes temas: propriedades, universais, particulares e categorias ontológicas. Foi Bolsista da CAPES no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).

Verbetes (III) - Tropos:

Valdetonio Pereira de Alencar (tradutor): É professor adjunto da Universidade Federal do Cariri. Possui doutorado em Filosofia (Lógica e Metafísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (2007) e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (2004). Tópicos de pesquisa: Nominalismo, Teoria de Tropos e Semântica dos Termos Singulares. Áreas de interesse: Metafísica, Ontologia, Filosofia da Linguagem e da Lógica e História da Filosofia Analítica.

Verbetes (IV) - Propriedades:

Renato Mendes Rocha (tradutor): Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor em Filosofia (2017) pela

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com estágio doutorado-sanduiche na Australian National University (ANU). Suas áreas de especialização são Filosofia, com ênfase em Filosofia Analítica, Lógica e Metafísica. Membro do GT Metafísica Analítica da ANPOF.

Pedro Merluzzi (revisor e organizador): Professor Assistente do Departamento de Filosofia da PUC-Rio. É Doutor pela Durham University nas áreas de Metafísica e Filosofia da Ciência (supervisão: Nancy Cartwright; examinadores: Helen Beebe e Matthew Tugby). Posteriormente fez pós-doutorado pelo Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da UNICAMP e pela University of Houston no projeto "LATAM Bridges in the Epistemology of Religion". Atualmente é Coordenador do GT de Metafísica Analítica da ANPOF.

Rhamon de Oliveira Nunes (organizador): é Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre e Doutor em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica (PPGLM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua tese de doutorado recebeu o Prêmio Capes 2021. Sua pesquisa primária tem como foco o problema da composição na mereologia contemporânea. Sua pesquisa secundária aborda problemas de mereologia ao longo da História da Filosofia, com foco na Filosofia Antiga e Medieval. Interessa-se também por outros temas em metafísica contemporânea, tais quais: Filosofia do Espaço, Filosofia do Tempo, Identidade Diacrônica e Fundação Metafísica.



Editora
UFPel

DISSERTATIO
FILOSOFIA